

52

JANEIRO 2019 – ABRIL 2019

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

revista.sep.org.br

CONSELHO EDITORIAL

ALAN FREEMAN UNIVERSITY OF GREENWICH
ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
ARTURO HUERTA UNAM
CESARE GIUSEPPE GALVAN UFPB
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP

LEDA MARIA PAULANI USP
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MÁRIO DUAYER UFF
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP (IN MEMORIAM)
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTONIO DOS SANTOS (IN MEMORIAM)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA — SEP

DIRETORES

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA (IN MEMORIAM)
MAURÍCIO DE SOUZA SABADINI (UFES) PRESIDENTE
JOÃO LEONARDO GOMES MEDEIROS (UFF) VICE-PRESIDENTE

Bruno Martarello De Conti (UNICAMP)
Ellen Lucy Tristão (UFVJM)
Gustavo Moura de Cavalcanti Mello (UFES)
João Policarpo Rodrigues Lima (UFPE)
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UNB)
Marina Machado de Magalhães Gouvêa (UNILA)
Marisa Silva Amaral (UFU)

COMITÊ EDITORIAL

Victor Leonardo Araujo (UFF)
Hugo Correa (UFF)
Tiago Camarinha Lopes (UFG)

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24.240-225
ww.sep.org.br – sep@sep.org.br

PREÇO DO EXEMPLAR

Preço do exemplar avulso: R\$ 35,00
As solicitações de assinaturas e exemplares avulsos podem ser feitos
por meio do correio eletrônico: revista@sep.org.br

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Felipe Neres – NK&F Arquitetos Associados 2019
nkfarquitadura@nkfarquitadura.com.br
Ilustração da capa por Alessandro Sbampato
Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

NÚMERO 52
JAN 2019 – ABR 2019

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

6 **Apresentação**

ARTIGOS

10 **Brasil: direita, volver**
Rosa Maria Marques

40 **Caio Prado Júnior, o ‘sentido da
colonização’ e seus desdobramentos teóricos**
Ilderley Colombini

66 **Capitalismo histórico e formas de sociabilidade: uma hipótese
sobre a formação do Brasil contemporâneo**
Fábio Pádua dos Santos

98 **Modos de vida, conocimiento y capitalismo en
perspectiva histórico-estructural. Para una crítica de
la comunicación para el desarrollo en América Latina.**
Mauricio Herrera-Jaramillo
Cesar Bolaño

124 **Fetichismo, transações jurídicas,
socialismo vulgar e capital portador de juros; o
livro III de *O capital* diante do papel ativo do Direito**
Vitor Bartoletti Sartori

156 **Acumulação de capital e os ciclos da economia
chinesa de 1952 a 2014: dois métodos de análise
através das taxas de lucro das indústrias**
Rémy Herrera
Zhiming Long

RESENHA

Karl Marx: Grandeza e Ilusão

Marcelo Pereira Fernandes

178

APRESENTAÇÃO

Este novo número da Revista da SEP é lançado sob os impactos iniciais do governo Jair Bolsonaro. Como era esperado, diante de tudo que a campanha e o período de transição já haviam anunciado, o governo se inicia com uma pauta conservadora que pode ter consequências profundas sobre a sociedade, em especial, a classe trabalhadora brasileira.

Em meio aos vários desacordos entre membros e apoiadores do governo – que renderam um dos inícios de mandato mais conturbados da história da República –, um carro chefe se anunciou rapidamente como elemento unificador: a proposta da reforma da previdência social. Se aprovada, dificultará o acesso à aposentadoria, ao prolongar o tempo de atividade e reduzir a valor do benefício, e penalizará os/as trabalhadores/as mais pobres. E apesar do “caso omissis” que a grande mídia tem feito, é preciso dizê-lo claramente: penaliza sobretudo os/as mais pobres, não só pelas alterações propostas para o pagamento do BPC e da aposentadoria rural, mas porque é mais prejudicial àqueles/as que ingressam mais cedo no mercado de trabalho, porque a instauração do regime de capitalização abre possibilidades para isenção da contribuição patronal, porque deixa o/a trabalhador/a que dependerá da previdência social sujeito/a aos humores do mercado e aos riscos da administração dos recursos para sua aposentadoria.

Mas, se na “opinião pública” defensores e descontentes com a reforma proposta ainda discutem quem perderá mais caso seja aprovada, o mesmo não se pode dizer daqueles que têm a ganhar: certo é que o grande setor beneficiado pela reforma proposta será o financeiro, que

disporá de um amplo mercado para a venda de planos de previdência privados, já que o regime de previdência por repartição será *na prática* extinto.

Desde a nossa perspectiva, as possibilidades de resistência a esta proposta – atualmente principal cimento entre as forças conservadoras do país – nos permitem entender como muito mais que mera casualidade o ataque recente às organizações sindicais, por meio da medida provisória que impõe autorização individual para que trabalhadores/as sindicalizados/as contribuam para seus sindicatos e determina que a contribuição se dê por meio de boleto bancário, desautorizando o desconto em folha. Tomadas essas mudanças em conjunto – ou ainda ampliando o escopo da análise para considerar também as propostas de endurecimento do aparato repressivo do Estado contra populações marginalizadas (como aparece na regulamentação do famigerado “excludente de ilicitude” para ações policiais) –, já é possível dizer que estamos diante do mais duro ataque à classe trabalhadora das últimas décadas.

Por outro lado, a coalizão que dá sustentação política ao governo Bolsonaro também mostra sinais de desgaste, tornando imprevisíveis os próximos lances. Com poucos dias de governo, a blindagem da grande mídia empresarial se despedaçou. Apenas para elencar alguns dos muitos episódios que não param de pulular nesses primeiros meses de governo, poderíamos lembrar: as evidências de práticas ilícitas no PSL, partido do Presidente, durante a contenda eleitoral de 2018; desacordos internos em diferentes pastas do governo (os mais evidentes no seio do MEC); a

continuidade do proselitismo conservador de campanha desmedido, mesmo quando ameaça interesses comerciais (como na política de alinhamento aos Estados Unidos e a Israel, contra os interesses do setor pecuário; ou no discurso da “Lava Jato da Educação”, que já criou descontentamento em gigantes do setor privado de educação etc.); a revelação das, digamos, relações nada republicanas do clã Bolsonaro com a milícia carioca. Diante do desconforto que causam a parte da burguesia nacional e dos conflitos de interesse que revelam, é difícil saber até quando esta burguesia estará disposta a apoiar este governo – especialmente caso ele não consiga aprovar na câmara sua proposta draconiana de reforma da previdência. Exatamente por isso é tempo de observar e, sobretudo, resistir.

Oportunamente, este número é aberto pelo artigo “Brasil: direita volver”, de Rosa Maria Marques. Nele, a autora procura traçar os condicionantes políticos e econômicos que levaram à ascensão de Bolsonaro à Presidência da República, bem como apontar para alguma perspectiva a partir dos elementos que constituem a (frágil) coalizão que lhe dá sustentação.

Em seguida, a Revista da SEP apresenta duas contribuições ao debate sobre o pensamento e a formação histórica do Brasil e da América Latina. Em “Caio Prado Júnior, o ‘sentido da colonização’ e seus desdobramentos teóricos”, Iderley Colombini revisita este importante autor naquilo que seria sua tese principal, “o sentido da colonização”. Colombini dialoga com outros importantes autores do pensamento brasileiro e sugere novas

perspectivas para o debate. Já no terceiro artigo, intitulado “Capitalismo histórico e formas de sociabilidade: uma hipótese sobre a formação do Brasil contemporâneo”, Fábio Pádua dos Santos revisita o debate sobre a formação capitalista do Brasil a partir das heranças do período colonial, acrescido da contribuição de autores da tradição marxista e do conceito de mercantilização da vida.

No quarto artigo, intitulado “Modos de vida, conocimiento y capitalismo en perspectiva histórico-estructural: para una crítica de la comunicación para el desarrollo en América Latina”, Mauricio Herrera-Jaramillo e Cesar Bolaño resgatam a relação cultura/desenvolvimento, presente na tese de Celso Furtado, para investigar a dependência cultural no processo de produção e nos modos de vida latino-americanos.

Em sequência, Vitor Bartoletti Sartori faz uma leitura do livro III de *O Capital* sob o olhar do Direito. No artigo “Fetichismo, transações jurídicas, socialismo vulgar e capital portador de juros: o livro III de *O Capital* diante do papel ativo do Direito”, Bartoletti elabora uma interessante análise de como o estudo das formas econômicas autonomizadas do capital, em particular no capital portador de juros, pode iluminar o debate sobre o papel da esfera do direito na sociedade capitalista.

Finalizando a seção de artigos, em “Acumulação de capital e os ciclos da economia chinesa de 1952 a 2014: dois métodos de análise através das taxas de lucro das indústrias”,

Remy Herrera e Zhiming Long discutem a lei tendencial de queda da taxa de lucro para o caso específico da China. Para isto, os autores calculam a taxa de lucro industrial nos níveis micro e macroeconômico para o período 1952-2014, e debatem os desdobramentos e as interpretações a partir daí.

A edição é finalizada com a resenha do livro *Karl Marx: Grandeza e Ilusão*, de Gareth Stedman Jones, uma das várias biografias de Marx publicadas recentemente em português, sobretudo a título de comemoração pelo bicentenário do nascimento do autor. Na resenha, Marcelo Pereira Fernandes, além de apresentar a obra em tela, oferece elementos para problematizar algumas das interpretações de Jones, especialmente sua percepção sobre a influência de Engels.

Entre os dias 4 e 7 de junho deste ano, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) sediará o XXIV Encontro Nacional de Economia Política, com o tema “O Brasil nas disputas geopolíticas e econômicas mundiais”. O evento, bem como a presente edição da Revista da SEP, conta com o apoio financeiro da Coordenação para Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da UFES.

ROSA MARIA MARQUES

BRASIL: DIREITA, VOLVER!

Recebido em 01/2019
Aprovado em 03/2019

BRASIL: DIREITA, VOLVER!¹

Resumo

Este texto analisa alguns condicionantes que resultaram na eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República, bem como seu significado e alcance em termos da forma como pretende conduzir o governo na relação com as diferentes demandas da sociedade brasileira. Para isso, na primeira parte, chama-se atenção para a crescente indisposição de segmentos da população com relação a políticas de inclusão de todos os tipos, de políticas de transferência de renda para os segmentos mais pobres e para a maior visibilidade da diversidade de gênero, entre outros aspectos, resultando na explicitação da opção pela meritocracia em oposição à solidariedade e a políticas de redução da desigualdade, principalmente de acesso à educação e de renda, e pela defesa dos “bons costumes”. Na segunda parte do texto, analisa-se a nova composição do Congresso Nacional e a do governo, destacando-se o enfraquecimento dos partidos tradicionais que representavam as classes dominantes. Entre as conclusões, destaca-se o fim da Nova República e do presidencialismo de coalizão, a crescente polarização da sociedade e de sua representação no Congresso, o avanço das pautas retrógradas no campo dos costumes e da educação, bem como de propostas ultraliberais no tratamento da economia e da proteção social.

ROSA MARIA MARQUES

Professora titular do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)

Palavras chave: eleição de Jair Bolsonaro; meritocracia; Congresso Nacional.

Abstract

This text analyzes some determinants that resulted in the election of Jair Bolsonaro as president of the republic, as well as its meaning and reach in terms of the way in which he intends to lead the government in relation to the different demands of Brazilian society. For this, the first part draws attention to the increasing disaffection of segments of the population as regards the inclusion policies of all kinds, income transfer policies for the poorest segments and the greater visibility of gender diversity, among other aspects, resulting in an explicit choice of meritocracy as opposed to solidarity and policies to reduce inequality, especially the access to education and income, and the defense of “traditional values”. In the second part of the paper, we analyze the new composition of the National Congress and of the government, emphasizing the weakening of the traditional parties. The conclusions include the end of the New Republic and coalitional presidentialism, the increasing polarization of society and its representation in Congress, the advancement of retrograde patterns in the field of customs and education, as well as ultra-liberal proposals in the treatment of economy and social protection.

Keywords: Jair Bolsonaro’s election; meritocracy; National Congress.

I. Introdução

Desde 2015, quando se aprofundaram as investidas desestabilizadoras contra o governo Dilma, que culminaram na admissibilidade de seu *impeachment* pelo Senado, em 2016, diversos cientistas sociais anunciaram o fim da Nova República (SAFATLE, 2015 e 2016; AVRITZER, 2016; MARTINS, 2016). Apesar disso, entre setores da classe dominante e mesmo da chamada esquerda, havia certo sentimento de que partidos tradicionais, tais como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), iriam ser bem sucedidos e formariam, com partidos de cunho ideológico próximos, uma coalização durante a campanha presidencial de 2018, de modo a encerrar a crise política aberta em 2015 e a passar a administrar os negócios do governo e do Estado sem grandes turbulências. O que se viu acontecer foi bem diferente: a votação dos partidos tradicionais e do centro, bem como de outros, foi pura e simplesmente irrelevante², conduzindo ao segundo turno um candidato da extrema-direita, considerado um *outsider* dos altos círculos das classes dominantes e pertencente

1 Agradeço as sugestões de João Alfredo Telles Melo, Jorge Nóvoa, Paulo Nakatani e Ana Hutz.

2 Foge à irrelevância a votação de Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que obteve 12,47%. Alckmin, do PSDB, partido de Fernando Henrique Cardoso, obteve somente 4,76%, e Meirelles, do MDB, partido de Temer e que praticamente compôs todos os governos da Nova República, 1,2%.

ao “baixo clero”³ da Câmara de Deputados, e um candidato do campo da esquerda, do Partido dos Trabalhadores (PT), que prometia o retorno a um tempo passado, quando Lula foi presidente da República.

A eleição de um candidato com posições misóginas, homofóbicas e racistas, tal como Jair Bolsonaro⁴, do Partido Social Liberal (PSL), capitão do exército, defensor da tortura, da ditadura, com falas mais do que questionáveis em relação ao estupro⁵ e de outras inomináveis barbaridades, será, por isso, lembrada na história do país como aquela que encerrou definitivamente o período da Nova República. Não está descartada, inclusive, a possibilidade de que vejamos ser introduzida uma nova maneira de administrar o governo e o Estado, bastante diferente daquela que foi chamada por Sérgio Abranches (1988) de presidencialismo de coalização. Apesar de longa, lembrar suas principais conclusões é essencial para a compreensão do período que pode se abrir com a gestão de Bolsonaro (*ibidem*, pp. 7-8).

Em síntese, a estrutura econômica alcançou substancial diversidade e grande complexidade; a estrutura social tornou-se mais diferenciada, adquiriu maior densidade organizacional, persistindo, porém, grandes descontinuidades, marcada heterogeneidade e profundas desigualdades. Daí resultaram maiores amplitude e pluralidade de interesses, acentuando a competitividade e o antagonismo e alargando o escopo do conflito,

em todas as suas dimensões. Ao mesmo tempo, o Estado cresceu e burocratizou-se e a organização política seguiu estreita e incapaz de processar institucionalmente toda essa diversidade, de agregar e expressar com eficácia e regularidade a pluralidade de interesses e valores.

O dilema institucional brasileiro define-se pela necessidade de se encontrar um ordenamento institucional suficientemente eficiente para agregar e processar as pressões derivadas desse quadro heterogêneo, adquirindo, assim, bases mais sólidas para sua legitimidade, que o capacite a intervir de forma mais eficaz na redução das disparidades e na integração da ordem social.

Se considerarmos, além das declarações feitas por Bolsonaro ao longo de sua campanha, também as ideias defendidas por nomes indicados para seu Ministério, tais como as de Ernesto Henrique Fraga Araújo – para o Ministério das Relações Exteriores –, de Ricardo Vélez Rodríguez – para o Ministério da Educação –, bem como de Sérgio Moro – para o Ministério da Justiça – e de Paulo Guedes – para o Ministério da Fazenda –, não existe a intenção de compor uma coalização que procure atender ou administrar o contraditório da realidade brasileira,

3 Diz-se dos deputados com pouca influência na Câmara de Deputados.

4 Não é de menos importância o fato de seu vice ser Antônio Hamilton Mourão, general da reserva, filiado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). A presença de militares no primeiro escalão do governo de Bolsonaro se completa com seis ministros.

5 Ver discussão com deputada do PT, Maria do Rosário, durante entrevista concedida à Rede TV, em 2003. <https://www.youtube.com/watch?v=yRV98lm5zRs>

mas, sim, a de implantar um projeto ideológico e econômico bem específico, no qual não há margem para concessões aos movimentos sociais e para o convívio com a diversidade, entre outros aspectos.

Em texto anterior, analisamos quais foram os segmentos da sociedade, os setores de atividade e as frações das classes dominantes que foram beneficiadas durante os governos do PT, destacamos quais frações estiveram diretamente envolvidas na desestabilização de Dilma, com destaque para a grande mídia (especialmente aquela controlada pelo Grupo Globo), discutimos as propostas que estavam sendo defendidas por essas frações no campo do mercado de trabalho, direitos sociais e papel e funcionamento do Estado, e ainda chamamos atenção para os avanços do discurso abertamente de direita que então já se manifestavam (MARQUES & ANDRADE, 2016). Em outro texto, dedicamo-nos a analisar o conteúdo da reforma trabalhista e da proposta de contrarreforma previdenciária de Temer, e o significado e as consequências da Emenda Constitucional 95 (do congelamento dos gastos públicos federais). Nesse texto, defendemos que as reformas respondiam e respondem aos interesses do grande capital – internacional e do aqui sediado (MARQUES & UGINO, 2017).

Agora, com a eleição de Jair Bolsonaro, parece encerrar-se definitivamente a Nova República e

o ciclo do golpe cuja preparação teve início, no mínimo, em 2014. É mister que se compreenda quais foram os condicionantes que levaram a esse resultado eleitoral (enquanto evento que envolve milhões de pessoas), qual seu significado e o alcance da eleição de Bolsonaro. Este é nosso objetivo neste texto. Somente assim é possível que os movimentos sociais e dos trabalhadores, bem como os partidos deles representativos, preparem-se para as lutas e ações que se farão necessárias no próximo período. Não se trata, portanto, de fazer um balanço dos governos do PT; esse já existe em número suficiente e é esclarecedor de suas limitações e equívocos, entre os quais destacamos: a limitada concessão de terras aos movimentos que por ela lutam; as concessões ao agronegócio e a outros interesses na questão da demarcação da terra indígena e de quilombolas; a lei antiterrorista; e os desmandos em termos de meio ambiente realizados na região amazônica.

Além dessa introdução, o texto está dividido em três partes. A primeira é dedicada a fatores e determinantes que permitiram o país eleger um candidato da ultradireita como presidente da República. A segunda parte trata dos resultados das eleições em termos da composição da Câmara de Deputados e do Senado e do perfil dos indicados a ministros. Ao final, são apresentadas as principais conclusões a título de considerações finais.

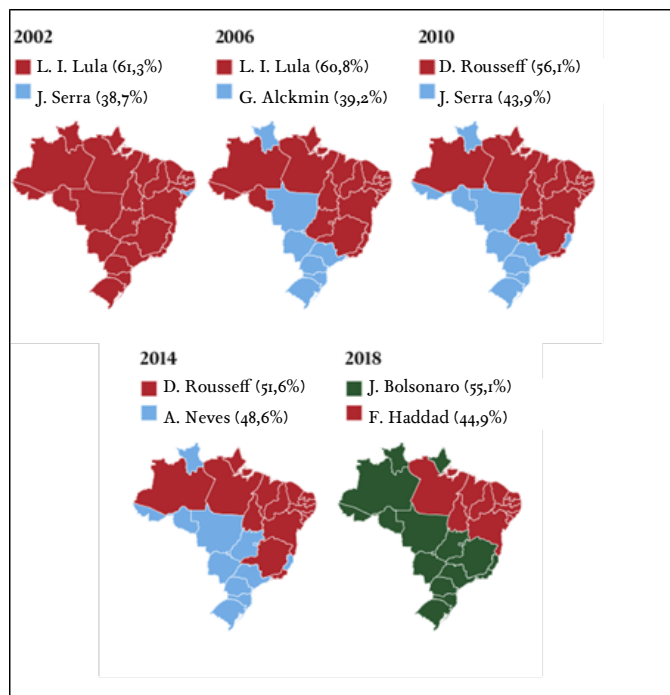
2. A onda antipetista e o “sair do armário” do conservadorismo

Jair Bolsonaro foi eleito, no segundo turno, com 55,13% dos votos válidos, ganhando em 16 estados da federação. Na eleição anterior, quando Dilma Rousseff foi reconduzida à presidência, ela venceu com apenas 51,64%, sendo a mais votada em 15 estados, inclusive em Minas Gerais e Rio de Janeiro, nos quais Bolsonaro saiu vitorioso. De fato, após as eleições de 2002, quando Lula foi eleito pela primeira vez (61,3%) e ganhou em todos os estados do país, com exceção do pequeno Alagoas, os resultados das eleições expressaram, a cada pleito, uma crescente polarização da sociedade brasileira: de um lado, os votos pela continuidade dos governos PT, de

outro, o apoio a candidatos do PSDB e, em 2018, do PSL, com Bolsonaro (ver Quadro 1).

Sobre as eleições de 2018, houve quem afirmasse que a maioria da população brasileira não apoiou o candidato vencedor, ao somar aos votos de seu opositor, Fernando Haddad (PT), os nulos, brancos e abstenções. Contudo, afora que essa mesma argumentação poderia ter sido (e foi) utilizada durante a estreita vitória de Dilma em 2014, não houve variação significativa no percentual de eleitores que se absteve de votar ou votou em branco nesse ano. Mas houve aumento importante dos votos nulos, isto é, daqueles que manifestaram não apoiar nenhum dos dois candidatos (Tabela 1).

Quadro 1. Resultado do 2º turno das eleições presidenciais no Brasil 2002 a 2018



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Folha de São Paulo, Reuters. Elaboração: El País.

Tabela 1. Evolução da taxa de alienação no 2º turno das eleições presidenciais

	2002	2006	2010	2014	2018
abstenção - a	20,5	16,8	21,5	21,1	21,3
brancos - b	2,0	1,3	2,3	1,7	2,1
nulos - c	4,4	4,7	4,4	4,6	7,4
a + b + c	26,85	22,83	28,20	27,44	30,87

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Quando vemos os resultados das eleições presidenciais em perspectiva, isto é, quando levamos em conta a evolução dos votos pró e contra o PT desde 2002 enquanto uma tendência quantitativa linear,⁶ a derrota de Haddad, em 2018, aparece como inevitável, ainda mais porque foi precedida pelo *impeachment* de Dilma, e pelo imenso desgaste moral do partido junto à classe média, por conta da campanha bem sucedida realizada pela grande mídia de associá-lo completamente à corrupção. O que não estava “escrito” na trajetória anterior é que o vencedor das eleições seria um candidato da extrema-direita, não pertencente ao círculo das classes dominantes presentes e atuantes no cenário político brasileiro desde 1988. A pergunta que precisamos responder é, antes de tudo, como se chegou a essa situação.

Vários são os fatores que contribuíram para que se chegasse a esse resultado. No corpo desse artigo, vamos considerar aqueles que nos parecem mais importantes ou que têm sido negligenciados nas avaliações realizadas principalmente pela esquerda brasileira. Sua apresentação não

segue uma ordem de prioridade e, muitas vezes, esses fatores se imbricam e se autoalimentam. Também é importante esclarecer que a análise aqui realizada prima pelos aspectos qualitativos, não havendo nenhum esforço de quantificação da importância relativa de cada um dos fatores aqui registrados.

O ódio ou o medo do que não é Narciso

Um dos elementos que em geral não é considerado – ou é muito pouco considerado – para explicar as manifestações de extrema intolerância e violência que vivenciamos nos últimos tempos no país diz respeito aos efeitos ou reações que a crescente exposição da homossexualidade, da bissexualidade e da transexualidade ocasionou nos setores mais conservadores de nossa sociedade. Reações que simultaneamente expressam dois sentires: o medo ao diferente, a tudo aquilo que não se coaduna com o que é considerado normal nas relações afetivas e na expressão da

⁶ Isso não quer dizer que a tendência linear não possa sofrer interrupção, ocorrendo mudanças bruscas com relação ao comportamento anterior.

sexualidade (e por isso é sentido como uma ameaça que desestabiliza os valores correntes), e a resposta visceral à repressão sexual vigente na sociedade, que é mais ou menos violenta, e que incide contra os gays, lésbicas e transexuais, e que depende do grau menor ou maior de sua existência na sociedade em questão, assim nos ensina a psicanálise (VELOSO, 2018). Lembremos que o Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo (ONG TRANSGENDER EUROPE, 2016).

Essa crescente exposição consubstancia-se em presença e manifestações de diversas formas. Essas expressam direitos duramente conquistados ou frutos da imposição, mediante luta, de outra sexualidade que não aquela até pouco tempo considerada “normal”, e que ainda não foram traduzidos em direitos apoiados em uma lei ou normativa. Exemplo mais visíveis desses dois tipos de forma são as paradas LGBTI, o reconhecimento jurídico do casamento homoafetivo (no Brasil, desde 15/05/2013), e a despatologização da homossexualidade e da transexualidade pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1990 e 2018, respectivamente.

Essa crescente exposição da homossexualidade, da bissexualidade e da transexualidade não é um fenômeno restrito ao Brasil, tendo ocorrido, de forma mais ou menos intensa, em todo o mundo. No país, no entanto, está associado ao período de democratização que se seguiu à ditadura militar e à promulgação da Constituição

de 1988. Lembremos que foi a força do “movimento gay” que obteve a garantia do Sistema Único de Saúde (SUS), desde 1996, de distribuir gratuitamente o coquetel de antirretrovirais contra a HIV e que fez de seu programa de combate à AIDS ser considerado o melhor do mundo. Apesar desse reconhecimento, em outubro de 2010, em entrevista feita ao programa de humor CQC, da rede de televisão Bandeirantes, Bolsonaro disse. “Uma pessoa que vive na vida mundana depois vai querer cobrar do poder público um tratamento que é caro [...] Se não se cuidou, o problema é deles”⁷.

Ao estarem a exposição, o reconhecimento e os direitos a uma sexualidade diversa (diferente daquela propagada pela chamada “moral e os bons costumes” defendidas pelo pensamento conservador tradicional) vinculados ao processo de redemocratização do país, estão simultaneamente relacionados, no imaginário das grandes massas, ao pensamento progressista e/ou de esquerda. E a construção do PT é parte constitutiva e importante do processo de democratização ocorrido no país. Da mesma forma, o período da Nova República, pois 42% dele estiveram sob sua administração. Daí a facilidade com que foi transferida ao PT a responsabilidade pelo fato de hoje os segmentos LGBTs serem parte ativa de nossa sociedade. As críticas que possamos fazer à atuação do PT em seus 13 anos

⁷ Ver a entrevista em <https://catracalivre.com.br/cidadania/em-video-bolsonaro-se-diz-contra-medicamentos-gratis-para-hiv/>.

de governo não alteram ou diminuem a associação que principalmente os setores da considerada ampla classe média brasileira fazem entre ele e a presença desses segmentos.

A herança racista de um país extremamente desigual

A reação conservadora também foi resultado de oposição a políticas públicas desenvolvidas pelo poder executivo, nas três esferas de governo, durante as administrações do PT. Entre elas destacam-se a introdução das cotas raciais nas universidades e serviços públicos, o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa Bolsa Família (BF), a nova legislação em relação ao emprego doméstico e a política de valorização do salário mínimo. Vejamos, em primeiro lugar, de maneira resumida, no que consistiram (e consistem) essas políticas.

As cotas raciais são um modelo de ação afirmativa que visam diminuir desigualdades sociais, econômicas e educacionais entre raças. No país, a primeira instituição de ensino que a adotou foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2003, seguida pela Universidade de Brasília (UnB), em 2004. Em 2012, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que as cotas não feriam a constituição, Dilma sancionou a Lei 12.711, que reserva 50% das vagas das universidades federais para aqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio

em escolas públicas, respeitando a proporção racial da unidade da federação. Dessa reserva, 50% são destinados a estudante de família com renda *per capita* até 1,5 salário mínimo. A aplicação dessa política, que constitui uma vitória do movimento negro, mas que não ficou restrita aos negros, mudou o perfil dos alunos das universidades federais. Entre 2003 e 2014, os brancos, que constituíam 59,4% dos estudantes, passaram a representar 45,67%; e os pardos aumentaram de 28,3% para 37,75% e os negros de 5,9% para 9,82%. Pardos e negros, juntos, tiveram sua participação aumentada em dez pontos percentuais. No tocante à renda familiar, entre 2010 e 2014, a participação dos estudantes com renda familiar até 3 salários mínimos passou de 40% para 51% (ANDIFES, 2014).

Segundo Marques, Ximenes e Ugino (2018, p. 541):

Vê, portanto, que hoje, as universidades públicas são majoritariamente ocupadas por estudantes não brancos, são mais populares, além de oferecerem um número maior de vagas ao conjunto da população. De todas as mudanças promovidas pelo PT nas políticas sociais, talvez esta seja a mais significativa por seu caráter simbólico e distributivo. As universidades públicas no Brasil eram expressão flagrante de nossos esquemas de privilégio e exclusão, quadro que começa a ser revertido no período estudado. A mudança de perfil do alunado, por sua vez, exige mais recursos para programas de assistência estudantil e bolsas, do contrário, torna-se ineficaz, na prática, a maior abertura conquistada.

Por sua vez, o Prouni é um programa que concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação de instituições privadas de ensino superior. Foi criado pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005. De 112.275 bolsas ofertadas em 2005 (71.905 integrais e 40.370 parciais), passou-se a 306.726 (205.237 integrais e 101.489 parciais) em seu auge, em 2014 (SISPROUNI, 2015).

O Programa Bolsa Família, criado em 2003, sempre foi considerado o carro-chefe dos governos Lula e Dilma. Constituiu o mais importante instrumento de transferência de renda existente no país (se desconsiderarmos o Benefício de Prestação Continuada – BPC –, da Assistência Social), tendo cumprido significativo papel na superação da pobreza absoluta e relativa de milhões de brasileiros durante vários anos e propiciado a melhora de diversos indicadores, entre os quais se destaca a queda da mortalidade infantil nos estados e regiões de mais baixa renda.

Formado de dois benefícios, Básico e Variável, destina-se a famílias situadas na extrema pobreza e pobreza, com filhos e adolescentes de até 17 anos e/ou com gestante ou nutriz. Em dezembro de 2018, o primeiro era de R\$ 89,00 e o segundo, sujeito a condicionalidades no campo da saúde e educação, de R\$ 41,00 por criança até 5 anos (até o máximo de cinco), e de R\$ 48,00 por adolescente (até o máximo de dois). A gestante e/ou nutriz também recebe R\$ 41,00.

O valor máximo recebido por família é de R\$ 372,00. Em 2017, as famílias assistidas representavam 21% da população brasileira. Em vários municípios do país, principalmente da região Nordeste, os recursos do Bolsa Família constituem a principal renda, em muito superando o recebido a título do Fundo de Participação dos Municípios (VALOR, 2018; MARQUES, 2005).

A Lei Complementar 150, de 1/06/2015, que ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos, em muito os equiparando aos demais assalariados do mercado formal, talvez tenha sido um dos mais fortes motivadores da reação da classe média contra os governos petistas, em particular com relação a Dilma. Entre as novas garantias, essa lei determinou que a eles fosse pago o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o adicional noturno, o seguro desemprego e o salário família, provocando um aumento estimado do custo da contratação de 8%. Embora parte do impacto dessa lei possa ser confundida com o aumento do desemprego que se seguiu à sua publicação no Diário Oficial, destaca-se que, entre 2015 e 2018, houve aumento de 23,22% do número de diaristas e que a taxa de trabalhadores domésticos com carteira assinada recuou de 32% para 30% (IBGE, 2018).

O emprego de trabalhadores domésticos – praticamente formados por mulheres – faz parte da realidade brasileira, bem como da Índia e de vários países da América Latina. Contudo, é no país que se encontra seu maior contingente

relativo, estando presente nas famílias de todas as classes sociais. Essa realidade explica-se pelo passado escravocrata tardio do Brasil e pela extrema desigualdade de renda e patrimônio de sua sociedade (HARRIS, 2007). Como seria de esperar, especialmente na chamada classe média brasileira, a ampliação de direitos aos trabalhadores domésticos não foi em nada bem recebida, pois constituiu, antes de tudo, aumento de sua despesa. Além disso, dada a visibilidade que a lei recebeu, ampliou-se o “empoderamento” relativo de seus trabalhadores, que crescentemente têm buscado a Justiça para fazer valer seus direitos⁸.

Durante os governos Lula e Dilma, isto é, de 2003 a 2016, o salário mínimo (SM) teve aumento real de 77,18%. Embora longe de ser considerada adequada, sua valorização consistiu política prioritária do Executivo. Essa política foi finalmente institucionalizada em julho de 2015, mediante a Lei 13.152: os reajustes do SM deveriam contemplar a inflação medida pelo INPC – IBGE e o crescimento real do PIB de dois anos atrás (com relação à data do reajuste) (BRASIL, 2015). Vale lembrar que Michel Temer fez letra morta dessa lei.

A política de valorização do SM não beneficiou somente os trabalhadores que o recebem. É preciso lembrar, em primeiro lugar, que os benefícios previdenciários e o BPC têm o piso de valor igual ao SM, de modo que todo aumento eleva o valor do piso. Para se ter uma ideia, em 2017,

a Previdência pagou 22.570.223 benefícios de valor igual ao SM, 13.138.603 urbanos e 9.431.620 rurais. Já a Assistência pagou 4.683.007. Em segundo lugar, é preciso considerar que toda a base da pirâmide do mercado de trabalho, seja na formalidade ou informalidade, acaba por ser beneficiada, pois com o aumento do SM, há uma tendência a aumentar os salários próximos a ele. Já considerando o rendimento médio real dos ocupados, houve tendência de seu valor aumentar até o primeiro trimestre de 2015, com queda nos trimestres seguintes (Gráfico 1). No período abrangido pelo gráfico, não houve variação significativa.

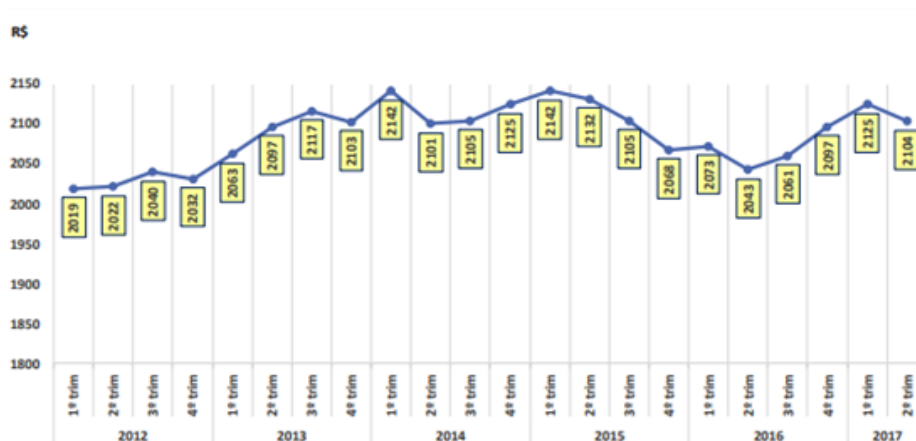
Esse conjunto de políticas, isto é, a introdução das cotas como critério de acesso à educação superior (principalmente junto às instituições públicas), a implantação do Programa Bolsa Família e a valorização do SM, por mais críticas e ressalvas que tenha e tem enfrentado por setores da esquerda brasileira (MARQUES, 2018, p. 527), chocou-se diretamente com valores ou fundamentos que sempre nortearam a sociedade brasileira. Estamos nos referindo ao primado da meritocracia e das desigualdades.

⁸ A luta dos trabalhadores domésticos pela formalização de seu vínculo empregatício, mediante a carteira assinada, e pela equiparação aos direitos dos demais trabalhadores assalariados não é de hoje. Mais recentemente, essa luta confunde-se com o período pós-constituição, pois “dos 34 direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais, no artigo 7º da Constituição, apenas 9 foram estendidos também à categoria dos trabalhadores domésticos” (CONSTANZI & RIBEIRO, 2007, p. 7).

A meritocracia, entendida como “poder do mérito” em sua origem etimológica, implica considerar que a posição de um indivíduo na sociedade é fruto de seus méritos, ou seja, de sua dedicação e esforço. Dessa forma, as posições hierarquicamente mais altas, bem como as rendas e o acesso a bens de qualquer tipo, seriam reservadas “naturalmente” aos indivíduos com maiores aptidões. Uma sociedade que se organiza totalmente a partir da meritocracia não reconhece direitos provindos da cidadania ou mesmo que possam existir direitos básicos a serem garantidos a todos. É claro que, na sociedade contemporânea dita democrática, não há nenhum exemplo de país onde esse entendimento seja levado até as últimas consequências: a necessidade de se manter a coesão social implica garantir, por parte do Estado, mínimos de sobrevivência.

A introdução das cotas, sejam elas raciais ou de renda, apresentou-se para contingente importante da população brasileira como uma ameaça que colocou de cabeça para baixo a escala de valores até então vigente. Esse contingente é formado por pessoas brancas e de renda média e alta, mas a essas não fica restrito. A meritocracia, embora integre as ideias basilares do sistema capitalista (que se opunham às do Regime Antigo do final do feudalismo) e, por isso, esteja intrinsecamente associada às classes dominantes, foi assumida de forma maior ou menor, a depender da história de cada país, pelo conjunto das classes sociais. No Brasil, não é incomum encontrar pessoas de baixa renda, mas não elegíveis ao Bolsa Família, que defendam a meritocracia.

Gráfico 1. Rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas em todos os trabalhos - Brasil - 2012 a 2017.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Nota: Em Valores de Novembro de 2016

O benefício pago pelo Programa Bolsa Família, combinado à política de valorização do salário mínimo e à redução do desemprego (que atingiu seu menor nível em dezembro de 2014), teve impacto imediato no custo da contratação de trabalhadores para serviços gerais, formalizados ou não. Tornou-se cada vez mais difícil encontrar alguém disposto a trabalhar por qualquer “preço”, o que foi chamado na imprensa escrita e digital de “apagão de mão de obra não especializada”. Vejamos um exemplo, embora ele faça referência explícita somente ao Bolsa Família (MATIELLI, s.d., p.1):

Qual a consequência do apagão da mão de obra? A invasão de estrangeiros vindos de países onde as leis trabalhistas são amadoras, quando não nulas. Haitianos, paraguaios, bolivianos e outros trabalhadores vindos voluntariamente, ou não, para preencher esse vácuo. Enquanto isso o Brasil cria um contingente de “bolsistas” dos quais muitos perfeitamente aptos ao trabalho, porque a conjuntura econômica permite sua inclusão profissional.

Além de ter ficado difícil de contratar alguém por qualquer salário, a valorização do salário mínimo, tal como mencionado anteriormente, teve reflexos sobre a base estendida da pirâmide do mercado de trabalho. O resultado disso foi ganhos salariais reais maiores nessa base do que nas demais faixas de renda dos trabalhadores, o que foi sentido por setores da classe média como empobrecimento. Empobrecimento não

porque seu poder de compra tenha diminuído e sim porque o do “outro” aumentou mais relativamente. E pior, isso permitiu a esse último acessar bens que antes lhe eram interditos, fazendo de aeroportos “verdadeiras rodoviárias” – para lembrar a preconceituosa “postagem” de uma professora⁹ em 2014.

No caso específico do Programa Bolsa Família, além do já explícito na citação anterior, há uma forte resistência de parte da sociedade brasileira em aceitar que é uma obrigação do Estado garantir condições de, no mínimo, sobrevivência para aqueles que, por seus meios, condições de vida e circunstâncias, não tenham como fazê-lo diretamente. Não há nada de “revolucionário” nisso. Políticas semelhantes fizeram parte do ideário liberal no passado. Ocorre que, nos tempos que vivemos, a meritocracia foi assumida de forma total e ampla, não deixando espaço para se considerar que a miséria e a pobreza são fruto da sociedade em que vivemos. Na mesma linha se coloca a reação às cotas: de acordo com a meritocracia, é inadmissível que alguns, por serem negros, indígenas, oriundos de escola pública e de baixa renda, possam “passar na frente” de quem tenha maiores qualificações, comprovadas em uma prova de conhecimentos.

⁹ Para ver o post, acesse https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/reproducao-post-da-professora-da-puc-rio-rosa-maria-meyer-em-que-ela-faz-comentario-considerado-preconceituoso-dilma-bolada-comentou-1391728141916_615x470.jpg

No caso da ampliação dos direitos aos trabalhadores domésticos, além da elevação do custo da contratação, há uma perda simbólica decorrente da “modernização” das relações de trabalho que isso implica. Pelo menos na lei, não se trata mais de “servir”, e sim de realizar um trabalho definido para o qual está sendo remunerado e com todos os direitos garantidos. E o salário base, a jornada de trabalho, as férias etc. estão definidos a priori, externamente, não dependendo da “boa vontade” do patrão ou da patroa. E quem não tem mais quem lhe “sirva”, vê-se rebaixado na estrutura social, perde status.

O resultado disso tudo foi o rebaixamento da posição relativa de amplos setores da classe média, o que foi entendido como uma perda de seus “privilégios”.

As igrejas evangélicas, o papel das *fake news* e a grande mídia

Pesquisas efetuadas há poucos dias da realização do segundo turno demonstraram a ampla preferência dos que professavam fé nas igrejas evangélicas em votar em Bolsonaro. Esse foi o caso da pesquisa realizada pelo Datafolha, divulgada em 25/10/2018, três dias antes do pleito. Nela, 59% dos entrevistados evangélicos declararam a intenção de votar em Bolsonaro, e, em Haddad, somente 26%. Já entre os católicos, a intenção de votos estava empatada: 44% e 43%, respectivamente. Para se ter dimensão da

importância desses percentuais, é preciso levar em conta o peso dos católicos e dos evangélicos no total da população brasileira. Vejamos sua evolução.

No país, a queda da proporção de católicos no total da população residente não é de hoje. De 1872 a 1970, isto é, em quase um século, ela caiu 7,9 pontos percentuais. Nesse último ano, 91,8% da população se dizia católica, os evangélicos 5,2% e as demais religiões 2,3%. Vinte e um anos depois, o censo indicaria que os católicos perfaziam 83%, 9% evangélicos e, entre esses, 6% pentecostais (que eram, em 1980, 3,2%). Em mais vinte anos, isto é, em 2010, os católicos haviam se reduzido a 64,3%, os evangélicos atingiam 22,2% da população residente (e, entre eles, 13,3% de origem pentecostal), os que declaram não ter religião 8% e as demais religiões, entre espíritas, umbanda e candomblé e outras religiosidades, 5%, sendo que 0,1% não soube responder ou não declarou (IBGE, 2012). O que impressiona não é que a religião católica esteja perdendo força junto à população brasileira, e sim que a velocidade dessa perda esteja aumentando nas últimas décadas: de 1970 a 1991, houve uma redução de 8,8 pontos percentuais; de 1991 a 2010, já foram 18,7 pontos percentuais. Em contrapartida, para esse último período, o percentual das pessoas que se declaram evangélicas cresceu 13 pontos percentuais.

Em 2000, cinco igrejas concentravam 85% dos pentecostais do país: “Assembleia de Deus” (8.418.154 adeptos), “Congregação Cristã no Brasil” (2.489.079), “Igreja Universal do Reino de Deus” (2.101.884), “Igreja do Evangelho Quadrangular” (1.318.812) e “Igreja Pentecostal Deus é Amor” (774.827). Somente a “Assembleia de Deus” concentrava quase a metade dos pentecostais (47,5%). Em 2010, essa igreja havia aumentado sua participação entre os pentecostais para 48,54%.

O demógrafo José Eustáquio Diniz Alves (2017, p. 1), utilizando-se das pesquisas realizadas pelo Datafolha, afirma:

O Instituto Datafolha tem feito pesquisas sobre o perfil religioso da população brasileira. O que estas pesquisas confirmam é aquilo que os censos demográficos mostram com bastante clareza: o Brasil está passando por uma transição religiosa. Os católicos perdem espaço e encolhem ao longo do tempo. Os evangélicos, em suas diferentes denominações, são o grupo que mais cresce. Aumenta as demais denominações não cristãs e o número de pessoas que se declaram sem religião. Isto quer dizer que o Brasil está passando por uma mudança de hegemonia entre os dois grupos cristãos (católicos e evangélicos), ao mesmo tempo em que aumenta a pluralidade religiosa, pois cresce e diversifica a proporção das filiações não cristãs.

Esse mesmo demógrafo, ao fazer uma projeção linear dos resultados obtidos pelas pesquisas do Datafolha, apontou que, em 2028, o número

de pessoas associadas às igrejas evangélicas irá ultrapassar o das pessoas católicas.

O crescimento das religiões evangélicas junto à população brasileira, especialmente de origem pentecostal e, entre essas, a Assembleia de Deus, é um dos fatores que explica a “onda conservadora” que se manifestou nas últimas eleições presidenciais. Como afirmado anteriormente, não era propósito deste texto dimensionar o seu peso relativo nos resultados que conduziram Bolsonaro à presidência da República. Mas não é desprezível o fato de que a primeira dama Michelle Bolsonaro seja evangélica¹⁰ e que seu casamento com Jair Bolsonaro tenha sido oficiado pelo pastor Silas Malafaia (certamente o mais importante representante da Assembleia de Deus). Da mesma forma, como explorado mais adiante, a influência evangélica na definição do primeiro escalão do governo de Bolsonaro não foi pequena, seja vetando nomes, seja fazendo pela menos uma ministra.

Mas o mais importante para entender a importância do posicionamento dos evangélicos com relação às eleições talvez seja a aderência que as *fake news* tiveram em seu meio. Como foi denunciado pela jornalista Patrícia Campos de Melo, em reportagem para a Folha de São Paulo, em 18/10/2018, importantes empresas foram responsáveis pelo envio de disparos em

10 Até onde sabemos, é a primeira primeira dama brasileira a não proferir a fé católica.

massa de mensagens contra o PT no WhatsApp e preparavam uma grande operação para a semana que antecederia o segundo turno. Como sabido, isso constitui uma prática ilegal, pois caracteriza doação de campanha por empresas, proibida pela legislação eleitoral (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018)¹¹. Entre as *fake news* que foram enviadas e compartilhadas, destacam-se aquelas de fundo moral, que afirmavam que o candidato Fernando Haddad pretendia legalizar a pedofilia, defendia o incesto e que ele, enquanto ministro da Educação no governo Lula, teria distribuído nas escolas com crianças de 6 anos um “kit gay”, no qual chamava atenção uma mamadeira com bico na forma do órgão genital masculino. Na edição de 19/12/2018, o jornal *El País* arrolou as principais *fake news* que, por sua ampla divulgação, beneficiaram o candidato Bolsonaro. Esse mesmo veículo divulgou que 6 entre 10 brasileiros têm instalado o WhatsApp em seus celulares. Se levarmos em conta que 3 em cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais, isto é, “têm limitação para ler, interpretar textos, identificar ironia e fazer operações matemáticas em situações da vida cotidiana”, podemos ter uma dimensão do impacto das *fake news* (FAJARDO, 2018, p. 1). Essa foi a primeira eleição presidencial no Brasil que foi clara e massivamente manipulada por meio de *fake news*, o que coloca uma grande desafio para fazer valer um pleito democrático.

Esta parte não poderia estar completa sem fazermos pelo menos uma menção ao papel exercido pela grande mídia, especialmente do Grupo Globo, na consolidação da “onda” antipetista. Tal como mencionado na introdução do artigo, disso já tratamos em outro texto, mas referenciado ao desgaste de Dilma em 2013 e 2014 e durante o período que antecedeu seu *impeachment*. De lá para 2018, além de suas omissões, meias verdades e escolha do que noticiar e como noticiar, é preciso lembrar como insistiu em vincular a corrupção ao PT (no que foi muito bem sucedida, aliás), não se posicionando ou se calando sobre os desmandos realizados pelos dirigentes da Operação Lava Jato, em especial com relação ao ex-presidente de Lula, preso em segunda instância, sem provas. Já em relação à eleição de Bolsonaro, é destaque, também, o fato de a Rede de TV Record ter exibido entrevista com ele no dia do debate dos presidenciais realizado pela Rede Globo. Debate ao qual Bolsonaro não compareceu.

Esse conjunto de fatores, bem como outros aqui não explorados, atuaram na construção do antipetismo e no afloramento à superfície do conservadorismo presente na sociedade brasileira. Embora durante todo o período da Nova República os valores progressistas vinculados a

¹¹ No caso das eleições presidenciais nos Estados Unidos, as *fake News* se serviram do Facebook e do Twitter, o que permitiu rastrear sua origem.

direitos sociais, políticos e da pessoa humana tenham se firmado, inclusive do ponto de vista institucional e legal, eles não foram abraçados por parte da população brasileira.

2. O Congresso Nacional e os novos ministros

O novo Congresso Nacional

A eleição de outubro de 2018 renovou em 52% a Câmara e 85% dos 2/3 do Senado que estavam em disputa. Em vinte anos, foi a maior renovação do Congresso Nacional. Na Câmara de Deputados, dos 407 que tentaram a reeleição, 163 não tiveram êxito. Dos considerados novos, 141 nunca exerceram função política anterior, de qualquer natureza. No Senado, dos 54 senadores que tentaram renovar seus mandatos, apenas 8 conseguiram. Entre os eleitos, 46 nunca exerceram nenhum cargo político, nem no Executivo nem no Legislativo.

Segundo o diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Antônio Augusto de Queiroz (2018, p. 1), o novo Congresso Nacional

será mais liberal na economia, mais conservador nos costumes e mais atrasado em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente do que o atual. Organizado em torno de bancadas informais¹²— como a evangélica, a da segurança/bala e a ruralista — será o mais conservador desde a redemocratização.

A Câmara de Deputados que emergiu das eleições de 2018 é bastante diferente da anterior. Suas maiores bancadas correspondem aos partidos dos titulares das forças que se enfrentaram no segundo turno; essas bancadas estão equilibradas, diferindo pouco numericamente (PT, de Fernando Haddad, com 56 deputados, e PSL, partido de Jair Bolsonaro, com 52); os grandes partidos tradicionais foram duramente golpeados, reduzindo significativamente sua representação; houve aprofundamento da fragmentação da representação partidária; e diversos partidos não conseguiram superar a “cláusula de barreira”¹³.

12 Bancadas informais agrupam deputados e senadores de diferentes partidos em torno de um tema. Nota nossa.

13 A Emenda Constitucional 97, de 04/10/17, veda a coligação para eleições proporcionais a partir de 2020 e estabelece que “somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem elegido pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.” (BRASIL, 2017). Essas condições de acesso ao fundo partidário e ao rádio e televisão de forma gratuita estão previstas para 2026, sendo menos restritas nas magistraturas anteriores. Para as eleições seguintes a 2018, “é necessário ter obtido, no mínimo, 1,5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas ou tiverem elegido pelo menos nove deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação” (ibidem, 2017). Em 1995, mudança semelhante, mais muito mais restritiva e abrangente, foi aprovada pelo Congresso Nacional, com vigência a partir de 2006. Contudo, o Supremo Tribunal Federal considerou-a inconstitucional. Nas eleições de 2018, inicialmente, não haviam ultrapassado a cláusula de barreira os seguintes partidos: Rede, Patriota, PHS, DC, PCdoB, PCB, PCO, PMB, PMN, PPL, PRP, PRTB, PSTU e PTC. Diversos deles, entretanto, iniciaram processo de fusão para superar a cláusula de barreira. Entre eles, destacamos o PCdoB, que se fundiu com o PPL (ex-MR8).

Nas eleições anteriores, quando foi eleita a chapa formada por Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB, hoje MDB), contra a candidatura de Aécio Neves (PSDB), o PT elegeu 69 deputados, o PMDB 65 e o PSDB 54. Nas últimas eleições, o MDB, que tinha a segunda maior bancada na Câmara, passou à quarta, reduzindo o número de seus deputados para 34, atrás do PT, do PSL e do Partido Popular (PP). Já o PSDB, partido que enfrentou o PT no segundo turno em todas as eleições desde 1994¹⁴, que constituía a terceira maior bancada em 2014, viu seu número de deputados se reduzir a 29, e passou a formar a nona força, empatado com o partido Democratas (DEM). Outro partido que perdeu significativo número de deputados (-15) foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), saindo da oitava posição para a décima quinta maior bancada. Paralelamente, aumentou a bancada (de 20 para 28) do Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido fundado por Leonel Brizola, que se reivindica o herdeiro do movimento trabalhista do período de Getúlio Vargas. Além dele, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) elegeu mais cinco candidatos em relação a 2014 e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) manteve sua bancada, perdendo apenas um deputado. A Tabela 2 apresenta o número de deputados, por partido, nas eleições de 2014, em 03/09/2018 e nas eleições de 2018. A situação de setembro de 2018, diferente daquela das eleições de 2014, é

resultado dos movimentos de migração partidária ocorridos entre a posse dos deputados eleitos em 2014 e setembro de 2018.

Essas alterações na composição da bancada da Câmara, bem como as demais apresentadas na Tabela 2, permitem-nos concluir que o chamado “Centrão”, liderado basicamente pelo MDB e pelo PSDB, mas apoiado pelo PP, pelo PTB e outros partidos menores, perdeu significativo peso. Já as forças consideradas progressistas e/ou de esquerda¹⁵ mantiveram basicamente o número de deputados, apesar da perda expressiva do PT. O vazio surgido com o recuo do “Centrão” foi ocupado pelo PSL e pelo aumento da fragmentação da representação partidária¹⁶.

14 Nas primeiras eleições diretas para a presidência da República, em 1989, o segundo turno foi entre Fernando Collor de Melo (Partido da Reconstrução Nacional – PRN) e Lula (PT).

15 Estão sendo considerados os deputados do PT, PDT, PC do B e PSOL. O PDT não é classificado como um partido representativo dos trabalhadores, mas como progressista, tendo votado, por exemplo, em bloco, contra a reforma trabalhista de Temer. Há pesquisadores que, a partir de votações e posicionamentos recentes, incluem, ainda, como progressistas, o partido Rede Sustentabilidade (Rede), o Partido Socialismo Brasileiro (PSB) e o Partido Popular Socialista (PPS). Mas, em relação à reforma trabalhista, somente a Rede votou totalmente contra, sendo que, do PSB, somente 16 de 30 deputados e do PPS, 3 de 9. Em 24/05/18, os partidos PT, PDT, PC do B, PSB e PSOL divulgaram nota criticando os dois anos de governo Temer, salientando que o mesmo atentava contra a democracia, a soberania e os direitos sociais.

16 Na classificação de Queiroz (2018), a direita conta com 209 deputados; a centro-direita, com 94 deputados; o centro, com 75; a centro-esquerda, com 60 e a esquerda, com 75.

O meteórico crescimento do PSL, de um para 52 deputados, é expressão da expansão da ultradireita no país, principalmente quando havia clara associação dos candidatos a deputados pelo partido com a campanha realizada por Bolsonaro. Mesmo assim, o PSL detém somente 10,14%¹⁷ da Câmara, de modo que precisará competir com outros partidos para fazer passar suas propostas. Mas, para além dos partidos, que em geral não têm posição unívoca sobre todas as questões em debate no Congresso Nacional, há as bancadas informais, que parecem ser o interlocutor preferencial do presidente eleito Jair Bolsonaro.

Durante o segundo turno, apenas três partidos declararam apoio a Bolsonaro. Foram eles: o PTB, o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Em 2018, os dois primeiros elegeram 10 e 8 deputados, respectivamente. O PRTB não elegeu nenhum. A maioria dos partidos, num total de 15, declarou-se neutra no segundo turno (MDB, PP, PR, PRB, PSDB, Solidariedade, PMN, PHS, Podemos, PV, PPS, DC, Patriota, DEM e Novo). Estes dois últimos, apesar da declaração de neutralidade, acabaram por indicar voto contrário a Haddad. Se somarmos o número de deputados desses partidos que declararam neutralidade ao do presidente eleito e ao dos que manifestaram apoio a ele, numa hipótese completamente improvável que não venham expressar

divergências ao longo das principais questões que irão mobilizar a Câmara de Deputados, entre elas a reforma da Previdência Social, chegamos a um total de 273 deputados. Isso indica que não será com facilidade que medidas que envolvam grande ruptura à institucionalidade atual sejam aprovadas. Para aquelas que envolvam mudança constitucional, como sabemos, é necessária a aprovação por 3/5 dos deputados. Contudo, há que considerar dois aspectos: parte dos ajustes propostos, por exemplo, na Previdência, não requerem emenda constitucional; e haverá provavelmente uma tendência, pelo menos num primeiro momento, de partidos e deputados mais fisiológicos (que sempre apoiam quem está no poder) darem suporte às as propostas encaminhadas pelo executivo.

17 É interessante registrar que o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA, 2010, p. 134), em importante estudo sobre o Estado, as instituições e a democracia, considera que uma das condições para um partido ser considerado pequeno é não obter 5% da representação na Câmara de Deputados, situação de 19 dos 30 partidos que tiveram deputados eleitos nas eleições de 2018.

Tabela 2. Número de deputados, por partido, na Câmara Federal brasileira

Partido	Eleição em 2014 - a	Situação em 3/09/18	Eleição em 2018 - b	b - a	Partido	Eleição em 2014 - a	Situação em 3/09/18	Eleição em 2018 - b	b - a
PT	69	61	56	-13	NOVO	-	-	8	-
PSL	1	8	52	51	PPS	10	8	8	-2
PP	38	50	37	-1	PROS	11	11	8	-3
MDB (ex-PMDB)	65	51	34	-31	PSC	13	9	8	-5
PSD	36	37	34	-2	AVANTE (ex-PTdoB)	1	5	7	6
PR	34	40	33	-1	PHS	5	4	6	1
PSB	34	26	32	-2	PATRIOTA (ex-PEN)	2	5	5	3
PRB	21	21	30	9	PRP	3	-	4	1
DEM	21	43	29	8	PV	8	4	4	-4
PSDB	54	49	29	-25	PMN	3	-	3	0
PDT	20	19	28	8	PTC	2	-	2	0
SD	15	10	13	-2	DC (ex-PSDC)	2	-	1	-1
PODEMOS (ex-PTN)	4	17	11	7	PPL	-	1	1	-
PSOL	5	6	10	5	REDE	-	2	1	-
PTB	25	16	10	-15	PRTB	1	-	-	-
PC do B	10	10	9	-1	Total	513	513	513	

Fonte: Agência Câmara Notícias, 2018.

Sobre a fragmentação da representação partidária, uma observação: em vinte anos, de 1998 a 2018, o número de partidos com assento na Câmara de Deputados aumentou de 18 para 30, o que não significa que tenha aumentado a dificuldade de os partidos chegarem a acordos. A aplicação da cláusula de barreira, especialmente ao vetar a realização de coalizações para cargos proporcionais, deve alterar essa realidade. Sobre os motivos e implicações da existência de tantos partidos, a literatura é farta.

Em 2018, o Senado renovou 2/3 de seus integrantes, isto é, elegeu 54 senadores. Em relação a 2010, última vez que isso ocorreu, os partidos que mais sofreram perda em sua representação foram o MDB e o PT, cada um deles reduzindo o número de seus senadores em 7. No campo progressista, tal como definido anteriormente, houve, além da redução do PT, a exclusão da representatividade do PC do B e do PSOL. O partido de Jair Bolsonaro elegeu 4, não tendo representação em 2010 (Tabela 3).

Tabela 3. Número de senadores eleitos em 2010 e 2018

Partido	Eleição em 2010 - a	Eleição em 2018 - b	a - b	Partido	Eleição em 2010 - a	Eleição em 2018 - b	a - b
MDB	14	7	-7	PPS	1	2	1
PT	11	4	-7	PTB	1	2	1
PR	4	1	-3	PODEMOS	0	1	1
PSDB	6	4	-2	PRP	0	1	1
PSB	4	2	-2	DEM	2	4	2
PMN	1	0	-1	PHS	0	2	2
PSOL	1	0	-1	PSL	0	4	4
PCdoB	1	0	-1	Rede	*	5	5
PDT	2	2	0	PSD	*	4	4
PRB	1	1	0	PROS	*	1	1
PSC	1	1	0	SD	*	1	1
PP	4	5	1	Total	54	54	

*Não concorreu.

Fonte: TSE.

A composição do Senado, a partir de 2019, considerando os senadores (1/3) em exercício, eleitos em 2014, e os eleitos em 2018 (2/3), ficou bastante alterada em relação à de 2014. Também, considerando as forças que estarão representadas, difere significativamente da composição da Câmara de Deputados, que analisamos anteriormente. Há um traço, contudo, comum: expansão da representação partidária, o que chamamos de fragmentação da representação. O número de partidos aí presentes elevou-se de 15 para 21 (Tabela 4), de modo que as três maiores bancadas,

que antes detinham 53,09% do total de senadores, agora têm somente 33,33%. Nessa nova maioria não está presente o PT.

Essa fragmentação, em teoria, poderá dificultar a aprovação de medidas. Mas é preciso lembrar que o Executivo pode encaminhar propostas que não exijam uma maioria qualificada, valer-se de decretos e alterar normas e dispositivos que não exijam aprovação do Congresso. Além disso, as chamadas bancadas informais (evangélicos, ruralistas, etc.) ganharam força desde o *impeachment* de Dilma, o que, com a eleição de

Bolsonaro, foi ainda mais reforçado, dada sua explícita preferência em nelas se apoiar. Apesar de longa, vale a pena reproduzir a seguinte passagem escrita por Queiroz (2018, p. 1):

1) Assim, com a nova legislatura, que se iniciará em 2019, as bancadas informais tendem a cumprir um papel de grande influência, e não apenas nos temas que lhe são diretamente afetos. De um lado, pela grande quantidade de partidos, especialmente na Câmara, que passou de 28 agremiações para 30, dificultando o consenso para realização de debates e votações nas Casas legislativas. De outro, pela disposição do novo presidente da República de valorizar e priorizar as bancadas informais como interlocutoras de peso, inclusive como forma de moderar o apetite “fisiológico” dos partidos. Ao se reunir em torno de bancadas suprapartidárias, como a ruralista, a empresarial, a evangélica e a sindical, os parlamentares naturalmente acumulam forças dentro do Congresso e organizam pautas para que possam ser debatidas e seus projetos levados à votação. Se em circunstâncias normais, as frentes suprapartidárias já exerciam influência, em um cenário favorável a elas como esse que se avizinha, a tendência é que, com coordenação e com temas bem definidos, de um lado, e com o reconhecimento de sua condição de interlocutora prioritária por parte do governo, de outro, exerçam forte influência na definição da agenda do Poder Legislativo.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2018), ao analisar o perfil dos deputados federais e senadores eleitos,

chega a importantes conclusões que nos auxiliam a compreender como poderão se comportar essas Casas na relação com o novo presidente, Jair Bolsonaro. Trata-se de analisar a composição da Câmara e do Senado a partir das bancadas informais. Tal como dito anteriormente, elas agrupam deputados e senadores de diferentes partidos em torno de um tema. Entre as comentadas pelo DIAP, vamos destacar apenas três: a ruralista, a evangélica e a de segurança pública. Essas três são popularmente chamadas de as bancadas do boi, da bíblia e da bala (BBB). A escolha dessas bancadas deve-se a sua aderência ao pensamento declarado pelo presidente eleito durante sua campanha.

A **bancada ruralista** emerge, em 2019, com 76 deputados federais (45 foram reeleitos) e 28 senadores¹⁹. Os temas priorizados por ela, segundo o DIAP, são: meio ambiente, regulamentação da Emenda Constitucional 81/2014 (trabalho escravo), regulamentação da aquisição de terras por estrangeiros, demarcação de terras indígenas e anistia às dívidas de produtores rurais. Embora essa bancada tenha diminuído em relação à legislatura anterior, que contava com 109 deputados e 17 senadores, está fortalecida no novo governo. O presidente eleito assumiu

19 O DIAP (2018, p. 7) “classifica como integrante da bancada ruralista o parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou atuando na área do agronegócio, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários ou comissões, mas em entrevistas à imprensa e em outras manifestações públicas”.

sua pauta, fez dela uma interlocutora e nomeou lideranças do agronegócio (que compunham a Frente do Agronegócio) para postos-chave de seu governo (Onyx Lorenzoni, do DEM do Rio Grande do Sul para Ministro da Casa Civil, e Tereza Cristina, do DEM do Mato Grosso do Sul para o Ministério da Agricultura. Ambos

foram reeleitos em 2018.) e criou a Secretaria de Assuntos Fundiários, onde acomodou o presidente da UDR (União Democrática Ruralista). Além disso, indicou o ex-presidente da Frente para Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, que não havia sido reeleito no pleito de 2018.

Tabela 4. Senadores por partido nas legislaturas 2015-2018 e 2019-2022

Partido	Legislatura 2015 - 2018 - a	Legislatura 2019 - 2022 - b	a - b
PMDB	19	MDB	12
PT	13	PSDB	8
PSDB	11	PSD	7
PDT	6	DEM	6
PSB	6	PT	6
PP	5	PP	6
DEM	5	Podemos	5
PR	4	Rede	5
PSD	4	PDT	4
PTB	3	PSL	4
PCdoB	1	PTB	3
PSC	1	PHS	2
PRB	1	PPS	2
Psol	1	PR	2
PPS	1	PSB	2
		PRB	1
		PROS	1
		PRP	1
		PSC	1
		PTC	1
		Solidariedade	1
		Sem partido	1
	81		81

Fonte: Agência Senado, 2018

Na Câmara de Deputados, a bancada evangélica conseguiu reeleger 40 deputados e fazer 44 novos, de modo a contar com 84 deputados (75 na eleição de 2014) e, no Senado, com 7 senadores (eram 3). Os temas que fundamentam a existência dessa bancada são: regulamentação da união homoafetiva; pesquisas com células tronco; defesa da família; escola sem partido; ideologia de gênero; descriminalização do aborto. Conseguiu a indicação de Damares Alves, ex-assessora do senador Magno Malta e antes do deputado Arolde de Oliveira²⁰, para assumir o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. O Diap (2018, p. 9) chama atenção, ainda, para o fato de os evangélicos terem conseguido eleger lideranças de grande expressão junto a sua comunidade, algumas delas com grande exposição na mídia.

A bancada da **Segurança ou da Bala**, tradicionalmente, tem como temas prioritários a redução da idade da maioria penal; o fim das penas alternativas; e a modificação do Estatuto do Desarmamento e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para a legislatura que se inicia em 2019, é provável que incorpore em sua pauta questões como segurança e meios relativos à proteção das fronteiras do país, entre outros temas, dado o fortalecimento da presença de segmentos militares. Essa foi a bancada que mais cresceu no Congresso. Na Câmara, de 35 passou a 61 deputados federais, e desses, 22 são militares (antes eram 10); no Senado, contará com 9 senadores.

Somadas essas três bancadas informais, elas contam com 221 deputados federais e 44 senadores, isto é, 43,08% da Câmara e 54,32% do Senado, o que não é nada desprezível. Essas bancadas constituem a base de apoio inicial com que contará o presidente eleito.

Da análise da composição do Congresso Nacional – em termos partidários ou de suas bancadas informais –, concluímos que o mesmo será mais desfavorável a pautas como aquelas vinculadas aos direitos sociais, aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos trabalhadores. Além dos elementos aqui já tratados, salientamos que a bancada sindical perdeu 20 integrantes em relação à legislatura anterior. No plano da ação parlamentar, portanto, será muito difícil barrar tentativas de retrocesso em qualquer campo. Somente com a ação combinada com os movimentos sociais, que tomem as ruas e façam paralisações, é possível organizar alguma resistência efetiva.

A equipe de governo de Bolsonaro

Bolsonaro inicia seu governo com 22 ministérios²¹, 7 a menos com relação ao existente ao final do governo Temer. Foram extintos os ministérios do Trabalho, cujas atividades

20 Damares, antes de assessorar esse deputado, colaborava com a Frente Parlamentar Evangélica. Ela e Magno Malta são pastores.

21 Durante a campanha, havia falado em reduzir para 15 ministérios.

foram alocadas em três ministérios (Cidadania, Economia e da Justiça); os do Planejamento e da Fazenda, que junto com a Receita Federal e parte do atual Ministério da Indústria e Comércio Exterior, passam a integrar o Superministério da Economia; Segurança Pública, que passa a integrar o Ministério da Justiça; e Esporte, Cultura e Desenvolvimento Social, que passam a integrar o Ministério da Cidadania.

Dessas extinções, salienta-se a do Ministério do Trabalho, pasta que remonta aos anos 1930 de Getúlio Vargas. De lá para cá, o trabalho sempre teve sua importância reconhecida, constando do nome de ministério, associado ou não a outra atividade, tal como Previdência Social ou Indústria e Comércio. Sua extinção é mais do que simbólica, expressa o lugar secundário que o trabalho recebe na agenda de prioridades do novo presidente. Apesar da reforma trabalhista recentemente aprovada, que flexibiliza e precariza o mercado de trabalho brasileiro (que sempre contemplou uma parte informal significativa, sem direitos previdenciários e trabalhistas), Jair Bolsonaro afirmou, em reunião com parlamentares do DEM, em 12/12/2018, que pretende mudar a legislação trabalhista para aproximá-la da informalidade (ESTADÃO, 2018).

Outra extinção diz respeito ao Ministério do Desenvolvimento Social (chamado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome nos governos Lula e Dilma), que era responsável pelas

políticas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda no país. Esse ministério era responsável pelo Programa Bolsa Família. Embora as atividades desenvolvidas por esse ministério não devam ser extintas, certamente devem perder centralidade na agenda governamental.

O Quadro 2 apresenta os titulares dos ministérios de Jair Bolsonaro segundo ordem de indicação²². Vale a pena salientar que as indicações reforçam a hipótese do fim do presidencialismo de coalizção. No lugar de abrir o leque de apoio junto a outras representações, tal como foi feito nos governos anteriores, os nomes refletem inteiramente sua base de apoio original.

Entre os indicados, há seis militares. Dos demais, chamamos atenção para o pensamento do ministro das Relações Exteriores, Ernesto H. Fraga Araújo, e para as declarações de Damara Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Em 2017, em artigo no Cadernos de Política Exterior, publicação da Fundação

22 A equipe de Bolsonaro se completa com a indicação de nomes para importantes autarquias e instituições brasileiras. São eles: Roberto Campos Neto – Banco Central; Roberto Castello Branco – Petrobrás; Joaquim Levy – BNDES; Maurício Valeixo – Polícia Federal; Érika Marena – Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional; Mansueto Facundo de Almeida Junior – Tesouro Nacional; Rubem Novaes – Banco do Brasil; Pedro Duarte Guimarães – Caixa Econômica Federal; Carlos von Doellinger – IPEA; Edson Leal Pujos – Exército; Ilques Barbosa Junior – Marinha do Brasil; Antônio Carlos Moretti Bermudez – Força Aérea Brasileira.

Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério de Relações Exteriores, Ernesto Araújo afirma, no resumo e mais adiante no texto (ARAÚJO, 2017, pp. 323, 339 e 356):

O presidente Donald Trump propõe uma visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal, mas na recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais. A visão de Trump tem lastro em uma longa tradição intelectual e sentimental, que vai de Ésquilo a Oswald Spengler, e mostra o nacionalismo como indissociável da essência do Ocidente. Em seu centro, está não uma doutrina econômica e política, mas o anseio por Deus, o Deus que age na história. Não se trata tampouco de uma proposta de expansionismo ocidental, mas de um pan-nacionalismo. O Brasil necessita refletir e definir se faz parte desse Ocidente.

Não por acaso o marxismo cultural globalista dos dias atuais promove ao mesmo tempo a diluição do gênero e a diluição do sentimento nacional: querem um mundo de pessoas “de gênero fluido” e cosmopolitas sem pátria, negando o fato biológico do nascimento de cada pessoa em determinado gênero e em determinada comunidade histórica.

Somente um Deus poderia ainda salvar o Ocidente, um Deus operando pela nação – inclusive e talvez principalmente a nação americana. Heidegger jamais acreditou na América como portadora do facho do Ocidente, considerava os EUA um país tão materialista quanto a União Soviética e incapaz da autopercepção metafísica indispensável à geração de um “novo começo”, como ele dizia, essa refundação do Ocidente que repetiria em outros termos o primeiro começo gerado

pelos antigos gregos. Talvez Heidegger mudasse de opinião após ouvir o discurso de Trump em Varsóvia, e observasse: *Nur noch Trump kann das Abendland retten*, somente Trump pode ainda salvar o Ocidente.

Os trechos do artigo de Ernesto Henrique falam por si só. O que esperar de um chanceler que defende que a salvação do ocidente está nas mãos de Trump e que considera que a globalização dos costumes e consumo é fruto de um marxismo cultural? E quando apregoa o “fato biológico do nascimento de cada pessoa em determinado gênero”, negando, com isso, a possibilidade de um “descompasso entre corpo e alma”?

Foram diversas as declarações polêmicas dadas por Damares Alves, antes e depois de sua indicação. Todas elas são facilmente encontradas na biblioteca virtual que se transformou a internet. Chamamos atenção apenas para uma, por revelar parte do obscurantismo que corremos o risco de ver instalado no Brasil. “Chegou a nossa hora, é o momento de a Igreja ocupar a nação. É o momento de a igreja dizer à nação a que viemos. É o momento de a igreja governar”, em 01/05/2016, durante culto da Igreja Batista Lagoinha em Belo Horizonte²³. Em um país onde o Estado é considerado laico (parágrafo VI do artigo V da Constituição Federal), pois se

23 Ver em <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/nova-ministra-dos-direitos-humanos-e-o-momento-de-a-igreja-governar>

Quadro 2. Os ministérios e ministros do governo Bolsonaro, por ordem de indicação.

Casa Civil	Onyx Lorenzoni	Deputado Federal eleito para o quinto mandato, pelo DEM; segundo mais votado do Rio Grande do Sul. Apoiou o Bolsonaro desde o início da Campanha.
Economia	Paulo Guedes	Economista Ultraliberal
Justiça e Segurança Pública	Sérgio Moro	Juiz Federal. Principal nome da Operação Lava Jato e responsável por condenar Lula à prisão
Ciência e Tecnologia	Marcos Pontes	Militar, primeiro sul-americano a ir ao espaço filiado ao PSL
Gabinete de Segurança Institucional	Augusto Heleno P. Ribeiro	General de cinco estrelas; reformado; era filiado ao PRP
Agricultura	Tereza Cristina C. da Costa Dias	Deputada federal eleita pelo segundo mandato, pelo DEM, integrava a bancada ruralista. Produtora de soja no MS
Defesa	Fernando Azevedo e Silva	Ex-chefe do Estado Maior do Exército, foi indicado pelo comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, em 09/12/18, como assessor do presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli.
Relações Exteriores	Ernesto Henrique Fraga Araujo	Ocupava o cargo de diretor do departamento dos Estados Unidos, Canadá e assuntos interamericanos na gestão do chanceler Aloysio Nunes Ferreira no governo Temer
Controladoria Geral da União	Wagner Rosário	Estava no cargo desde 06/18, no exército chegou a capitão
Saúde	Luiz Henrique Mandetta	Médico ligado à Medicina privada, filiado ao DEM, foi
Educação	Ricardo Vélez Rodriguez	Professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército
Advocacia Geral da União	André Luiz de A. Mendonça	Advogado da União desde 2000, foi procurador seccional da União em Londrina, no Paraná
Secretaria Geral da Presidência	Gustavo Bebianno	Presidente do PSL durante o primeiro turno. Não tinha experiência política até 2017
Secretaria de Governo	Carlos Alberto dos Santos Cruz	General de divisão
Infraestrutura	Tarcício Gomes de Freitas	Ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)
Desenvolvimento Regional	Gustavo Canuto	Servidor do Ministério do Planejamento
Turismo	Marcelo Álvaro Antônio	Deputado Federal eleito pelo PSL, o mais votado em Minas Gerais, onde era presidente do PSL
Cidadania	Osmar Terra	Deputado Federal eleito pelo MDB. Foi indicado pela Frente Parlamentar da Assistência
Minas e Energia	Albuquerque Junior	Almirante da Marinha
Mulher, Família e Direitos Humanos	Damares Alvez	Advogada, pastora evangélica, assessora do senador Magno Malta
Meio Ambiente	Ricardo de Aquino Salles	Filiado ao Partido Novo

coloca na defesa de todas as religiões, dizer que uma determinada religião vai governar é alçar a intolerância a seu ponto máximo, forjando o caminho para a barbárie.

4. Considerações Finais

A eleição da chapa Jair Bolsonaro / Hamilton Mourão, ao encerrar definitivamente a experiência da Nova República, introduz a possibilidade de uma nova forma de governar que não aquela fundada no presidencialismo de coalizção. A vitória de Bolsonaro sobre o candidato Haddad, do PT, era até certo ponto previsível quando voltamos nosso olhar para os resultados dos pleitos desde 2002, pois, a cada nova eleição, foi menor o percentual de votos recebidos pelos candidatos do PT. Ao mesmo tempo, viu-se estruturar uma divisão pró e contra o chamado petismo, tanto em termos regionais como de classe, especialmente se tomada como critério de definição a renda.

Para essa situação contribuíram vários fatores. Neste texto, demos prioridade àqueles no campo dos valores, com o intuito de entender as raízes do ódio manifestado no último pleito pelos eleitores de Bolsonaro, da qual o próprio candidato não esteve isento, como vimos. Concluímos que os avanços em termos de políticas de transferência de renda e de inclusão realizados durante os governos Lula e Dilma chocaram-se diretamente com os valores defendidos pela

larga classe média brasileira (mas não só dela), defensora que é da meritocracia. Ao mesmo tempo, mesmo que isso não seja necessariamente verbalizado por todos (mas alguns o fizeram), essa classe é muito ciosa em manter seu *status* relativo, isto é, a melhora de renda dos segmentos da base da pirâmide do mercado de trabalho foi sentida como um empobrecimento de sua situação, de sua classe social, o que, com o passar do tempo, tornou-se intolerável. Afora o fato de que o Programa Bolsa Família, associado à política de valorização do salário mínimo e a um desemprego muito baixo ao final do primeiro governo Dilma, atuou como um piso salarial de fato, de modo que ficava cada vez mais difícil contratar alguém, mesmo que fosse para trabalhos gerais, a qualquer preço.

Da mesma forma, o avanço no reconhecimento da diversidade afetiva e sua maior visibilidade, bem como da luta das mulheres e dos LGBTQs, foram sentidos como uma ameaça a sua ideia de família, ao que consideram relações afetivas normais e a si mesmos, posto que colocam em questão a si mesmos. Certamente o crescimento das igrejas evangélicas no país, no qual chama atenção falas como a da pastora Damares Alves, disponíveis no *YouTube*, contribuíram para reforçar essa percepção. Por último, ainda no campo dos valores, pesou a pecha de que tudo que vem do PT é necessariamente corrupto, resultado de anos de campanha realizada pela grande mídia, com destaque para o Grupo Globo.

Esse conjunto de fatores, e de outros tratados no texto ou não, alimentaram a construção do antipetismo e o afloramento à superfície do conservadorismo da sociedade brasileira, que é extremamente desigual e racista. Durante todo o período da Nova República, e especialmente durante os governos Lula e Dilma, ainda que os valores progressistas vinculados a direitos sociais, políticos e da pessoa humana em todas as suas esferas tenham se firmado, inclusive do ponto de vista institucional e legal, eles não foram abraçados por parte da população brasileira.

Esse fato deve favorecer, por parte do novo governo, a implantação de pautas mais conservadoras, tal como redução da maioridade penal e a regulamentação da posse de armas. Para isso, ele deve, além de fazer acordos com alguns partidos, apoiar-se mais nas chamadas bancadas informais. Mas sempre é importante lembrar que o presidente pode se valer de medidas que não exijam a maioria qualificada para serem aprovadas, pode abusar do uso de medidas provisórias e decretos e pode simplesmente mudar, no plano da operacionalização dos serviços, políticas que se firmaram ao longo da Nova República. A efetividade dessas estratégias estará na dependência da resistência que os movimentos sociais farão à agenda conservadora, ao avanço da privatização e à retirada de direitos, caso o propagandeado por Bolsonaro seja levado adiante.

Bibliografia

- ABRANCHES, Sérgio H. H. de. “Presidencialismo de coalização: o dilema institucional brasileiro.”, *Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, nº 1, Rio de Janeiro, pp. 5-34, 1988.
- AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. PT e PSL elegem as maiores bancadas da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564009-PT-E-PSL-ELEGE-AS-MAIORES-BANCADAS-DA-CAMARA-DOS-DEPUTADOS.html> Acesso em 28/12/2018.
- AGÊNCIA SENADO. Composição do Senado salta de 15 para 21 partidos. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/composicao-do-senado-salta-de-15-para-21-partidos-em-2019>. Acesso em 29/12/2018.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras. Uberlândia, 2016. Disponível em http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES_2014.pdf Acesso em 23/12/18.
- AVRITZER, Leonardo. O fim da Nova República. 15/05/2016. Disponível em <https://jornalggm.com.br/noticia/o-fim-da-nova-republica-por-leonardo-avritzer> Acesso em 24/11/2018.
- BRASIL. Lei 13.152 de 29 de julho de 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13152.htm Acesso em 25/12/2018.
- _____. Emenda Constitucional 97 de 04 de outubro de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc97.htm Acesso em 28/12/2018.
- CONSTANZI, Rogerio Nagamine & RIBEIRO, Helio Vinicius Moreira. “A difícil luta pelos direitos trabalhistas dos trabalhadores domésticos.”, *Revista ABET*, vol. VI — n. 2/2007. Recife, Associação Brasileira de Economia do Trabalho, 2007.
- EL PAÍS. Resultado das eleições presidenciais no Brasil. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/media/1540824280_004548.html. Acesso em 11/12/2018.
- _____. Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html. Acesso em 27/12/2018.
- ESTADÃO. Lei trabalhista tem de se aproximar da informalidade, diz Bolsonaro. *Estadão*, Economia & Negócios, São Paulo, 12/12/2018. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,lei-trabalhista-tem-de-se-aproximar-da-informalidade-diz-bolsonaro,70002643908>. Acesso em 31/12/2018.
- FAJARDO, Vanessa. Como o analfabetismo funcional influencia a relação com as redes sociais no Brasil. BBC, 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46177957>. Acesso em 02/01/2019.

HARRIS, David Evan. “*Vocês vais me server*”: desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do equador. Dissertação de mestrado. FFLCH, USP, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010* – Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua), 2o trimestre de 2018. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=22193&t=resultados>. Acesso em 25/12/2018.

MARQUES, Rosa Maria. “A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros.”, *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, n. 1. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

MARQUES, Rosa Maria & ANDRADE, Patrick Rodrigues. “Crisis política y escalada del capital en Brasil.”, *Realidad Económica*, nº 302, 1, pp. 64-92, Buenos Aires, IADE, agosto y septiembre de 2016. Disponível em http://www.iade.org.ar/system/files/ediciones/re_302.pdf.

MARQUES, Rosa Maria & UGINO, Camila Kimie. “O Brasil é chamado à ordem.”, *Argumentum*, v. 9, n. 3, pp. 8-23, Vitória, set./dez. 2017. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17944/13027>

MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barros & UGINO, Camila Kimie. “Governos Lula e Dilma em matéria de Seguridade Social e acesso à educação superior.”, *Revista de Economia Política*, volume 38 (3), São Paulo, julho 2018.

MARTINS, Carlos Eduardo. O fim da Nova República?. Blog da Boitempo. São Paulo, 16/03/2016. Disponível em <https://blog-daboitempo.com.br/2016/03/16/fim-da-nova-republica/> Acesso em 24/11/2018.

MATIELLI, Armando. Custos da cafeicultura no país do Bolsa Família. *CAFEPPOINT*. Disponível em <https://www.cafepoint.com.br/colunas/espaco-aberto/custos-da-cafeicultura-no-pais-do-bolsafamilia-por-armando-matielli-78484n.aspx>. Acesso em 26/12/2018.

MELO, Patrícia Campos de. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. Folha de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml> Acesso em 27/12/2018.

O GLOBO. Datafolha de 25 de outubro para presidente, por sexo, idade, renda, escolaridade, região, religião e orientação sexual. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/26/datafolha-de-25-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-orientacao-sexual.ghtml> Acesso em 27/12/2018.

ONG TRANSGENDER EUROPE. *TMM annual report 2016*. Berlin, Transgender Europe, 2016. Disponível em <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>. Acesso em 28/12/2018.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. Novo Congresso Nacional veio pior que a encomenda. Brasília, *Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)*, 2018. Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/28530-novo-congresso-veio-pior-que-a-encomenda> Acesso em 30/12/2018.

SAFATLE, Vladimir. A Nova República acabou. *Carta Capital*, São Paulo, 15/03/2015. <https://www.cartacapital.com.br/revista/841/a-nova-republica-acabou-2242.html>. Acesso em 24/11/2018.

_____. Deixe os mortos enterrarem seus mortos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07/08/2015. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/08/1665348-deixe-os-mortos-seus-mortos.shtml> Acesso em 24/11/2018.

SISPROUNI, 2015. Disponível em http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf. Acesso em 23/12/2018.

VALOR. Benefícios do Bolsa Família sustentam 21% da população do país. *Valor Econômico*, São Paulo, 2018. Disponível em <https://www.valor.com.br/brasil/5306087/beneficios-do-bolsa-familia-sustentam-21-da-populacao-do-pais> Acesso em 25/12/2018.

VELOSO, AMANDA MONT'ALVÃO. O descompasso entre corpo e alma. *Estadão*, Aliás, São Paulo, 16/12/2018.

IDERLEY COLOMBINI

CAIO PRADO JÚNIOR, O “SENTIDO DA COLONIZAÇÃO” E SEUS DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS

Recebido em 08/2016

Aprovado em 07/2018

CAIO PRADO JÚNIOR, O “SENTIDO DA COLONIZAÇÃO” E SEUS DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS¹

Resumo

A proposta desse trabalho é explorar a importante contribuição de Caio Prado Júnior para a compreensão do Brasil, principalmente no concernente à sua tese principal, que perpassa toda sua obra: o “sentido da colonização”, expandindo essa ideia através de seus desdobramentos teóricos por outros autores e, por fim, sugerindo novas perspectivas. O pensamento crítico e pioneiro do autor se tornou um marco historiográfico e teórico para a interpretação do Brasil, dando margem para importantes contribuições e desdobramentos, os quais se pretende apresentar nesse trabalho dentro da perspectiva de refletir sobre o conteúdo desse sentido da colonização que perpassa a formação e o desenvolvimento do Brasil.

Palavras chave: Caio Prado Jr.; sentido da colonização; mercado mundial; sistema colonial; acumulação primitiva.

Abstract

The purpose of this paper is to explore the important contribution of Caio Prado Júnior for understanding Brazil, especially regarding his main thesis, that spans his work: the “sense of colonization”. The critical and pioneering thought of the author became a historiographical and theoretical framework for the interpretation of Brazil, giving rise to important contributions and developments, which this work intends to present within the perspective of reflecting on the content of that

IDERLEY COLOMBINI

Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ) e graduado pela Universidade de São Paulo (FEA-USP)

sense of colonization that permeates the formation and development of Brazil.

Keywords: Caio Prado Júnior.; sense of colonization; the world market; colonial system; primitive accumulation.

I. Introdução

A importância do trabalho de Prado Júnior está em não olhar as características do Brasil a partir simplesmente de elementos particulares do seu processo de formação², mas de como esse processo está vinculado com o próprio sistema capitalista, e de como essa inserção em um novo modo de produção terá características fundantes, não apenas do ponto de vista histórico, mas também da própria lógica de reordenação do país a partir dessa formação característica. Os “sentidos da colonização”, como Prado Jr. (2011) cunhou sua tese sobre a formação do Brasil, irão perpassar toda a sua obra teórica e historiográfica, apresentando em distintos momentos como esse sentido acaba por moldar o presente do país, tanto da perspectiva do seu atraso quanto das suas modernizações e revoluções.

A obra desse intelectual paulista irá marcar todo o pensamento marxista brasileiro, não apenas por ser considerado o primeiro (Cf. NOVAIS, 1986 e 1983; RICUPERO, 2000; COUTINHO, 1988;

VIEIRA *et alii*, 2015), mas principalmente por se distanciar da visão mais “tradicional” do marxismo, muito ligada ao Partido Comunista e às abordagens da Segunda e Terceira Internacional Comunista. A sua análise singular terá um importante papel de pautar grande parte da pesquisa posterior, principalmente a partir dos anos de 1960, quando surgem novas interpretações instigadas pelas recentes mudanças no país.

As abordagens posteriores da obra de Caio Prado Jr. colocam-se justamente com a tarefa que descrevemos no começo dessa introdução, ou seja, abarcar novos elementos teóricos e históricos a partir da visão traçada pelo autor. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que os sentidos da colonização ganham novas formas e melhores definições, que ao invés de contradizerem o pioneiro marxista paulista, apenas reforçam e iluminam suas formulações precursoras.

Além das formulações que se propuseram a expandir e refinar a abordagem proposta por Caio Prado há também propostas críticas, que em discordância com a tese central dos sentidos da colonização se propuseram a elaborar modelos alternativos, com destaque para o modo de produção colonial². Contudo, apesar da

1 O autor agradece as discussões e reflexões realizadas durante o curso “Intérpretes do Brasil”, ministrado pela professora Maria Mello de Malta, obviamente se comprometendo com qualquer erro ou omissão. Agradece também ao apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: iderley_colombini@hotmail.com.

importância dessas críticas para a compreensão do período colonial, não iremos nesse trabalho apresentar detalhadamente essas obras por fugirem do escopo mais geral de compreender a noção de sentido da colonização como caracterizada por Caio Prado. Dessa forma, intenciona-se apresentar a tese de Prado Jr. da perspectiva da essencialidade do capitalismo brasileiro, ao qual se apresenta em formas distintas conforme sua expansão e complexificação.

Dentro dos vários autores que seguiram as pistas fornecidas por Prado Jr. com relação aos sentidos da colonização, há um grande destaque para os trabalhos de Fernando Novais (1979, 1986 e 1983) e seu grupo de pesquisa, que irão conferir um caráter mais amplo e melhor definido para os sentidos da colonização. Carlos Nelson Coutinho (1988), por sua vez, traz contribuições importantes do ponto de vista categorial, o que nos auxiliará principalmente com relação às transformações políticas que envolvem essa noção de sentido da colonização.

Novais (1979), assim como outros colaboradores da tese do “capitalismo tardio” – com grande destaque para Cardoso de Mello (1987) –, irá ressaltar a importância do sentido da colonização na incorporação dos países tropicais americanos no processo que Marx caracterizou como acumulação primitiva, tendo vários impactos no modo como a economia e a sociedade brasileira se formaram em detrimento dessa acumulação específica. Coutinho (1988), por sua

vez, propõe-se a apresentar a imagem de Brasil na obra de Caio Prado Jr. através da incorporação de novas categorias marxistas que vieram a se tornar clássicas no processo de formação dos Estados periféricos no capitalismo, mas que eram desconhecidas pelo autor brasileiro pioneiro, como ‘via prussiana’ e ‘revolução passiva’.

Dentro dessa perspectiva e seguindo a trajetória descrita acima, pretende-se, nesse trabalho, apresentar as ricas contribuições desses autores sobre a especificidade da formação do Brasil dentro do sistema capitalista, para tentar, no final, brindar algumas novas contribuições ou elementos para o rico debate apresentado, tendo como pontos principais a discussão sobre mercado mundial e acumulação primitiva permanente no pensamento marxista.

Na próxima seção apresenta-se parte da obra de Caio Prado Jr., principalmente no que condiz a sua valiosa contribuição dos sentidos da colonização e da sua ideia de Brasil que se forma

2 Dentre os trabalhos críticos à tese central de Caio Prado Júnior, destacam-se os trabalhos de Gorender (1980, 1985) e Cardoso (1988) nos anos de 1980, os quais defendem a centralidade da dinâmica interna da colônia, que constituiria um modo de produção colonial. Nos anos de 1990 novos estudos partem por essa mesma linha de dar maior centralidade para os aspectos internos, contudo com maior ênfase para os aspectos políticos da centralidade da colônia, como o trabalho de Fragoso e Florentino (2001), o qual enfatiza as relações particulares de poder nos processos endógenos de produção, caracterizando o momento colonial como uma espécie de um “arcaísmo como projeto” político, conferindo autonomia para a colônia ainda maior do que as análises centradas no modo de produção do escravismo colonial. Dessa forma, as teses do “modo de produção escravista colonial” e do “arcaísmo como projeto” podem ser vistas como duas perspectivas distintas e críticas à tese de Prado Júnior (2011), das quais derivaram uma série de pesquisas e estudos, tanto teóricos como trazendo novos dados e trabalhos estatísticos.

a partir desse elemento teórico (lógico) como movimento essencial. Em sequência apresentaremos os trabalhos de Novais (1979) e Coutinho (1988), com a intenção de aprofundar e obter novos elementos nessa análise. Por fim pretende-se elaborar uma síntese dessa visão do Brasil iniciada pelo intelectual paulista com novos referenciais categoriais, os quais, longe de contradizerem os trabalhos apresentados, almejam dar pequenos novos passos nessa árdua tarefa de interpretar o Brasil e seus intérpretes.

2. O Brasil de Caio Prado Júnior e os sentidos da colonização

A obra de Caio Prado Júnior, além da sua importância teórica e metodológica em sua contribuição para a teoria marxista no país, deve ser vista também da perspectiva da sua ruptura de classe³, sendo ele pertencente à classe dominante de sua época, a qual se encontrava em franca ascensão econômica na São Paulo dos anos de 1930. A origem de Caio Prado já indica dois pontos importantes: o primeiro com relação a sua ruptura da ordem social existente e a segunda do ponto de vista “de qual” Brasil parte sua análise.

Essa ruptura, parafraseando Antonio Candido (1990), irá se diferenciar da ruptura “tradicional” dos intérpretes do Brasil que se opõem, em alguns elementos, à sua classe, mas, em termos gerais, acabam por reforçar sua posição. O caso do intelectual paulista é singular: sua conversão

ao Partido Comunista irá marcar a radicalidade do seu pensamento e todos os percalços e dificuldades de sua trajetória intelectual, intercalada por prisões e proibições de obtenção de cargos públicos. Como apresentado por Florestan Fernandes (1991), um dos maiores enigmas “posto por Caio Prado Júnior, como pessoa, cidadão e pensador, é sua ruptura radical com a ordem social existente”. Essa radicalidade refere-se não apenas ao seu posicionamento de marxista e comunista, mas também às suas colocações dentro desses grupos, sempre de uma perspectiva crítica. Sem ceder às “forças da corrente”, sempre optou pelo questionamento e pela “contra argumentação”, como pode ser visto em grande parte da sua criativa contribuição, que, como nos lembra Coutinho (1988), mesmo com um conhecimento teórico marxista relativamente limitado, conseguiu êxitos brilhantes, frutos da sua própria intuição e pesquisa.

O ponto de vista de “pensador paulista” também marcou em definitivo seu pensamento. Se outro pensamento clássico como Gilberto Freyre (2000) pode ser caracterizado por uma visão ligada ao passado, dada sua posição dentro das elites nordestinas dos senhores de engenho,

³ A ruptura de classe realizada por Caio Prado Júnior corresponde a um interessante campo de estudo da história do pensamento brasileiro, que nos revela muito dos grilhões sociais capitalistas e principalmente, nesse caso específico, da formação da elite paulista cafeeira e com “disposição” industrial. Contudo, mesmo com as interessantes obras sobre o tema, essa discussão foge do escopo desse trabalho.

Caio Prado Júnior, ao contrário, “pensa sempre o país pelas suas potencialidades, isto é, pelo que ele pode vir a ser” (NOVAIS, 1983). Esse pensar do devir da nação brasileira irá marcar toda a obra do autor, caracterizando tanto seu referencial teórico como seu escopo principal, a passagem do Brasil colônia para a Nação⁴. Essa passagem do Brasil, assim como os seus desafios e continuidades, ficará marcada na obra de Caio Prado Jr. de modo singular devido a sua tese dos “sentidos da colonização”, já apresentada no seu clássico primeiro capítulo do livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011).

O sentido, ao qual se refere Prado Jr., será um marco do pensamento brasileiro, incorporando elementos dinâmicos da própria trajetória econômica e social para a compreensão da trajetória da recente nação⁵.

Todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um certo “sentido”. [...] Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. (*ibidem*, p. 15)

Esse sentido da colonização irá perpassar toda a obra do autor, não só no *Formação do Brasil Contemporâneo*, em que expõe de forma definitiva sua tese, mas durante toda a sua vida, o

que revelará seu senso profundo de dialética do objeto, que em cada momento demonstra uma forma e um aspecto da sua essência.

O sentido como essência ou totalidade da nação brasileira irá diferenciá-lo dos outros autores clássicos como Gilberto Freyre (2000) e Sérgio Buarque de Holanda (1995), pois não parte de uma particularidade – como “formação da família” em Freyre (2000) ou do “*éthos* do aventureiro” em Holanda (1995) – da colônia, mas do seu sentido de totalidade, do qual pode, por exemplo, serem retiradas essas particularidades. A formação do Brasil, na visão de Prado Jr., será dominada por esse fenômeno caracterizado pela colonização europeia, no caso a portuguesa, o que diferirá da tradição do Partido Comunista, que, seguindo a “Segunda e Terceira Internacional Comunista”, consideravam as Revoluções Inglesa e Francesa como os padrões. Como mostra Prado Jr. (2011), no caso brasileiro, a

4 A constituição do Brasil como Nação na obra de Caio Prado Júnior é bastante questionável, como nos apresenta Coutinho (1988), dada a tendência dos últimos trabalhos de Prado Jr. a acusarem a necessidade de uma revolução burguesa brasileira. Apesar da discordância com essa abordagem política, esse trabalho não irá apresentar em todas as nuances esse debate, dado seu enfoque nos “sentidos da colonização” e seus desdobramentos teóricos possíveis.

5 Como abordaremos ao longo desse trabalho, a noção do sentido da colonização exposto pelo autor não deve ser vista como uma categoria economicista ou teleológica, como sugerem muitos de seus críticos. A ideia do econômico e do devir não se coloca como imutabilidade ou inevitabilidade, mas, pelo contrário, insere-se na percepção da totalidade de um processo que se apresenta de diferentes formas e que impõe uma necessidade de determinadas mudanças estruturais para transformar essa trajetória – no caso, advinda do passado colonial.

superação para o capitalismo não ocorreu em relação ao feudal, mas ao colonial, por isso as bases e formas em que as transformações ocorrem são muito distintas, o que remete à necessidade de uma superação pela constituição de uma nação que rompesse com seu passado colonial.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é umas das resultantes, e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (ibidem, p. 28)

A colonização brasileira não é vista como um fato isolado de uma aventura casual da nação portuguesa, ao contrário, é compreendida como desdobramento da expansão marítima dos países europeus, que depois do século XV são impulsionados pelo capital comercial. A procura pela expansão comercial é vista na preferência pelas rotas comerciais do Oriente, com os produtos da Índia e da China, o que fez a América, em um primeiro momento, ser vista como não rentável para as metrópoles europeias. Somente com a implantação das empresas comerciais nos trópicos as colônias das Américas passam a ser incorporadas no sistema

comercial europeu que se formava. Assim toda a lógica das colônias rege-se pela dinâmica da Europa temperada, a qual tinha forte demanda por produtos tropicais à preços acessíveis e em grandes quantidades.

Essa necessidade e procura comercial por produtos tropicais, colocada por Prado Jr. (2011), podem ser vistas na distinção entre as colônias de exploração no sul e as de povoamento no norte das Américas. As colônias de povoamento, como o caso principal da Nova Inglaterra, terão uma lógica totalmente distinta das colônias de exploração de produtos primários. Essas regiões de clima temperado receberam uma população não vinculada com os objetivos comerciais europeus, mas com os frutos das guerras e perseguições (religiosas, étnicas e políticas) durante e por volta do século XVII, que deslocaram grandes massas populacionais para terras distantes de clima similar para se instalarem e reconstruírem suas vidas.

A colonização da América tropical, por sua vez, terá a lógica da exploração, tendo o colono europeu o único estímulo do ganho fácil e em grande quantidade para se mudar para uma terra inóspita e estranha aos seus hábitos sociais e culturais. A inospitalidade que em um primeiro momento se apresentava como uma dificuldade para a ocupação tornou-se um grande trunfo devido à possibilidade de enormes ganhos com o comércio de produtos tropicais. É dessa

forma que surge nos trópicos a grande propriedade destinada à exploração comercial. Os colonos dessas empresas comerciais só viriam, portanto, atraídos pela produção de gêneros de grande valor comercial, com o incentivo de se tornarem dirigentes e empresários de uma grande exploração com um grande número de trabalhadores⁶.

Os trópicos formarão uma grande propriedade com uma mão de obra dependente, muito diferente da formação por pequenas propriedades das regiões temperadas. Contudo, Portugal, assim como todo país europeu, não contava com população suficiente para abastecer sua colônia de mão de obra, além do fato, já mencionado, de um colono europeu dificilmente emigrar para os trópicos com o objetivo de ser trabalhador no campo. Por isso, argumenta Caio Prado, a escravidão tornou-se uma necessidade, solução que se desenvolveu de forma semelhante em todas as colônias tropicais e subtropicais da América. O trabalho escravo, dessa forma, irá se constituir como a forma de trabalho nos trópicos, o que dará forma a toda relação social aí estabelecida⁷.

A lógica ou o sentido da colônia irá caracterizar a produção, o trabalho e a concentração no país, através da exportação de produtos tropicais com mão de obra escrava em grandes latifúndios, sendo ainda voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. Esse sentido exposto de forma brilhante pelo

intelectual paulista possui ainda um ponto importante e fundamental que estará presente em sua obra posterior, assim como nos intelectuais que seguirão seu caminho. A noção de sentido exposto por Caio Prado não se refere apenas ao momento específico da colônia, mas também à ideia de trajetória da nação que se ergue a partir dessa lógica colonial⁸. “Tanto não era apenas o regime de colônia que artificialmente mantinha tal situação que, abolido ele com a

6 “A grande exploração agrária – o engenho, a fazenda – é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar nesses os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer.” (PRADO JR., 2011, p. 124; grifo no original).

7 A diferença com os outros “intérpretes” clássicos do Brasil pode ser vista nessa construção social apresentada por Caio Prado Jr. (2011), em que a enorme desigualdade e o patriarcalismo formam-se a partir da solidificação da base econômica monocultural para exportação e escravista e não de elementos sociais particulares. Por isso não deve ser entendida dentro de um determinismo economicista, pois busca, através da totalidade das relações sociais, entender as demais formas particulares, em que o trabalho escravo será um elemento central. Diferente do que advogam as teorias críticas à tese de Caio Prado – como Gorender (1985) e Fragoso e Florentino (2001) –, seu pensamento não diminui a centralidade do trabalho escravo, apenas compreende seu sentido dentro do sistema capitalista regido pela lógica comercial. “Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. [...] O clã patriarcal, na forma em que se apresenta, é algo de específico da nossa organização. É do regime econômico que ele brota, deste grande domínio que absorve a maior parcela da produção e da riqueza coloniais. [...] De simples unidade produtiva, [o grande domínio] torna-se desde logo célula orgânica da sociedade colonial; mais um passo, e será o berço do nosso ‘clã’, da grande família patriarcal brasileira.” (PRADO JR., 2011, pp. 304-305).

independência, vemo-la perpetuar-se. O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana, de seu estatuto colonial a outros respeito, e em que o ‘sete de setembro’ não tocou.” (*ibidem*, p. 131).

O sentido da colonização, não apenas como descrição de um período histórico, mas como lógica fundante da própria nação que vem a se desenvolver, deve ser visto como o ponto chave da obra de Caio Prado Júnior, o qual se desdobrará em formas diferentes de acordo com sua manifestação, como pode ser visto nas obras *A questão agrária no Brasil* (1964) e *A revolução brasileira* (1966). Nessas suas obras posteriores fica explícita a ideia do sentido que ainda permaneceria na nação, buscando apresentar como ocorreria esse processo de continuidade tanto da perspectiva do campo quanto das transformações advindas da industrialização e urbanização.

Nas próximas seções apresentaremos trabalhos que exploram em mais detalhes esse sentido da colonização e das transformações do Brasil dentro do sistema capitalista, buscando entender tanto essa essência do sentido da colonização quanto o seu processo de transformação em continuidade.

3. Sistema Colonial e Revolução Passiva

Nessa seção apresentaremos alguns trabalhos e abordagens que expandem a tese de Caio Prado

Júnior, principalmente através de uma melhor elaboração do ponto de vista categorial teórico, mas também através da conceituação mais precisa do “sentido” dentro do sistema capitalista. Destacaremos aqui o trabalho de Fernando Novais (1979, 1983 e 1986), pela sua importante contribuição com relação ao sistema colonial, e o de Carlos Nelson Coutinho (1988), com sua instigante comparação das teses de Caio Prado Jr. em relação às categorias clássicas marxistas até então desconhecidas para o intelectual paulista, como “via prussiana” de Lenin (1980 e 1985) e “revolução passiva” de Antonio Gramsci (2000).

Fernando Novais, em sua trajetória intelectual, irá seguir o caminho aberto por Caio Prado Júnior, buscando compreender a colonização pela perspectiva de sua natureza mais geral como momento histórico fundante, não pelas suas especificidades e detalhes laterais, como se faz em grande parte das análises sobre esse período. No grande quadro construído por sua longa pesquisa, iremos explorar com mais detalhes as considerações realizadas por Novais (1979) com

8 “Reduzindo o Brasil à simples situação de produtor de alguns gêneros destinados ao comércio internacional, acabou por se identificar a tal ponto com a sua vida, que já não se apoiava unicamente em nossa subordinação de colônia, já não derivava apenas da administração do reino. Orientada em tal sentido desde o início da colonização, determinada por fatores mais profundos que simplesmente a política deliberada do reino e que vão condicionar a formação e toda evolução da economia brasileira, esta última assim se organiza e tal se tornara, no fim da era colonial, a natureza íntima de sua estrutura. (*ibidem*, p. 131).

relação ao enquadramento da colonização brasileira dentro do processo de acumulação primitiva e de seu vínculo com as políticas mercantilistas dentro da lógica do capital comercial.

Novais afirma enfaticamente a importância reveladora do trabalho de Caio Prado Júnior de mostrar a formação do Brasil e da colônia dentro do processo histórico de constituição do capitalismo moderno. Contudo, devido a seu pioneirismo e à tradição da historiografia brasileira menos voltada para as vinculações da história do Brasil com a história geral da civilização ocidental, Novais argumenta a necessidade de seguir adiante na análise sobre os sentidos da colonização, ligando a colonização com o processo de acumulação primitiva e de formação do capitalismo moderno.

Efetivamente, inserida no contexto mais geral do Antigo Regime – isto é, no contexto da política mercantilista do capitalismo comercial executada pelo estado absolutista – a colonização da época moderna revela nos traços essenciais seu caráter mercantil e capitalista. [...] A aceleração da acumulação primitiva configura, pois, o sentido último da colonização moderna; [...] mais ainda, a colonização fica indissolúvelmente ligada ao processo histórico de formação do capitalismo moderno, à transição do capitalismo comercial para o industrial (capitalismo pleno). [...] De fato, ela [colonização] se apresenta agora como uma peça no conjunto de mecanismos que, promovendo a acumulação originária, tendiam a possibilitar a superação dos entraves institucionais e

econômicos que ainda perturbavam a expansão do capitalismo moderno Europeu. (NOVAIS, 1969, p. 259)

Ao conectar o processo de colonização com a acumulação primitiva, Novais categoriza a constituição de um sistema colonial, que seria integrado funcionalmente ao Antigo Regime, como mecanismo intensificador das políticas mercantilistas. Nessa análise, a acumulação primitiva seria o processo de acumulação de capital predominante na esfera da circulação, ou seja, incorporando um excedente econômico gerado fora do sistema, mas sendo um pré-requisito para a formação e expansão das relações capitalistas. É por esse prisma que defende a compreensão da ligação entre as colônias e as metrópoles do Antigo Regime, as quais, com suas políticas mercantis, preconizavam uma balança comercial favorável, abertura de novos mercados e preservação monopolista, o que sintetiza essa acumulação de capital originária.

A colonização das Américas, portanto, ocorre de uma forma específica dentro da história da humanidade, ou seja, não mais ligada a um caráter conquistador de territórios com vias imperiais ou de dominação, mas guiada pela ótica da expansão do capital comercial. A força dos Estados metropolitanos em erguer esse sistema colonial estava em promover o comércio dos produtos tropicais, indo de certa forma além da pura esfera comercial, desdobrando

para a própria produção econômica no ultramar. Novais (1979) e Cardoso de Mello (1987) darão contribuições importantes ao analisar a formação e a transformação da colônia dentro das mudanças do sistema capitalista, não pela primazia de uma esfera, mas por um entendimento de totalidade sistêmica.

A formação do capitalismo, ainda em traços comerciais, deu luz ao sistema colonial como forma de sua expansão e de seu fortalecimento na transição para o capitalismo industrial. A produção durante a colônia, como nos mostraria Marx⁹, deve ser vista dentro de um quadro de capitalismo formal, em que, apesar da inexistência da mão de obra livre, essa se constitui como uma mercadoria, a qual é determinada, assim como a produção de monocultura em larga escala, pela lógica mercantil. “Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial. Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório.” (CARDOSO de MELLO, 1987, p. 43).

A produção da colônia, que já possuía traços ou uma lógica do capital, ainda se encontrava em uma feição comercial e de acumulação primitiva, ou seja, em um sistema de relações sociais em que, apesar da lógica já totalizante do capital, ainda prevalecia relações coercitivas diretas, exteriores à lógica “autônoma”

que caracteriza o capitalismo industrial. Tanto do ponto de vista das relações entre Estados como das relações sociais internas, a coerção é imposta diretamente no sistema colonial, seja pela força dos canhões da metrópole, seja pelos açoitados dos senhores. A realização dessa produção com o único objetivo de atender as necessidades de acumulação do capitalismo industrial nascente europeu consolida-se pela utilização direta da força, tanto do ponto de vista das relações comerciais quanto de trabalho. Somente com a constituição do capitalismo industrial podem se constituir-se formas de dominação e de coerção não mais diretas, exteriores à produção e à comercialização, mas internas, pela própria compulsão econômica do Estado e dos indivíduos.

Caio Prado Jr. (2011), brilhantemente pioneiro e criativo, teve uma arguta percepção desse processo, indicando não só essa passagem na transição do capitalismo, como a manutenção da essência das colônias nas novas nações que surgiam juntamente com o capitalismo industrial. A transformação da coerção direta em

9 “Na segunda classe de colônias – as plantações, que foram, desde seu nascimento, especulação comercial, centros de produção para o mercado mundial – existe um modo de produção capitalista se bem que somente de maneira formal, dado que a escravidão entre os negros exclui o assalariado livre, que é a base sobre a qual a produção capitalista repousa. Entretanto, os que se dedicam ao comércio de escravos são capitalistas. O sistema de produção introduzido por eles não se origina na escravidão, senão que é introduzido dentro dela. Neste caso, o capitalista e o senhor são a mesma pessoa.” (MARX, 1944, vol. II, pp. 332-333.).

uma dominação “velada” pelas relações capitalistas não destituiu a essência dos países americanos de subsidiar o processo de acumulação nos centros dinâmicos, contudo, não mais por meio de uma acumulação comercial, já que com a independência passava-se à lógica do capital industrial.

Esse momento de passagem do capitalismo comercial para o industrial, ou do Antigo Regime para os Estados Modernos, possui uma gigantesca literatura, não apenas para os Estados pioneiros como também para os países que seguiram posteriormente essas transformações. A obra de Caio Prado Jr., como já assinalamos, deve ser destacada dentro dessa literatura, tanto por seu brilhantismo quanto por sua precocidade. Carlos Nelson Coutinho (1988), destacando essa importância da obra de Prado Jr., compara as teses do autor paulista com as categorias teóricas elaboradas por Gramsci (2000) e Lenin (1980 e 1985) ao tratar dessas transformações, respectivamente na Itália e na Alemanha e na Rússia. Através dessa comparação, Coutinho (1988) nos permite expandir as teses de Prado Jr. e compreender melhor o seu sentido, assim como as transformações ocorridas em solo brasileiro.

Coutinho (1988) apresenta Caio Prado Jr. como um autor que trata da passagem ou formação de uma sociedade capitalista por “vias alternativas”, mas sem recorrer aos conceitos clássicos

de “via prussiana” de Lenin (1980) e de “revolução passiva” de Gramsci (2000). Coutinho apresenta Caio Prado Jr. com um conhecimento da teoria marxista relativamente reduzido, tendo várias lacunas em conceitos e categorias teóricas importantes¹⁰. Entretanto, Coutinho salienta a importância pioneira e criativa de Caio Prado para traçar uma análise marxista da história brasileira, recorrendo à criação de vários conceitos próprios e particulares.

A passagem para o capitalismo desenvolvido possui uma íntima relação com a questão agrária, em que as formas de produção, assim como a separação da mão de obra dos meios de produção, são os elementos centrais.

A importância dessa transformação do campo já fora descrita brilhantemente por Marx no capítulo sobre a “acumulação primitiva”, em que apresenta a separação dos camponeses das terras pelo processo de “cercamentos”

10 Coutinho (1988) destaca como problemas da análise de Prado Jr. (2011) devido a esse menor conhecimento teórico a questão da categorização do período colonial mais próximo do capitalismo, o que conectaria de forma errônea, na sua visão, o senhor de engenho ao capitalista. Coutinho ainda apresenta a posição, que seria mais acertada, de Florestan Fernandes (2005), ao salientar o caráter “patriarcal” dessa sociedade ao invés de uma lógica do capital. Apesar de essa discussão perpassar o escopo desse trabalho de modo transversal, é importante salientar a importância da compreensão do capital dentro da colônia como tratado anteriormente, ou seja, de um capitalismo formal dado à construção desse modo de produção colonial via uma lógica do capital comercial, a qual adquire em sua fase de uma acumulação primitiva relações de coerção direta, como o trabalho compulsório e relações patriarcais. A forma que essa acumulação primitiva, portanto capitalista, adquire no sistema colonial passa por uma dominação patriarcal e com trabalho escravo.

na Inglaterra. Lenin, ao buscar entender essa formação ou passagem para o capitalismo desenvolvido pela questão agrária, irá divergir do marxismo evolucionista e linear da Segunda Internacional, apresentando trajetórias diferentes ou alternativas em outros países.

Lenin compara os processos de transformação no campo dos EUA e da Prússia, e indica a existência de duas vias principais, uma “clássica” (ou “americana”) em detrimento de uma “alternativa” (ou “prussiana”). No livro *O programa agrário*, Lenin apresenta o processo violento e direto de transformação do latifúndio dos EUA em pequenas propriedades, desfazendo as antigas classes existentes, tanto dos dominados como dos dominantes, o que encadeia uma profunda reformulação nessa sociedade. Em oposição ao caso caracterizado como clássico, a via prussiana ocorre através de mudanças graduais, em que as grandes propriedades com trabalho compulsório passam a introduzir as relações capitalistas lentamente, com vários processos de adaptação da rotina, da tradição, da propriedade e do trabalho aos modos capitalistas de produção.

A via prussiana não provoca de imediato o desaparecimento das relações de trabalho pré-capitalistas (com coerção direta ou extraeconômica ao trabalhador), muito menos uma erradicação da antiga classe rural dominante. Dessa forma, essa transformação possibilita

a conservação (ou até mesmo expansão) do poder político e econômico das antigas classes dominantes, as quais mantêm, em muitos casos, formas de coerção diretas sobre “seus” trabalhadores.

Coutinho nos apresenta de forma bastante elucidativa como a caracterização da via prussiana construída por Lenin (1980) assemelha-se às teses de Prado Jr. (2011), com destaque tanto para sua formulação da passagem da colônia para a Nação brasileira quanto da questão agrária. Sem conhecer a categoria de Lenin, Prado Jr. descreve de maneira análoga a via alternativa brasileira, em que o capitalismo adapta, com substituição do trabalho escravo pelo livre, a grande exploração rural de base colonial (Coutinho, 1988). Caio Prado, portanto, mostra a via alternativa brasileira em toda sua especificidade, salientando seu caráter colonial e escravocrata em detrimento das relações feudais existentes na Europa.

A formulação de Caio Prado sobre a via de transformação do campo brasileiro para o capitalismo ainda destaca a manutenção da sua classe dominante e a manutenção de determinadas formas de relação social, mesmo com a implantação do trabalho assalariado, algo ainda tão característico no campo brasileiro. Divergindo das teses de existência de um resquício feudal (principalmente ligadas ao PCB), Prado Jr. (2011) mostra como a manutenção da classe

dominante e de suas formas de dominação eram uma característica do capitalismo brasileiro e não de resquícios de formas sociais anteriores.

Essa questão de vias alternativas para a transformação do campo (com manutenção de antigos elementos) liga-se ainda à transformação da própria nação como um todo, dado o caráter de ligação do político com o econômico que se estabelece com as mudanças no modo de produção, com certa continuidade das relações de classe anteriores. A percepção desse caráter político na formação do capitalismo em vias alternativas também será apresentada por Lenin (1980 e 1985), mas terá sua forma mais acabada na categoria de “revolução passiva” exposta por Gramsci (2000) nos seus *Cadernos do Cárcere*, que Coutinho irá apresentar em comparação com as teses de Caio Prado Jr. (2011).

Carlos Nelson chama a atenção pela forte analogia presente no caso do *Risorgimento* italiano com o processo da Independência e da consolidação do Estado imperial no Brasil, o que leva a um processo não casual de Caio Prado Jr. e Antonio Gramsci elaborarem descrições muito semelhantes, ainda mais escrevendo no mesmo período da década de 1930. Gramsci (2000) irá cunhar o termo “revolução passiva” para designar a transformação ocorrida na Itália durante seu processo de unificação e instalação do capitalismo, o qual foi nominado na historiografia como *Risorgimento*.

A unificação da Itália e a transição para o capitalismo ocorrerá de modo distinto em relação aos casos clássicos da Inglaterra e França. Através da liderança da região do Piemonte, construiu-se uma série de “arranjos políticos” entre as demais classes dominantes das diferentes regiões para a obtenção da unificação, sem contar, portanto, com uma participação determinante das classes populares. Essa transformação “pelo alto” tem como consequência uma alteração muito menor da antiga estrutura social do que em relação aos processos considerados clássicos, em que há uma participação popular muito mais intensa, que culmina com a destituição da antiga ordem. Contudo, é importante salientar nesse processo social denominado por Gramsci de “revolução passiva” não apenas seu caráter conservador, mas também seu aspecto revolucionário. Como observa Coutinho, a revolução passiva significa transformações efetivas na ordem social para contornar as necessidades do “progresso” do sistema capitalista, mas o faz no quadro da conservação de importantes elementos sociais, políticos e econômicos da velha ordem (COUTINHO, 1988, p. 11).

A descrição de Caio Prado do processo de independência do Brasil e de introdução do capitalismo não deixa de ser uma apresentação de um caso de revolução passiva, em que as transformações ocorrem com base em arranjos políticos das classes dominantes, que, sem a participação das classes populares, conseguem conservar

elementos relevantes da antiga ordem. “A forma pela qual se operou a emancipação do Brasil tem o caráter de ‘arranjo político’ [...], de manobras de bastidores, em que a luta se desenrola exclusivamente em torno do príncipe-regente. [...] A Independência brasileira é fruto mais de uma classe do que de nação tomada em seu conjunto.” (PRADO JR., 2012, pp. 49-50).

Apesar da categoria da revolução passiva ser, em vários trabalhos, atrelada a processos puramente políticos, como se decorresse de uma primazia total das classes dominantes, é importante salientar o aspecto econômico imbricado nessa transformação, não de forma determinística, mas como formas distintas de um mesmo movimento. Caio Prado, mesmo sem um arcabouço teórico mais sofisticado, possuía essa visão, salientando a unidade do político e do econômico na passagem do Brasil colônia para a nação¹¹.

Através da categoria dos “sentidos da colonização”, a descrição da formação do capitalismo brasileiro “pelo alto” ganha também a compreensão do sentido dessa forma de revolução, ou seja, o porquê da transição para a forma de produção puramente capitalista ocorrer sem uma maior participação popular e com manutenção das antigas classes dominantes. A compreensão dos sentidos da colonização através da perspectiva de unidade do sistema capitalista e da transformação por vias alternativas nos traz

novas luzes ao rico conceito de Caio Prado, o qual pode nos revelar ainda novos desdobramentos teóricos. Na próxima seção tentaremos explorar ainda mais essa tese central do marxista paulista, para elucidar como as transformações políticas e econômicas possuem uma unidade dentro das alterações no sistema capitalista, em que apesar de se apresentarem com elementos puramente econômicos ou políticos, em realidade trata-se de formas da contradição fundante de nossa sociedade.

4. Novos desdobramentos teóricos – breves apontamentos

De modo a buscar ir além, propomos aqui entender o “sentido da colonização” de Caio Prado Jr. também pelo conceito de “*aufhebung*” em Marx, o qual, de modo dialético, possui noções contraditórias de superação, manutenção, revogação e anulação. No nosso contexto, *Aufhebung* significa que a forma histórica da colonização é expandida para um novo nível onde a sua forma original e sua existência independente é eliminada (ou cancelada), ao mesmo tempo em que a sua substância ou essência (*Wesenshaftigkeit*) é mantida em uma nova forma, ou seja, mesmo na constituição da nação, da indústria e

11 “A evolução política progressista do Império corresponde assim, no terreno econômico, à integração sucessiva do país numa forma produtiva superior: a forma capitalista” (PRADO JR., 2012, p. 91).

de uma produção agrícola moderna permaneceria a essência do processo que daria sentido ao Brasil. Obviamente esse processo de superação com anulação e manutenção adquire formas diferentes, em que se constrói uma nova aparência para, em essência, o mesmo processo.

Essencialmente, com as adaptações necessárias determinadas pelas contingências do nosso tempo, somos o mesmo do passado. Senão quantitativamente, na qualidade. [...] Embora em mais complexa forma, o sistema colonial brasileiro se perpetuou e continua muito semelhante. Isto é, na base, uma economia fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios demandados nos mercados internacionais (PRADO JR., 1987, p. 240)

A visão do Brasil com sua essência em decorrência da realização da sua produção no mercado mundial continuará presente em toda a obra do autor, sendo ainda reafirmada na sua coletânea *A questão agrária*, de 1978, a qual dá uma forte centralidade para o campo brasileiro. Divergindo do posicionamento de Coutinho (1988), não se considera nesse trabalho que há uma omissão da parte de Caio Prado Jr. em visualizar as mudanças ocorridas no Brasil com a industrialização e modernização das cidades e do campo. A manutenção de elementos sociais antigos com a incorporação do capitalismo industrial no Brasil não acontece simplesmente (reduzida) no que concerne à manutenção da ordem das

classes dominantes, de forma contraditória, elas podem até vir a se alterarem; a centralidade do sistema capitalista não está em sua distribuição entre frações de classe (POSTONE, 2014, p. 22), mas no que concerne à totalidade existente a partir da constituição do trabalho na sociedade capitalista¹². A continuidade existente no “sentido” de Caio Prado Júnior deve ser entendida na unidade do sistema capitalista como totalidade, como constituição das relações sociais universais a partir da constituição do trabalho em suas especificidades capitalistas, por isso não apenas na sua aparência das formas distributivas.

Como nos apresentou Coutinho (1988), mostra-se extremamente frutífero aprimorar o referencial categorial teórico trazido por Caio Prado. A criatividade intuitiva do autor ganha ainda mais profundidade, como o caso de ir além das aparências da relação de frações de classe. Marx, no seu capítulo sobre “A fórmula

12 Como nos mostra Postone (2014), os chamados “marxismos tradicionais” consideram o trabalho a partir de uma perspectiva trans-histórica, tendo o capitalismo a especificidade de o trabalho constituir a “base do modo de distribuição ‘automático’, não consciente e mediado pelo mercado” (ibidem, p. 21). Seguindo essa interpretação de Postone, crítica aos “marxismos tradicionais”, o enfoque dessas análises “tradicionais” da obra Marx estaria no modo de distribuição, divergindo de um pensamento que colocaria o “trabalho como o objeto da crítica da sociedade capitalista” (ibidem, p. 6), defendendo que a questão não está na distribuição/apropriação do excedente, mas na própria forma do trabalho, no próprio modo como esse trabalho se constitui para a produção desse excedente.

trinitária”, já alertava para o cuidado necessário ao considerar a determinação de classe na sociedade capitalista.

De fato, a Economia vulgar não faz nada mais que traduzir, sistematizar e louvar, baseada numa doutrina, as concepções dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção. Não nos deve, portanto, deixar surpresos que ela, exatamente na forma de manifestação alienada das relações econômicas, em que estas são, prima facie, contradições totais e absurdas – e toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente –, se aqui a economia vulgar se sentisse completamente à vontade e essas relações lhe parecessem tanto mais naturais quanto mais a correlação interna está neles escamoteada, sendo, porém, correntes para a concepção comum. Por isso é que ela não tem a menor noção de que a trindade da qual ela parte: terra-renda; capital-juros; trabalho-salário ou preço do trabalho, são três composições prima facie impossíveis. (MARX, 1986, p. 271)

É necessário, portanto, seguir o caminho apresentado pelo autor, indo além das suas próprias análises. A forma excessiva, como coloca Coutinho, com que Prado Jr. destaca a importância comercial em detrimento da produção pode ser justificada pela centralidade da lógica do capital comercial, dado que o próprio capitalismo industrial estava em gestação. A problemática maior se dá no entendimento da essência conferida por Prado Jr. estar no comercial, o que implicaria uma análise mais qualificada desse

seu sentido para compreender a formação do capitalismo brasileiro.

O objetivo de Caio Prado Jr. (2011), como afirmado pelo próprio autor, é apresentar como, mesmo em formas muito mais complexas, o capitalismo brasileiro permanece com a mesma essência. Em detrimento dos mercados internacionais, o sentido do capitalismo brasileiro permaneceria o mesmo, o que remete claramente ao papel do mercado mundial dentro do sistema capitalista. Por isso a necessidade de apreender melhor a noção de mercado mundial, até mesmo indo além do incorporado por Caio Prado Jr.

Marx, nos *Grundrisse*, apresenta como o mercado mundial seria o último elemento a ser tratado, logo depois da relação internacional de produção e da “concentração da sociedade burguesa na forma do Estado”, o que já nos mostra a distinção do mercado mundial com a relação internacional de produção. O mercado mundial, aqui analisado, não é tratado apenas no âmbito de trocas comerciais, mas como a própria condição para esse sistema internacional. A produtividade, o preço, a moeda, as relações comerciais, o trabalho doméstico adquirem seu modo de vida no e através das relações do mercado mundial como valor em processo. Logo, é somente no e através do mercado mundial que a valorização doméstica se realiza (confirma e se contradiz), somente no mercado

mundial o valor expandido adquire validade de valor (BONEFELD, 2014). O mercado mundial é a categoria analítica em que se valida o trabalho abstrato como valor. Somente a partir da compreensão do movimento do capital no nível do mercado mundial pode-se ter em mente a concepção da crítica da mistificação das categorias econômicas como movimentos naturais e naturalizantes¹³.

O mercado mundial não deve ser compreendido como uma força externa, pelo contrário, a acumulação de capital internacional deve ser vista como uma força interna ao Estado nacional como parte do mercado mundial. Assim como a separação entre política e economia é uma aparência advinda da mistificação do movimento do capital, o mercado mundial e o Estado nacional também se apresentam como distintos, como se tivessem lógicas independentes, as quais se influenciariam e se determinariam externamente. O que cabe fazer como investigador não é naturalizar essas formas e lhes dar movimentos autônomos, mas entendê-los como uma unidade orgânica, por isso a acumulação de capital internacional não impacta nas economias nacionais, dado que a própria economia nacional está produzindo essa acumulação de capital internacional, o processo internacional também é construído nacionalmente¹⁴.

A abordagem de Marx para a divisão global do trabalho não remete aos postulados de Ricardo. O foco de Marx não está nas relações internacionais de produção, mas na conceptualidade do valor, que se torna válido como mais-valor medido pela taxa de retorno na forma de lucros. Do mesmo modo que ocorre com a produtividade do trabalho, que, sendo uma produtividade do mercado mundial, apresenta-se na forma de movimento de preço do mercado mundial. É através da circulação do dinheiro como capital que as condições globais de acumulação marcam as economias nacionais, em formas de pressão nos seus salários e na transformação das suas forças de produção. A equalização das taxas de lucros na esfera do mercado mundial transforma as aparentes condições locais em condições do mercado mundial. Por isso a importância de se compreender a especificação

13 “The world market is the categorical imperative of capitalist wealth. Value validity entails the world market validity of value. The abstract labour of value production comprises thus the homogenization of time as a world-market reality of socially necessary abstract time. The law of value annihilates space by time. The critical insight that in capitalism the social individuals are controlled by the products of their own hand asserts itself in the form of the world market as an ‘objective coercive force.’” (BONEFELD, 2014, p. 147).

14 “Any national economy can only adequately be understood as a particular instance turning more or less upon its inner configuration, but which, nevertheless, is an integral element of the world market; so, therefore, the nation state, and the bourgeois state as a general phenomenon, can only be properly determined in these dimensions. Similarly the influence of the internationalization of capital accumulation cannot be understood if it is thought of as an external factor acting upon national statehood and the actions of the nation state, but must be conceived of as a process taking effect within the national economy as part of the world market.” (BRAUNMÜHL, 1978, p. 162).

das condições em que o capital é particularizado em capitais nacionais, com sua organização política delimitada em Estados nacionais (BRAUNMÜHL, 1978).

Se as formas do Estado se movem a partir do capital em escala mundial, é preciso compreender também de que modo esse movimento repõe e recoloca as suas precondições de existência, tanto em escalas nacionais como mundiais. A acumulação capitalista não é um elemento apenas histórico de constituição do capitalismo, mas também lógico e sistêmico, por ser justamente responsável pelas garantias das relações sociais necessárias, o que envolve de forma direta o sistema político, por isso a importância do Estado nesse processo. Dessa forma, uma análise do Estado capitalista como forma da política no capitalismo precisa partir não de suas formas já mistificadas na sociedade, em que suas disputas de classe já são compreendidas como dadas, mas pela própria forma que o Estado se articula no processo continuado da reposição sistêmica dos seus pressupostos. A contradição básica entre capital e trabalho depende da separação dos meios e dos trabalhadores, que no capitalismo tem como fato constituinte a “liberdade política”, tendo o indivíduo a liberdade para vender a sua força de trabalho livremente. Através da percepção de como a forma do Estado participa continuamente

desse processo de acumulação produtiva em cada momento do processo de acumulação do sistema capitalista, é possível entender como se formam novas formas mistificadas de políticas e de formações políticas.

Convencionalmente, a acumulação primitiva é descrita como um período de transição para a sociedade capitalista, ou seja, uma fase intermediária e posterior ao pré-capitalismo, em que se formariam as condições para o capitalismo, tanto em termos da separação da força de trabalho dos meios de produção quanto da acumulação e da extração de valor fora do processo de produção capitalista. Além dessa compreensão sobre a acumulação primitiva, é preciso ter em mente a forma como esse processo se perpetua através da própria acumulação e expansão capitalista. Esse conceito determinado de acumulação primitiva possui consequências importantes para a teoria crítica, só sendo possível compreender a noção de valor com a consideração da acumulação primitiva, que deve ser compreendida, portanto, de forma permanente¹⁵.

A classe é uma premissa histórica e lógica da forma valor, assim, a construção das leis de violência da exploração e da despossessão possui sua aparência na forma civilizada das regras da lei; por sua vez, essas leis de construção da

15 Para o debate sobre a acumulação primitiva conforme tratado nesse trabalho ver: Bonefeld (1988, 2010) e de Angelis (2001).

violência são a própria separação do trabalho dos meios de produção. Nesse sentido, a acumulação primitiva é um processo permanente do capitalismo.

Ao entrar mais propriamente na fundação das relações de produção capitalista na acumulação primitiva, é necessário retomar o trabalho seminal de Rosa Luxemburgo (1985), que enfatiza a necessidade do capitalismo sempre retirar algo de fora de si mesmo para se estabilizar, o que é visto como uma forma de resolução de crises e um efeito “imperialista” (tanto doméstica quanto internacionalmente) da acumulação capitalista. Luxemburgo (*ibidem*) já expõe que não se trata apenas de uma fase pré-histórica, mas também algo contemporâneo, da própria dinâmica da acumulação de capital. Nos anos de 1970, os teóricos da dependência e das trocas desiguais seguiram essa abordagem aberta por Luxemburgo (*ibidem*) e desenvolveram valiosos estudos sobre as relações entre periferia e centro, analisando os processos de “extração de excedente” (MARINI, 2005) e despossessão, o que remete à expansão para as periferias em momentos de crise, com trocas desiguais e dependência (AMIN, 1974).

Como forma de compreender os avanços do capital pelo neoliberalismo, as teorias baseadas em uma permanência da acumulação primitiva tiveram novos desdobramentos, seja por despossessão como forma derivada da natureza

expansiva da reprodução capitalista (HARVEY, 2003) ou como uma maneira capitalista de subjugar o trabalho (DE ANGELIS, 2001). David Harvey, no seu livro *New Imperialism*, irá expandir essa noção, apresentando a ideia de acumulação primitiva como parte integrante da acumulação capitalista, como parte necessária para manter as engrenagens dessa acumulação, a qual ele chama de acumulação capitalista por despossessão, não se tratando apenas de algo específico em um momento de crise de sobre-acumulação, sendo a acumulação por desapropriação a forma dominante do processo de acumulação atual. Esse processo de despossessão não ocorreria apenas na periferia, mas também no centro, tratando-se do próprio processo permanente de expropriação imposto pelo capital, tanto na expansão como em seu aprofundamento, como exemplificado por Harvey nas privatizações das indústrias nacionais nos anos de 1980 e 1990.

As análises contemporâneas baseadas em Luxemburgo (1985) sobre a presença da acumulação primitiva no modo de acumulação do capital trazem a importante consideração da expropriação e despossessão envolvidas nesse processo, mas o fazem através de uma consideração da acumulação primitiva sempre a partir de uma noção de imperialismo, ou seja, de uma necessidade do capital expropriar, fora das suas bases, mais-valor para lhe dar continuidade e estabilidade, não no sentido apenas regional

ou espacial, mas também em termos do seu modo de produção e exploração, o que insere os próprios países desenvolvidos. O divórcio do trabalho dos seus meios de subsistência, o que aqui chamamos de mais-valia primitiva permanente, é mais do que um efeito imperialista da acumulação expandida, é a própria forma de manutenção, perpetuação e expansão das condições básicas do modo de produção do capital.

A acumulação primitiva não é um efeito colateral ou um resultado de alguma nova lógica de desenvolvimento combinado e desigual, mas a própria reprodução e manutenção das condições e contradições de existência do capital em formas combinadas e desiguais. Assim “a acumulação primitiva que aparentemente desaparece na acumulação capitalista o faz somente para reaparecer como o resultado da sua reprodução”. Entretanto esse reaparecimento acontece na forma da relação contratual entre sujeitos iguais, *i.e.*, “a coerção direta é substituída pela (silenciosa) compulsão econômica.” (BONEFELD, 2011, p. 385). A existência de compradores e vendedores no mercado de trabalho pressupõe a existência de mão de obra livre como vendedora de sua própria força de trabalho.

No modo de produção capitalista, a acumulação primitiva, a separação do trabalho dos meios de produção, é reproduzida e expandida em escala ampliada, mas não necessariamente pela sua forma de coerção direta, apesar de que também

possa vir a reaparecer. A acumulação primitiva, aqui compreendida, é o processo pelo qual se conceitualiza a própria noção do capitalismo como trabalho assalariado livre, do que advém a união entre “gênese” e “existência”. A acumulação primitiva, ao ser resultado da sua própria realização, coloca-se como algo permanente, que continua através do tempo, mesmo que em outra forma. Obviamente essa passagem se conecta com o conceito de “*aufhebung*” em Marx¹⁶.

A acumulação primitiva permanente deve ser vista, portanto, como a forma expandida em que o capital recria suas condições, tendo, em cada momento histórico específico do processo de acumulação, as suas formas determinadas de realização. O desenvolvimento concreto histórico, apesar de possuir elementos contingentes ao capital, irá possuir uma dinâmica específica de reprodução das suas estruturas condicionantes, a qual se reapropria das estruturas pré-existentes para lhes conceder novas formas, mas com a manutenção do conteúdo do capital. Cada novo

16 “No nosso contexto, *Aufhebung* significa que a forma histórica da acumulação primitiva é expandida para um novo nível onde a sua forma original e sua existência independente é eliminada (ou cancelada), ao mesmo tempo em que a sua substância ou essência (*Wesenshaftigkeit*) é mantida em uma nova forma. Em outras palavras, a noção de que a essência da acumulação primitiva é *aufgehoben* na acumulação significa exatamente que o caráter essencial da acumulação primitiva, este divórcio dos produtores diretos dos meios de subsistência, é elevado a um novo nível, eliminando a história da acumulação primitiva como uma época específica. Ao mesmo tempo, o seu caráter essencial é mantido na nova forma, ou seja, o pressuposto histórico do capitalismo torna-se a premissa de sua existência: o trabalho divorciado de seus meios torna-se o resultado de um processo de acumulação que é baseado na apropriação do trabalho excedente que o capital é capaz de extrair, e busca se validar no mercado na forma de valor.” (BONEFELD, 2014, p. 86).

momento de expansão do capital possuirá especificidades tanto dos novos elementos quanto dos já existentes, os quais serão reapropriados em uma nova forma, mas que manterá o seu conteúdo.

É na compreensão desse movimento de continuidade em descontinuidade que deve ser compreendido o movimento de acumulação capitalista, em que antigas formas de existência, até mesmo pré-capitalistas, são apropriadas em novas formas, mas agora dentro da lógica de expansão e reprodução do capital. Em desenvolvimentos históricos específicos, como nos casos da América Latina e do Brasil, com particularidades fundamentais dentro do sistema capitalista, a compreensão da acumulação capitalista dentro dessa perspectiva é essencial para uma análise que não se restrinja às aparências do processo¹⁷.

O estudo de Caio Prado Júnior está muito ligado a esses desdobramentos teóricos do mercado mundial e da acumulação primitiva em Marx. Como mostrou Novais (1969 e 1983), Prado Jr. (2011) nos revela a passagem da colônia para a nação com manutenção de seu sentido, mostrando como, com a independência, anulam-se os mecanismos diretos de coação (subordinação política e administrativa), para se estabelecer através da imbricação econômica, a qual agora se apresenta como uma relação autônoma e livre¹⁸. O período colonial de lógica comercial e

com coerção direta extraeconômica dá origem à lógica do capital industrial, em que vigora a lei do valor, tendo o mercado mundial como sua esfera de realização¹⁹.

Os sentidos da colonização, como explora Prado Jr. (2011), estão além da ideia de mera manutenção da ordem de classe, pois intencionam entender essa mudança conservadora em sua essência. Assim como faz Gramsci (2000) na descrição do surgimento do ‘Risorgimento’, Prado Jr. (2011), além de descrever uma transição pelo “alto”, mostra como esse movimento se insere dentro de um sistema capitalista em transformação. Dessa forma, confere à “revolução passiva” um sentido, ou seja, uma essência própria a essa manutenção, à qual se liga dentro

17 “This concreteness, in spite of being in essence contingent to capital, nevertheless had a decisive effect historically upon the actual formation of the accumulation process within specific bounds. Thus it in turn played a decisive part in the determination of the particular pattern of development of the productive forces, of class relations and, last but not least, the specific configuration of the state apparatus, its functions and its perception of its function as much as its position in the context of a class society. The particular pre-existing territorial features of the pre-capitalist system of reproduction and the structure of its administrative apparatus of rule are similarly of central importance.” (BRAUNMÜHL, 1978, pp. 166-167).

18 “Em substância nas suas linhas gerais e caracteres fundamentais de sua organização, permanece aquela mesma colônia visceralmente ligada (já não falo da sua subordinação política e administrativa) à economia da Europa; simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio. Empresa de colonos brancos acionada pelo braço de raças estranhas, dominadas, mas ainda não fundidas na sociedade colonial.” (PRADO JR., 2011, p. 130).

19 A caracterização do mercado mundial como esfera da realização e expansão do valor em unidade com as economias nacionais transcende as visões economicistas calcadas em termos de troca e relações desiguais, como foi amplamente estudado na América Latina através da CEPAL.

das relações estabelecidas pelo mercado mundial. Mais do que apenas uma manutenção do sistema de classes estabelecido, o que indica Prado Jr. (2011) é que essa manutenção possui um sentido, há uma razão de ser dessa forma.

Cardoso de Mello (1987) dá contribuições importantes ao salientar como do sistema colonial com exportação de produtos tropicais dentro da lógica comercial, a nação brasileira passou para um regime primário exportador de matérias primas e alimentos dentro da lógica da indústria. A questão, portanto, está em entender como o sentido do capitalismo brasileiro, dentro do processo de realização do valor em âmbito mundial, continua o mesmo, mas com uma continuidade em uma forma superior.

Evidentemente, muitos elementos dos processos anteriores são anulados, superados, mas a essência permanece a mesma, apesar de suas formas distintas. Um dos pontos importantes de Caio Prado Júnior (1987) é apresentar como a industrialização, a modernização da sociedade com urbanização e a intensificação tecnológica não eliminam o conteúdo mais íntimo da particularidade do capitalismo brasileiro, *i.e.*, o seu sentido.

A superação para novas formas não está apenas na manutenção das relações de classe como suporia uma análise apressada da “revolução passiva”, mas justamente em como são eliminados fatores de entrave para o “progresso” do

capitalismo, com manutenção do sentido do seu modo de produção. A via prussiana ou a questão agrária brasileira não tem implicância apenas na manutenção da antiga classe dominante ou de relações extraeconômicas, mas também em como essa manutenção é importante para a realização do valor em escala mundial. O sentido do capitalismo brasileiro deve ser visto dentro do sistema capitalista como um todo, tendo em vista como se reorganiza seu sistema produtivo e social dentro das transformações do capitalismo mundial.

Atualmente, em 2015, após profundas e inúmeras modificações na sociedade brasileira, com uma imensa intensificação do capitalismo e estratégias desenvolvimentistas e industrializantes, não é difícil falar que a economia brasileira continua “fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios demandados nos mercados internacionais” (PRADO JR., 1987, p. 240).

5. Conclusão

A proposta desse trabalho foi explorar a importante contribuição de Caio Prado Júnior para a compreensão do Brasil, principalmente no que concerne à sua tese principal, que perpassa toda sua obra – o “sentido da colonização”. O sentido revelado por Caio Prado Júnior (2011) possui um significado múltiplo, uma vez que, ao mesmo tempo, designa a totalidade por trás

do processo colonizador e revela o sentido que permaneceria na nação brasileira dentro do sistema capitalista. Por isso a importância de entender, além do período colonial em si, o momento de mudança, ou seja, como ocorre a permanência do sentido mesmo com transformações profundas. O conceito de “*aufhebung*” em Marx, o qual, de modo dialético, possui noções contraditórias de superação, manutenção, revogação e anulação, é aqui fundamental, indicando justamente esse movimento de superação com anulação de determinados elementos, mas com a manutenção do seu conteúdo essencial.

Para ir além e trazer o significado da tese de Caio Prado de uma perspectiva mais ampla, vários trabalhos e pesquisas se mostram extremamente relevantes para uma melhor conceituação categorial e ampliação desse sentido dentro do sistema capitalista. Fernando Novais (1979), entre outros, como Cardoso de Melo (1987), ampliam a visão do sentido da colonização para melhor compreendê-lo dentro da perspectiva de uma unidade do sistema capitalista, em que a colonização dos trópicos complementar-se-ia com o processo de acumulação primitiva e com a lógica do capital comercial. Dentro dessa perspectiva, as transformações do capitalismo brasileiro, mais do que vistas de forma autônoma, são colocadas dentro do processo de transformação do próprio sistema capitalista, o qual adquire suas formas específicas no concreto da nação brasileira. As transformações

nacionais são compreendidas, portanto, dentro da própria lógica do capital, que lhe confere totalidade, não apenas a partir do interesse de uma classe ou de um Estado específico.

Carlos Nelson Coutinho (1988), por sua vez, dá-nos uma relevante contribuição ao comparar as teses caiopradianas com conceitos clássicos da tradição marxista de vias alternativas de consolidação do capitalismo, como os de via prussiana e revolução passiva. Dessa forma, apresenta como a passagem do Brasil colônia ao seu processo de independência e consolidação da nação assemelha-se com os processos explicados por essas duas categorias, revelando como as transformações no Brasil guardam muito do seu passado, tanto pelo modo como ocorrem suas mudanças produtivas (como no caso do campo, com a via prussiana), como pelas políticas com o caráter passivo da sua revolução.

Mais do que salientar as formas de “modernidade conservadora” no Brasil, Caio Prado realiza-o mostrando o sentido dessa transformação, *i.e.*, a visão “caiopradiana” permite-nos ir além da aparência do movimento, para buscar o seu conteúdo, o seu sentido, que permanece mesmo com a complexificação crescente das relações sociais capitalistas. Ao colocar as transformações nacionais dentro da perspectiva do sistema capitalista como totalidade, mais uma vez o intelectual paulista permite-nos ir além, para compreender como o mercado mundial, como esfera de realização do valor e de sua expansão, confere não só unidade sistêmica, como um sentido ao processo

de “nacionalização” do capital. Dentro da esfera do mercado mundial, o capital é particularizado em capitais nacionais, com sua organização política delimitada em Estados nacionais, o que irá por fim lhe conferir seu movimento de totalidade, de sentido.

Bibliografia

- AMIN, Samir. *Accumulation on a World Scale. A Critique of the Theory of Underdevelopment*. New York: Monthly Review Press, 1974.
- BONEFELD, Werner. “Class Struggle and the Permanence of Primitive Accumulation”, *Common Sense*, no. 6, pp. 54–65, 1988.
- _____. “Primitive Accumulation and Capitalist Accumulation: Notes on Social Constitution and Expropriation”, *Science and Society*, vol. 75, no. 3, pp. 379–399, julho de 2011.
- _____. *Critical theory and the critique of political economy: on subversion and negative reason*. London: Bloomsbury Academic, 2014.
- BRAUNMÜHL, Claudia von “On the Analysis of the Bourgeois Nation State within the World Market Context” In: HOLLOWAY, John & PICCIOTTO, Sol (ed.). *State and Capital*. London: Edward Arnold, 1978.
- CANDIDO, Antonio “Radicalismos”, *Estudos Avançados*, vol. 4, no. 8, São Paulo, jan./abr. 1990.
- _____. “O significado de Raízes do Brasil” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio – contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion et alii. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Nota sobre a não existência de modos de produção coloniais*. São Paulo: IPE/USP, 1985.
- _____. “Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr.”, *Cadernos NEHD*, n. 3. São Paulo: FEA/USP, 1995.
- COSTA, Iraci del Nero da. & PIRES, J. M. (1994) “A fórmula do capital escravista-mercantil”, *Estudos Econômicos*, v. 24, n. 3, pp. 527-532, set./dez. 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “A visão do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”; trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, outubro de 1988.
- _____. “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes” In: *Gramsci e o Brasil* (www.gramsci.org), 2000.
- DE ANGELIS, Massimo. (2001). “Marx and Primitive Accumulation: The Continuous Character of Capital’s ‘Enclosures’”, *The Commoner*, no. 2. Revised in Bonefeld, ed., 2008.

- FERNANDES, Florestan. “Obra de Caio Prado Júnior nasce da rebeldia moral” In: Folha de São Paulo, 7 de setembro de 1991.
- _____. A revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
- FRAGOSO, J. L. & FLORENTINO, M. O arcaísmo como projeto. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 41. ed. São Paulo: Record, 2000.
- GORENDER, Jacob. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”. In: LAPA, José R. do Amaral (org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. O escravismo colonial. 4ª. ed. São Paulo: Ática, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HARVEY, David. The New Imperialism. Oxford, England: Oxford University Press, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do paraíso. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LENIN, Vladimir. O programa agrário. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- _____. O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Coleção “Os Economistas”. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. Tradução de Leila Prado. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência” (1973). In: TRASPADINI, R. & STEDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. “Historia Crítica de la teoría de la plusvalía”. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- _____. O Capital. Coleção “Os Economistas”, Volume III. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986.
- NOVAIS, Fernando. “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1969.
- _____. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. “Caio Prado Jr., historiador”, Novos Estudos Cebrap, 1983.
- _____. “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”. In: MORAES, Reginaldo et alii (org.). Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- POSTONE, Moishe. Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PRADO JR., Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 7ª ed., 1987.
- _____. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. Evolução Política no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, R. “As idéias fora do lugar” In: SCHWARZ, R. Cultura e política. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- RICUPERO, Bernardo. Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2000.
- VIEIRA, Wilson et alii. “Caio Prado Júnior: uma interpretação marxista do Brasil”, apresentado em NIEP-Marx, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FÁBIO PÁDUA DOS SANTOS

CAPITALISMO HISTÓRICO E FORMAS DE SOCIABILIDADE:
UMA HIPÓTESE SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL
CONTEMPORÂNEO

Recebido em 09/2018

Aprovado em 11/2018

CAPITALISMO HISTÓRICO E FORMAS DE SOCIABILIDADE: UMA HIPÓTESE SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Resumo

No presente artigo sugere-se uma hipótese alternativa ao estudo da formação do Brasil contemporâneo a partir do desenvolvimento do capitalismo histórico, e das transformações das formas de sociabilidade herdadas do período colonial em direção à instituição da economia de mercado como mecanismo de regulação social.

Palavras chave: Capitalismo; Sistema-Mundo; Desenvolvimento econômico – Brasil.

Abstract

The aim of this paper is to suggest an alternative hypothesis to the studies on the formation of contemporary Brazil from the historical capitalism's development, and the transformations of the forms of sociability inherited from the colonial period towards the market economy as a mechanism of social regulation.

Keywords: Capitalism; World-System; Economic development – Brazil.

I. Introdução

Captar a singularidade da formação do Brasil contemporâneo no contexto da expansão da civilização ocidental tem sido o principal esforço da historiografia e das ciências sociais brasileiras. Busca-se não apenas

FÁBIO PÁDUA DOS SANTOS

Professor colaborador no Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC

definir as características essenciais da sociedade colonial na América portuguesa e do Brasil contemporâneo, como também estabelecer os limites entre um período e outro, e, sobretudo, explicar os mecanismos de transição ao Brasil contemporâneo. Ocorre que grande parte dos estudos sobre a formação do Brasil foi problematizada a partir da construção da nação. Nesta problemática, estuda-se a mudança social com o objetivo de orientar o processo de modernização à construção da sociedade nacional brasileira.

No presente artigo entende-se que o estudo da mudança social a partir da problemática da construção da nação eclipsa a relação entre a formação do Estado brasileiro e a produção material da vida na transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo. Ela ofusca dois fenômenos distintos, porém, interconectados: a) o desenraizamento da produção material da vida nos diferentes núcleos de organização social herdados do período colonial, isto é, a separação institucional do sistema econômico do conjunto da sociedade e sua sujeição ao mecanismo formador de preço, e b) a formação do mercado interno, ou seja, a tentativa do Estado instituir a competição entre as redes de comércio de curta e longa distância com o objetivo de engendrar a economia de mercado como mecanismo de regulação social¹.

Tal eclipse tem origem teórica. Como se

¹ Cf. Polanyi (2012a [1944])

procura demonstrar, em primeiro lugar, mesmo variando entre perspectivas de análise individualistas e histórico-mundiais, os autores assumem o Estado nacional como unidade de análise para o estudo da mudança social. Em segundo lugar, tendem a não distinguir as esferas da existência (economia, política e cultura) de níveis de realidade (estrutura, conjuntura e evento). Consequentemente, preocupados em identificar as causas econômicas, políticas e culturais que bloqueiam o desenvolvimento capitalista no Brasil, o Brasil contemporâneo aparece em suas narrativas como uma sociedade ainda em construção, cuja singularidade de sua formação encontra-se ora na constatação da ausência de elementos modernos (porque ainda se trata de uma sociedade arcaica), ora na distribuição relativa dos fatores que caracterizam as sociedades ditas desenvolvidas (porque se trata de uma estrutura econômica heterogênea e dependente). Por esse caminho, o lugar da produção material da vida na transição da sociedade colonial para o Brasil contemporâneo aparece deslocado à medida que *Estado e economia de mercado* são considerados como forças opostas.

Como alternativa ao estudo da mudança social a partir da problemática da construção da nação, no presente artigo procura-se construir uma hipótese alternativa ao estudo da formação do Brasil contemporâneo. Argumenta-se que o estudo da mudança social no Brasil pode ser

complementado a partir da análise da maneira como o desenvolvimento capitalista contesta, assimila e redefine as diferentes formas de sociabilidade herdadas do período colonial e que, por meio de distensões seculares, engendrou condições à instituição da economia de mercado² como forma central de sociabilidade no Brasil contemporâneo.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro seções além dessa introdução. Na seção 2, recupera-se brevemente alguns autores centrais no debate sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, apontando os limites da problemática da construção da nação. Na seção 3, apresenta-se, de maneira crítica, como o professor Pedro Vieira tem buscado contornar as dificuldades do debate sobre o desenvolvimento à luz da Análise dos Sistemas-Mundo. Na seção 4, delimita-se um quadro analítico alternativo para o estudo da formação do Brasil contemporâneo partindo do conceito de mercantilização da vida, conforme apresentado por Wallerstein. A partir deste conceito, resgata-se contribuições importantes de Marx, Luxemburg, Polanyi, Gramsci e Hobsbawm com o intuito de discutir a relação entre desenvolvimento capitalista e formas de sociabilidade. Por fim, na seção 5, sugere-se

2 De acordo com Polanyi (2012a, 2012b), economia de mercado refere-se a um tipo específico de sistema econômico, no qual a produção e a distribuição dos bens materiais necessários à reprodução material do conjunto da sociedade (em especial dos meios de subsistência) organizam-se com base em um padrão específico de mercado formador de preço (*price-making*). Nesta situação, a sociedade fica sujeita aos movimentos da lei da oferta e da procura, ou mais precisamente, à esfera do valor de troca.

uma hipótese alternativa: pensar a transição da sociedade colonial para o Brasil contemporâneo no contexto do sistema-mundo moderno com base na análise do processo de desenraizamento da economia nos diferentes modos de vida herdados do período colonial, não apenas na fazenda escravista exportadora, mas também no *habitat* do caboclo, do sertanejo, do caipira, do gaúcho, do matuto e dos gringos.

2. A problemática do desenvolvimento capitalista no Brasil

O debate brasileiro sobre o desenvolvimento, que se concentrou entre o segundo e terceiro quartis do século XX, representa um momento-chave da discussão que vem sendo travada com furor desde o século XIX. À medida que o desenvolvimento capitalista penetrava nas estruturas do cotidiano herdadas do período colonial, transformando a realidade do país de maneira particular, o debate girava em torno do caráter da sociedade brasileira que se formava na periferia do sistema-mundo moderno. Sociedade essa que não estava mais presa diretamente aos mecanismos característicos do Antigo Regime, mas que, apesar de certa modernização, encontrava-se longe de atingir a Modernidade. Todas as categorias que procuraram reter a singularidade brasileira, como, por exemplo, subdesenvolvimento, dependência, heterogeneidade estrutural, superexploração, capitalismo

tardio, etc., revelam em alguma medida aquilo que já não se pode mais chamar de colonial, mas também ainda não pode ser caracterizado como moderno. Elas captam, a partir de posições muito particulares, a maneira como o desenvolvimento do capitalismo transformou a paisagem colonial.

Na presente seção, apresenta-se de maneira comparativa e bastante breve e, portanto, correndo o risco de pecar pela simplificação, perspectivas clássicas sobre a formação do Brasil contemporâneo. O intuito é demonstrar a centralidade e os limites da construção da nação para a compreensão do desenvolvimento capitalista no Brasil, explorando a relação entre o horizonte de expectativa, o método e a narrativa histórica dos diferentes autores que compõem o debate sobre o desenvolvimento, do ponto de vista da unidade de análise e das diferentes temporalidades que constituem o processo de mudança social³.

Roberto Campos (1964) e Celso Furtado (1962, 1980, 2003 [1959]), por exemplo, embora em posições políticas opostas, ambos pensavam o desenvolvimento capitalista no Brasil de um ponto de vista semelhante: o da difusão da racionalidade instrumental no seio da sociedade a partir de sua capacidade de transformar estruturalmente as formas tradicionais de organização social com o objetivo de consolidar uma sociedade nacional na periferia do sistema

capitalista. Não obstante, enquanto Campos enfocava o problema sob o prisma da adequabilidade cultural à racionalidade instrumental, priorizando os determinantes individuais do processo de modernização, Furtado enfatizou aos determinantes histórico-estruturais desta adequabilidade. Assim, diferentemente de Campos, que explicou o subdesenvolvimento a partir dos desvios ético-morais do brasileiro, Furtado deu ênfase aos diferentes padrões de modernização resultantes da difusão do progresso técnico no contexto de expansão da civilização industrial.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1984 [1970]), por sua vez, enfatizaram os requisitos institucionais para a formação de uma sociedade nacional. Preocupavam-se com a formação de Estados nacionais que aspiravam soberania a partir das situações de dependência com relação aos polos hegemônicos do capitalismo mundial. Segundo os autores, na época, não havia uma análise integrada do processo de desenvolvimento. Eles argumentavam que a concepção de mudança social inspirada na oposição tradicional-moderno, suposta tanto na Teoria da Modernização como no pensamento cepalino, era insuficiente para explicar a complexidade das sociedades periféricas, pois ambos os esquemas supunham que “[...] a

3 Para uma análise mais detalhada, ver Santos (2016).

dominação nas sociedades mais desenvolvidas exclui os ‘grupos tradicionais’” (*ibidem*, p. 18). Como alternativa analítica, Cardoso e Faletto (*ibidem*, p. 20) propuseram apreender a mudança social a partir da “[...] análise das condições específicas da situação latino-americana e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionamentos principais do processo de desenvolvimento”. Isto exigiu deslocar o enfoque do tipo social brasileiro (Campos) e da estrutura econômica (Furtado) para as determinações recíprocas entre o processo – a tensão entre as ações valorativas distintas – e a estrutura – a condição histórica concreta subjacente a cada processo de desenvolvimento, para dentro, no plano nacional, e para fora, no plano exterior.

Buscando escapar do formalismo de Furtado e incorporando as críticas de Cardoso e Faletto à CEPAL, João Manuel Cardoso de Mello (1984 [1975]) procurou apreender a formação do Brasil contemporâneo a partir da redução de um padrão específico da formação do capitalismo com base nas categorias marxistas. O eixo estruturante da análise é o processo de industrialização desencadeado em economias de passado colonial na etapa monopolista da história do capitalismo. Visto em conjunto, a interpretação da Escola de Campinas sugere que à medida que o capitalismo em geral transfigura-se (acumulação primitiva, etapa concorrencial e etapa monopolista), os obstáculos à industrialização aprofundam-se, redefinindo tanto o papel

da iniciativa capitalista quanto o da iniciativa estatal no processo de industrialização. A capacidade das técnicas especificamente capitalistas de produção em transformar qualitativamente as formações econômico-sociais é deteriorada, pois, na etapa monopolista, a industrialização não logrou formar uma estrutura econômico-social homogênea. Segundo Cardoso de Mello, ela criou um padrão específico de desenvolvimento denominado capitalismo tardio. Consequentemente, faz-se necessário repensar a evolução das economias nacionais (problemática da dinâmica capitalista) e a dinâmica social (a problemática da revolução burguesa) a partir do caráter singular da industrialização retardatária.

Caio Prado Jr. (1999 [1968], 2004 [1966], 2008 [1942]), que se situava no vértice oposto ao (neo) liberalismo de Roberto Campos e do reformismo de Celso Furtado, bem como dos demais herdeiros da tradição cepalina, não reconhecia a compatibilidade entre a modernização capitalista e a apropriação coletiva dos frutos do progresso. Para ele não se tratava de rastrear os obstáculos à difusão da racionalidade instrumental no seio da sociedade, apostando na sua capacidade de transformação estrutural das formas tradicionais de organização social, seja ela a partir da perspectiva da adequação cultural do brasileiro, como propôs Campos, ou da ótica dos determinantes histórico-estruturais, como formularam Furtado, Cardoso e Faletto e a Escola de Campinas. Caio Prado Jr. atacou a

problemática da formação do Brasil contemporâneo do ponto de vista da formação da identidade nacional⁴. Neste processo, ele buscava reconhecer as possibilidades de mudança social inscritas no processo histórico de construção da sociedade nacional brasileira nos marcos do sistema capitalista mundial. Segundo ao autor, a singularidade da formação da sociedade brasileira encontrava-se na herança que a sociedade colonial legou ao Brasil contemporâneo, que, segundo ele, constituía a base para a dominação imperialista ao mesmo tempo em que impedia que a construção do mercado interno fosse orientada para a satisfação das carências e necessidades do povo brasileiro. Sendo assim, o Brasil contemporâneo era um prolongamento do passado em que o subdesenvolvimento e a dependência correspondiam, na verdade, ao aprofundamento das contradições do período colonial: dominação externa e organização da produção orientada por interesses forâneos.

Ruy Mauro Marini (2008 [1973], 2012 [1977]), diferentemente, enfatizou a expansão do capitalismo a partir do aprofundamento de um sistema mundial de exploração baseado no regime de trabalho assalariado. Marini argumentava que, até a Segunda Guerra Mundial, a atividade industrial no Brasil estava subordinada à exportação. Após este período, a internalização da produção industrial da esfera alta da circulação marcou o nascimento da indústria moderna

4 Cf. Novais (2005, p. 285).

no Brasil. Contudo, diferentemente das economias centrais, no Brasil, a indústria moderna não avançou criando sua própria demanda. Ao contrário, ela tendeu a responder a demandas pré-existentes. Fundada na superexploração e, conseqüentemente, na separação entre a alta e baixa esfera de consumo no interior da economia brasileira, a produção industrial estruturou-se de maneira independente das condições dos salários dos trabalhadores e em função da própria reestruturação do mercado mundial no pós-Segunda Guerra Mundial. Sendo assim, não havia a necessidade de generalização da expansão do consumo para toda a população para que a acumulação de capital ocorresse. Era necessário elevar a capacidade produtiva do trabalho através da incorporação de tecnologias do exterior e alargar a capacidade de consumo dos estratos médios e superiores. A penetração do capital estrangeiro no setor industrial nacional indicava a configuração de uma nova divisão mundial do trabalho e a redistribuição das atividades econômicas, na qual o Estado atuava como dissipador dos problemas de realização, ora consumindo a produção excedente, ora transferindo a renda da esfera baixa para a esfera alta através de mecanismos inflacionários. À medida que a industrialização avançava, e novos ganhos de escala eram obtidos, abria-se a necessidade do capitalismo brasileiro expandir-se para o exterior assentando parte de sua circulação no mercado mundial, o que Marini chamou de subimperialismo.

Visto em conjunto, o ponto em comum entre todos esses autores reside no fato de problematizarem o desenvolvimento capitalista no Brasil a partir da perspectiva da construção da nação. Todos possuíam uma visão sobre o futuro, como se fosse um ponto de chegada que, embora inalcançável, impunham-se como meta a ser perseguida na medida em que se apresentava ao pensador social como ideal da boa sociedade.

Não obstante, o conteúdo e o sentido da construção nacional variavam em cada autor. Para Campos, por exemplo, construir a nação significa a substituição do sistema de valores tradicionais avessos à razão capitalista por um sistema de valores mais adequado à sociedade aberta. Campos (1999) acreditava que “[...] o sistema político ideal seria o capitalismo democrático, isto é, o casamento da democracia política com a economia de mercado”. Já, para Furtado, Cardoso e Faletto, e Cardoso de Mello, construir a nação significava operar um conjunto de reformas estruturais no sentido de “civilizar” o capitalismo em sociedades abertas. Em Furtado (1999, p. 15), por exemplo, ao falar dos desafios das gerações futuras, afirma que é preciso, “[...] por um lado, preservar a herança histórica da unidade nacional, e, por outro, continuar a construção de uma sociedade democrática aberta às relações externas.”. Semelhante é o caso de Cardoso de Mello (1983, p. 25) quando afirmou que seu objetivo era “[...] reconstruir a Nação em moldes civilizados”. Para os reformistas,

tratava-se de tentar subordinar o sistema econômico a uma relação de *status* específica, a cidadania. Em Caio Prado Jr. (2004 [1966]) e Ruy Mauro Marini (1998), ao contrário, construir a nação significava superar o capitalismo através da revolução de inspiração socialista.

A ação prática sobre o “destino da nação” exigia uma interpretação do passado que legitimasse, no plano das ideias, a luta política pela transformação social. Desse ponto de vista, cada autor elaborou, apoiado em métodos específicos, sua própria narrativa sobre a formação do Brasil contemporâneo, na qual buscavam reter a singularidade da mudança social no país. Nesse caso, as diferenças de enfoque são centrais à compreensão da nuance entre os autores. Roberto Campos (1964), por exemplo, enfrentou a questão da perspectiva da adequação cultural ao desenvolvimento capitalista. Já Celso Furtado (2003 [1959]) buscou apoio no enfoque histórico-estrutural. Cardoso e Faletto (1984 [1970]), por sua vez, propuseram uma análise integrada do desenvolvimento a partir da sociologia compreensiva, ao passo que Cardoso de Mello (1984 [1975]) partiu de uma leitura própria da crítica da economia política. Caio Prado Jr. (2008 [1942]) fundamentou suas análises no materialismo histórico, método que também orientou a reflexão de Marini (2008 [1973]). Não obstante, a leitura de Marini, ao aplicar as categorias marxianas, diferiu radicalmente da posição campineira. Consequentemente, as diferenças metodológicas

transfiguram-se analiticamente nas categorias que procuram reter o caráter singular da formação do Brasil contemporâneo.

Em Roberto Campos, por exemplo, o subdesenvolvimento resulta dos obstáculos culturais presentes no tipo social brasileiro, cujo sistema de valores legou à sociedade brasileira um Estado paternalista e uma base tecnológica débil, criando, assim, um ambiente ineficiente ao desenvolvimento capitalista. Em Furtado, o traço essencial do subdesenvolvimento é o caráter heterogêneo do mercado interno, que resulta da propagação desigual do progresso técnico em nível mundial. Para Cardoso e Faletto, a singularidade reside na estrutura de dominação interno-externo condicionante das lutas que, no interior dos países, as classes travam em torno do controle do sistema de produção, configurando situações de dependência. Agora, para a Escola de Campinas, o caráter tardio do capitalismo brasileiro expressa um padrão específico de industrialização determinado pelo seu passado (colonial) e pelo seu momento (etapa do capitalismo monopolista). Neste caso, a ênfase recai sobre a possibilidade de incorporação do progresso técnico e de sua capacidade para diferenciar o consumo capitalista. Na visão de Caio Prado Jr., o subdesenvolvimento e a dependência têm raiz no sentido da colonização, que persiste em se reproduzir no Brasil contemporâneo, fazendo com que a sociedade nacional em formação se organizasse em torno dos interesses

forâneos (o imperialismo). Levando adiante a crítica de Prado Jr., em Marini a ênfase no estudo do desenvolvimento do capitalismo dependente recai sobre as formas de exploração da força de trabalho na periferia da economia mundial capitalista (superexploração) e nas implicações da dinâmica específica do capitalismo sobre as perspectivas de luta política revolucionária (o subimperialismo).

Não obstante todas essas diferenças, quando inquerimos sobre qual unidade de análise os intérpretes consideram apropriada ao estudo da mudança social, a resposta é a mesma: o Estado nacional. Ainda que todos não desconsiderem a economia mundial capitalista, caracterizando a economia brasileira a partir das formas de integração com o mercado mundial, a unidade fundamental que dá inteligibilidade aos fatos sociais é o Estado nacional. Isto ocorre porque a construção da nação tornou consensual o encaminhamento da luta política por meio da disputa do poder do Estado, tanto para os neoliberais, como para os reformistas e socialistas. Ao se estudar o processo de modernização à luz da construção da nação, incorre-se em problemas analíticos insolúveis da relação interno-externo, por exemplo: se a dinâmica da economia brasileira é determinada de “fora para dentro” ou de “dentro para fora”; ou, do ponto de vista dos interesses, se existe ou não uma burguesia nacional; ou como as estruturas de poder mundial expressavam-se nacionalmente

e, conseqüentemente, se devia lutar ou não contra o imperialismo; se a elite nacional é ou não é alienada, e por aí vai.

Outro ponto comum é a não distinção entre esferas da existência (economia, política e cultura) e níveis de realidade (estrutura, conjuntura e evento)⁵. Roberto Campos, por exemplo, não chega a conceber uma teoria sobre o tempo na medida em que, para ele, a história corresponde à análise cronológica dos eventos, cuja inteligibilidade está na teoria através da qual os fatos são interpretados. Contudo, Furtado, Cardoso e Faletto, bem como Cardoso de Mello, tendem a considerar como estrutural aquilo que na concepção braudeliana sobre os tempos sociais corresponde ao tempo conjuntural⁶. Na verdade, as transformações “estruturais” que estas respectivas narrativas procuram enfatizar são redistribuições dos elementos que configuram um determinado modo de produção por determinado período de tempo. Por exemplo, uma vez introduzidas as formas de produção especificamente capitalistas no Brasil, tal modo de produzir a vida é considerado como um parâmetro fixo na análise e a atenção volta-se para as transformações que o mesmo sofre no sentido de assegurar sua existência. São exemplos deste estilo de pensamento: a análise do fluxo da renda de Furtado para cada ciclo da economia brasileira, ou o exame das transformações das situações de dependência de Cardoso e Faletto, ou ainda a análise dos padrões

endógenos de acumulação capitalista de Cardoso de Mello e Tavares. Por outro lado, embora não considerem o modo de produção capitalista como padrão fixo, Caio Prado Jr. e Ruy Mauro Marini operam movimento semelhante. Os pensadores marxistas procuravam justamente reconhecer nas conjunturas as possibilidades de fissura no modo de produção que permitissem encaminhar uma luta política de caráter socialista. A dificuldade comum aos reformistas e socialistas reside, neste caso, no fato de não distinguirem níveis de realidade de esferas da existência, crítica que se aplica à Escola de

5 Em sua discussão sobre historiografia, o professor Fernando Novais (2005; 2011) observa que o materialismo histórico deve ser compreendido com uma teoria da história que procura conceitualizar simultaneamente todas as esferas da existência social. O historiador difere, dessa forma, das interpretações que associam o conceito de modo de produção a sistema econômico. Sua ênfase no conceito de modo de produção da vida tem por objetivo destacar a possibilidade de utilizá-lo como critério de periodização na medida em que os homens, no curso de suas existências, vivem simultaneamente todas as esferas da existência. Sendo assim, para Novais, um período se caracteriza pela maneira como as diferentes esferas da existência se encontram articuladas no tempo e no espaço, conferindo historicidade ao objeto. Neste passo, emerge o problema das mediações entre as diferentes esferas da existência (e.g., economia, política e cultura) e entre os diferentes níveis de realidade (estrutura, conjuntura e evento). Neste ponto, Novais argumenta pela importância do sujeito do conhecimento se mover na esfera do eventual, pois é nesse âmbito que as próprias estruturas se reproduzem e as mudanças sociais operam. Muito embora a tese do professor Novais seja polêmica, e exigiria desenvolvimento mais aprofundado, nos limites do presente artigo, recorre-se ao historiador na medida em que sua reflexão permite equacionar as diferentes narrativas sobre a formação do Brasil contemporâneo, avaliando a contribuição de cada intérprete em exercício de crítica positiva dentro de um quadro analítico histórico-mundial.

6 Cf. “História e Ciências sociais: a longa duração”, de Braudel (1992 [1958]).

Campinas⁷, à vertente marxista da dependência, e, em parte, a Prado Jr., pois assumem o conceito de modo de produção a partir do esquema base-superestrutura.

Essas considerações exigem aprofundar a análise dos elementos teóricos constitutivos das narrativas sobre a formação do Brasil contemporâneo na medida em que a conceitualização simultaneamente das diferentes esferas da existência no processo de transição ao Brasil contemporâneo é a tarefa mais difícil e, ao tentar contorná-la, os intérpretes acabaram ou simplificando em demasia a realidade, ou pressupondo a análise de um campo do conhecimento em outro sem a devida reconsideração. Por exemplo, em Roberto Campos, a ênfase recaiu sobre a dimensão cultural, ao destacar a morosidade do brasileiro em aceitar um estilo de vida regado pela razão instrumental. Furtado, embora muito preocupado em elaborar uma análise interdisciplinar, recorrentemente deu mais destaque ao econômico, salientando os obstáculos à formação do mercado interno a partir da especificação das condições sobre as quais as teorias econômicas possuíam alguma validade explicativa e normativa. Cardoso e Falleto, por mais que procurassem integrar a análise do desenvolvimento estabelecendo o diálogo entre economia e política, limitaram-se a demonstrar o “poder econômico como dominação social”, ou seja, traduzir para o político aquilo que está definido no econômico. Nesse sentido, a ênfase

no padrão de luta de classe pelo poder do Estado, condicionado pela estrutura de dominação interno-externo, e a possibilidade do controle do sistema nacional de produção pressupunham a análise econômica CEPAL sobre a evolução das economias latino-americanas. Com a Escola de Campinas ocorreu o contrário. Cardoso de Mello procurou superar o formalismo da análise cepalina através da incorporação dos conceitos marxistas de modo de produção e formação social. Seu objetivo era determinar os padrões endógenos de acumulação sobre os quais a formação social brasileira se organizava. Cardoso de Mello tinha por objetivo apontar os espaços ao exercício do arbítrio do Estado sobre o sistema econômico, ficando subjacente a ideia de que o poder político pode ser um contraponto ao poder econômico. Ideia herdada de

7 A esta altura, o leitor familiarizado com o debate sobre a formação do Brasil deve estar se perguntando sobre a relação de Fernando Novais com a Escola de Campinas. Sem dúvida, este é um ponto que precisa ser ainda esclarecido pela historiografia econômica brasileira. Embora Novais e Cardoso de Mello (1998) tenham assinado em parceria o ensaio *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*, vale destacar que esta análise deve ser considerada à luz da problemática das condições de privacidade. No escopo do presente trabalho, observa-se que o esforço de revisão se concentra nas teses clássicas de ambos os autores, publicadas ao longo da década de 1970. Compreende-se que o desenvolvimento da categoria “capitalismo tardio” por João Manuel Cardoso de Mello se apoia na reflexão de Novais na medida em que a desestruturação da sociedade colonial a partir da crise do Antigo Regime lhe permite rastrear os elementos genéticos do processo de constituição das formas especificamente capitalistas de produção no Brasil com o objetivo de determinar a relação dinâmica entre as formas do capital nas diferentes etapas da economia brasileira. Contudo, o contrário não se aplica. Em sua tese, Novais estava preocupado em demonstrar o papel da colônia portuguesa na América no processo de constituição do capitalismo como um sistema mundial. É exatamente este ponto que se procura resgatar e levar adiante a partir da perspectiva do sistema-mundo.

Furtado. Não obstante, ao se apoiar na metáfora base-superestrutura, este esquema analítico ficou atado pelo determinismo econômico, por mais que admita a autonomia relativa do Estado. Por fim, Marini, diferentemente da Escola de Campinas, procurou determinar a dinâmica da reprodução do capital na economia brasileira a partir de um modelo não endógeno. O fio condutor de sua análise eram as novas formas de exploração da força de trabalho. Deste ponto de vista, o conceito de superexploração reteria a singularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro. A relação entre o econômico e o político em Marini pode ser observada a partir do conceito de subimperialismo na medida em que os dois poderes reafirmam conjuntamente o caráter desigual do capitalismo no Brasil e da incapacidade de superá-lo por meio de reformas. Como a Escola de Campinas, o esquema analítico de Marini também fica restrito ao esquema base-superestrutura. Diferem, portanto, da perspectiva historiográfica na qual o historiador procura, para uma dada época, recompor a um só tempo todos os elementos de sentido que compunham aquela realidade, integrando economia, política e cultura.

A qual implicação é levado o sujeito do conhecimento ao estudar a mudança social a partir da construção da nação? Ao pressupor o Estado nacional como unidade de análise e não distinguir esferas da existência de níveis de realidade, o sujeito do conhecimento é levado a inverter

a lógica de apreensão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ao invés de problematizar o desenvolvimento capitalista em si, atentando-se ao modo como este foi penetrando nas diferentes sociedades, os intérpretes acabaram por discutir a viabilidade de apoiar ou não a formação de uma sociedade nacional em bases capitalistas. Essa inversão, como se procurou indicar, deriva da tensão entre o que significava construir a nação e o pressuposto teórico de que o capitalismo em geral concretiza-se nacionalmente. Por isso foi concebível a possibilidade de se reproduzir em menor escala, no interior de um Estado nacional, uma divisão do trabalho autossuficiente capaz de assegurar as condições de reprodução do capitalismo e, ao mesmo tempo, conter suas tendências desigualadoras, na medida em que o mercado interno seria a base para alargar os direitos de cidadania.

Sem abandonar o fato real da formação de sociedades nacionais, mas buscando superar os limites do estudo da formação do Brasil à luz da problemática da construção da nação, contribuições recentes vêm tentando recolocar o problema da formação nos quadros do sistema-mundo moderno.

3. Contribuições a partir da perspectiva dos sistemas-mundo

Para superar algumas das ambiguidades apontadas acima, é necessário transcender o véu que ofusca o papel do Estado e de sua relação com o econômico no processo de formação do Brasil contemporâneo, adotando perspectivas não setorializadas e desapegadas do projeto de construção da nação. Isto não significa negar a pertinência da questão nacional, nem tampouco recusar os clássicos do pensamento social

brasileiro. Ao contrário, exige revisitar o debate de maneira historicizada a partir de um quadro analítico alternativo que priorize as transformações das formas de sociabilidade engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo histórico⁸.

Dentro da problemática da formação do Brasil contemporâneo no contexto da expansão da civilização ocidental, Pedro Vieira (2010, 2012) tem contribuído diretamente para estudar o Brasil nos quadros do sistema-mundo moderno, buscando contornar os obstáculos ao estudo da

8 Não é novidade o esforço para superar as fronteiras disciplinares das ciências sociais e retomar seu diálogo com a história. Tão velho quanto este esforço é a tentativa de construir uma ciência social historicamente fundamentada. A parte mais difícil deste debate tem sido, não obstante, estabelecer um diálogo entre a economia e as demais ciências sociais, bem como entre as ciências sociais e a história. Muitos anos atrás, em seu livro *A Grande Transformação*, Karl Polanyi assinalou a principal falácia sobre a qual as ciências sociais foram construídas no século XIX e que permaneceu influente ao longo do século XX. De acordo com Polanyi (2012a [1944]), todos os ramos das ciências sociais foram estabelecidos sobre a hipótese de A. Smith da propensão natural do homem à barganha e à troca. Como resultado, desenvolveu-se no pensamento social do século XIX uma mentalidade de mercado que resultou na falácia economicista. A falácia economicista é um erro lógico no qual a economia humana é equiparada com a forma específica mercado. Na opinião do autor, este mal-entendido resulta da definição formal de economia, a qual compreende o econômico logicamente como relação de meios e fins, em que o agente satisfaz suas necessidades e desejos minimizando os meios. Como resultado, a produção material da vida não só é reduzida a um problema de escassez, mas também é enunciada como uma verdade universal. No entanto, escassez e escolha relativa são, para Polanyi (2012b [1977], p. 72 – Grifos do autor), uma situação especial onde “[...] economizar ou conseguir algo abaixo do preço, refere-se à escolha entre usos alternativos dos meios insuficientes”. De acordo com a definição substantiva da economia, para Polanyi a subsistência do homem depende da relação entre o homem e a natureza e entre o homem e seus pares, que pode ou não envolver a escolha no sentido das escolhas de mercado. Em algumas sociedades, costumes e tradições podem eliminar o problema de escolha. Portanto, Polanyi argumentava que o conceito formal do econômico induz historiadores econômicos a transpor esta forma específica de

economia para outras sociedades, e cientistas sociais a assumir seu significado sem questionamento. A crítica de Polanyi sugere que ambos têm compreendido mal o lugar da economia na vida cotidiana e, principalmente, como ela se conecta com a sociedade. Polanyi, em nenhum momento, colocou em dúvida a análise econômica. Seu objetivo era estabelecer os limites históricos e institucionais para as economias em que o mercado formador de preço tinha sua influência. Com isso, ele pretendia transcender as limitações inerentes à análise econômica, contribuindo para uma teoria geral da organização econômica. A crítica de Polanyi é bem-vinda no sentido de abrir as ciências econômicas. Aceitá-la não significa, contudo, admitir qualquer superioridade de seu esquema analítico. A distinção entre economia formal e substantiva estabelecida por Polanyi, além de dar importante passo na desconstrução da ciência econômica *mainstream*, é muito útil para estabelecer uma ponte entre as ciências econômicas e as demais ciências sociais e a história. Nesta direção, as reflexões de Fernand Braudel (1992 [1959], p. 43) somam-se ao esforço de Polanyi a partir de uma teoria dos tempos históricos segundo a qual a pluralidade do tempo social, em especial, a longa duração, seria “indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem”. Influenciado tanto por Polanyi como por Braudel, Wallerstein (1974) também se vinculou a este empreendimento de repensar as ciências sociais compartimentadas que nasceram no século XIX. Seu esforço tem sido construir uma perspectiva de análise unidisciplinar. Em alguma medida, a crítica de Rogério Forastieri da Silva e Fernando A. Novais ao materialismo histórico a partir da dialética das durações de Braudel também converge no sentido de recuperar a perspectiva totalizante. Para Silva e Novais (2011, p. 48), como apresentado anteriormente, o materialismo histórico deve, enquanto teoria da História, ser entendido como “[...] o esforço de teorização simultânea das várias esferas da existência”.

mudança social a partir da problemática do desenvolvimento nacional⁹. Segundo o professor, é preciso enfrentar simultaneamente a questão da unidade de análise apropriada ao estudo da mudança social, por um lado, e delimitar a problemática da formação Brasil como concretização de uma lógica sistêmica, por outro.

Conforme explica Vieira:

A questão central [...] diz respeito à escolha e explicitação da unidade de análise. Como dito acima, se ampliamos o escopo da unidade de análise, podemos passar do indivíduo para a família, para a classe, para a economia-nacional e para a sociedade mundial. Enquanto pudermos fazer esta ampliação e identificarmos relações externas à unidade considerada, ou melhor, enquanto a reprodução desta unidade depender de intercâmbios com agentes externos a ela, não estamos diante de uma unidade autodeterminada. O movimento cessa quando chegamos à unidade maior, envolvente, autocontida, que é o sistema histórico e que denominamos economia-mundo. Nesta ordem de ideias, a dicotomia local-sistêmico ou interno-externo perde consistência, pois o espaço da análise se estende para os encadeamentos à jusante e à montante da unidade considerada, o que obriga o pesquisador a ampliar seu campo de estudo para todo este conjunto de relações ou intercâmbios, independente da jurisdição política em que se localizem. (VIEIRA, 2010, pp. 503–504)

⁹ Para uma discussão preliminar sobre a questão do nacionalismo metodológico nas ciências sociais, ver Medeiros (2010) e Vieira (2015).

Como alternativa à adoção do Estado nacional como unidade de análise, Vieira dedicou-se ao estudo da cadeia mercantil do açúcar no século XVI. Seu objetivo central foi demonstrar como certos espaços do Brasil-colônia integravam-se ao processo de formação da economia-mundo europeia. O mérito de Vieira consiste, portanto, em prover uma demonstração empírica daquilo que Wallerstein chamou de divisão mundial e axial do trabalho, pela qual os diferentes espaços da economia-mundo são integrados sob diferentes regimes de controle de trabalho (assalariamento, escravidão e segunda servidão).

Pari passu a questão da unidade de análise, Vieira chama a atenção para o caráter sistêmico da formação do Brasil. Segundo ele,

Desde que adotamos a Perspectiva dos Sistemas-Mundo, estamos buscando interpretar a formação e a evolução da economia e da sociedade no Brasil como concretização, em um espaço determinado, da formação e expansão do sistema-mundo capitalista. Neste ensaio faremos isso para o longo século XVI (1450-1650). Com este propósito, procuraremos estabelecer conexões entre acontecimentos históricos para revelar forças sistêmicas que condicionaram as histórias portuguesa e brasileira. Nesta grande e fascinante empreitada, assumimos o risco de ter gerado um texto muito descritivo e pouco analítico. Os acontecimentos históricos de que tratamos, embora possam ser conhecidos pelos historiadores dos respectivos períodos ou regiões, não se encontram reunidos para compor o quadro sistêmico em que se situam Portugal e sua colônia na América. (VIEIRA, 2012, p. 208)

Problematizar do geral ao particular buscando as conexões fundamentais entre o Brasil e sistema-mundo moderno é teoricamente correto. No entanto, a afirmação do professor Vieira pode ser reelaborada. Por exemplo, como a lógica sistêmica se concretiza em um determinado espaço-tempo? Ou, de modo reverso, sobre quais singularidades a lógica sistêmica se fundamenta e se reproduz? É sabido que a integração a um só tempo de diferentes espaços pela divisão social do trabalho não conforma necessariamente sociedades política e culturalmente semelhantes. Historicamente, o capital mercantil, por exemplo, foi capaz de articular e até mesmo engendrar diferentes formas de sociabilidade com o objetivo da acumulação capitalista. Como observou o professor Mariutti,

Entre os séculos XVI e XVIII, a economia-mundo moderna era articulada pela rivalidade política entre os Estados em formação e pelas teias do capital mercantil. No caso deste, nos primórdios, o entrelaçamento inicial era pouco tênue e se dava essencialmente pelo cume, isto é, em torno do consumo conspícuo. Progressivamente algumas transformações que operavam na base – *i.e.*, as respostas *locais* à crise do século XIV, estruturadas pela luta de classes (a temática do “debate da transição”) – possibilitaram com que a rede de transações do capital mercantil perpassasse indiretamente os polos manufatureiros que começaram a surgir em algumas regiões da Europa Ocidental, articulando as Américas, porções da África e a Europa Oriental, fato que acabou por gerar um vínculo entre as transfor-

mações operadas nestas regiões: enquanto o centro em constituição tendia para a produção baseada na manufatura e nos pequenos produtores independentes, a periferia e a semi-periferia tendiam para a especialização no fornecimento de matérias primas e gêneros alimentícios, com base no trabalho compulsório. Logo, o *tipo de produção* tendeu a se vincular com a forma de controle sobre o trabalho e o sistema político local. (MARIUTTI, 2012, pp. 5-6 – grifo do autor)

Como se pode observar, ainda que o estudo das cadeias mercantis revele a tenacidade dos vínculos do Brasil com a economia-mundo capitalista, do ponto de vista analítico, não se pode esquecer que seu estudo consiste apenas no primeiro passo da análise, na medida em que permite apreender empiricamente como os diferentes regimes de trabalho que sustentam a produção material da vida se tornam interdependentes à medida que a força de trabalho se proletariza e o mercado mundial se expande. Não obstante, do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo histórico e das formas de sociabilidade que ele destrói, engendra, recria e articula, verificam-se duas lacunas na agenda de pesquisa do professor Vieira. Primeira, sua ênfase nos estudos das cadeias mercantis requer ainda uma análise integrada das dimensões econômica, política e cultural. A segunda lacuna refere-se ao escopo temporal de sua pesquisa se restringe ao período de formação da economia-mundo capitalista. Consequentemente, escapa ao olhar curioso do professor a ampla renovação

pela qual o sistema-mundo moderno passou com a Revolução Industrial e com a Revolução Francesa, bem como com a incorporação da Rússia, do Império Otomano, do Subcontinente Indiano e da África Ocidental, e, sobretudo, com a descolonização das Américas.

O presente artigo se orienta no sentido de suprir tais lacunas explorando um caminho analítico alternativo, no qual se buscará compreender a formação do Brasil contemporâneo nos quadros do sistema-mundo moderno a partir da relação do Estado brasileiro em formação com as formas de produção material da vida legadas do período colonial no sentido de instituir a economia de mercado como mecanismo de regulação social¹⁰. Para tanto, retoma-se a questão da transição da sociedade colonial na América Portuguesa para o Brasil contemporâneo. Esta questão é central não só porque possibilita um diálogo com o pensamento social brasileiro, mas, sobretudo, porque permite vincular a mudança social que se processou no Brasil a partir do século XIX com as transformações qualitativas pelas quais o sistema-mundo como um todo passava na época.

Nesta direção, Vieira recomenda que

o estudo da América Latina deve partir da condição colonial. No caso do Brasil, este suposto implica que a formação da economia-mundo capitalista e de seu sistema interestatal atingiram o território americano através do filtro português, tanto no que se refere ao Estado quanto

à acumulação de capital. Em outras palavras, entender a forma como o Estado português se inseriu no sistema interestatal e como o território português foi incorporado aos processos mundiais de acumulação de capital é o que nos permitirá esclarecer as mudanças que os dois processos mencionados por Tilly (1984) – criação de um sistema de estados nacionais e a forma de um sistema capitalista mundial – provocaram no território que hoje é o Brasil. (VIEIRA, 2012, pp. 211–212)

Partir da situação colonial levando em conta a posição de Portugal na expansão comercial europeia não é novidade ao pensamento social brasileiro. Vide, por exemplo, Caio Prado Jr. (2008 [1942]) e Celso Furtado (2003 [1959]). A

10 A discussão sobre a instituição da economia de mercado como mecanismo de regulação social tem origem em Adam Smith em sua resposta aos problemas da filosofia política dos séculos XVII e XVIII com relação ao estabelecimento da paz civil. Como lembra Pierre Rosanvallon (2002), Smith sugeriu que a associação entre os indivíduos fosse estabelecida com base nas necessidades das pessoas ao invés do medo da morte (Hobbes), da conservação da propriedade (Locke) ou da preservação da liberdade (Rousseau). Ao assumir que os indivíduos são naturalmente egoístas e propensos à troca, Smith compreendia que o mercado poderia cumprir a função de ordenador das necessidades sociais sem que os indivíduos estivessem sujeitos ao arbítrio da autoridade de outra pessoa. Este argumento de Smith repercutiu sobre a obrigação do pacto social tanto com relação à organização das sociedades nacionais quanto sobre o fundamento da relação entre as nações. No primeiro caso, o mercado converter-se-ia em um mecanismo impessoal de regulação social na medida em que os indivíduos ficariam sujeitos à lei do valor. No segundo caso, Smith alterou as bases do mecanismo de equilíbrio de poder ao propor o comércio como fundamento das relações internacionais. Antes visto como um jogo de soma zero, a partir da ideia de mercado o equilíbrio de poder foi convertido em um jogo de soma positiva, estimulando a cooperação entre as nações. Smith acreditava que, através do mercado, estabelecer-se-iam, ao mesmo tempo, a paz civil e a paz entre as nações. Com isso, a sociedade de mercado tornava-se arquetipo de uma nova representação social.

controvérsia central não reside neste ponto. A dificuldade em estudar a formação do Brasil contemporâneo começa quando a sociedade colonial emancipa-se politicamente de Portugal, tornando-se um país formalmente independente. Foi no contexto das lutas pela independência que se abriu a discussão em torno das condições para a consolidação da sociedade nacional. Destarte, os estudos sobre a formação do Brasil passaram a ser condicionados pela perspectiva da construção da nação. Em consequência, a ambiguidade entre Estado e mercado foi reforçada.

Sem ignorar a polêmica, mas tentando encontrar um ponto de partida sólido, não parece haver desacordo com relação à sociedade colonial na América portuguesa e ao Brasil contemporâneo representarem dois momentos distintos da história do Brasil. Tanto aquela quanto este estão intimamente conectados com a história do sistema-mundo moderno. A sociedade colonial na América portuguesa foi fruto do processo de expansão da economia-mundo europeia no longo século XVI, dando origens a diferentes formas de vida, que se vinculavam à economia-mundo europeia pelo Antigo Sistema Colonial. Já o Brasil contemporâneo teve origem com os processos de emancipação política no contexto das revoluções liberais e da revolução tecnológica na indústria, que provocaram a crise final do Antigo Regime entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX (a segunda

era de expansão da economia-mundo capitalista), momento em que as estruturas econômica, política e cultural do sistema-mundo moderno foram consolidadas, dando origem a um sistema imperialista capitalista de dominação a partir do qual se exportou, para parte da periferia, o modo de vida capitalista. Deste então, as Revoluções Industrial, Estadunidense (1776) e Francesa (1789) converteram-se em símbolos do progresso, tornando-se modelos para a formação das sociedades nacionais que emergiam na periferia do sistema-mundo moderno ao longo do século XIX na América Latina, e ao longo do século XX na África.

Com base neste quadro, a formação do Brasil contemporâneo faz parte da revolução sistêmica engendrada pela hegemonia britânica no século XIX e levada adiante pela hegemonia estadunidense no século XX. Neste longo período, o modo de produção da vida essencialmente capitalista projetou-se para a periferia do sistema, provocando uma transformação qualitativa não apenas no Brasil, mas também na evolução do sistema-mundo moderno. Essas transformações passaram a requerer a proletarianização de pelo menos *parte* da força de trabalho localizada nas zonas periféricas. À medida que as relações de produção especificamente capitalistas se estabeleciam nesses espaços, a economia de mercado foi emergindo como mecanismo de regulação social. Alguns desenvolvimentistas problematizaram esta questão a partir da capacidade de

incorporação do progresso técnico (cf. FURTA-DO, 2003 [1959]; MELLO, 1984 [1975]; PREBISCH, 1986 [1949]). No campo marxista, a mesma questão aparece na problemática da exportação de capitais, dando origem à luta contra o imperialismo (cf. MARINI, 2008; PRADO JR., 2004 [1966]). Em ambos os casos, a ênfase recai sobre os meios de produção a partir da dicotomia interno-externo, haja vista o pressuposto de que a acumulação capitalista possuía uma referência nacional. Levando adiante as sugestões de Vieira (2010, 2012) e Mariutti (2012), procura-se desviar desta dicotomia trazendo à baila a textura do sistema-mundo moderno no tempo e através do espaço.

Dessa forma, compreender a formação do Brasil contemporâneo no contexto das transformações qualitativas do sistema-mundo moderno a partir do século XIX requer enfocar no processo de desenraizamento da economia, isto é, no processo de separação institucional do sistema econômico do conjunto da sociedade e da consequente sujeição desta à lógica do mercado formador de preço¹¹. Para tanto, faz-se necessário, antes, recuperar a questão transversal a todas as formas de vida social não-capitalistas¹² que formavam a colônia portuguesa na América no começo do século XIX: a questão da subsistência ou da produção e distribuição dos meios de vida. A partir dela, pode-se apreender sob outro ângulo o processo de dominação capitalista e da formação do modo de vida a ele

correspondente. Como lembra Marx,

Na realidade, a dominação dos capitalistas sobre os operários não é mais do que a dominação sobre estes das *condições de trabalho* (entre os quais se contam também, para lá das condições objetivas do processo de produção – ou seja, os *meios de produção* – as condições objetivas da manutenção e eficácia da força de trabalho, quer dizer, os *meios de subsistência*), condições de trabalho que se tornam autônomas, e precisamente face ao operário. (MARX, 2004, p. 55)

Nesta passagem, Marx destaca a importância do controle dos meios de subsistência para a dominação capitalista. Posto deste modo, o debate

11 De acordo com Polanyi (2012b, pp. 100–101), o sistema econômico “[...] abarca os traços comportamentais relacionados com a produção e a distribuição de bens materiais [...]” necessários à reprodução material do conjunto da sociedade. Em seus estudos, Polanyi estava interessado em saber se nas diferentes sociedades (arcaica, tradicional e moderna) a produção dos meios de vida era ou não “[...] um mero subproduto do funcionamento de outras instituições não econômicas”. Polanyi observou que, em muitos casos, o sistema econômico encontrava-se enraizado, ou seja, não estava institucionalmente separado do restante da sociedade. Nestes casos, a disposição das terras, a organização e divisão do trabalho, e as demais atividades envolvidas na produção da subsistência estavam definidas pelas relações de parentesco ou lealdade sobre as quais se sedimentavam as diferentes organizações sociais. Nestas situações, há uma consciência subjetiva da economia. Por outro lado, Polanyi observou que, nas sociedades modernas, o sistema econômico encontrava-se desenraizado da sociedade. Nestas sociedades, a produção dos meios de vida estava subordinada ao mecanismo de mercado, portanto, estranho à sociedade, que opera segundo a lógica do valor de troca. Neste tipo de sociedade, há uma consciência conceitual do processo econômico, o qual se reflete no nascimento da Economia Política Clássica.

12 Partimos do pressuposto segundo o qual os núcleos coloniais que conformavam a sociedade colonial na América portuguesa no começo do século XIX, embora fossem produto das formas de produção organizadas pelo capital mercantil para suprir alguns elos do comércio de longa distância, integravam-se basicamente pela domesticidade e pela redistribuição. Ainda que houvesse algum tipo de comércio “interno” à colônia, organizado com base no mercado, isto não significa que os diferentes núcleos coloniais se estabilizassem pelo mercado.

sobre o desenvolvimento deu maior ênfase ao domínio sobre os meios de produção, pois se acreditava que as máquinas e equipamentos, portadores da tecnologia, engendrariam na sociedade a razão instrumental que transformaria a estrutura social. Não obstante, frente à crescente desigualdade inerente à generalização das formas de produção especificamente capitalistas, os desenvolvimentistas acreditavam que pelo Estado nacional conseguir-se-ia domesticar o desenvolvimento capitalista, sujeitando o capital aos objetivos nacionais democraticamente construídos. Nesta perspectiva, ao dispor de uma base autônoma de desenvolvimento, a sociedade brasileira estaria apta a construir as bases objetivas de uma sociedade nacional igualitária nos marcos da civilização capitalista. Deste ponto de vista, a relevância do domínio capitalista sobre os meios de subsistência não chegou a ser objeto de investigação sistemática. Ao contrário, a noção de economia de subsistência foi vinculada à ideia de atraso como se fosse o esteio para a reprodução de formas tradicionais de vida. Celso Furtado (2003[1959], pp. 123–128), por exemplo, ao analisar os obstáculos à transição para o trabalho assalariado, argumentou que o setor de subsistência restringia a oferta potencial de mão de obra. Para ele, dados a abundância de terras e o regime de propriedade à época, era possível expandir o número de roças sem aprofundar a faixa de uma economia monetária. Ao assegurar ao

caboclo a subsistência de sua família, a roça, lembra Furtado (*ibidem*, p. 127), ao invés de ser um meio para emancipação, reforçava “[...] os vínculos sociais a um grupo, dentro do qual se cultivava a mística de fidelidade ao chefe como técnica de preservação do grupo social”. Ao enfatizar os meios de produção (o progresso técnico), Furtado parece incorrer no equívoco de identificar economias de subsistência com arcaísmo. Ou, mais precisamente, de supor que economias de subsistência são incapazes de produzir excedentes¹³.

Ao contrário, sugere-se enfatizar as mutações das formas de sociabilidade que têm origem na relação entre a produção dos meios de vida dos diferentes núcleos de organização social e as transformações histórico-mundiais do capitalismo histórico. É neste sentido, pois, que o estudo da historicidade da economia de mercado apresenta-se como fio condutor à compreensão da formação do Brasil contemporâneo nos quadros do sistema-mundo moderno.

13 Para uma visão contrária, ver Pierre Clastres (2013).

4. Capitalismo histórico e formas de sociabilidade

Historicamente, as sociedades sedimentam-se com base em formas de integração e estruturas de apoio conformando, em cada tempo-espaço, estruturas e dinâmicas sociais peculiares¹⁴.

Conforme Wallerstein (1974), à medida que os capitalistas penetraram nas comunidades da Europa ocidental no longo século XVI (1450-1640), em específico no campo, desencadeou-se um processo de ruptura estrutural em que a mercantilização da vida foi se convertendo em principal indutor da mudança social. Os capitalistas passaram a integrar as diferentes zonas da Europa por meio de redes de comércio de longa distância que articulavam diferentes sistemas de produção. Na época, essas redes cobriam a Europa Ocidental e partes da América e África. Estas diferentes zonas distinguiam-se com base no tipo de controle sobre o trabalho. Por exemplo, no Leste europeu, o reforço da segunda servidão; nas colônias americanas, instaurou-se a escravidão moderna e, na Inglaterra, difundiu-se o assalariamento. *Pari passu* à reorganização das atividades econômicas, a ascensão das monarquias absolutas permitiu a incorporação dos capitalistas às estruturas de poder das sociedades nacionais nascentes. Estas estruturas de poder, pouco a pouco, deram origem a Estados fortes que exerciam seu domínio sobre as zonas periféricas e estabeleciam contatos com as arenas externas. Com a crise

do século XVII, a economia-mundo capitalista em formação ganhou novo impulso. De 1600 até 1750, além das inovações técnicas do ponto

14 Como ensinou Karl Polanyi (2012b [1977], p. 83), as formas de integração correspondem aos “[...] movimentos institucionalizados pelos quais se conectam os componentes dos processos econômicos, desde os recursos materiais e o trabalho até o transporte, o armazenamento e a distribuição de produção”. Dizem respeito, portanto, às maneiras como bens e pessoas são combinados para superar as dificuldades que envolvem a produção da subsistência. Segundo o autor, existem basicamente quatro princípios de integração: a reciprocidade, a redistribuição, a domesticidade (*household*), e a troca. A reciprocidade, segundo Polanyi (2012a [1944], p. 50 et. seq.), “[...] atua principalmente em relação à organização sexual da sociedade, i.e., família e parentesco”. A redistribuição, por sua vez, atua “[...] em relação a todos aqueles que têm uma chefia em comum e têm, assim, um caráter territorial”. Não obstante, reciprocidade e redistribuição dependem da institucionalização de estruturas de apoio que as validem socialmente. Por exemplo, a integração recíproca depende de uma estrutura simétrica de sustentação. Nesta situação, é necessário que haja, de acordo com Polanyi (2012b [1977], p. 85), “[...] a presença de dois ou mais grupos simetricamente situados, cujos membros possam se comportar de maneira semelhante, uns com os outros, nos assuntos econômicos.” No caso da redistribuição, a estrutura centralizada depende da existência de um centro reconhecido. Através destas distinções, Polanyi chamou atenção para o fato do funcionamento do sistema econômico poder ser assegurado pela reciprocidade do comportamento social (simetria) ou pela centralização e redistribuição do excedente social sem, contudo, estar sujeito à uma administração complexa com base em registros escritos (racionalidade instrumental). Diferentemente da reciprocidade e da redistribuição, a *domesticidade* refere-se a grupos fechados ou *autárquicos*, “[...] tanto no caso de entidades de família muito diferentes, como no povoamento, ou na casa senhorial, que constituíam unidades autossuficientes [...]”, observa Polanyi (2012a [1944], p. 56 et. seq.). Nestes casos, ele ainda observa, “[...] o princípio era o de produzir e de armazenar para a satisfação das necessidades do grupo”. O caráter de cada grupo não é relevante, definindo-se pelo sexo, pela localidade e pelo poder político. Irrelevante também é a forma de organização interna de cada grupo, que pode ser despótica ou democrática. A distinção fundamental é a produção de valores de uso. O princípio de *troca* ou *permuta*, por sua vez, depende de um *padrão de mercado*. Por isso, diferentemente da simetria, da centralidade e da autarquia, o padrão de mercado, quando se relaciona com a motivação à permuta, pode gerar a instituição do mercado formador de preço. Nesta situação específica, o sistema econômico passa a ser regulado pelo mercado, estando sujeito a uma administração complexa (a racionalidade instrumental), conformando assim uma economia de mercado.

de vista dos meios de produção, teve origem o sistema interestatal moderno. Na ocasião, a Holanda ascendeu como potência hegemônica, estabelecendo a estratégia de acumulação que impulsionou o sistema para uma nova fase de expansão. A crise do século XVII engendrou também uma competição entre as zonas periféricas, muitas das quais, para sobreviverem, dependeram de uma rearticulação à economia-mundo capitalista em fase de consolidação. O questionamento da hegemonia holandesa veio a ocorrer com a ascensão da rivalidade franco-britânica ao longo do século XVIII. Quando se acirrou a disputa pela sucessão hegemônica, a Grã-Bretanha saiu vitoriosa. As razões de sua vitória residiam não apenas em sua estrutura econômica “interna”, mas, sobretudo, no fato de o Estado britânico ser mais forte que o francês. Por trás desta rivalidade, operavam as forças que conduziram à Revolução Industrial na Inglaterra e à Revolução Francesa. A rivalidade franco-britânica promoveu uma expansão geográfica da economia-mundo capitalista, incorporando áreas externas como, por exemplo, a Rússia, o Império Otomano, o subcontinente indiano e a África Ocidental. Nas antigas zonas periféricas, essa rivalidade engendrou processos de descolonização nas Américas, com a criação dos Estados Unidos, dos pequenos Estados fracos na antiga América Espanhola e também na América Portuguesa (cf. NOVAIS, 1995 [1979]). A Revolução Industrial, por sua vez, promoveu uma expansão geográfica sem precedentes,

redefinindo a integração dos espaços em escala mundial através de uma reorganização dos mercados, isto é, criando um mercado mundial, que não apenas se expandia em extensão, mas também em profundidade. Por seu turno, a Revolução Francesa implicou a consolidação da geocultura liberal, que passou a legitimar o modo de funcionamento do sistema-mundo moderno a partir do século XIX.

Do ponto de vista das formas de integração, o processo de formação do sistema-mundo moderno correspondeu, na sua primeira fase (1450-1650), a uma rearticulação de diferentes ordens sociais fundadas nos princípios de domesticidade, redistribuição e reciprocidade espalhadas pela Europa em crise. Essa rearticulação foi promovida pelas redes de comércio de longa distância, que podiam ou não se estruturar em torno do princípio do mercado formador de preço. Não obstante, o avanço da concorrência intercapitalista e interestatal, a intensificação da proletarização da força de trabalho, o progresso técnico pelo e para o capital e a incorporação de arenas externas minavam, aos poucos, a domesticidade, a redistribuição e a reciprocidade, sendo substituídas pelo princípio de mercado. Com isso, o sistema econômico foi se desenraizando das sociedades, subordinando o conjunto das sociedades à lógica da economia de mercado, no qual as motivações individuais passavam a ser o medo da fome e o desejo do lucro. (Cf. POLANYI, 2012a [1944])

Por isso, para Wallerstein, o desenvolvimento do capitalismo histórico:

[...] incluiu a ampla mercantilização de processos – não só os de troca, mas também os de produção e investimento – antes conduzidos por vias não mercantis. No anseio de acumular cada vez mais capital, *os capitalistas buscaram mercantilizar cada vez mais esses processos sociais presentes em todas as esferas da vida econômica*. Como o capitalismo é centrado em si mesmo, *nenhuma relação social permaneceu intrinsecamente isenta de uma possível inclusão*. O desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo. (WALLERSTEIN, 2001, p. 15 – grifo nosso)

Wallerstein afirma ainda que:

[...] o capitalismo histórico é o locus concreto – integrado e delimitado no tempo e no espaço – de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital; esta acumulação é a “lei” que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem prevalecido nela. É o sistema social no qual aqueles que operam segundo essas regras produziram um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros foram forçados a se adaptar ou cujas consequências passaram a sofrer. É o sistema social em que o alcance dessas regras (a lei do valor) se ampliou cada vez mais, em que *sua imposição se tornou cada vez mais firme e sua penetração no tecido social cada vez maior*, mesmo quando teve de enfrentar uma oposição social mais enfática e organizada. (*ibidem*, p. 18 – grifo nosso)

Postos nesses termos, pode-se agora repor a pergunta da pesquisa: como o *impulso a mercantilizar tudo* penetrou nos diferentes *tecidos sociais* herdados do período colonial, transformando a ex-sociedade colonial na América portuguesa no Brasil contemporâneo? No âmbito da instituição e da regulação social, trata-se de apreender a transição para ordens sociais reguladas pelo mercado nos quadros do sistema-mundo moderno.

Um caminho viável para apreender essa transição é discutir a transformação das formas de sociabilidade engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo histórico. Isto requer considerar simultaneamente: i) a maneira como as formas de produção capitalista desestabilizam estruturas sociais tradicionais; ii) o papel que a violência cumpre no processo de acumulação capitalista; e iii) a maneira pela qual a economia de mercado é instituída como um mecanismo de regulação social.

i) Marx e Engels (1998 [1848]), em seus escritos historiográficos, descreveram como o aprofundamento da divisão do trabalho vinculou, com base na produção material da vida, diferentes realidades sociais através do mundo. Tal consideração permitiu pensar a ideia de um sistema mundial no qual sociedades organizadas em diferentes regimes de trabalho articulam-se por meio do comércio/violência, criando certa interdependência para a reprodução material

do conjunto das sociedades. Mais importante, Marx e Engels sugeriram como a expansão da produção capitalista desestabiliza sociedade tradicionais, desintegrando as formas pretéritas de sociabilidade baseadas no *status*. Esta desestabilização ocorre quando a lógica capitalista penetra no tecido social redefinindo os fundamentos da ordem social na qual as sociedades sedimentam-se. Com efeito, aludem, embora de maneira superficial, à ascensão da economia de mercado como forma dominante de sociabilidade à medida que a relação entre as formas capitalistas de produção e o Estado moderno compele as relações humanas a se diluírem na esfera do valor de troca e, portanto, do fetiche. Deste modo, pode-se falar em impulso à mercantilização da vida, impulso este que passa a ser o móvel para a compreensão da mudança social a partir da Época Moderna e, sobretudo, na Época Contemporânea. Não obstante, considerar a mercantilização da vida como móvel da mudança social não significa dizer que toda transformação social conflua nesta direção. Sabe-se que, concretamente, o desenvolvimento capitalista também engendrou formações sociais que se sedimentaram em relações sociais de produção não-capitalistas, cujo mecanismo de regulação social era não-econômico. Nas fazendas da América, por exemplo, na expressão de Braudel (2009 [1979], p. 237), o capitalismo encontrava-se em casa alheia. Para ele, as fazendas eram “criações capitalistas por excelência”,

não obstante, compatíveis com a produção de subsistência não capitalista.

De maneira geral, as observações de Marx e Engels são muito sugestivas e indicam um caminho teórico para delimitar o estudo da formação do Brasil contemporâneo nos marcos do sistema-mundo moderno. Contudo, à medida que o trabalho de Marx avançou em *O Capital*, sua atenção voltou-se para a compreensão da dinâmica do capitalismo já constituído. Como lembra Terence Hopkins (1979, p. 28), “[...] o processo de descrição e explicação da conversão contínua de meios não capitalizados de produção e subsistência em capital, no curso da expansão da economia-mundo capitalista para além de seu *locus* formativo[...]” e “[...] a integração desses processos com a autoexpansão do capital[...]” foram deixados em aberto. Deste ponto de vista, a discussão de Rosa Luxemburg (1984 [1912]) foi uma tentativa de avançar a reflexão sobre a tensão entre áreas ou ramos de produção capitalistas e não capitalistas. Daí a preocupação da autora polonesa em investigar a reprodução do capital em seu meio.

ii) Para Luxemburg (1984 [1912]), a acumulação capitalista exige, do ponto de vista de suas condições concretas, a existência de camadas e sociedades não capitalistas, tanto para assegurar os elementos materiais necessários à ampliação da produção como para fornecer trabalho vivo adequado. Consequentemente, a autora admite

que há uma tendência expansionista intrínseca ao modo capitalista de produção, que coloca em tensão o aprofundamento do “mercado interno” (“capitalista”) e o “mercado externo” (“não capitalista”). Isto se verifica, em primeiro lugar, na luta do capitalismo contra a economia natural, luta que progressivamente vai convertendo em “mercado” as camadas sociais não capitalistas – através da luta contra a escravidão e a servidão, bem como contra o comunismo primitivo e a economia camponesa patriarcal. O segundo passo é a introdução das sociedades não capitalistas na circulação mercantil, que viabiliza o acesso aos meios de produção e possibilita a realização do mais-valor. A última etapa da conversão da economia natural em economia capitalista é a separação da indústria rural da economia camponesa. Esta separação dá-se por diferentes meios: pela superioridade técnica da produção em massa; pela pressão tributária; pela guerra; pela concentração da terra; pela violência política; e pelo código penal. Portanto, segundo Luxemburg, o capitalismo toma o lugar da economia mercantil simples e ganha uma sobrevida, isto é, posterga as suas contradições ao subordinar zonas não capitalistas. Desse modo, a acumulação capitalista processa-se entre modos de produção capitalistas e não capitalistas. Nesta perspectiva, o imperialismo não consiste em um critério de periodização – uma “fase”, ou uma “etapa” –, mas numa característica perene do capitalismo. Para

Luxemburg, todo o capitalismo é imperialista. Em termos concretos, os vínculos vão sendo formados a partir de empréstimos estrangeiros, da construção de estradas de ferro, de revoluções e guerras, à medida que os Estados em formação vão sendo alienados pela dívida pública. A rivalidade entre os Estados fortes para assegurar espaços de acumulação dá origem ao protecionismo, que, por sua vez, conduz à corrida armamentista e ao militarismo, nos quais *a violência converte-se em veículo da acumulação capitalista* por reprimir a força de trabalho e por subordinar formas não capitalistas de produção.

Portanto, para Luxemburg (1984, p. 285), “considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre modos de produção capitalistas e os não-capitalistas”. Mais precisamente, “sob este prisma, ela [a acumulação de capital] consiste na mutilação e assimilação dos mesmos [dos modos de produção não-capitalistas], e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante *destruição progressiva* dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital”.

Não obstante, nem Marx nem Luxemburg exploram sistematicamente como formações sociais não capitalistas, em tensão com sociedades capitalistas, convertem-se em ordens sociais

reguladas pela economia de mercado. Por mais polêmicas e controversas que sejam as reflexões de Polanyi (2012a [1944], 2012b [1977]), neste ponto ele traz contribuições importantes.

iii) Com base na concepção de economia substantiva, Polanyi investigou, através do tempo, o lugar ocupado pelo sistema econômico nas sociedades arcaica, tradicional e moderna. Ele estava interessado em saber se o sistema econômico estava institucionalmente separado ou não do restante da sociedade. Nas sociedades arcaicas e tradicionais, a disposição das terras, a organização e divisão do trabalho, e demais atividades envolvidas na produção da subsistência eram todas determinadas por relações não econômicas, como, por exemplo, as relações de parentesco ou de lealdade, as quais sedimentavam a organização social. Neste caso, a produção dos meios de vida era, segundo Polanyi (2012b [1977], pp. 100–101), “[...] um mero subproduto do funcionamento de outras instituições não econômicas” da sociedade. O contrário ocorre nas sociedades modernas, em que o sistema econômico está desenraizado das miríades das relações sociais. Neste caso, a produção e distribuição dos meios de vida ocorrem dentro da economia de mercado, a qual se organiza como uma instituição separada do conjunto das relações sociais. Segundo o autor, esta separação envolveu a substituição das relações sociais baseadas em *status* por relações de *contractus*, na qual a produção material da vida passou a

se orientar pela motivação do lucro. Isto abriu espaço para o mercado formador de preço converter-se em um regulador da sociedade. Com observa o professor Mariutti (2012, pp. 21–22),

a autonomização [ou desenraizamento] deve ser entendida no sentido preciso de ocupar um papel central na *articulação* do modo de produção (da vida), ou, em outros termos, no capitalismo é a “economia” que estabelece o nexo central que estrutura e dá unidade a um modo de produção. [...] O ponto fundamental é que o modo de produção capitalista eliminou ou *deslocou* para os bastidores as formas mais tradicionais de controle da sociedade sobre o “mercado” (ou, mais precisamente, sobre os meios de produção), tais como, por exemplo, os sistemas redistributivos, a religião e a magia, ou as estruturas de parentesco. Examinar os mecanismos e as formas de reprodução do capital mercantil e, essencialmente, tentar apontar as vias com que ele conseguiu penetrar na sociedade é uma das possibilidades para tentar dar alguma coerência a essa transformação singular.

A resposta de Polanyi ao que Mariutti chama de *deslocamento* é central porque revela a historicidade e a centralidade da economia de mercado na organização da vida social moderna. Segundo Polanyi (2012a [1944]), tal deslocamento teve origem com a introdução da máquina na sociedade comercial (a Revolução Industrial) e com a transformação do Estado Absoluto em Estado liberal (Revolução Francesa). Conjuntamente, ambas conduziram ao desenraizamento

da produção dos meios de vida do conjunto da vida social, subordinando a última às leis de mercado. Portanto, a economia de mercado não teria emergido como um mecanismo de regulação social sem a intervenção do Estado. As ambiguidades em torno do papel do Estado surgem porque, reversamente, foi esse mesmo Estado que também agiu no sentido de proteger a sociedade das consequências da racionalidade capitalista, o que Polanyi caracterizou como contra-movimento ou autoproteção da sociedade.

Portanto, desestabilização de estruturas sociais, violência e regulação da vida pelo mercado são os elementos que marcam o desenvolvimento capitalista e a expansão do sistema-mundo moderno. Em sua origem, o sistema econômico mundial conectou diferentes sociedades através do mundo por meio da divisão do trabalho, muito embora a maneira pela qual cada formação social se integrava e se regulava não dependesse do mercado. Não obstante, a partir do século XIX, com a exportação do modo de vida capitalista, sociedades não reguladas pelo mercado passaram a sofrer pressões internas e externas para se integrarem completamente nos marcos da civilização capitalista, isto é, para adotarem métodos capitalistas de produção, organizarem-se politicamente através do Estado liberal e orientarem-se por valores seculares. Isso envolveu processos globais de transição do conjunto da sociedade, nos quais a separação institucional do sistema econômico do tecido

social foi a ruptura fundamental para impelir as relações sociais para a esfera do valor de troca. Foram processos permeados pela violência tanto para instituir os mecanismos da economia de mercado, como para disciplinar aqueles que não se ajustavam às leis econômicas de mercado. É, pois, neste sentido que retomamos Marx, Luxemburg, Polanyi e Wallerstein, e consideramos o desenvolvimento capitalista como um processo de mercantilização da vida.

Sendo assim, desde o século XIX, o mecanismo formador de preço converteu-se em base de referência a partir do qual a vida em sociedade deveria ser organizada e regulada. Daí a centralidade e importância da discussão sobre o mercado interno. Nele, a competição impõe-se como mecanismo disciplinador da conduta humana guiada pelo autointeresse. É por isso que instituir um mercado interno é a base para a consolidação de uma sociedade nacional nos marcos da civilização capitalista. O mercado interno é a expressão concreta da disjunção do sistema econômico do tecido social no qual se apoia. Enquanto mecanismo de regulação instituído, o mercado interno segue a formação do Estado nacional, fundado em princípios liberais de direito, base da cidadania. Neste marco, o mercado interno é o espaço para o exercício da liberdade individual na medida em que desloca para a esfera privada as decisões econômicas, inclusive as que dizem respeito à subsistência do homem.

Essas são algumas das singularidades da economia de mercado que emergem das transformações que se consolidam ao longo do século XIX na Europa e que, de lá, projetaram-se para todo o mundo. A polêmica em torno do falecimento da economia de mercado como mecanismo de regulação que se seguiu às duas grandes guerras não eliminou, do horizonte de expectativas dos pensadores do século XX, o ideal liberal de que o privilégio e o arbítrio deveriam ser combatidos pela instituição de mecanismos impessoais de regulação. No pós-Segunda Guerra Mundial, o debate sobre o planejamento, em que se opunham reformadores do sistema capitalista como K. Mannheim (1972 [1950]) e neoliberais da estirpe de F. Hayek (2010 [1944]), ilustra, em alguma medida, a preocupação da *intelligentsia* de precaver o desmoronar do modo de vida capitalista.

Historicamente, embora a Europa tenha sido o continente que se abriu ao modo de vida capitalista, foi nos Estados Unidos que o desenvolvimento capitalista encontrou terreno excepcionalmente fértil para a sua expansão, como bem observou Antonio Gramsci (2001 [1934]). Não havia aí o peso da tradição do Antigo Regime, que frequentemente resistia ao estilo de vida disciplinado pela racionalidade instrumental. Não obstante, durante a Era de Ouro (1945-1973), no centro do sistema-mundo moderno, o sistema de proteção social criado para contrapor os efeitos negativos da economia de mercado

engendrou, entre os liberais de inspiração clássica e em segmentos da esquerda, a esperança de que a sociedade estava enfim retomando o controle sobre o sistema econômico. Por um momento, imaginou-se que a humanidade seria capaz de dar às forças produtivas outro destino que não o enriquecimento privado. Contudo, como argumentou Eric Hobsbawm (1995), por debaixo do véu de um suposto capitalismo regulado, a economia de mercado aprofundou-se ainda mais sobre o tecido social.

Portanto, assumir o processo de mercantilização da vida como eixo estruturante da análise da formação do Brasil contemporâneo pressupõe considerar simultaneamente: i) a maneira pela qual as formas de produção capitalistas desestabilizaram os diferentes modos de vida herdados do período colonial; ii) o papel da violência no processo de subordinar e reorientar o conjunto da sociedade à acumulação capitalista; por fim, iii) a maneira pela qual a economia de mercado foi instituída como mecanismo de regulação social. Por este caminho, pode-se então considerar o desenvolvimento do capitalismo histórico com suas nuances, tanto no sentido de combinar diferentes formas de sociabilidade como no sentido de impelir o conjunto das sociedades à sociabilidade pelo mercado.

5. Considerações finais: delineando uma hipótese alternativa

Abandonar a problemática da construção da nação não significa negar a realidade da formação de uma sociedade nacional. O caminho alternativo que se tem buscado construir prioriza justamente descrever e explicar a origem de uma sociedade nacional na periferia do sistema-mundo moderno assumindo, como eixo estruturante da análise, o desenvolvimento do próprio capitalismo enquanto sistema social histórico, problematizando a questão a partir do desenvolvimento capitalista e das formas de sociabilidade que o mesmo destrói, engendra e recria constantemente.

Argumenta-se, portanto, que a singularidade do Brasil contemporâneo deve ser buscada no modo como se estabeleceu uma determinada coesão social a partir dos diferentes modos de vida que se estabilizaram ao longo do período colonial e que vieram a ser articulados por meio de uma divisão social e técnica do trabalho. Ainda que o Brasil seja produto da empresa colonial, a fazenda não foi o único núcleo de organização social na colônia, como atestam o caboclo dos seringais nativos, o sertanejo da economia pastoril ou das lavouras do mocó que se sedimentaram no entorno dos engenhos; ou o caipira e sua economia natural no interior de São Vicente; ou ainda o gaúcho, os matutos e gringos que povoaram o sul colonial. A

estrutura social destes diferentes núcleos, em nenhum caso, foi regulada com base em uma economia de mercado, sobretudo o latifúndio exportador, no qual, apesar de estar vinculado às cadeias mercantis globais, a instituição da escravidão e o caráter autárquico da fazenda asseguravam a reprodução material – a produção dos meios de vida – de todos os envolvidos na atividade exportadora sem que fosse necessário estabelecer uma mediação *pelo* mercado¹⁵.

A configuração das fazendas, como elemento dominante na sociedade colonial, não implicou, portanto, a não existência de outras formas de organização social sedimentadas em outros sistemas de dominação e de *status* no interior da colônia. Também não significa que esses núcleos não intercambiassem bens necessários à reprodução de cada núcleo colonial. O comércio, de fato, existia. Foi sobre esses núcleos distintos que se formou um mercado interno. Por este caminho, requer-se, em primeiro lugar, recuperar a questão comum a todas as formas de existência social (o caboclo, o sertanejo, o caipira, o gaúcho, o matuto e os gringos) que formaram a colônia portuguesa na América: a questão da subsistência ou da produção e distribuição dos meios de vida.

O processo de ruptura fundamental, que moldará o Brasil contemporâneo na história do

15 Para uma descrição destes diferentes modos de vida ver Ribeiro (1995, pp. 269–444). Para o caso específico do caipira, ver o estudo clássico de Antonio Candido (1997).

capitalismo, consiste justamente no processo de mercantilização dos meios de subsistência, isto é, o processo de transformar a natureza e o trabalho em mercadoria. Este foi um processo lento, de longa duração, e extremamente violento, em que o Estado Nacional em formação ajudou a engendrar e assegurar a penetração da lógica mercantil nas estruturas do cotidiano colonial. O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, desse ponto de vista, tem correspondido historicamente à destruição dessas formas de vida não capitalistas e a instituição de uma nova ordem social supostamente moderna, em que se opuseram, entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX, projetos alternativos à constituição de uma sociedade de mercado na periferia do sistema-mundo moderno.

Não podemos, no entanto, pressupor que o curso natural do Brasil seria a consolidação de uma economia de mercado e uma sociedade de mercado. Este ponto parece crucial para a compreensão do Brasil contemporâneo. Nesse sentido, a questão que precisa ser esclarecida é: *quando, como e por que se conseguiu construir uma economia de mercado e uma sociedade de mercado no Brasil a partir da desarticulação dos diferentes núcleos de organização social que formavam o Brasil colonial?* Estas perguntas precedem qualquer interrogação sobre o caráter singular da dinâmica da economia brasileira.

Portanto, como hipótese alternativa a esta pergunta, sugere-se que a emancipação política de Portugal e a consequente instituição do Estado nacional, a organização de um mercado de dinheiro, a formação da propriedade privada da terra (Lei de Terras), a abolição progressiva da escravidão (Suspensão do Tráfico, Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário e libertação), a imigração, a proclamação da república e a industrialização acumulam-se como rupturas sucessivas e de longa duração em direção à separação institucional do sistema econômico das formas de vida herdadas do período colonial. Lentamente, todas essas disjunções foram redefinindo o lugar da produção dos meios de vida no conjunto da vida social, desestabilizando os diferentes modos de vida que conformavam a paisagem social do Brasil no século XIX. Ainda que lentamente, o impulso a mercantilizar tudo foi redefinindo as formas de sociabilidade do cotidiano imperial, isto é, pouco a pouco, o escravo das fazendas exportadoras, o caboclo dos seringais nativos, o sertanejo da economia pastoril ou das lavouras do mocó que se sedimentaram no entorno dos engenhos, o caipira e sua economia natural no interior de São Vicente e ainda os gaúchos, matutos e gringos que povoaram o sul colonial foram impelidos a se socializarem através da esfera do valor de troca. Verificar esta hipótese é um caminho ainda a ser perseguido.

Bibliografia

- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CAMPOS, R. DE O. *Ensaio de história econômica e sociologia*. 2a. ed. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1964.
- _____. *Discurso do Acadêmico Roberto Campos na Academia Brasileira de Letras*. 1999. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/roberto-campos/discurso-de-posse>>
- CANDIDO, A. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 8a ed. São Paulo: Editora 34, 1997.
- CARDOSO, F. H. & FALETTTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e Estado Democrático*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.
- _____. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- _____. “Brasil: opções futuras.”, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 3, n. 2, pp. 9–15, 1999.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. 32a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- GRAMSCI, A. “Americanismo e Fordismo.” In: *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 239–282.
- HAYEK, F. A. von. *O Caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOPKINS, T. “The study of the capitalist world-economy: some introductory considerations.” In: GOLDFRANK, W. L. (ed.). *The World-system of capitalism: past and present*. Beverly Hills: Sage Publications, 1979.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MANNHEIM, K. *Liberdade, poder e planificação*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- MARINI, R. M. “Duas notas sobre o socialismo.”, *Lutas Sociais*, n. 5, pp. 107–123, 1998.
- _____. “Dialética de la dependencia.” In: *América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales*. Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.
- _____. “A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo.”, *Outubro*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 20, 2012.
- MARIUTTI, E. B. “Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução.”, *Texto para Discussão*, n. 214, 2012.
- MARX, K. *Capítulo VI Inédito de O Capital, resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- MEDEIROS, C. A. de. “Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao ‘nacionalismo metodológico’”, *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 3, pp. 637–645, 2010.
- MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MELLO, J. M. C. de & BELLUZZO, L. G. de M. “Introdução” In: SILVA, A. M. da et alii. *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1983.
- NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6a. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- _____. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- NOVAIS, F. A. & SILVA, R. “Introdução: para a historiografia da nova história.” In: NOVAIS, F. A. & SILVA, R. F. da. (org.). *Nova história em perspectiva*, v. 1. São Paulo: Cosac Naify 2011, pp. 6-73.
- NOVAIS, F. & MELLO, J. M. C. de. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.” In: SCHWARZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012a.
- _____. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.
- PRADO JR., C. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e a prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. *A revolução brasileira*. São Paul: Brasiliense, 2004.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PREBISCH, R. “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.”, *Desarrollo Económico*, v. 26, n. 103, pp. 479–502, 1986.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSANVALLON, P. *O Liberalismo Econômico: história da idéia de mercado*. Bauru: Edusc, 2002.

SANTOS, F. P. dos. *Vida material e economia de mercado: introdução ao estudo do mito do capitalismo domesticado no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016

VIEIRA, P. A. “A inserção do ‘Brasil’ nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c. 1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar.”, *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 3, pp. 499–527, 2010.

_____. “A economia-mundo, Portugal e o ‘Brasil’ no longo século XVI (1450-1650).” In: VIEIRA, P. A.; FILOMENO, F. A. & VIEIRA, R. de L. (eds.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp. 207–264.

_____. “O Nacionalismo Metodológico na Economia e a Economia Política dos Sistemas-Mundo como Possibilidade de sua Superação.”, *Estudos do CEPE*, n. 42, pp. 78–94, 2015.

WALLERSTEIN, I. M. *Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century* (The Modern World-System Vol. I). New York : Academic Press, 1974.

_____. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

MAURICIO HERRERA-JARAMILLO
CESAR BOLAÑO

MODOS DE VIDA, CONOCIMIENTO Y CAPITALISMO EN
PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESTRUCTURAL.
PARA UNA CRÍTICA DE LA COMUNICACIÓN PARA EL
DESARROLLO EN AMÉRICA LATINA

Recibido em 10/2017
Aprovado em 09/2018

MODOS DE VIDA, CONOCIMIENTO Y CAPITALISMO EN PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESTRUCTURAL. PARA UNA CRÍTICA DE LA COMUNICACIÓN PARA EL DESARROLLO EN AMÉRICA LATINA

Resumen

La implantación del modo de producción capitalista puede ser descrita por dos movimientos históricos: uno de acumulación primitiva de conocimiento y otro de subsunción por imposición de conocimiento. En el mundo rural, se argumenta, este proceso de subsunción sólo ocurre tras la consolidación del proyecto modernizador norteamericano al final de la segunda guerra mundial (Revolución Verde). Basados en la obra de Celso Furtado, en especial aquella que introduce la relación cultura–desarrollo, se muestra como el proceso de modernización de la periferia coincide con el de subsunción por imposición de conocimiento, profundizando la condición de subdesarrollo, al enraizar la histórica dependencia cultural no sólo en los sistemas de producción sino también en los modos de vida tradicionales. Este proceso se materializa a través de una doble estrategia de difusión científica y penetración cultural por parte de Estados Unidos. Tres importantes eventos son los cimientos de esta estrategia: Investigación, Educación y Comunicación.

Palavras chave: Celso Furtado; cultura-desarrollo; subsunción por imposición de conocimiento; Revolución Verde; Comunicación para el desarrollo

Abstract

Two historical movements can describe the constitution of the capitalist mode of production: one of knowledge primitive accumulation and other of subsumption by imposition of knowledge. In the rural world,

**MAURICIO HERRERA-
JARAMILLO**

Doutorando em História Econômica na USP

CESAR BOLAÑO

Professor Titular do Departamento de Economia da UFS

we argue, this process of subsumption only occurs after the consolidation of the post-war North American modernization project (the Green Revolution). Based on Celso Furtado works, especially the relation between culture and development, it is possible to demonstrate how the periphery modernization coincide with the subsumption by imposition of knowledge process, deepening the underdevelopment condition and consolidating the historical cultural dependency not only in the production system, but also in the traditional lifestyles. The materialization of this process is related to a double US strategy of scientific diffusion and cultural penetration. Three important events are fundamental in that strategy, related to Research, Education and Communication.

Keywords: Celso Furtado; culture; development, knowledge; Green Revolution; communication

JEL Classification: B29, O33, Q16

I. Introducción

Dos movimientos sucesivos marcan el proceso histórico que lleva del pre-capitalismo, bajo el comando del capital mercantil europeo, a la Revolución Industrial y la implantación del modo de producción capitalista: uno de *acumulación primitiva de conocimiento*¹, que, en el caso de la producción mercantil, marca la transición del artesanado medieval a la industria, en el periodo manufacturero, y otro, de *subsunción*²

*por imposición de conocimiento*³, en que el capital se vale de los desarrollos tecnológicos que pudo realizar con base en aquella expropiación originaria para revertir la relación sujeto-objeto e implantar su propio modo de producción.

En el mundo rural, este mismo proceso se presentará en un periodo más amplio de tiempo, iniciando en la *constitución del mercado*

1 Según Bolaño (2013 [2000]), hay, en Marx, dos requisitos históricos previos a la constitución del modo de producción capitalista: una acumulación primitiva de capital, tema del capítulo 24 del Libro Primero de *El Capital*, y una “acumulación primitiva de conocimiento” - que es como el autor define la esencia del sistema manufacturero, previo a la industrialización, conforme a los llamados capítulos históricos del Libro Primero -, entendida como proceso histórico de apropiación por parte del capital del conocimiento de los artesanos, que constituirá la base técnica y comunicativa a partir de la cual el capital promueve su revolución tecnológica, subsumiendo realmente al trabajo. Ver también: Bolaño, 2003, 2007 e 2013.

2 El concepto de subsunción se encuentra en diferentes obras de Marx, como los *Grundrisse*, o los *Manuscritos de 1861-63* e incluso en *El Capital*, donde está la definición más adecuada del proceso de transición de la subsunción formal a la real, aunque en la ocasión no utilice el término específicamente. Nosotros seguimos aquí la advertencia de los traductores del Capítulo Sexto Inédito, donde se encuentra la versión más popular del término: “SUBSUNCIÓN, SUBSUMIR. La traducción de Subsumtion, subsumieren – sustantivo y verbo de origen latino que paradójicamente existen como términos técnicos en alemán e inglés, pero no en las lenguas romances –, plantea dificultades por tener una acepción doble: Subsumtion es por una parte subordinación (Marx, en algunos casos, en lugar de Subsumtion habla de Unterordnung – subordinación – del trabajo en o bajo el capital), pero por otra parte tiene el mismo sentido que en lógica el término castellano inclusión (cfr., por un lado, el *Philosophisches Wörterbuch* de SCHMIDT-SCHISCHKOFF, Stuttgart, 1961, art. Subsumtion, y por otro el *Diccionario de filosofía* de JOSE FERRATER MORA. Buenos Aires, 5ª, ed., 1965, art. Inclusión). Para mantener la polisemia del original no hemos encontrado solución que utilizar los neologismos subsunción, subsumir (naturalmente, traducimos subordinación en los casos, poco frecuentes, en que Marx emplea con el mismo sentido la palabra Unterordnung) (MARX, 1974, pp. XV-XVI).

3 Esta expresión representa un ajuste del término “acumulación por imposición de conocimiento”, utilizado originalmente por Herrera-Jaramillo (2016). Será desarrollada a lo largo del texto y propuesta una definición al final del mismo.

mundial, obra del gran capital mercantil y del absolutismo europeo, hasta la modernización del campo conocida como *Revolución Verde*, en la segunda mitad del siglo XX. Entre uno y otro momento, procesos fundamentales de apropiación, deslegitimación e imposición de conocimiento se desarrollaron por todo el mundo, sin embargo, solo será a partir de la consolidación del proyecto modernizador de la potencia norteamericana al final de la segunda guerra mundial que avanzarán las relaciones de producción específicamente capitalistas sobre el agro.

Al contrario de lo que ocurriera en los países del centro, en América Latina, el progreso tecnológico, incorporado inicialmente por la vía del consumo de las élites criollas, define un tipo de modernización que, favoreciendo inicialmente la incorporación imitativa de patrones de consumo y de vida, convirtió la dependencia cultural en un problema estructural del subdesarrollo. Es Celso Furtado quien aclara este problema, al incorporar el concepto antropológico de difusión cultural para entender la histórica dependencia cultural que América Latina ha vivido desde el momento mismo de la reconfiguración de su inserción en el mercado mundial durante la segunda mitad del siglo XIX, cuando los grupos internos consiguieron apropiarse parcialmente de la expansión del excedente, el cual tuvo, como principal destino, financiar una rápida diversificación de sus hábitos de consumo, vía importación de mercancías. Sin

embargo, entrado el siglo XX se hizo necesario que parte de dicho excedente fuera canalizado hacia la compra de tecnología para acompañar el proceso de diversificación de patrones de consumo. Se dará durante este periodo, dice Furtado, el enraizamiento del problema de la dependencia cultural en el sistema de producción, es decir, la dependencia cultural ahora se torna también dependencia tecnológica.

En este sentido, es necesario ver en la difusión del progreso tecnológico centro-periferia un mecanismo que incide no sólo en la transformación de los modos de producción sino también en el proceso de formación de la sociedad capitalista en la periferia, la cual requiere de la generación de una serie de mediaciones para permitir la valoración del capital. Siguiendo la definición de modo de vida propuesta por Andre Granou (1972)⁴, podemos plantear que de la mano de la profundización del proceso de dependencia cultural, hay un proceso, principalmente a partir de la segunda mitad del siglo XX, de transformación de los modos de vida tradicionales en América Latina, entre ellos, el campesino.

⁴ Debe entenderse “una totalidad concreta [citando KOSIK, 1963] producida y reproducida por el propio desarrollo del modo de producción, lo que exige analizar sus transformaciones como un proceso de destrucción del antiguo modo de vida, destrucción que es en sí misma una condición para que surja un nuevo modo de vida que coincida con las nuevas condiciones de producción” (BOLAÑO, 2013, p. 118).

Así, si entendemos la *modernización de la periferia*⁵ como resultado no sólo de los procesos de industrialización por sustitución de importaciones dirigida por los estados desarrollistas, sino también de procesos de *subsunción por imposición de conocimiento*, ambos procesos resultados de la nueva división internacional del trabajo propia de la consolidación de la hegemonía norteamericana, es necesario reconocer que estos conllevaron entonces no sólo a la transformación de los modos de producción tradicionales sino también de los modos de vida.

Partiendo de los fundamentos teóricos pioneros de Marx sobre acumulación primitiva, subsunción formal y subsunción real en el capital, así como el aporte realizado por Bolaño (2013 [2000]) (ver nota 1 más arriba) al analizar las contradicciones de la información y proponer el concepto de acumulación primitiva de conocimiento, este trabajo se propone extrapolar este marco de análisis a los estudios de las comunidades rurales, campesinas principalmente, con el objetivo de entender las formas explícitas de integración del campesinado a la lógica capitalista durante el proceso de difusión de la Revolución Verde.

Se propone entonces la categoría de *subsunción por imposición de conocimiento*, como categoría explicativa del proceso particular de subordinación e integración al capital que sufre el campesinado⁶ – y en general las comunidades tradicionales dedicadas a la agricultura, la pecuaria,

la artesanía, entre otros oficios autónomos –, al hacer explícito el papel de mediador jugado por el entramado institucional que desarrolla y materializa la doble estrategia de penetración cultural y la difusión científica promovida por Estados Unidos para América Latina a partir de la segunda posguerra. Estas están basadas en la ciencia, educación y comunicación – ideas que profundizamos en la tercera parte del documento –, para promover los procesos de subordinación – al dinero, al conocimiento occidental, al mercado y a las pautas de consumo occidentales – que progresivamente profundizaron las dinámicas de fragmentación y ruptura de las comunidades rurales tradicionales⁷, deslegitimando

5 Furtado propone entender, por esta idea, “al proceso de adopción de patrones de consumo sofisticados (privados y públicos) sin el correspondiente proceso de acumulación de capital y progreso en los métodos de producción” (FURTADO, 1974, p. 81).

6 Aquel que es ajeno al grande latifundio, al agroindustrial, los cuales obviamente ya fueron integrados a la lógica capitalista y promueven su expansión. Están en esta categoría los que algunos países denominan de agricultura familiar, o pequeños productores.

7 Por comunidades tradicionales, en este caso específico rurales, entendemos aquellos grupos sociales, campesinos, comunidades negras, indígenas, entre otras, que hasta aquel momento, es decir, mediados del siglo XX, aún no habían sufrido un proyecto específico para su integración a la lógica capitalista. Es decir, si bien los procesos de promoción de migración rural-urbano intensificados desde inicios del siglo XX en torno a los procesos de urbanización e industrialización de los países de la región ya fragmentaban las comunidades rurales e inserían un amplio grupo de la población a la lógica del capital, los territorios rurales aún no recibían un proyecto específico para integrarlo, es decir, si bien algunos individuos eran integrados, su territorio, con sus tierras, sus costumbres, su forma de ver y entender el mundo, etc., aún no eran objeto de dicho proceso. Caso diferente ocurre con el proceso de difusión de la Revolución Verde, bajo la cual, vía paquetes tecnológicos, como lo mostraremos más adelante, estas comunidades verán amenazadas sus tierras, sus costumbres, su ancestralidad, su vida, por la implementación de un proyecto capitalista para el campo.

sus prácticas y conocimientos, profundizando también la histórica dependencia cultural, pero paralelamente promoviendo la integración en torno a ese reino de mercancías enunciado por Granou y reforzado por Harvey.

2. Capitalismo, pre-capitalismo y comunidad

En el proceso de expansión del capital mercantil – durante el periodo de la acumulación primitiva de capital, previo a la Revolución Industrial inglesa y la constitución definitiva del Modo de Producción Capitalista (MPC), analizado por Marx en el capítulo 24 del Libro Primero del Capital –, la privatización de la tierra y liberación de mano de obra no sólo están asociadas al despojo de la vida material de las familias y las comunidades, sino también al despojo de su vida simbólica, incidiendo incluso sobre los elementos más íntimos de las relaciones humanas y de las relaciones sociales y con la naturaleza.

[...] el capitalismo es un sistema global que responde a una dinámica de expansión constante, [...] guiado por un único principio rector: la acumulación incesante. Para ello, necesita separar a los hombres de sus medios de producción y reproducción de la vida a fin de convertirlos en fuerza de trabajo “libre” – desposeída – y susceptible de ser explotada; transformar a la naturaleza en un mero medio de producción y a todos los procesos vivos que le son inherentes en

potenciales mercancías; y destruir todas aquellas relaciones sociales, constelaciones culturales y lenguajes de valoración propios de otras matrices civilizatorias no predatorias para subsumirlas a la lógica unidimensional del mercado, el tiempo abstracto, el individualismo y la ganancia privada. (COMPOSTO, 2012, p. 325)

Esto vale para todo el “capitalismo histórico” (WALLERSTEIN, 1983), desde sus orígenes más remotos y no solamente para el MPC plenamente constituido. Los procesos de expansión espacial del capital requieren siempre generar una transformación de los modos de vida para favorecer la desintegración de las sociedades tradicionales, con el objetivo de que los nuevos sujetos, pensando bajo la racionalidad económica propia del sistema capitalista, favorezcan su reproducción, sea como mano de obra, sea como consumidores.

El análisis de Marx sobre la acumulación primitiva de capital es parte fundamental para la comprensión del problema, cuya definición pasa por el reconocimiento de que la transformación de dinero y mercancía en capital exige la existencia y confrontación de dos clases de poseedores de mercancías:

[...] a un lado los *propietarios de dinero, de medios de producción y de subsistencia*, a quienes les toca valorizar, mediante la adquisición de fuerza de trabajo ajena, la suma de valor de la que se han apropiado; al otro lado, *trabajadores libres*, vendedores de la fuerza de trabajo propia y por tanto

vendedores de trabajo. Trabajadores libres en el doble sentido de que ni están incluidos directamente entre los medios de producción – como sí lo están los esclavos, siervos de la gleba, etcétera –, ni tampoco les pertenecen a ellos los medios de producción – a la inversa de lo que ocurre con el campesino que trabaja su propia tierra, etcétera –, hallándose, por el contrario, libres y desembarazados de esos medios de producción. Con esta polarización del mercado de mercancías están dadas las condiciones fundamentales de la producción capitalista. (MARX, 1867, pp. 892-893)

A partir de ahí, se define la acumulación primitiva u originaria como “el *proceso histórico de escisión entre productor y medios de producción*, que constituye la “prehistoria del capital y del modo de producción correspondiente al mismo” (ídem, p. 893), lo que incluye tanto la separación, en el campo, del trabajador en relación a su condición de vida primordial, su laboratorio natural, la tierra, como la separación del trabajador urbano en relación a los instrumentos de trabajo desarrollados por el sistema artesanal medieval. En ambos casos, los cambios en los modos de vida son consecuencia de la violencia directa que arroja a los trabajadores a la dependencia de la venta, en el mercado, de su fuerza de trabajo, sin la cual ya no pueden garantizar sus condiciones mínimas de existencia.

No obstante, el periodo manufacturero propiamente dicho no produjo una transformación radical. Recuérdese que la manufactura solo se apodera muy fragmentariamente de la producci-

ón nacional y se funda siempre en el artesanado urbano y en la *industria subsidiaria doméstico-rural*, que constituyen su amplio trasfondo. Cuando aniquila a esta última bajo determinada forma, en ramos particulares de negocios, en ciertos puntos, la vuelve a promover en otros, porque hasta cierto punto necesita de la misma para la elaboración de la materia prima. Produce, por consiguiente, una nueva clase de pequeños campesinos, que cultivan el suelo como ocupación subsidiaria y practican como actividad principal el trabajo industrial para vender el producto a la manufactura, sea directamente o por medio del comerciante. (ídem, p. 936)

La manufactura, por tanto, como el capital mercantil, no promueve un cambio radical en los procesos productivos ni en los modos de vida tradicionales, aunque sí en la vida de los millones de hombres y mujeres sometidos a las formas más crueles de explotación, como ocurre con la introducción del moderno trabajo esclavo en la *plantation* americana. Sea como sea, una de las características de todos los modos de producción anteriores al capitalismo, para Marx, es la preservación de alguna forma de propiedad comunitaria. Así, luego de discutir las diferentes formas de propiedad en las formaciones sociales pre-capitalistas, en que presenta, entre otras cosas, la diferencia entre el *ager publicus* en Roma y en la comunidad germánica medieval, Marx propone la siguiente cuestión:

En todas estas formas en las que la propiedad de la tierra y la agricultura constituyen la base del

orden económico y, por consiguiente, el objetivo económico es la producción de valores de uso, la reproducción del individuo en aquellas relaciones determinadas con su comunidad [...] hay: 1) apropiación de la condición natural del trabajo [...] no a través del trabajo, sino como supuesto del trabajo. El individuo se comporta con las condiciones objetivas del trabajo simplemente como con algo suyo [...] tratándolas como naturaleza inorgánica de su subjetividad, en la cual ésta se realiza en sí misma [...]; 2) pero este comportamiento con el suelo, con la tierra [...] está igualmente mediado a través de la existencia natural, en mayor o menor grado desarrollada históricamente y modificada, del individuo como miembro de una comunidad. (MARX, 1857-1858, vol. 1, pp. 444-445)

En seguida explica:

El comportamiento respecto a la tierra como propiedad es siempre mediado por la ocupación, pacífica o violenta, de la tierra por la tribu, por la comunidad en cualquiera de sus formas en mayor o menor grado naturales o ya resultado del desarrollo histórico. En este caso, el individuo nunca puede hacerse presente en la forma puntual en que aparece en cuanto mero trabajador libre [...]. Su relación con las condiciones objetivas del trabajo es mediada por su existencia como miembro de la comunidad; por otro lado, la existencia de la comunidad está determinada por la forma determinada de su propiedad de las condiciones objetivas del trabajo. (ídem, p. 445)

Más adelante, hablando sobre los presupuestos históricos del capital, señala “ante todo”:

1) disolución del comportamiento para con la tierra – suelo – como con una condición natural de la producción [...]. Todas las formas en las cuales está presente esta propiedad suponen una *entidad comunitaria* [...]. 2) *Disolución de las relaciones en las cuales él aparece como propietario del instrumento*. Así como la forma arriba citada de la propiedad de la tierra supone una *entidad comunitaria real*, de igual modo, esta propiedad del instrumento por parte del trabajador supone una forma particular del desarrollo del trabajo manufacturero como trabajo artesanal. (ídem, p. 458 – cursivas nuestras)

Se refiere, en el segundo caso, al sistema de las corporaciones de oficio⁸. En ambos casos, está implícito “que el trabajo antes de la producción [...] tiene en su posesión los medios de consumo necesarios para vivir como productor” (ídem, p. 459). Así, el tercer presupuesto es la disolución de toda posibilidad de sobrevivencia del trabajador sin vender su fuerza de trabajo al capital. El cuarto presupuesto es la disolución de todas las formas de trabajo esclavo o servil. En todos los casos “se disuelven las relaciones de producción en que predomina el valor de uso” (ídem, p. 464). Así, el capital se inserta como mediador entre el trabajo y sus elementos objetivos, “entre la propiedad de la tierra, o entre la propiedad en general, y el trabajo” (ídem, p. 468).

⁸ El “sistema manufacturero oriental” está referido en el punto 1.

Lo más importante, para nuestros objetivos interpretativos, es que “en la sociedad burguesa, el obrero, p. ej., está presente de una manera puramente subjetiva, desprovista de carácter objetivo, pero la cosa, que se le contrapone, ha devenido la *verdadera entidad comunitaria*, a la que él trata de devorar y por la cual es devorado” (ídem, p. 457). Esto significa que la fragmentación del sujeto, su radical individualización, ocurre a través precisamente de un proceso histórico en que el trabajo queda subsumido en el capital, mientras que todas las formas antiguas, concretas, de comunidad ceden lugar a una comunidad abstracta: el mercado.

3. Regulación mercantil y modos de vida

O el “mercado autorregulado”, como insiste Karl Polanyi, para quien “en el centro de la Revolución Industrial del siglo XVIII se encontraba un mejoramiento casi milagroso de los instrumentos de producción, acompañado de una dislocación catastrófica de las vidas de la gente común” (POLANYI, 1944, p. 45). El autor tratará precisamente, en su influyente y fundamental trabajo, de explicar “cuál ‘molino satánico’ molió a los hombres en masas” (ídem) y las resistencias sociales de todo tipo que determinaron la forma histórica concreta de la “gran transformación” que condujo a la guerra mundial y al colapso del propio liberalismo. Interesa subrayar aquí solamente la idea del autor de que “una calamidad social es fundamentalmente un fenómeno cultural, no un fenómeno

económico que pueda medirse por las cifras del ingreso o las estadísticas de la población” (ídem, p. 161). Y sigue:

Naturalmente no pueden ser frecuentes las catástrofes culturales que involucren a amplios estratos del pueblo común, pero lo mismo ocurre con los eventos cataclísmicos como la Revolución industrial, un terremoto económico que transformó, en menos de medio siglo, vastas masas de los habitantes del campo inglés, de campesinos asentados en migrantes sin recursos. Pero si tales avalanchas destructivas son excepcionales en la historia de las clases, son un evento común en la esfera de los contactos culturales entre pueblos de diversas razas. Intrínsecamente, las condiciones son las mismas [...]. En ambos casos, es posible que el contacto tenga un efecto devastador sobre la parte más débil. La causa de la degradación no es entonces la explotación económica, como suele suponerse, sino la desintegración del ambiente cultural de la víctima. (ídem, pp. 161-162)⁹

El profundo cambio cultural que se despliega con la Revolución Industrial inglesa y se difunde por todo el mundo, por sus características particulares y por las resistencias que enfrentó, llegará a transformar radicalmente y de forma

⁹ En seguida el autor usa el concepto de “vacío cultural”, de Goldenweiser, para mostrar que “la condición actual de algunas tribus nativas de África se asemeja indudablemente a las clases trabajadoras inglesas durante los primeros años del siglo XIX” (ídem), refiriéndose todavía, poco más adelante, a la “distribución forzada de tierras a los indios estadounidenses, en 1887, [que] los benefició individualmente, de acuerdo con nuestra escala financiera [...] [pero] destruyó a la raza en su existencia física, y este es el caso más prominente de degeneración cultural que se ha registrado” (ídem, p. 165).

completa los modos de vida de las más amplias capas de la población, según André Granou (1972), solo en la segunda posguerra. Hasta ese momento, “la reproducción de la fuerza de trabajo de la clase obrera y, más generalmente la reproducción de las clases trabajadoras, no hacían referencia más que de manera excepcional y en proporciones despreciables a unos bienes producidos sobre la base de la producción capitalista” (GRANOU, 1972, p. 43). El proyecto capitalista de superación del largo momento crítico clausurado en el 45 entendía que era necesario “disolver el antiguo modo de vida y reconstruirlo sobre la base de las relaciones capitalistas, imponer lo que se [llamaría] ‘el reino de las mercancías’, [que será] en definitiva la condición de un nuevo impulso (provisionalmente) duradero en la acumulación del capital” (ídem, p. 48), lo cual suponía “por una parte la disolución de las relaciones sociales que ligan a los hombres entre sí, tanto en la vida familiar como en la vida social, [y] por otra parte, la de las relaciones que los hombres mantienen con los objetos y los utensilios que utilizan y que les conduce a perpetuar o no este modo de vida” (ídem, p. 51).

Esos dos libros – uno que, en 1944, presenta un magnífico balance del proceso histórico anterior, y el otro, de 1972, que puede ser tomado como complementario en lo que toca a las contradicciones de orden cultural del desarrollo capitalista – explicitan, cada uno a su manera,

el largo proceso de disolución de las formas comunitarias de organización de la sociedad, a la que se refería Marx en los tramos citados anteriormente. Es importante señalar, no obstante, que hay, entre un momento y otro, un cambio de tendencia fundamental, muy bien explicitado por David Harvey. En su libro sobre el “nuevo imperialismo”, citando Hannah Arendt, se refiere a la ideología nacionalista y al racismo europeo como forma ideológica de integración social, de “suspensión de la lucha de clases interna” (HARVEY, 2003, p. 45), forma que sería superada, en la posguerra, a partir de la consolidación de la hegemonía norteamericana y el fin del sistema colonial que se siguió, en favor de una forma de integración por el consumo, que es lo que está en la base del desarrollo de la gran Industria Cultural a la que nos referiremos en seguida.

Lo interesante en esa formulación es que “tanto cuanto el imperialismo europeo recurriera al racismo para disolver la tensión entre nacionalismo e imperialismo, los Estados Unidos buscaron ocultar la ambición imperial en un universalismo abstracto” (ídem, p. 49). En ese sentido, la imposición del reino de las mercancías a que se refiere Granou constituye la solución global dada por el capital norteamericano hegemónico para la catástrofe cultural, en el sentido de Polanyi.

El “universalismo abstracto” de Harvey va de mano con la expansión de las formas de regulación mercantil y de avance de la producción capitalista en el campo cultural. Del punto de vista de la organización de la cultura, todo el siglo XIX se caracteriza, en Inglaterra, conforme aclara Hobsbawm (1984), por una autonomía de la clase obrera, que opone su cultura popular a las culturas de clase burguesa y aristocrática, como en los ejemplos dados por el autor, del fútbol y de la alimentación, pero incluso, por supuesto, en el caso de su cultura filosófica e intelectual, de larga tradición. La transición al siglo XX se caracteriza por una ruptura radical entre las culturas de clase consolidadas a partir de la Revolución Industrial originaria, en favor de lo que se denominó “cultura de masa” (MORIN, 1962) y que la Escuela de Frankfurt definirá, adecuadamente, como Industria Cultural.

Dejando de lado tanto los debates que esto implicará al interior de muchos campos de conocimiento, entre los que se destaca la Comunicación, así como los problemas de periodización implicados, lo importante para los intereses de este artículo es notar que, a partir de la segunda posguerra, con la consolidación de la hegemonía global norteamericana, hay una “ruptura en el plano de la racionalidad”, vinculada a lo que ocurre en las esferas económica, política, cultural, en los sistemas de hegemonía en nivel nacional e internacional, en la ciencia y la tecnología, en fin, en el conjunto de lo que

se puede denominar el modo de regulación del capitalismo, en el sentido de la escuela francesa de la regulación. La idea de sociedad de consumo, la problemática de los modos de vida, los debates sobre desarrollo, subdesarrollo y dependencia, la ideología misma del desarrollo, que sustituye, en el siglo XX, la vieja ideología del progreso, todo forma parte de la referida ruptura (BOLAÑO, 2015).

4. Conocimiento, ruptura en el plano de la racionalidad y subsunción

Bolaño (2000), refiriéndose a los capítulos históricos del Libro Primero de *El Capital* de Marx, define el periodo manufacturero por el concepto de “acumulación primitiva de conocimiento” y extiende el concepto en seguida, al considerar el proceso de apropiación de la cultura popular por el capital representado por la Industria Cultural capitalista. En los dos casos, se trata de procesos de subsunción, como el mismo autor sintetiza en trabajo más reciente:

La apropiación por parte del capital de los elementos de la cultura popular, a partir de los cuales será construida la cultura industrializada, pasa por un momento genético de acumulación primitiva de conocimiento [...] y se perpetua por la constitución de una clase trabajadora particular, que es quien tiene la capacidad efectiva al interior del capital de realizar el trabajo de mediación. El concepto clave en ese sentido es el de subsunción y el estudio de los procesos cul-

turales en esa perspectiva deja claro que se trata de una doble subsunción y, por tanto, de una doble contradicción, lo que caracteriza la esencia conflictiva del modo de producción capitalista: subsunción del trabajo en el capital que se vincula a la subsunción de la cultura popular en la economía. Capital-trabajo y economía-cultura son los términos de la ecuación que es preciso resolver si quisiéramos entender el problema de la mediación social en toda su complejidad.

(BOLAÑO, 2015, pp. 100-101)

Para los intereses de este artículo, es necesario explicitar el hecho de que, a partir de esa acumulación primitiva de conocimiento¹⁰, el capital realiza su Revolución Industrial, pasando de la subsunción formal a la subsunción real del trabajo¹¹, factor subjetivo, que pasa ahora a subordinarse a los factores objetivos, que representan, frente al trabajador, la potencia externa que lo controla y domina. El elemento clave de ese proceso, del punto de vista material, es el desarrollo, según Marx, de la máquina-herramienta. En ese sentido proponemos definir a la subsunción real como “subsunción por imposición de conocimiento”, pues es a partir de la apropiación de la cultura popular por el capital (de la clase trabajadora artesana por el sistema manufacturero, en el caso paradigmático), de la negación de aquella cultura tradicional, la cual es deslegitimada y subvalorada, que se da un proceso de imposición de un nuevo patrón cultural construido bajo los principios racionales del capital. Así se genera un nuevo tipo de

trabajador, adecuado a las nuevas exigencias del capital industrial.

Interesa subrayar que el mismo proceso ocurre en el caso de los campesinos y las comunidades rurales, en que las culturas, los procesos de trabajo, los conocimientos tradicionales, todo es deslegitimado por el capital, reprocesado y retornado a las comunidades para garantizar una forma específica de subsunción por imposición de conocimiento, favoreciendo la transformación de los modos de vida y, por ende, de desintegración de las comunidades, bajo el impacto de la expansión del capital. En lo que se refiere a la apropiación del conocimiento tradicional por el capital mercantil europeo, que es lo que nos interesa aquí, el movimiento tal vez más evidente es la transformación radical y profunda de toda la cultura alimentar del viejo

10 Para Cesar Bolaño, para garantizar la relación de dominación al interior del proceso productivo comandado por el capitalista, fue necesario adicionar al tradicionalmente definido proceso de acumulación primitiva de capital otro proceso complementario, que denomina como acumulación primitiva de conocimiento y que define como el proceso histórico de apropiación por parte del capital del conocimiento de los artesanos y su reprocesamiento mediante la formación de una base comunicativa de dominación que garantiza el movimiento de racionalización y burocratización del proceso de trabajo para garantizar su valorización. Para profundizar en este concepto y su utilización teórica, ver: BOLAÑO 2013 [2000], 2007 e 2003.

11 La característica general de la subsunción formal sigue siendo la directa subordinación del proceso laboral – cualquiera que sea, tecnológicamente hablando, la forma en que se lleve a cabo – al capital. Sobre esta base, empero, se alza un modo de producción no sólo tecnológicamente específico que metamorfosea la naturaleza real del proceso de trabajo y sus condiciones reales: el modo de producción capitalista. Tan sólo cuando éste entra en escena se opera la subsunción real del trabajo en el capital. (MARX, 1974, p. 72)

continente, a partir de la introducción de las plantas y el conocimiento de los pueblos originarios americanos. Todo el desarrollo científico posterior en el campo agro-alimentar, en las formas de producción, incluso los avances de la imponente gastronomía europea, derivan de la facilidad que tuvieron sus élites económicas e intelectuales, al expandir su dominio colonial, de apropiarse, entre otras cosas, del conocimiento de los pueblos de todo el globo.

Pero en el caso del agro hay una dificultad adicional por la amplitud temporal en que el proceso ocurrió, iniciándose con la expansión comercial europea y la constitución del mercado mundial a partir del siglo XV, cuando, por ejemplo, los portugueses realizan en las islas africanas sus experiencias con la explotación azucarera, que transformarán posteriormente el latifundio esclavista brasileño en el negocio colonial de mayor suceso, basado en el monopolio de un conocimiento técnico que solo será roto por sus antiguos aliados (financistas) holandeses después de la derrota de la experiencia colonizadora de Mauricio de Nassau en Pernambuco (FURTADO, 1949). Todo comienza, por tanto, en el momento, bastante anterior a la constitución del modo de producción específicamente capitalista, en que se da justamente la acumulación primitiva del capital, cuando se despliegan formas de explotación del trabajo regresivas, de tipo compulsorio, predominantes en la organización del sistema atlántico, que

vinculaba tráfico negrero, producción azucarera a base de trabajo esclavo y extracción de oro en las colonias, para formar la riqueza global que se dirigiría en seguida, principalmente a Inglaterra, para financiar la Revolución Industrial.

Formas intensas y brutales de imposición de conocimiento estuvieron presentes todo el tiempo, pero, sólo a partir de la segunda posguerra, formas avanzadas de subsunción del trabajo comandarán el proceso en el campo, cuando, de la mano de la expansión del gran conglomerado transnacional, Estados Unidos hizo de la superioridad científica y tecnológica el principal instrumento de dominación internacional. Al respecto, consideramos importante llamar la atención sobre dos elementos. El primero se refiere a la idea de que esta expansión del conglomerado transnacional norteamericano generó una “nueva división internacional del trabajo”, que lejos de superar la histórica dependencia, como lo mencionamos anteriormente, enraizó la dependencia cultural en el sistema productivo (dependencia tecnológica), ahora sustentada en la superioridad científica y tecnológica que, del lado del centro, concentra el poder económico, político y financiero, en detrimento de las grandes mayorías de la periferia.

Por lo tanto, y este sería el segundo elemento, la difusión del progreso tecnológico para América Latina representó entonces, adicional a la penetración tecnológica, la difusión de una

nueva serie de pautas de consumo asociadas a dicha tecnología, motivando la reproducción de un nuevo modo de vida, distante de aquellos reproducidos por las formaciones sociales latinoamericanas. Lo que queremos rescatar y reforzar aquí es que esos procesos se corresponden con el propósito norteamericano de legitimar un sistema económico mundial, para lo cual era necesario difundir un cierto “estilo de desarrollo”, basado en la homogenización de los mercados y de la cultura, que permitieron avanzar al capital en su proceso de subsunción del trabajo, el universalismo abstracto de Harvey. Furtado sintetiza bien el problema:

Fue gracias a la transnacionalización de la producción, liderada por las empresas norteamericanas, que se impuso un cierto estilo de desarrollo basado en la uniformización de los patrones de consumo, en el uso depredatorio de los recursos no renovables y en la rápida obsolescencia de los bienes finales. La supremacía del interés personal sobre el colectivo, que caracteriza a este tipo de desarrollo, generó una amplia acumulación de bienes durables en manos de personas privadas y exigió considerables inversiones en infraestructura de baja eficiencia social. El uso intensivo de recursos no renovables, incluyendo las fuentes de energía, engendró una creciente dependencia de las importaciones, que debían incrementarse más que el producto interno. (FURTADO, 1990, p. 52)

Para lo cual fue fundamental someter a los países periféricos a una concentración de renta creciente. “De este modo, la homogeneidad de

los patrones de consumo entre las minorías privilegiadas de los países periféricos y las poblaciones de los países de elevados niveles de renta tiene como contrapartida la creciente heterogeneidad social de los primeros” (ídem, p. 70). Así, en la medida que precisa homogeneizar los mercados y la cultura para garantizar su expansión, el capital va generando y profundizando la heterogeneidad social y cultural que especifica la contradicción economía-cultura en los países periféricos en la segunda mitad del siglo XX. En el caso particular del campo, más que apropiarse de la cultura popular, el capital requiere difundir su propia cultura, desplegando lo que definimos como un proceso de subsunción por imposición de conocimiento, al transformar los modos de vida tradicionales.

Recuperando la experiencia construida desde la década de los 1930 con la política del buen vecino del presidente Roosevelt, Estados Unidos construirá una doble estrategia de relaciones internacionales basada en la difusión científica y la penetración cultural. Esta permitirá fragmentar las comunidades tradicionales, por un lado, mediante la disolución de las relaciones sociales (entre sí, con su entorno y con los objetos y utensilios que dan vida a su modo de vida) y, por el otro, mediante la deslegitimación (sub-valorización) de los conocimientos tradicionales y la imposición de un nuevo conocimiento occidental, fruto del desarrollo capitalista sobre bases experimentales. El resultado de

esos procesos combinados se condensará en el elemento clave para promover la transformación en los modos de vida de las comunidades: la inculcación de una mentalidad adecuada a las nuevas formas de racionalización de la producción y del consumo.

El sentido de ese movimiento es la unificación de la cultura material promovida por la expansión del capitalismo norteamericano, lo cual implica una necesidad profunda de homogeneización cultural, que permita el libre flujo de las necesidades y de las mercancías para suplirlas. Bajo esta lógica, el gobierno norteamericano hará de las relaciones internacionales, de la ayuda externa y de la cooperación internacional, instrumentos claves para consolidar una cultura que viabilice el nuevo modelo económico que se difunde.

5. Agricultura, desarrollo y hegemonía norteamericana en América Latina

Sobre la referida doble estrategia en las relaciones internacionales, mencionemos que, en cuanto a la penetración cultural, en 1940 – durante el gobierno de Roosevelt – fue creada como una medida de seguridad nacional “una agencia gubernamental especializada en la coordinación de las relaciones comerciales y culturales entre Estados Unidos y América Latina [...]”. Su estrategia para conquistar América consistía en un proyecto sistemático de penetración

cultural [...] [para lo cual] debían comenzar con la operación ocupando los espacios tanto en la economía como en la cultura, que eran influenciados por Europa, principalmente Francia e Inglaterra” (JUNQUEIRA, 2000, pp. 150-151).

Esta agencia recibiría el nombre de Office of the Coordinator of Interamerican Affairs (OCIAA) y estaría dirigida por Nelson Rockefeller.

Coordinando entonces las actividades del gobierno en torno a la defensa del hemisferio, la operación de esta agencia conllevó, entre otros, a suspender en gran medida el comercio con países de Europa en beneficio de las empresas norteamericanas. El otro gran propósito fue el de hacer “propaganda” a favor de Estados Unidos, previendo relaciones futuras.

La OCIAA construyó el primer gran programa de información gubernamental aplicado a países extranjeros, gastando millones en la difusión de películas y revistas estadounidenses, haciendo propaganda en estaciones de radio locales y enviando a personalidades norteamericanas a divertir y entretener en los países latinoamericanos. La OCIAA suministró el papel a los diarios de fuerte demanda y poca oferta durante la guerra. Los diarios que no simpatizaban con los Estados Unidos simplemente no recibían papel. (SCHILLING, 1970, p. 16)

Adicionalmente, Schilling (1970) plantea que, en documento enviado por Rockefeller a Roosevelt, aquel le sugería que, ante el escenario tenso que significaba la guerra y la necesidad de

que América Latina se alineara al grupo de los aliados, era necesario “fortalecer la democracia latinoamericana”, pensando en la seguridad futura de Estados Unidos, y para ello era necesario combatir el analfabetismo, los problemas de salud pública y la baja producción de alimentos.

Con relación a la influencia de los Estados Unidos en la agricultura latinoamericana, Marzocca (1967) plantea que esta fue posterior a las dos primeras décadas del siglo XX. Anteriormente la predominancia de Europa fue total, basada en una perspectiva diferente a la practicada por Estados Unidos:

La influencia norteamericana – consecuencia de la creación de los “Land Grant Colleges” – fue posterior y reducida a casos especiales. La agricultura científica, tal como se concibe en Europa, había adquirido en Estados Unidos una filosofía propia orientada más bien hacia el servicio público de la Escuela o de la Estación Experimental, en contraposición con la búsqueda de la verdad científica por sí misma, que había sido tomada como modelo por las instituciones europeas.

(MARZOCCA, 1967, p. 46)

Es decir, los Estados Unidos aprovecharon la experiencia adquirida en el pasaje del siglo XIX al XX, de manera conjunta con Inglaterra, en la construcción de estaciones experimentales agrícolas basadas en el paradigma de la agricultura científica, para crear en 1888, el United States Department of Agriculture (USDA), a través del cual comenzaron a experimentar en el trópico con la idea de consolidar y justificar

ideológicamente su proyecto (CUVI, 2009).

Conforme a Jiménez (1990), estos antecedentes se remiten a 1906, cuando la Junta General de Educación y el Departamento de Agricultura iniciaron un programa de extensión agrícola en seis estados del sur donde implementaron granjas de demostración, en las que integraban la enseñanza, la investigación y la difusión de tecnologías agrícolas con el objetivo de incrementar la productividad primero en el algodón y posteriormente en el maíz y otros cultivos.

Esta experiencia sería recogida en la década del veinte por la Fundación Rockefeller, enfocándose en la promoción de la docencia y la investigación en ciencias básicas y naturales, así como en la difusión para América Latina y Europa. Es así como, mediante convenios de cooperación entre la institución privada y los gobiernos participantes, se creó un grupo de investigación con sede en Estados Unidos que, en conjunto con Dinamarca y después con Noruega y Hungría, promovería un proyecto para capacitar y adiestrar a técnicos y científicos de 30 países en docencia, investigación y administración en ciencias agrícolas. Fruto de esta experiencia, la cooperación rápidamente se extendería a África y Asia.

Perkins, en *Geopolitics and the Green Revolution* (1997), revela el cambio que sufre el papel de la ciencia en la sociedad bajo el control norteamericano. A partir de la década del 1940, los Estados Unidos – basados en la “Teoría de la

Seguridad de la Población Nacional”– colocarían el hambre como problema fundamental a ser superado en las economías periféricas, y, a su vez, el progreso tecnológico como solución (aumento de productividad).

Bajo este escenario tres importantes eventos acontecerán en términos de estas renovadas relaciones entre Estados Unidos y América Latina, los cuales colocarán los cimientos de lo que posteriormente se conocerá como la Revolución Verde, todos ligados directa o indirectamente a las figuras de Henry Wallace y Nelson Rockefeller (Fundación Rockefeller).

5.1. Investigación

El primero está relacionado con la reunión sostenida, en 1941, entre el vicepresidente de los Estados Unidos, Henry Wallace¹², y el presidente de la Fundación Rockefeller, Raymond Fosdick, en la cual se pensó un programa de desarrollo agrícola para América Latina teniendo en vista beneficios económicos y políticos. Como resultado, dos años después, se gestaría el Programa Agrícola Mexicano, enfocado en el mejoramiento genético del maíz y el trigo a través de la fundación del Centro Internacional del Mejoramiento de Maíz y Trigo – CIMMYT –, cuya experiencia tendría gran protagonismo (CECCON, 2008). Esta importancia se hará evidente posteriormente, en la década del 1970, cuando por propuesta de esta sería creado el Consultative Group for International Agricultural

Research (CGIAR), una red mundial de centros de investigación agrícola apoyada por el Banco Mundial, la FAO y el PNUD, que tendría por objetivo coordinar los esfuerzos internacionales de investigación agrícola para reducir la pobreza y alcanzar la seguridad alimentaria en los países en desarrollo. Conforme a esta misma autora, en los años siguientes, proyectos similares fueron iniciados en los diferentes países de América Latina bajo el auspicio del Departamento Norteamericano de Agricultura (USDA) o de universidades norteamericanas.

En este sentido, Cuví (2009) argumenta que, durante la II Guerra Mundial, se desarrolló desde el gobierno estadounidense una serie de “misiones”¹³ para el establecimiento de “Granjas Experimentales” en diferentes países de América Latina, con el objetivo de recolectar el germoplasma de algunas materias primas tradicionales de la región, como el maíz y el trigo¹⁴, y de buscar materias primas, quina o caucho por ejemplo, de las cuales habían perdido sus fuentes asiáticas y eran necesarias para garantizar la continuidad en la guerra.

12 Curiosamente, antes de ser vicepresidente, Wallace había sido secretario de agricultura y, antes de esto, fundador de la principal empresa de maíz híbrido en su país (Pioneer Hi-Breed). Claramente, Wallace entendía muy bien de la ciencia de la agricultura y de los negocios rentables (Cfr. CECCON, 2008, p. 23).

13 Misión Holt en Ecuador, Misión Bohan en Bolivia, Misión Cooke en Brasil. En esta parte también cabe mencionar al “Latin American Forest Resource Project” y convenios de caucho con Brasil, Bolivia y Ecuador (CUVI, 2009).

14 <http://www.aporrea.org/internacionales/a160255.html>

En esta línea, en 1946, Rockefeller crearía una organización para el desarrollo denominada la American International Association for Economic and Social Development (AIA) y, un año más tarde, la International Basic Economy Corporation (IBEC), instituciones mediadoras entre los intereses públicos y privados norteamericanos y los gobiernos latinoamericanos, que facilitarían la expansión de los grandes conglomerados hacia actividades agropecuarias a lo largo de América Latina¹⁵.

De esta manera, el mejoramiento genético y la Fundación Rockefeller se constituyen en pilares básicos de lo que será la Revolución Verde, pues fueron las modificaciones propuestas por los investigadores de esta fundación las que se pusieron en práctica primero en el proyecto mexicano ya referido para después expandirse por el resto del continente, Asia y África. Siguiendo a Ortoll (2003), es posible plantear que es en este momento que caen oficialmente las fronteras “agrícolas” nacionales e internacionales para la circulación de semillas y variedades entre regiones y países, “consolidando” la idea de un proyecto de acumulación de capital a partir del mejoramiento genético de plantas y venta de semillas. La lógica global de esta Revolución Verde es bien definida por Vandana Shiva:

El paradigma de la Revolución Verde (RV) en la agricultura substituyó el flujo regenerativo de nutrientes por flujos unidireccionales de insumos en la forma de fertilizantes químicos adquiridos

en las fábricas, y productos, constituyendo mercancías agrícolas comercializables. La fertilidad no era más una propiedad del suelo sino de los productos químicos. La RV se basó esencialmente en semillas milagrosas que requerían fertilizantes químicos que no generaban retorno de parte de las plantas al suelo [...]. Los productos biológicos que no eran vendidos en el mercado, pero eran usados como insumo para mantener la fertilidad del suelo, fueron totalmente ignorados por las ecuaciones de costo-beneficio del milagro de la RV. (SHIVA, 1997, pp. 72-73)¹⁶

Queda claro que no se trata simplemente de una opción técnica, sino de una solución sistémica que favorece un determinado tipo de desarrollo capitalista, que se aprovecha del “saqueo de la naturaleza y del conocimiento” de las comunidades tradicionales, lo cual pasa a ser descalificado en nombre de una supuesta ciencia occidental a la cual se concede un aire de solución

15 A manera de ejemplo, Schilling (1970) muestra el modus operandi de la Fundación en el caso del maíz en Brasil, estrategia que en los años siguientes será apropiada por otras fundaciones, como la Ford y la propia Rockefeller, para promocionar el punto IV de Truman: “Para ilustrar la forma en la que la AIA abre el camino hacia las inversiones de la IBEC, examinemos como se constituyó en Brasil una compañía productora de maíz híbrido. La AIA, nominalmente una organización no lucrativa, realizó un estudio de la producción y el mercado de las semillas de maíz híbrido en Brasil, en 1946. Descubrió que solamente una compañía local producía esas semillas, Agroceres Limitada. La AIA persuadió a los directores de Agroceres y se fundó una nueva compañía en la cual la empresa brasileña aportaba los conocimientos técnicos; la AIA creó entonces a la IBEC, una empresa lucrativa que proveería a Agroceres del capital necesario para la expansión. De este modo, IBEC logró controlar a Agroceres, anteriormente en manos de brasileños y desde ese momento ha copado el 45% del mercado de semillas de maíz híbrido en Brasil.” (SCHILLING, 1970, p. 65).

16 Traducción nuestra con base en la edición brasileña.

milagrosa, que solo será cuestionada mucho tiempo después, a partir del reconocimiento de los problemas ecológicos globales que acabó generando. En otro trabajo, la misma autora hace referencia a que “la destrucción de la diversidad y la creación de la uniformidad implican simultáneamente la destrucción de la estabilidad y la creación de la vulnerabilidad” (SHIVA, 1993, p. 66 – traducción propia).

Adicional a esto, hay una distorsión cultural que favorece al sistema moderno, una distorsión que se torna evidente en el nombre dado a las variedades de las plantas. Las variedades nativas, o las especies autóctonas, que evolucionaron tanto en virtud de la selección natural como de la selección humana, producidas y utilizadas por los agricultores de todo el Tercer Mundo, son llamadas como “semillas primitivas”. Las variedades creadas por los especialistas modernos en centros internacionales de investigación agrícola o por grandes empresas transnacionales de semillas son llamadas “avanzadas” o “de élite”. (ídem, p. 67 – traducción propia)

5.2. Educación

El segundo evento tiene que ver con la creación del Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas en 1942, tras propuesta realizada por Henry Wallace, entonces Secretario de Agricultura de los Estados Unidos, y Ernesto Molestina, Director General de Agricultura de Ecuador, a la Unión Panamericana (hoy OEA) (IICA, 2012). El IICA jugó un papel protagónico con relación al desarrollo del servicio de Extensión en América

Latina durante la segunda mitad de la década del 40. De manera conjunta con el gobierno de los Estados Unidos, formó en su Escuela para Graduados (intercambios científicos) los primeros extensionistas, quienes posteriormente eran enviados a sus países con la idea de replicar los conocimientos, o, en algunos casos, a integrarse a los ministerios de agricultura o instituciones relacionadas con el tema agrario. Así mismo, a través de misiones de expertos, hicieron parte de proyectos de reorganización de los programas de ciencias agrarias en los países de América Latina¹⁷.

Desde allí se darían avances teóricos y experimentales en sociología rural, trascendiendo la esfera de lo estrictamente productivo, con el objetivo de aproximarse a la realidad rural comunitaria, y pensarse la forma más adecuada para potenciar los cambios sociales y culturales que eran necesarios generar sobre el campesino – y las comunidades – para que éste apropiara la idea del aumento de la productividad bajo el paradigma norteamericano. En este marco se iniciaría un proyecto de Escuelas Experimentales, con el fin de investigar como estimular el desarrollo de la comunidad por medio de la educación, donde se consideró al maestro como

17 Arango (2005), por ejemplo, aborda el caso del fraccionamiento del saber agronómico como base para el despliegue discursivo del desarrollo y, con ello, de la Revolución Verde en Colombia, explicitando el impacto de la Fundación Rockefeller, en convenio con el Ministerio de Agricultura, en los programas curriculares y los planos de estudio

el principal agente de cambio en las comunidades. Posteriormente, durante la década del 1950, en esta misma línea, tres grandes proyectos concentraron los esfuerzos de esta institución, vale decir, subsidiados económica y técnicamente por las fundaciones ya referidas y el gobierno norteamericano: el Servicio de Intercambio Científico, el proyecto 39 del Programa de Cooperación Técnica de la OEA y el Contrato con la Administración de Cooperación Internacional de Estados Unidos.

Es así como el IICA se convierte a partir de la década del 1950 en un actor clave para la legitimación de la estrategia de difusión científica y penetración cultural, lo cual podemos apreciar en la siguiente cita de Coto (1967):

El Servicio de Intercambio Científico introdujo y generalizó en América Latina el uso de las herramientas modernas de la investigación, tales como los compendios, las micropelículas, las fotocopias y las bibliografías cortas, como punto de arranque en la labor de investigación de los hombres de ciencia. Gracias a estos instrumentos, desde entonces, se ha enviado a todos los países americanos gran cantidad de literatura científica que no estaba disponible en las bibliotecas locales; [...] Por otra parte, estableció conjuntamente con la Biblioteca Conmemorativa Orton cursos de adiestramiento para bibliotecarios agrícolas que son los únicos que funcionan en la América Latina, en los que se han adiestrado más de 50 bibliotecarios. En 1950 inició la publicación de Turrialba como revista

interamericana de ciencias agrícolas con el propósito de facilitar y promover la divulgación de los resultados de investigaciones efectuadas en los países miembros; por otra parte, la revista ha servido como un adecuado laboratorio para los cursos de redacción técnica que fueron establecidos en la Escuela para Graduados y que han sido considerados como los primeros que se dictaron en América Latina. Más adelante, el Servicio de Intercambio Científico estableció la información de extensión agrícola y, en sus programas de adiestramiento para informadores agrícolas, introdujo a la América Latina el concepto integral de la comunicación como un fenómeno social; de modo que quienes recibieron adiestramiento en publicaciones, ayudas visuales, radio y prensa agrícolas, estudiaron los aspectos relacionados de la psicología, de la sociología, de la antropología y de la lingüística que intervienen en el proceso de emitir, recibir e interpretar mensajes en una situación determinada. (COTO, 1967, pp. 482-483)

5.3. Comunicación

El tercer – y último – elemento está asociado con el nacimiento del Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL) en 1958. Para Esteinou (2002), la conciencia científica sobre los fenómenos de comunicación en América Latina ha pasado por tres grandes momentos: la fase clásico-humanista (1900-1945), la fase científico-teórica (1945-1965) y la fase crítico-reflexiva (1965-1984). Es precisamente durante la segunda fase que se da la “preocupación” de la UNESCO

por los múltiples problemas que afrontaba el periodismo del mundo, la cual llevaría a la creación de diversos Centros Regionales de Periodismo, entre ellos CIESPAL. Para este mismo autor, en el periodo inicial de esta institución (1959-1970), se tuvo el propósito de terminar con las influencias europeas en los análisis de comunicación, dando paso a la influencia del pensamiento funcionalista norteamericano y convirtiéndose a la postre en centro difusor de esta matriz teórica.

La proyección de esta institución estaría fundamentada en la idea de la *comunicación para el desarrollo*, ampliamente generalizada en la década del 60, fruto de las recomendaciones de la Asamblea General de las Naciones Unidas, según la cual los países subdesarrollados deberían incluir, en sus planes para el crecimiento económico, la inversión de recursos para expandir y mejorar la comunicación, inspirados en estudios de investigadores como Wilbur Schramm (1964), Daniel Lerner (1958), Everett Rogers (1962) o de académicos vinculados al Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), como Lucien Pye e Ithiel de Sola Poo.

Se generó así todo un movimiento que, basado en los proyectos internacionales de alfabetización, extensión rural, radios comunitarias, servicios de salud, programas de crédito agrícola, entre otros, atribuía a los medios masivos de comunicación y a la educación un papel

clave en los cambios sociales necesarios para la modernización (SÁNCHEZ RUIZ, 1986). Es aquí donde retornamos a nuestro punto de origen, pues es en la convergencia de esta “infraestructura institucional” que la subsunción por imposición de conocimiento se materializa.

La denuncia respecto al papel hegemónico que la comunicación y la educación jugaron en este periodo no es nueva. Autores clásicos del pensamiento comunicacional crítico latinoamericano denunciaron como la convergencia de modelos educativos y comunicacionales reforzaban los procesos de dependencia cultural y científica que, por décadas, habían representado la supuesta modernización y desarrollo de América Latina. De esta manera develaban como estas instituciones mediadoras – UNESCO, IICA, CIESPAL, fundaciones privadas y gobierno norteamericano – en el proceso de difusión del progreso tecnológico, basadas en el arsenal instrumental y metodológico construidos por décadas, implementaban diversas estrategias educativas para difundir la idea de desarrollo con base en la ciencia y tecnología, y, con ello, en el aumento de la productividad y en general el modo de vida particular asociado al desarrollo capitalista.

Dichos modelos pedagógicos tendrán como elemento común el hecho de que son derivados del enfoque modernizador antes referido, con énfasis en los contenidos y en los efectos, pero

donde definitivamente la interacción maestro-alumno se daba de manera jerárquica y unidireccional. Se trata, por tanto, de una educación autoritaria, paternalista, domesticadora, de una “educación bancaria”, conforme el concepto de Paulo Freire:

La educación bancaria dicta ideas, no hay intercambio de ideas. No debate o discute temas. Trabaja sobre el educando. Le impone una orden que él no comparte, a la cual sólo se acomoda. No le ofrece medios para pensar auténticamente, porque al recibir las fórmulas dadas, simplemente las guarda. No las incorpora, porque la incorporación es el resultado de la búsqueda, de algo que exige de parte de quien lo intenta, un esfuerzo de recreación de invención. (KAPLÚN, 1985, p. 23)

La idea de que el profesor “ilustrado” deposita conocimientos en las mentes de los ignorantes alumnos será la base del paradigma (BORDENAVE, 2016 [1983]; KAPLÚN, 1986) que, de tal forma, deslegitima, primero, los conocimientos tradicionales heredados históricamente, para en seguida imponer una comprensión del mundo previamente definida, donde simplemente el alumno reproduce los conceptos e ideas transmitidas.

La crítica de Paulo Freire, Juan Diaz Bordenave, Mario Kaplún, Luis Ramiro Beltrán, Antonio Pascuali, Armand Mattelart, por citar solo algunos de los más importantes pensadores críticos latinoamericanos, representa el momento

fundador de la escuela latinoamericana del pensamiento comunicacional, que prosperará incluso en CIESPAL a partir de los años 1970 y que estará en la base de la fundación de una institución tan importante como la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC).¹⁸

6. Conclusión

Estos tres acontecimientos, ejemplos importantes de la forma en que se dan las alianzas entre estados, élites locales, investigación privada, investigación pública y capital privado, permiten comprender la forma en que se materializa la doble estrategia norteamericana enunciada anteriormente y evidenciar las mediaciones particulares que agencia el capital para fijar el control sobre el proceso productivo en el campo. Si ese control no se puede expresar siempre de forma adecuada bajo la fórmula marxiana de la transición de la subsunción formal a la real del trabajo en el capital – como podría ser el caso en la forma paradigmática de proletarianización con expansión de la relación salarial en el campo, por obra del gran capital del agro-negocio de la soja en Brasil, por ejemplo –, no es menos cierto que se trata siempre de control de

¹⁸ La bibliografía sobre el tema es extensa. Ver, por ejemplo, Bernedo (2000) y Bolaño, Crovi y Cimadevilla (2015). Para el caso de CIESPAL: Melo y Gobi (1999).

los procesos de trabajo con base en el desarrollo de lo que Marx llamó *intelecto general*, en pasaje célebre, pero no siempre bien interpretada, de los *Grundrisse* (BOLAÑO, 2011).

Un caso interesante, del punto de vista de la creatividad sociológica necesaria para entenderlo, sería el del pequeño propietario de tierra que produce, por ejemplo, tabaco en el estado brasileño de Santa Catarina, sometido al poder del monopolio-monopsonio de la gran industria tabacalera internacional, que le vende todos los insumos y le compra toda la producción, eximiéndose de toda responsabilidad que implicaría mantener un cuadro de trabajadores rurales asalariados. No existe, en ese caso, subsunción formal y, por ende, tampoco se puede hablar de subsunción real del trabajo en el capital. Pero sí existe una clara forma de subsunción material, en la medida en que el proceso concreto de trabajo queda bajo el control efectivo del referido gran capital. Todo el enorme desarrollo tecnológico que, en el caso citado de la soja, se traduce en avance de la proletarización y de la forma capital, aquí se materializa en condiciones de vida y trabajo regresivas, de modo que la situación de aquél pequeño propietario es de total inseguridad y abandono.

Esta especie de subsunción material sin subsunción formal representa sencillamente una forma de acumulación primitiva de capital, como en el caso histórico del sistema de las *plantations*, con trabajo esclavo, que hacían la fortuna del

gran capital mercantil del periodo absolutista. Pero ahora el trabajador, además de libre, es el propietario de la tierra, lo que encubre, más aun que en el caso del trabajo asalariado, el carácter explotador del capital al que está subordinado. De hecho, situaciones muy variadas de ese tipo pueden ser encontradas, incluso aquella en que una comunidad tradicional, indoamericana, digamos, vende al capital la madera retirada de sus tierras ancestrales. Lo que se quiso subrayar con la referencia a este caso es la relación entre desarrollo tecnológico y formas regresivas de subordinación del trabajo. En términos más generales, podemos destacar al menos cuatro niveles de subordinación del campesino (o de las comunidades) al capital monopolista.

Primero, la subordinación al dinero, la cual pone en discusión la unidad medios de producción-campesino en la medida que el acceso a insumos químicos, fertilizantes, semillas, herramientas o maquinaria, extensión agrícola e incluso la comercialización de los productos, está condicionado a relaciones comerciales (de dominación) con grandes empresas agrícolas o reconocidos empresarios locales quienes condicionan su supervivencia (productiva y social) a través del acceso de créditos (estatales o privados). Vale la pena recordar aquí como, desde la época de Rockefeller y especialmente con la creación del IICA, la promoción del crédito fue promovido como principio básico para acceder a la modernización.

Segundo, la subordinación al conocimiento occidental, comprometiendo la unidad concepción-ejecución, en la medida que a través de intensivos procesos educativos se deslegitima y subvalora el conocimiento ancestral de las comunidades y en su lugar es impuesto el conocimiento que responde a una racionalidad instrumental capitalista, basada en principios como la productividad, la eficiencia, la contabilidad y en valores como la individualidad, la competencia, el emprendimiento, que van a promover la desintegración de los cimientos ideológicos de las comunidades, al favorecer la transformación de sus modos de vida tradicionales para que puedan responder a los requerimientos capitalistas. Es aquí donde modelos de desarrollo, modelos educativos y modelos de comunicación sufren un alineamiento particular al visualizarse los medios masivos de comunicación como fomentadores de la modernización capitalista.

Tercero, la subordinación al mercado, tanto en términos de la venta de su producto de trabajo como en términos de la consecución de sus medios de subsistencia materiales. En el primer caso, dependiendo de su grado de integración a las dinámicas generadas fruto de la revolución verde, el campesino podrá estar plenamente integrado al cultivar productos como arroz, maíz, soya, tabaco, caña de azúcar, café, cultivos para los cuales fue desarrollado un “paquete tecnológico” específico en la historia narrada anteriormente, o en un nivel medio o bajo de

integración, en la medida que continua cultivando productos que requieren un nivel tecnológico generalizado en torno al uso de fertilizantes, plaguicidas, fungicidas y herramientas.

Cuarto, subordinación a las pautas de consumo que vinculan las necesidades de medios de subsistencia a la lógica capitalista, haciendo entrar al campesino en la espiral infinita del mercado de consumo, profundizando la dependencia cultural, vía subordinación del conocimiento a través de programas de extensión rural y alfabetización que transforman sus modos de vida, deseos y necesidades según los requerimientos de la reproducción ampliada del capital.

Bibliografía

- ARANGO, Mario. "La Revista Facultad Nacional de Agronomía, Medellín como indicador del fraccionamiento especializado del saber agronómico.", *Revista Facultad Nacional de Agronomía – Medellín*. Medellín: Facultad Nacional de Agronomía. Vol. 58, núm. 2, julio-diciembre, pp. 2801–2811, 2005.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. *Comunicación para el desarrollo en Latinoamérica*. Una evaluación sucinta al cabo de cuarenta años. Disponible en: http://www.bantaba.ehu.es/sociedad/files/view/comunicacion_para_el_desarrollo_en_latinoamerica.pdf?revision_id=62744&package_id=33044. Consultado: 01-09-2016.
- BERNEDO, Franz Portugal (2000). *La investigación en comunicación social en América Latina: 1970-2000*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2012 (segunda edición corregida y aumentada).
- BOLAÑO, César. "Economía Política do Conhecimento e o Projeto Genoma Humano do Câncer de São Paulo." In: CD-Rom *ANCIB*. Belo Horizonte, 2003.
- _____. "Processo de trabalho e crítica do trabalho imaterial. Sobre intelecto geral, comunicação e conhecimento.", *Encontro Nacional de Economistas Marxistas*. In: <http://www.sitiodeeconomiapolitica.ufpr.br/CesarBolano2.pdf>. 2007.
- _____. "Sobre intelecto general, capital, comunicación y conocimiento: una lectura de los Grundrisse.", *Revista de Signis*, Buenos Aires: La Crujía, No. 17, 2011.
- _____. *Industria Cultural, Información y Capitalismo*. Barcelona: Gedisa, 2013.
- _____. *Campo aberto: para a crítica da epistemologia da comunicação*. Aracaju: EDISE, 2015.
- BOLAÑO, César; CROVI, Délia & CIMADEVILLA, Gustavo (coord.). *La contribución de América Latina al campo de la comunicación*. Buenos Aires: Prometeo, 2015.
- BORDENAVE, Juan. *Comunicación rural*. Asunción: Arandura Editorial, 2016.
- CECCON, Eliane. "La revolución verde: tragedia en dos actos.", *Ciencias*, n. 91, Jul-Sept, 2008. In: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/cns/article/view/12160>
- COMPOSTO, Claudia & OUVIÑA, Hernán. "Acumulación por despojo y nuevos cercamientos: Mercantilización de los bienes comunes y antagonismos renovados en América Latina." In: *V Jornadas de Jóvenes Investigadores*. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2009.
- COTO, Rogelio. *El IICA y la OEA*. Costa Rica: IICA-OEA, 1967.
- CUVI, Nicolas. *Ciencia e imperialismo en América Latina: la misión Cinchona y las estaciones agrícolas cooperativas (1940-1945)*. Tesis de Doctorado en Historia de las Ciencias – Centre d'Estudis d'Història de las Ciències, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2009.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- _____. *Pequena introdução ao desenvolvimento – um enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (6ª ed.).
- GRANOU, André. *Capitalismo y modo de vida*. Madrid: Alberto Corazón, 1974.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2011.
- HERRERA-JARAMILLO, Mauricio. "Acumulación por imposición de conocimiento para la transformación de los modos de vida tradicionales por el capital." In: SANTOS, Verlane & HERRERA-JARAMILLO, Mauricio (org.). *EPC: teoria e estudos setoriais*. Aracaju: Obscom/UFS. (en proceso de publicación.), 2017.
- HOBBSAWM, Eric (1984). *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA *Breve historia del IICA*. Una aspiración americana. Costa Rica: IICA, 2012. En: <http://repiica.iica.int/docs/b3657e/b3657e.pdf>
- JIMENEZ, Mercedes. "La Fundación Rockefeller y la investigación agrícola en América Latina.", *Comercio Exterior*, vol. 40, n. 10, Oct., pp. 968-975, 1990.
- JUNQUEIRA, Mary. *Ao sul do Rio Grande: imaginando a América Latina em seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança: EDUSF. 2000
- KAPLÚN, Mario. *El comunicador popular*. Quito: Editorial Belén, 1985.
- MARX, Karl. *El capital libro I, capítulo VI (inédito)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores S.A., 1974.
- _____. (1867). *El Capital*. México: Siglo XXI, 1988 (13ª edición).
- MARZOCCA, Ángel. *Las ciencias agrícolas en América Latina: Progreso y Futuro*. (IICA, Org.). Costa Rica: IICA – ALAF, 1967.
- MELO, José Marques & GOBBI, Maria Cristina (org.). *Gênese do pensamento comunicacional latino-americano*. O protagonismo das instituições pioneiras: CIESPAL, ICINFORM, ININCO. São Paulo: Metodista, 1999

MORIN, Edgard. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

ORTOLL, Servando. "Orígenes de un Proyecto agrícola: la Fundación Rockefeller y la revolución verde.", *Revista Sociedades Rurales, Producción y Medio Ambiente*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, vol. 4, n. 1, pp. 81-96, 2003.

PERKINS, John. *Geopolitics and the Green Revolution: Wheat, Genes, and the Cold War*. New York: Oxford University Press, 1997.

POLANYI, Karl. *La gran transformación*. Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

SANCHEZ RUIZ, Enrique. *Réquiem por la modernización: perspectivas cambiantes en estudios del desarrollo*. Colección cuadernos de difusión científica 7. Serie Educación, comunicación y sociedad III. Guadalajara: Universidad de Guadalajara. 1986

SCHILLING, Paulo. *El Imperio Rockefeller: América Latina*. Montevideo: Tierra Nueva, 1970.

SHIVA, Vandana. *Biopirataria. A pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Monoculturas da mente*. Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El capitalismo histórico*. México: Siglo XXI, 1988.

VITOR BARTOLETTI SARTORI

FETICHISMO, TRANSAÇÕES JURÍDICAS, SOCIALISMO VULGAR
E CAPITAL PORTADOR DE JUROS; O LIVRO III DE *O CAPITAL*
DIANTE DO PAPEL ATIVO DO DIREITO

Recebido em 07/2018

Aprovado em 11/2018

FETICHISMO, TRANSAÇÕES JURÍDICAS, SOCIALISMO VULGAR E CAPITAL PORTADOR DE JUROS; O LIVRO III DE O CAPITAL DIANTE DO PAPEL ATIVO DO DIREITO

Resumo

Tratar-se-á do papel ativo do Direito em Marx tendo em conta a relação existente entre autonomização das formas econômicas, tratadas no livro III de O capital, e o modo pelo qual, no cotidiano da sociedade capitalista, e no terreno do Direito, a esfera da produção social aparece como se não constituísse o momento preponderante da reprodução da sociabilidade burguesa. Trata-se de ver como que aquilo de irracional e carente de conceito, na reprodução diuturna do capital, tem uma forma de aparição invertida. Busca-se demonstrar: em meio às formas irracionais que são vistas como normais e eternas pela economia política – e pelos agentes econômicos –, o fetichismo e a reificação aparecem de modo mais forte e, ao mesmo tempo, são efetivas. O capital portador de juros aparece de modo mais destacado justamente neste meio, em que a titularidade jurídica da propriedade parece ser o essencial mesmo nunca podendo sê-lo. Nos juros, o simples título jurídico, assim como a distribuição jurídica da propriedade, parece ser aquele a trazer a criação da riqueza social. Restará claro que, quando os portadores práticos das relações econômicas atuam de modo mais acoplado à irracionalidade da valorização do valor, as transações jurídicas têm mais destaque em Marx.

**VITOR BARTOLETTI
SARTORI**

professor da Faculdade de
Direito e Ciências do Estado
da UFMG

Palavras chave: Marx; Direito; O capital; transações jurídicas;
fetichismo

Abstract

This article relates to the active role of Law in Marx, taking into account the relationship between the autonomization of economic forms, discussed in Book III of Capital, and the way in which, in the daily life of capitalist society and in the field of Law, the sphere of social production appears as if it did not constitute the preponderant moment of the reproduction of bourgeois sociability. Irrational categories and empty concepts, in the daily reproduction of capital, have an inverted form of appearance. Amidst the irrational forms that are seen as normal and eternal by Political Economy, fetishism and reification appear in a stronger way; at the same time, they are effective. The legal forms appear more prominently precisely in this medium, where legal ownership of property seems to be the essential whereas it can never be. The simple legal title seems to be the one that brings about the creation of social wealth. When the practical bearers of economic relations act in a way more coupled with the irrationality of value valorization, legal transactions are more prominent in Marx.

Keywords: Marx; *Capital*; juridical transactions; Law; Fetishism

I. Introdução

Tratar do livro III de *O capital*, de Karl Marx, passa longe de ser um exercício simplesmente filológico. Os dilemas colocados pela obra magna do autor alemão passam pelo campo da filosofia, certamente; no entanto, no caso do livro III, categorias diuturnas das análises econômicas são abordadas pelo autor alemão, por vezes, em detalhe. Ou seja, ao contrário do que acontece no livro I, em que o grau de abstração é bastante elevado (Cf. ROSDOLSKY, 2001) – o que se dá devido ao objeto do texto, o processo imediato de produção –, o livro III de *O capital* traz categorias (preço de custo, juros, ganho empresarial, entre outras) que são muito mais próximas do cotidiano dos agentes econômicos da sociedade capitalista. Neste sentido específico, a apresentação marxiana das categorias econômicas aproxima-se muito mais da realidade efetiva (*Wirklichkeit*) da sociedade capitalista. No entanto, pretendemos demonstrar que, ao mesmo tempo, há certo afastamento diante da essência mesma do modo de produção capitalista e da realidade desta última, tendo-se o movimento das diferentes figuras do capital, na concorrência, eclipsando a dependência real e efetiva destas figuras diante do processo produtivo, que, na sociedade capitalista, é o processo de extração de mais-valor (*Mehrwert*). Neste sentido, pretendemos demonstrar que as categorias mesmas com as quais opera a economia política, de acordo com Marx, são, ao mesmo tempo,

irracionais e efetivas (Cf. MARX, 1986a). No desenvolvimento de nosso argumento, pretendemos também deixar claro que justamente em meio a estas categorias (irracionais) parece haver maior margem e importância crítica para a regulamentação jurídica, de modo que, tal qual o que se dá com o que Marx chama de economia vulgar, as formas jurídicas, bem como seus representantes práticos, deixam intocado o cerne do que tratam (Cf. SARTORI, 2018).

Linhagens diferentes de estudo da obra do autor alemão analisaram o livro III, certamente. Se formos trazer à tona importantes autores que relacionaram a crítica da economia política e a filosofia, vale destacar as contribuições de Althusser (1979), Lukács (2003, 2013), Ruy Fausto (2015), Postone (2014), Kurz (1993), dentre outros. Tais autores partem da obra magna marxiana, analisando-a de modo bastante comprometido, mas, também – embora nunca somente – a fim de retirar consequências para a práxis política, colocando-se de diversos modos quanto a questões decisivas de suas épocas. Assim, destacamos: é essencial ler *O capital*, não só pelo seu caráter monumental, e por ele ser referência obrigatória das assim chamadas ciências sociais (quando levadas a sério), mas porque há uma intrincada conexão entre as questões que normalmente são tratadas por “filósofos”, “teólogos”, “cientistas políticos”, “sociólogos” e, claro, “economistas”.

Para Marx, tais campos constituem um todo unitário, já que, como aponta com Engels, “não há história da política, do Direito, da ciência, etc., da arte, da religião etc.” (MARX & ENGELS, 2007, p. 77). Em verdade, “conhecemos apenas uma ciência, a ciência da história.” (MARX & ENGELS, 2002, p. 107)¹. Ler *O capital*, assim, é sempre uma tarefa hercúlea, havendo todo um debate em torno das implicações políticas e sociais do texto marxiano. Deste modo, precisamos destacar a peculiaridade de nosso tratamento, para que o explicitemos devidamente: de certa maneira, colocamo-nos rompendo com a colocação, por assim dizer, clássica, de tal problema, ao mesmo tempo em que não há como escapar de certa continuidade quanto a ele. Já que procuraremos tratar do livro III de *O capital*, certamente, não há como nos afastarmos dos debates colocados por tais autores “clássicos” do estudo da obra de Marx². Porém, o objeto do presente texto tem uma particularidade: ele conforma-se em torno do papel do Direito na obra marxiana, ao passo que, em grande parte, as implicações retiradas pelos autores mencionados (e por muitos outros) estão, principalmente, no campo da política. Ou seja, ao mesmo tempo em que não há como escapar de certa polêmica (mesmo que implícita), há de se ter em mente que o assunto que abordaremos

1 Cf. SARTORI, 2018.

2 Aqui, pelo espaço que dispomos, infelizmente, não poderemos remeter diretamente ao embate com cada um dos autores.

(relacionado ao papel ativo do Direito em meio às formas econômicas da economia política) foi tratado pouquíssimas vezes, e de modo inicial, até onde conhecemos (Cf. CASALINO, 2015). Reconhecer que “não há história da política, do Direito, da ciência, etc., da arte, da religião etc.” não significa que não exista espaço na obra marxiana para o tratamento acerca da especificidade de cada esfera do ser social. Deste modo, trata-se de enxergar a maneira pela qual Marx tratou do Direito, e de seu papel ativo, em meio ao processo de desenvolvimento unitário da história.

O campo no qual se coloca o debate que realizamos é muito menos explorado que o da política, tendo como pano de fundo a teorização pachukaniana (1988), que, em verdade, nada fala de substancial sobre nosso tema, e sobre muitos outros abordados por Marx ao tratar do Direito – o que é compreensível, já que o próprio autor indica sobre seu *Teoria geral do Direito e o marxismo*: “o presente trabalho não pretende ser de jeito nenhum fio de Ariadne marxista no domínio da teoria geral do direito; ao contrário, pois em grande parte foi escrito objetivando o esclarecimento pessoal.” (PACHUKANIS, 1988, p. 1). Tal autor fica adstrito, essencialmente, à relação entre forma jurídica e forma mercantil, o que não é pouco (Cf. SARTORI, 2015). Ou seja, partimos da premissa segundo a qual, mesmo que de modo muito instigante e realizado de modo proveitoso em diversos sentidos,

o tratamento da questão do Direito em Marx pode, talvez, ter alcançado o movimento geral do momento jurídico no texto em *O capital*, mas, em verdade, não apreendeu as nuances existentes entre o desenvolvimento das categorias econômicas e o das categorias jurídicas. Tais meandros, acreditamos, podem ser relacionados, também, às diferenças, em termos de pesquisa e de exposição, entre os livros I e III (e, claro, seria preciso também trazer à tona o livro II, bem como os *Grundrisse* e as *Teorias do mais-valor* para uma compreensão mais completa da relação entre crítica da economia política e crítica ao Direito). Deste modo, há muito a ser desenvolvido neste campo, o qual, no Brasil, está marcado pela hegemonia althusseriana, representada pela figura de Márcio Bilharinho Naves (2014). Sendo nossa posição distinta deste autor, intentamos trazer uma modesta contribuição diferente daquela que, por aqui, vem sendo considerada “clássica”.

2. A hegemonia althusseriana no estudo do Direito pelo marxismo: sobre a necessidade de uma análise imanente do livro III de *O capital*

Não podemos discutir aqui méritos e deméritos da abordagem althusseriana. No entanto, vale destacar que há consequências a serem ressaltadas acerca desta linha de estudos sobre Marx no que toca ao Direito. Isto se dá, por

exemplo, ao se mirar o fato de que – mediante uma equação entre a teorização do autor de *Ler o capital* sobre o sujeito e a abordagem pachukaniana sobre o sujeito de direito – o centro das atenções no que diz respeito ao texto marxiano, quando se trata de analisar o Direito, estar colocado no livro I de *O capital*. Márcio Naves (2000), neste sentido, destaca a suposta fidelidade de Pachukanis (Cf. PAÇO CUNHA, 2014) – maior autor da crítica marxista ao Direito (Cf. SARTORI, 2015) – ao método de *O capital*, na medida em que haveria certa relação intrínseca entre o tratamento pachukaniano do Direito e o tratamento marxiano da mercadoria, realizado no livro I. Se é verdade que mesmo este ponto pode ser problematizado (Cf. PAÇO CUNHA, 2014; SARTORI, 2015), tal não é nosso assunto aqui, que se desenvolve na medida em que tal tratamento implica uma centralidade do livro I de *O capital*, ao passo que as menções à questão do Direito são muito abundantes no livro III, principalmente quando Marx trata do capital portador de juros e da renda da terra. Aqui, portanto, procuraremos esboçar alguns apontamentos sobre o tema, o qual, acreditamos, traz consigo, ao mesmo tempo, a impossibilidade de deixar de lado o estudo do papel que o Direito tem na obra de Karl Marx, e o fato segundo o qual, em verdade, o terreno jurídico, para o autor, mesmo sendo efetivo (*wirklich*), é absolutamente irracional e manifesta a completa ausência de conceito (*Begrifflos*).

Ou seja, ao passo que se tem uma hegemonia althusseriana e pachukaniana nos estudos sobre a questão do Direito em Marx, há certo abandono da tematização sobre a diferença específica existente entre as diversas formas jurídicas³. No caso, destacaremos aqui, a fim de se poder iniciar um debate, a especificidade do tratamento marxiano das transações jurídicas que se dão ao se trazer o capital portador de juros à tona.

Ou seja, tem-se uma gama imensa de temáticas a serem tratadas no que diz respeito ao Direito em Marx. E, hoje, em grande parte, a questão vem sendo levantada ao se destacar a relação, trazida à tona por Pachukanis, entre forma jurídica e forma mercadoria. O papel do Direito nos juros, na renda e na concorrência intracapitalista são essenciais a serem tratados no livro III, por exemplo. A relação entre as lutas dos trabalhadores e a regulamentação fabril, pode-se mesmo dizer, precisa de um tratamento mais cuidadoso também, pois, sob a hegemonia althusseriana, a tematização de Bernard Edelman (2016) – não obstante seus méritos, que são muitos – deixa de tratar do modo pelo qual, segundo Marx, em meio à promulgação de uma legislação em que, “como ‘proteção’ contra a serpente de seus martírios, os trabalhadores têm de reunir suas cabeças e como classe

³ Há de se destacar que Marx fala de formas jurídicas e não, como em Pachukanis, de forma jurídica. O mesmo se dá com Engels, diga-se de passagem. A tematização de tal questão, no entanto, ao que sabemos, é inédita.

conquistar uma lei estatal, uma barreira social intransponível” (MARX, 1996, p. 144), de modo que há uma relação entre a luta de classes que atinge a regulamentação da jornada de trabalho e a reunião de “suas cabeças como classe”. Ou seja, tal aspecto, por assim dizer, “positivo” das lutas sociais que perpassam a mediação jurídica é, geralmente, deixado de lado na tradição mencionada. É verdade que, segundo Marx, com isso, tem-se somente que “tal regulação foi o primeiro freio racional aplicado aos volúveis caprichos da moda, homicidas, carentes de sentido e por sua própria natureza incompatíveis com o sistema da grande indústria.” (MARX, 2013, p. 550). No entanto, não se pode, em uma análise séria do Direito em Marx, deixar de tratar de tal aspecto. Outra questão que salta aos olhos – só para que fiquemos na análise de *O capital*, já que, acreditamos, a tematização marxiana sobre o Direito é mais ampla e envolve inúmeras obras marxianas – diz respeito ao polêmico posicionamento engelsiano, que relaciona a Inglaterra com a possibilidade de uma transição revolucionária, porém pacífica, socialista e por vias legais:

ao menos na Europa, a Inglaterra é o único país onde a inevitável revolução social poderia realizar-se inteiramente por meios pacíficos e legais. Certamente ele nunca se esqueceu de acrescentar que não esperava que as classes dominantes da Inglaterra se submetessem a essa revolução pacífica e legal sem tentar uma *pro slavery rebellion*. (ENGELS In: MARX, 1996a, p. 63)

Engels, assim, diz que Marx chegou a cogitar a possibilidade de uma revolução social que “poderia realizar-se inteiramente por meios pacíficos e legais” no caso inglês, de modo que seria preciso estudar tal posicionamento engelsiano em seus detalhes, trazendo a possível relação entre a peculiaridade do capitalismo inglês – “o único país” em que isso seria plausível – e seu desenvolvimento legal e socioeconômico. Não se pode deixar de mencionar também o tratamento marxiano sobre o modo pelo qual, depois da derrubada da legislação anticondição, que inviabilizava os sindicatos legalizados, certos atos “são subtraídos ao direito comum e submetidos a uma legislação penal de exceção” (MARX, 2013, p. 287). Relacionada também à questão do Direito penal está a tematização sobre o cárcere e as *working houses*, trazida no livro I e estudada, com um viés mais parcelarizado, pela chamada criminologia crítica (Cf. RUSCHE & KIRCHHEIMER, 2004; MELOSSI & PAVARINI, 2006). O posicionamento engelsiano, ao que saibamos, também, nunca foi estudado com seriedade no que diz respeito à compreensão sistemática da crítica marxista ao Direito. Já a criminologia crítica tem, via de regra, um posicionamento um tanto quanto setorizado, em que o central não é a análise imanente do texto marxiano. Tais questões, como mencionamos, escapam à problematização pachukaniana e althusseriana da obra de Marx, de modo que resta um campo bastante proveitoso para ser explorado no que toca à temática do Direito em

Marx. Mesmo que aqui possamos tratar somente de um aspecto relacionado a tantas questões, vale destacá-las.

Nosso tema, relacionado à peculiaridade do livro III de *O capital*, encontra-se também nesta seara, que, a rigor, deveria incluir também uma análise da diferença entre propriedade e função do capital (bem como da relação deste tema com a financeirização da economia, com as sociedades por ações e com a superação, dentro de uma forma ainda antagônica, da apropriação meramente privada), embora não possamos tratar deste importante tema aqui. A partir do estudo do texto de Marx, procuraremos mostrar como o Direito, ao se ter em conta o capital portador de juros, ao mesmo tempo em que tem um papel central no modo pelo qual as categorias econômicas operam no livro III, não é central à compreensão da conformação das contradições basilares da sociedade capitalista. Uma análise imanente⁴ deste texto marxiano é necessária ao estudo da questão do Direito em Marx, não só pelo grande número de vezes que a mediação jurídica aparece na arquitetura categorial da obra, mas também porque a forma de aparição das categorias econômicas em tal texto (e, acreditamos, na própria realidade efetiva da sociedade capitalista) traz a categoria da propriedade privada, que, em verdade, também traz uma representação específica no título jurídico de propriedade, este último, essencial ao se pensar a separação entre jurídico e econômico

e entre propriedade jurídica e função concreta nas diferentes figuras do capital.

É bom destacar também que questões relacionadas à divisão e distribuição da propriedade vêm dando a tônica no discurso de esquerda há muito tempo, de modo que tal tematização pode ser de grande interesse quando se tem em conta a temática do Direito em Marx. Aqui, procuraremos dar um tratamento geral da questão tendo em conta o capital portador de juros e o modo pelo qual, na medida mesma em que o Direito é central para efetividade desta figura do capital, ela tem, para Marx, uma existência irracional. Trata-se, assim, de enxergar a peculiaridade do livro III e o papel que o Direito tem nele ao se ter em conta os juros, mesmo que outras questões, como a oposição entre propriedade jurídica e função do capital, precisem ser abordadas em outro momento.

4 Como aponta José Chasin: “tal análise, no melhor da tradição reflexiva, encara o texto – a formação ideal – em sua consistência autossignificativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam. Configuração esta que em si é autônoma em relação aos modos pelos quais é encarada, de frente ou por vieses, iluminada ou obscurecida no movimento de produção do para-nós que é elaborado pelo investigador, já que, no extremo e por absurdo, mesmo se todo o observador fosse incapaz de entender o sentido das coisas e dos textos, os nexos ou significados destes não deixariam, por isso, de existir [...]” (CHASIN, 2009, p. 26).

3. As categorias irracionais, porém, efetivas: concorrência e o ocultamento da figura medular do capital

É sempre bom dizer que o caráter irracional de determinada categoria, em Marx, não decorre simplesmente de uma concepção epistemologicamente incorreta, ou “ideológica” e não “científica”; trata-se da irracionalidade da própria realidade, apreendida ao passo que “no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça” (MARX, 2011, p. 85); diz o autor, complementando, que “as categorias expressam formas de ser, determinações de existência” (*idem ibidem*)⁵, de tal modo que se trata de buscar as determinações de uma realidade, ela mesma, irracional em sua forma de aparição imediata. Ou seja, aquilo que conforma a realidade efetiva, ao mesmo tempo, traz uma forma de aparição e é uma forma de ser, de tal feita que Marx diz no livro III que, muitas vezes, tem-se a apreensão das determinações reais, também, ao passo que, “na realidade (isto é, no mundo fenomênico), o que se vê é o inverso.” (MARX, 2017, p. 72). Trata-se, portanto, de considerar que:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2011, pp. 78-79)⁶

O concreto, ao mesmo tempo, depende de determinações que conformam a essência de determinada sociabilidade, e a encobre em sua forma de manifestação imediata. A temática é central para nosso tema, já que o livro III de *O capital*, ao abordar o processo de produção global do capital, trata de questões cotidianas que se colocam aos portadores práticos das relações econômicas concorrenciais do capitalismo. Ao mesmo tempo, porém, é expresso por Marx: “o capital existe como capital, em seu movimento real, não no processo de circulação, mas somente no processo de produção, no processo de exploração da força de trabalho.” (MARX, 1986a, p. 258). Ou seja, o modo pelo qual o “capital existe como capital” não aparece de imediato aos portadores das relações sociais que se mostram na circulação e na concorrência, tratadas em sua trama interna e em sua autonomização no livro III da obra magna de Marx. Em tal livro, e, em verdade, em meio ao cotidiano da sociedade capitalista, o “movimento real” do capital, neste sentido, é pressuposto⁷ somente. Em verdade, segundo Marx, é ele que dá a tônica da esfera de circulação de mercadorias mesma; esta última apaga, em sua forma de aparição, suas próprias bases reais e efetivas. Na medida mesma em que se tem o tratamento de

6 Para uma análise cuidadosa da passagem, Cf. CHASIN, 2009.

7 Aqui, utilizamos a noção de pressuposição em um sentido muito diferente daquele de Ruy Fausto (2015). Isto se dá, em grande parte, devido a uma compreensão distinta sobre a relação entre Hegel e Marx. Para uma análise, mesmo que inicial, de tal relação com a qual concordamos, Cf. SARTORI, 2014.

categorias de enorme importância para o cotidiano dos agentes econômicos (preço de custo, ganho empresarial, lucro, juro, renda da terra, remuneração de supervisão, entre outras) – categorias estas sem as quais os próprios portadores de relações sociais engendradas na concorrência não podem operar –, reconhece-se que tais categorias supõem, como uma espécie de segunda natureza, a relação-capital e o assalariamento, cujas contradições estão expressas também, mas não só, no cotidiano da sociedade capitalista. Diz Marx sobre o assunto que:

No processo de reprodução, o capitalista funcionante representa o capital como propriedade alheia em face dos trabalhadores assalariados, e o capitalista monetário, sendo representado pelo capitalista funcionante, toma parte na exploração do trabalho. O fato de que apenas como representante dos meios de produção em face dos trabalhadores o capitalista ativo pode exercer a função de fazer os trabalhadores trabalhar para ele ou de fazer os meios de produção funcionar como capital é esquecido em face da antítese da função do capital dentro do processo de reprodução e da mera propriedade do capital fora do processo de reprodução. (MARX, 1986a, p. 284)

No cotidiano capitalista, tal questão levantada por Marx é apagada. Ela está relacionada ao fato de que o capitalista – qualquer que seja ele –, no modo de produção capitalista, só pode existir tendo como polo duplo o trabalho assalariado. Ou seja, aquilo que parece ser um truísimo (para que exista concorrência entre diversas

formas de capital, o capital mesmo precisa existir e se reproduzir) não é questionado em meio à reprodução diuturna da sociabilidade burguesa. Ao trazer o papel da concorrência, bem como o das formações ideais que nela aparecem, o autor de *O capital* é direto: ao passo que se tem grande relevo no modo pelo qual a concorrência e as representações a ela ligadas são importantes no cotidiano dos capitalistas e de seus porta-vozes, diz Marx que “por simplórias que essas ideias sejam, elas mesmas assim se originam necessariamente do modo invertido em que as leis imanentes da produção capitalista se apresentam dentro da concorrência.” (MARX, 1986, p. 172). Na medida mesma em que são simplórias, e irracionais, tais categorias são efetivas. O ponto a se destacar é que as representações criticadas por Marx expressam a própria realidade da concorrência, e não uma distorção desta⁸. Objetivamente, tendo em conta a posição (*Standpunkt*) dos agentes econômicos, segundo Marx, há inversões operadas na própria realidade, e não só na imaginação (Cf. ALVES, 2012). Justamente na concorrência, tem-se a oposição entre diversas formas de capital, como o capital industrial, o comercial e o

⁸ Como diz Marx: “tais formas constituem, pois, as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias. Todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e a fantasmagoria que enevoam os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem, por isso, imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção.” (MARX, 1996a, pp. 201-202).

capital portador de juros, de maneira que uma questão central aos portadores destas relações econômicas é a contradição intracapitalista; no entanto, a possibilidade mesma da concorrência, claro, depende da relação-capital, do “processo de exploração da força de trabalho”. É a posição dos agentes econômicos, bem como o modo de aparição das relações econômicas, que está em jogo aqui. Marx, sobre o assunto, é bastante incisivo:

Na concorrência aparece, pois, tudo invertido. A figura acabada das relações econômicas, tal como se mostra na superfície, em sua existência real e portanto também nas concepções mediante as quais os portadores e os agentes dessas relações procuram se esclarecer sobre as mesmas, difere consideravelmente, sendo de fato o inverso, o oposto, de sua figura medular interna, essencial mas oculta, e do conceito que lhe corresponde. (MARX, 1986a, p. 160)

A mais completa ausência de conceito das categorias econômicas colocadas no campo da concorrência⁹, portanto, é algo que diz respeito à caracterização da concorrência mesma, e não de um juízo equivocado, “ideológico” ou falseador sobre ela. Na concorrência, justamente, o ponto de partida está na oposição entre as diversas figuras do capital (industrial, comercial, monetário, etc.). No entanto, compreender real e efetivamente a conformação da realidade efetiva implica trazer à tona, não tanto aquilo que se coloca na superfície desta,

mas “a figura medular interna, mas oculta”, que não pode ser enxergada na esfera de circulação de mercadorias. Antes, há de ser buscada em meio ao processo mesmo em que as coisas (*Dinge*) se tornam mercadorias e capital e as pessoas, portadoras práticas de relações sociais estranhadas. O fato mencionado acima – “o capitalista funcionante representa o capital como propriedade alheia em face dos trabalhadores assalariados, e o capitalista monetário, sendo representado pelo capitalista funcionante, toma parte na exploração do trabalho” – é completamente apagado na própria efetividade da sociedade capitalista. Ou seja, ao passo que, para Marx, trata-se de colocar a oposição entre pessoas e coisas, e entre capital e trabalho no centro dos questionamentos, trazendo à tona o processo produtivo como o momento preponderante da conformação das relações econômicas (Cf. MARX, 2011), é justamente isso que parece implausível aos portadores práticos das diversas figuras do capital que aparecem na concorrência. Trata-se, assim, de categorias que, na medida mesma em que são irracionais e destituídas de conceito, são efetivas. Em meio a estas,

9 Em Hegel, a noção de conceito (*Begriff*) remete a categorias cuja expressão traria consigo a compreensão do próprio movimento interno. Em Hegel, ao contrário de Marx, há subjacente à noção uma filosofia da história, em que a razão realiza-se em um processo teleológico. Quando Marx remete aqui à “completa ausência de conceito”, traz à tona o fato de as categorias que aparecem de imediato na sociedade capitalista precisarem ser explicadas e não subsistirem por si mesmas, precisando ser explicadas mediante sua relação com o processo de valorização do valor.

os agentes econômicos atuam sob “pena de ruína” ao se preocupar com a divisão do valor entre si¹⁰. Porém, a produção deste valor aparece no assalariamento como algo naturalizado¹¹. O processo de extração de mais-valor, tratado no livro I de *O capital*, é suposto não só no livro III, mas na realidade efetiva mesma dos agentes econômicos.

Os agentes econômicos que operam no cotidiano da sociedade capitalista enxergam o capital como uma coisa por si só subsistente, de tal modo que o fetichismo e a reificação, tratados no capítulo I do livro I, são trazidos a um patamar bastante elevado, podendo-se compreender as categorias corriqueiras da economia capitalista somente tendo em conta tal aspecto. Pelo que dizemos, portanto, o livro III de *O capital* traz consigo, real e efetivamente, o modo pelo qual, em meio à concorrência, “os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais.” (MARX, 1996a, p. 198)¹². Há, portanto, uma questão importante sobre o modo pelo qual a arquitetura do livro III de *O capital* é explicitada: tal livro mostra como, mesmo que saibamos que não há nada de transcendente na relação-capital, em meio às práticas cotidianas que engendram sua permanência, tem-se uma forma de aparição que apresenta o capital como uma coisa insuprimível e insuperável, como uma segunda natureza e, assim, como transcendente. No cotidiano, que é, segundo Marx, o ponto de partida da

economia vulgar¹³, compreendem-se as categorias econômicas “à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade.” (MARX, 2011, p. 84). Ou seja, a forma de aparição das relações capitalistas – forma esta que se diferencia de “sua figura medular interna, essencial mas oculta, e do conceito que lhe corresponde” – é tomada como essência de determinada sociabilidade, mas, não raro, das sociedades em geral, de tal feita que o fetichismo, tratado no livro I, é trazido à tona na prática mesma engendrada entre os portadores das relações de concorrência. Diz Marx algo que deixa claro como é necessário colocar em xeque tal forma de aparição:

10 Sobre a relação entre cotidiano e a necessidade de atuar “sob pena de ruína”, Cf. LUKÁCS, 2013.

11 Como diz Marx no livro I: “a conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria.” (MARX, 1996a, p.216)

12 Na tradução da editora Boitempo (2013), a tradução está mais literal, dizendo tratar-se de coisas (*Dinge*) sensíveis (*sinnlich*), suprassensíveis (*ubersennlich*) ou sociais (*gesellschaftliche*).

13 Aponta Marx: “a Economia vulgar não faz nada mais que traduzir, sistematizar e louvar, baseada numa doutrina, as concepções dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção. Não nos deve, portanto, deixar surpresos que ela, exatamente na forma de manifestação alienada das relações econômicas, em que estas são, prima facie, contradições totais e absurdas – e toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente –, se exatamente aqui a Economia vulgar se sentisse completamente à vontade e essas relações lhe parecessem tanto mais naturais quanto mais a correlação interna está neles escamoteada, sendo, porém, correntes para a concepção comum.” (MARX, 1986b, p. 271).

Mas o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica que se representa numa coisa e dá um caráter especificamente social a essa coisa. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados em capital, que, em si, são tão pouco capital quanto ouro ou prata são, em si, dinheiro. São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos autonomizados em relação à força de trabalho viva e às condições de atividade exatamente dessa força de trabalho, que são personificados no capital por meio dessa oposição. Não são apenas os produtos dos trabalhadores, produtos transformados em forças autônomas, os produtores como dominadores e compradores daqueles que os produzem, mas são também as forças sociais e a futura forma... {ilegível} desse trabalho, que se contrapõem a eles como propriedades de seu produto. Aqui temos, portanto, uma forma social determinada, à primeira vista muito mística, de um dos fatores de um processo social de produção historicamente fabricado. (MARX, 1986a, pp. 269-270)

O caráter social das coisas (*Dinge*), na sociedade capitalista, de acordo com Marx, aparece em meio a figuras reificadas e irracionais, que trazem como pressuposta determinada forma de produção social; justamente pelo fato de os meios de produção não serem naturalmente capital, eles aparecem como tais; ouro e prata não são naturalmente dinheiro, mas se apresentam como tal também. Ou seja, a forma social que

se apresenta na concorrência como algo evidente tem por trás de si a própria conformação classista da sociedade, que, no caso, tem por essencial a oposição entre o moderno proletariado e a burguesia, em suas diversas figuras. Para o autor de *O capital*, “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade”, também, ao passo que é fruto de um processo social que, na sociedade capitalista, mas não necessariamente em outros modos de produção, passa às costas dos homens. Ao se pressupor a relação-capital, tem-se que o duro processo – relacionado à assim chamada acumulação primitiva e também ao modo mais ou menos violento pelo qual há imposição reiterada e diuturna de determinada sociabilidade – acaba por ser visto de modo mais ou menos idílico, ilusório, mas, depois de determinado momento, apologético¹⁴. Mesmo depois de postas as condições de trabalho que engendram a sociabilidade burguesa, segundo Marx, tem-se ainda uma questão essencial:

¹⁴ Como aponta Marx, “a burguesia tinha conquistado poder político na França e Inglaterra. A partir de então, a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras. Ela fez soar o sino fúnebre da economia científica burguesa. Já não se tratava de saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a espadacharia mercenária, no lugar da pesquisa científica imparcial entrou a má consciência e a má intenção da apologética.” (MARX, 1996a, pp. 135-136). Para uma análise cuidadosa da questão, Cf. LUKÁCS, 1968.

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e, no outro polo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. (MARX, 1996b, p. 358)

Não poderemos tratar aqui das mediações necessárias para que isto se dê, devendo destacar somente que o papel que as *workhouses* e o encarceramento têm, mediados pelo Direito penal, é muito relevante. Devemos destacar aqui que Marx traz à tona justamente a existência de “produtos autonomizados em relação à força de trabalho viva e às condições de atividade exatamente dessa força de trabalho viva”. Ou seja, as formas econômicas aparecem autonomizadas diante das condições reais de produção justamente ao passo que nunca são totalmente autônomas. A conformação mesma da realidade da sociedade capitalista tem tal forma invertida. Se o processo mediante o qual a própria produção se conforma perpassa “educação, tradição, costume” e, portanto, relações complexas entre os elementos, por assim dizer, “estruturais” e “superestruturais”, aqui, ao tratar das distintas figuras econômicas analisadas por Marx, chamamos a atenção para o fato segundo o qual, para o autor alemão, os agentes econômicos,

em seu cotidiano, sequer voltam os olhos para qualquer questionamento substantivo sobre a conformação das relações sociais de produção. No limite, o valor parece vir da esfera da troca e a produtividade parece ser uma característica do capital, que não só aparece como coisa, mas como “coisas físicas metafísicas”. Assim, a atividade essencial à conformação da sociabilidade capitalista parece não dizer respeito à produção (em que se tem a extração de mais-valor), mas à circulação em que o burguês parece atuar de modo mais ou menos astuto e “produtivo” (Cf. MARX, 1980, 1986a, 1986b).

As próprias propriedades dos produtos parecem também ser autônomas diante do processo produtivo, de tal feita que estas propriedades se lhes opõem como uma potência estranha (*entfremdende Macht*). Segundo Marx, portanto, a forma social colocada como real e efetiva na sociedade capitalista (e tratada no livro III de *O capital*) é algo extremamente irracional e carente de conceito. Ao tratar desta questão (da autonomização da renda da terra diante da esfera produtiva, no caso), Marx aponta que “as mediações das formas irracionais em que determinadas condições econômicas aparecem e praticamente se acoplam não importam nem um pouco aos portadores práticos dessas condições econômicas em sua ação econômica diuturna; [...] O que o bom senso considera irracional é racional e o que considera racional é a própria irracionalidade.” (MARX, 1986b, p. 241). Ou seja,

se Hegel havia apontado que “o racional é real e o real é racional” (HEGEL, 2003, p. XXXVI), em Marx, neste campo específico em que tratamos da atividade diuturna dos agentes econômicos, tem-se o oposto. Sob a égide do capital, real e efetivamente, tem-se a irracionalidade colocada em ato. Pode-se, assim, dizer que o movimento do livro III de *O capital* é aquele em que figuras que são marcadas pela completa ausência de conceito são efetivas. Destacamos também que é neste livro que Marx trata do modo pelo qual os agentes econômicos operam somente à medida que consideram o capital como uma coisa, e não como uma relação social. E aí aparece um ponto que nos é bastante importante para o tema aqui tratado.

Ao passo que as propriedades das figuras econômicas aparecem como inerentes às coisas, e não como fruto de “um processo social de produção historicamente fabricado”, é que se procurará o melhor meio de lidar “racionalmente” com a distribuição destas coisas, buscando, não tanto a superação de determinado forma de sociabilidade e de relações sociais, mas o melhor gerenciamento do capital. Isto, como veremos, não raro foi trazido à tona tendo um papel bastante grande a ser desempenhado pela relação jurídica e pelas transações jurídicas, as quais deveriam ser regulamentadas, em Proudhon, por exemplo, de acordo com a justiça (Cf. SARTORI, 2017). Supondo a relação-capital, emerge como primordial aos rumos

da sociedade moderna, por exemplo, a oposição entre o capital industrial e o portador de juros, e não a oposição entre trabalho e capital. Pelo que aqui dissemos, para Marx, tal apreensão seria carente de conceito, estaria presa às formas irracionais, em que diz o autor sobre os agentes econômicos: “uma perfeita contradição não tem nada de misterioso para eles. Nas formas fenomênicas que perderam a coerência interna e que, tomadas em si, são absurdas, eles se sentem tão à vontade quanto um peixe na água.” (MARX, 1986b, p. 241). O livro III de *O capital* tem por essencial compreender isto, e é importante destacar que tal imediatismo que Marx critica, ao mesmo tempo, é essencial para a reprodução do capital e não está baseado em si mesmo, mas no modo como aquilo que está eclipsado no cotidiano opera.

4. O capital portador de juros e a irracionalidade tornada efetiva em meio à concorrência: acerca do socialismo vulgar

A temática ganha especial destaque com o capital portador de juros, “figura mais fantástica” (MARX, 1980, p. 1507) que adquire o capital. Uma questão, porém, precisa ser destacada: mesmo que se tenha a irracionalidade e a ausência de conceito de tal categoria, também devido aos juros, empresas vão à falência (ao se ter em conta a relação entre o capital portador de juros e o industrial, por exemplo), trabalhadores

endividam-se em meio a inúmeros financiamentos para que o simples consumo básico seja possível¹⁵. O tema ganha ainda mais relevo ao passo que o “básico” mencionado conforma-se como uma espécie de segunda natureza, e não como o mínimo físico e fisiológico. Como diz Marx: “o valor real de sua força de trabalho desvia-se desse mínimo físico; é diferente de acordo com o clima e o estágio do desenvolvimento social; depende não só das necessidades físicas, mas também das necessidades sociais historicamente desenvolvidas, que se tornam uma segunda natureza.” (MARX, 1986b, p. 299). Ou seja, por vezes, somente recorrendo ao capital portador de juros, as “necessidades sociais historicamente desenvolvidas” dos trabalhadores conseguem ser minimamente saciadas dentro da ordem do capital. O processo pelo qual isto ocorre traz uma espécie de “fraude” à classe trabalhadora, o que faz com que as suas vidas sejam modificadas substancialmente, para pior, com o endividamento, por vezes, galopante e decorrente dos juros compostos. A efetividade do capital portador de juros, assim também, é clara.

Segundo o autor de *O capital*, “no capital portador de juros, a relação-capital atinge sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí D - D’, dinheiro que gera mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos.” (MARX, 1986a, p. 293). Ou seja, não obstante a característica desta categoria econômica como figura estranhada e reificada,

ela é muito efetiva. A falsidade da compreensão imediata das categorias não faz com que elas não possam ter uma função, por vezes, muito concreta¹⁶. Marx, ao tratar da lei do valor e dos agentes econômicos, diz no livro I algo bastante pertinente para o livro III: “ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem.” (MARX, 1996a, p. 200). Justamente o processo produtivo imediato, tratado por Marx no livro I, está subjacente ao processo global de produção. Aqui, mais do que lá, tem-se que os agentes econômicos imediatos “não o sabem, mas fazem”.

Marx aponta, na existência do capital portador de juros diante da classe trabalhadora, “uma exploração secundária, que corre paralela com a original, que se dá diretamente no próprio processo de produção.” (MARX, 1986a, p. 118)¹⁷. Ou seja, as aparências, e as figuras mais fantásticas, também são efetivas, como já destacado; tal

15 Tal questão ganha destaque bastante grande na atualidade, mas aqui não pode ser tratada. Cf. HARVEY, 2014.

16 Sobre a questão, Cf. LUKÁCS, 2013 e VAISMAN, 2010.

17 Como diz Marx: “no capital portador de juros, ao contrário, apresenta-se o caráter auto-reprodutor do capital, o valor que se valoriza, a produção de mais-valia como qualidade oculta, em estado puro. [...] Que a classe trabalhadora também dessa forma é fraudada e de maneira escandalosa é um fato claro; mas, o mesmo é feito pelo varejista que lhe fornece os meios de subsistência. Esta é uma exploração secundária, que corre paralela com a original, que se dá diretamente no próprio processo de produção. A diferença entre vender e emprestar é aqui completamente indiferente e formal, a qual, conforme já mostramos, só parece essencial aos que desconhecem por completo a conexão real.” (MARX, 1986a, p. 118).

irracionalidade e carência de conceito têm suas raízes na conformação objetiva das relações sociais de produção. A produção, ao mesmo tempo em que é o “momento preponderante” – “a produção é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o momento predominante [übergreifende Moment]” (MARX, 2011, p. 68) –, aparece cotidianamente, na realidade efetiva da sociedade capitalista, somente como algo suposto. Ou seja, ao mesmo tempo em que tais figuras, como aquelas decorrentes do capital portador de juros, são absolutamente carentes de conceito, segundo Marx, “é, no entanto, igualmente natural que os agentes reais da produção se sintam completamente à vontade nessas formas alienadas e irracionais de capital-juros, terra-renda, trabalho-salário” (MARX, 1986b, p. 280). Tratar-se-ia de algo relativo à própria conformação da realidade, e, mais precisamente, do modo pelo qual a realidade efetiva da sociedade capitalista traz consigo esferas autonomizadas (produção, distribuição, circulação, troca e consumo, mas também as diversas figuras do capital, que, em verdade, têm uma relação de dependência diante do trabalho estranhado¹⁸), as quais, mesmo que dependentes, parecem ser autônomas. Os agentes econômicos mesmos agem de tal modo sob tais categorias, “pois elas são exatamente as configurações da aparência em que eles se movimentam e com as quais lidam cada dia.” (MARX, 1986b, p. 280). Ou seja, os juros operam na realidade de modo bastante direto, mesmo que se trate de uma situação em

que “o que o bom senso considera irracional é racional e o que considera racional é a própria irracionalidade”. Tal bom senso, podemos dizer, opera na imediatidade dos agentes da produção, de modo que, como disse Engels, traz-se uma relação íntima entre o senso comum e uma apreensão metafísica e antidualética da realidade efetiva (Cf. ENGELS, 1990)¹⁹.

Marx diz que, mesmo que o capital portador de juros seja anterior ao modo de produção capitalista, ele aparece como subsumido ao capital neste último, sendo aquilo que é apropriado (inclusive com a mediação importante do Direito, já se adianta) nesta forma “fantástica”, produzido em meio ao processo de expropriação de mais-valor. Diz o autor de *O capital*, porém, que cotidianamente a questão aparece de modo invertido. Na imediatidade da realidade efetiva:

O capital portador de juros existe como forma acabada e tradicional, e portanto o juro como subforma acabada da mais-valia produzida pelo capital, muito antes de existirem o modo de produção capitalista e as concepções de capital e lucro que lhe correspondem. Por isso, na imaginação popular, o capital monetário, o capital portador de juros, continua sendo capital como tal, capital *par excellence*. (MARX, 1986a, p. 281)

18 Para uma interessante análise de tal questão, inclusive em termos mais atuais, Cf. MÉSZÁROS, 2002.

19 Como diz Engels, “o verdadeiro senso comum, personagem bastante respeitável, dentro de portas fechadas, entre as quatro paredes de uma casa, vive peripécias verdadeiramente maravilhosas, quando se arrisca pelos amplos campos da investigação.” (ENGELS, 1990, p. 20).

Na imaginação popular, bem como no socialismo vulgar, os juros aparecem autonomizados, identificando-se, em grande medida, com as vicissitudes do modo de produção capitalista. Neste sentido, no imediato, bem como na representação acrítica desta imediatez, ou seja, no que Marx chama de economia vulgar, o capital não aparece como expressão da relação-capital, mas reificado, como uma coisa que parece ter a capacidade mágica de gerar valor independentemente do trabalho da classe trabalhadora. Neste sentido, é bom ressaltar que, mesmo que Marx seja um crítico do capital portador de juros, ele não se coloca deste modo por defender o capital industrial e “produtivo”, mas porque mostra a necessidade da crítica ao próprio capitalismo:

Nessa figura mais fantástica [a figura dos juros], e ao mesmo tempo mais próxima da representação mais popular, o capital é a “forma fundamental” dos economistas vulgares e, além disso, o alvo mais ao alcance do ataque de uma crítica superficial; é a forma desses economistas seja porque aí o nexos causal se manifesta o menos possível e o capital se patenteia numa forma que lhe dá a aparência de fonte autônoma do valor, seja porque nessa forma se dissimula e se apaga por completo seu caráter contraditório, desaparecendo a oposição ao trabalho. E aquele ataque decorre de ser a forma em que o capital atinge o máximo de irracionalidade e constitui o alvo mais fácil para os socialistas vulgares. (MARX, 1980, p. 1507)

O “máximo de irracionalidade” faz com que os juros possam ser o primeiro alvo de uma crítica que não procura compreender o “caráter contraditório” do modo de produção capitalista. Para tanto, segundo Marx, é necessário passar pela oposição entre capital e trabalho e, portanto, pela extração de mais-valor. Uma “crítica superficial”, típica do que Marx chama de “socialismo vulgar”, não vai muito além da “representação mais popular”, em que não parece que a relação-capital seja o problema, mas que a figura do capital portador de juros seja a portadora das vicissitudes do presente. Típica desta posição seria aquela de Proudhon – um autor que, tal qual Lassale, vem a ter o Direito em alta conta –, de modo que uma falha fundamental do autor da *Filosofia da miséria* seria não compreender o liame existente entre os juros e o sistema de assalariamento, que tem por trás de si justamente a essência da produção capitalista. Diz Marx que “Proudhon combate o juro e não compreende o nexos causal entre juro e sistema de trabalho assalariado.” (MARX, 1980, p. 1558). Ou seja, no cotidiano pode haver uma crítica – que é necessária à compreensão da realidade – aos juros. No entanto, uma crítica que não relacione o capital portador de juros com a própria possibilidade de existência do capital, na melhor das hipóteses, atém-se tanto à imaginação popular cotidiana quanto ao socialismo vulgar.

Ambas estas formas de representação, e de “crítica superficial”, não conseguem apreender o ser-propriadamente-assim (*Geradesosein*) da sociedade capitalista, colocando-se no mesmo plano dos economistas vulgares, mesmo que sem intenções apologéticas diante do existente. Marx trata de criticar a “economia vulgar, que não é nada mais do que uma tradução didática, mais ou menos doutrinária, das concepções cotidianas dos agentes reais da produção” (MARX, 1986b, p. 280). No entanto, o outro lado desta concepção apologética está nos “socialistas vulgares”, que, ao fim, com o mesmo grau de aprofundamento e também partindo das representações dos “agentes reais da produção”, acabam por tornar sublime a existência do trabalho assalariado. As duas concepções operam na superfície das coisas, de tal modo que “o sistema do trabalho assalariado”, ou seja, o capital, é deixado intocado. Se é verdade que “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1986b, p. 271), pode-se dizer que, ao se ater às formas mais imediatas de manifestação da efetividade do capital, tanto a economia vulgar quanto o “socialismo vulgar” não trazem um estatuto de cientificidade às suas posições. Marx, neste sentido, aponta que a “resolução” proudhoniana não poderia ser mais atrelada ao modo pelo qual as categorias econômicas se apresentam imediatamente aos próprios agentes.

A inepta concepção de que o preço de custo da mercadoria constitui seu verdadeiro valor, mas que a mais-valia se origina da venda da mercadoria acima de seu valor, que, portanto, as mercadorias são vendidas por seus valores quando seu preço de venda é igual a seu preço de custo, ou seja, igual ao preço dos meios de produção nelas consumidos mais salários, foi trompeteada por Proudhon, com a habitual charlatanice pretensamente científica como segredo recém-descoberto do socialismo. Essa redução do valor das mercadorias a seu preço de custo constitui, de fato, a base de seu Banco Popular. (MARX, 1986a, p. 32)

Marx começa o livro III de *O capital* mostrando como que, ao mesmo tempo em que o capitalista, até mesmo em termos contábeis, precisa pensar em termos de preço de custo, “no preço de custo desaparece para o capitalista a diferença entre capital variável e capital constante.” (MARX, 1986a, p. 119). Ou seja, pela própria posição do capitalista na cadeia produtiva e, portanto, na concorrência, aquilo gasto com maquinaria, com a reposição da mesma e com a força de trabalho vem a ser considerado sob um mesmo aspecto; afinal de contas, para que se consiga lucro, é necessário que se vendam as mercadorias acima de seu preço de custo. Com tal indistinção, o capital variável e o constante aparecem no cotidiano como indiferenciados, de tal modo que não é o trabalho que aparece como fonte do valor (dadas determinadas condições de produção), mas, como diz Marx, em meio aos agentes econômicos, cotidianamente,

“as forças produtivas subjetivas do trabalho se apresentam como forças produtivas do capital.” (MARX, 1986a, pp. 35-36). Ou seja, na realidade efetiva mesma, em meio a mediações irracionais colocadas na reprodução do capital, tem-se uma inversão e parece que o valor advém, não do processo produtivo, mas da esfera da circulação. Assim, a questão principal parece ser, tanto para os agentes econômicos imediatos quanto para Proudhon, o preço de custo, o qual, por vezes, seria acrescido de outros custos, colocados justamente na renda e nos juros. Segundo Marx, nenhuma crítica consistente ao modo de produção capitalista seria possível deste modo. Neste sentido, para a crítica superficial, o “verdadeiro valor” deveria ser igual ao preço de custo, tendo-se acréscimos indevidos com os juros. Tal concepção é identificada por Marx como aquela que traz uma “crítica superficial”, ligada a uma espécie de “socialismo vulgar”. Trata-se de uma posição que deixa intocado o processo de extração de mais-valor: “a própria mais-valor (Mehrwert) não aparece como produto da apropriação de tempo de trabalho, mas como excedente do preço de venda das mercadorias sobre seu preço de custo e por isso este último facilmente se apresenta como seu verdadeiro valor *valeur intrinsèque*!” (MARX, 1986a, p. 35). O socialismo vulgar, assim, consiste em uma espécie de duplo diante da economia vulgar: trata-se de uma concepção baseada na ausência de crítica substantiva diante da irracionalidade

do capital. Tal crítica superficial repete, não raro com charlatanice, o que aparece na economia vulgar, tendo-se, ao mesmo tempo, um impulso crítico, e uma insuficiência marcante.

Marx aponta nos juros a figura do capital mais estranhada e fetichista, uma figura em que uma coisa parece automaticamente gerar uma coisa, de modo que se tenha como efetivo aquilo carente de conceito²⁰. O autor, no entanto, não se dá por satisfeito com esta constatação, procurando apreender o próprio processo de produção do valor, que se coloca no processo produtivo, e não na venda de uma mercadoria acima de seu preço de custo. As distintas metamorfoses da mercadoria, em meio à concorrência, portanto, fazem com que o produto da atividade humana apareça como decorrente das coisas, ao mesmo tempo em que isso nunca pode se dar efetivamente; como mencionado acima, para Marx, “o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica que se representa numa coisa e dá um caráter especificamente social a essa coisa.” No entanto, cotidianamente, de certo modo, as coisas dominam os homens, já que, nas relações sociais de produção vigentes na sociedade capitalista, tem-se a

20 Como diz o autor: “os economistas necessariamente exprimem sempre como atributo das coisas o que é atributo, característica do modo de produção capitalista, isto é, do próprio capital enquanto expressa determinada relação dos produtores entre si e para com seu produto.” (MARX, 1980, p. 1318).

relação-capital e “em sua simplicidade, essa relação já é na perversão, personificação da coisa, e coisificação da pessoa” (MARX, 1980, pp. 385-386). A inversão efetiva se coloca ao passo que o capital e, portanto, o valor (gerado na esfera da produção), “passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático.” (MARX, 1996a, p. 273). Ou seja, na figura, “na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento.” (MARX, 1986a, p. 294). A ilusão de que o valor advém do capital, e não do trabalho – e que decorre da astúcia do capitalista que consegue vender uma mercadoria acima de seu preço de custo – traz consigo uma espécie de “sujeito automático” em que a reificação das relações sociais aparece de modo mais gritante: “a relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo.” (*idem ibidem*). E, assim, é preciso que se traga um duplo aspecto sobre isso: a forma irracional do capital portador de juros precisaria ser questionada, certamente; no entanto, seria “habitual charlatanice pretensamente científica” criticar os juros sem criticar o capital mesmo em sua conformação mais essencial, ou seja, sem perceber “o nexo causal entre juro e sistema de trabalho assalariado.” Para o autor de *O capital*, deixar isto de lado poderia levar ao socialismo vulgar.

Como diz Marx: “no capital portador de juros, a relação-capital atinge sua forma mais estranha e mais fetichista. Temos aí D - D', dinheiro que gera mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos.” (*ibidem*, p. 293). Ou seja, o processo que caracteriza as metamorfoses do valor aparece eclipsado nos juros, de modo que o processo de extração de mais-valor parece não existir e o capital tem uma forma de aparição como valor que gera valor – “ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro.” (MARX, 1996a, p. 274). E, assim, tem-se o fetichismo e a reificação elevados a princípios no dia-a-dia da reprodução do capital. Na figura dos juros, “o capital aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento” (MARX, 1986a, p. 293); a reificação e o fetichismo aparecem de modo característico e acabado na figura do capital portador de juros; trata-se daquilo que é “a mistificação do capital em sua forma mais crua.” (*ibidem*, p. 294). Na figura dos juros, portanto, tem-se uma irracionalidade que se coloca como efetiva. Constatar tal irracionalidade é importante, certamente; no entanto, compreender os nexos objetivos que levam a tal situação é, segundo Marx, o essencial. No que diz respeito ao nosso tema, isto é de grande relevo, pois aquilo que aparece imediatamente, no cotidiano, como central à conformação dos juros não é tanto o processo

global de produção – que tem como momento preponderante a extração do mais-valor –, mas um acordo de vontades, em que, por meio do contrato e da mediação jurídica, “o verdadeiro movimento circulatório do dinheiro como capital é, portanto, pressuposto da transação jurídica, pelo qual o mutuário tem de devolver o dinheiro ao prestamista.” (ibidem, p. 263). Com o Direito, portanto, tem-se como pressuposto aquilo que caracteriza a própria especificidade do movimento circulatório do dinheiro (no caso dos juros, do dinheiro como mercadoria e como capital), que, segundo Marx, na sociedade capitalista, é indissolúvel da conformação da relação-capital. O movimento do capital portador de juros, portanto, traz consigo um importante papel da mediação jurídica – em verdade, sem ela, sem a transação jurídica, não se tem o aparato para que os juros operem como tais. Pelo que vemos aqui, porém, há de se perceber que a fundamentação objetiva para que se compreenda o capital portador de juros está no modo pelo qual as relações sociais de produção dão ensejo a formas específicas de apropriação e de distribuição, e não no nexu contratual colocado na transação jurídica. Cotidianamente, porém, a questão se apresenta de modo invertido, não sendo à toa que o “socialismo vulgar”, na figura de Proudhon, sempre tenha enfatizado o potencial do Direito. Tal questão precisa ser vista com mais cuidado. Os meandros dela são muitos.

5. Capital portador de juros e transação jurídica

Pode-se dizer que a razão pela qual são escassos os textos sobre a relação entre juros e o Direito em Marx está, também, embora não só, na dificuldade do tratamento do capital portador de juros. Outro aspecto ligado a isto encontra-se na hegemonia pachukaniana sobre a relação entre Direito e marxismo, que, como mencionamos, pode levar a certa centralidade do estudo do livro I de *O capital*. Foi preciso que tratássemos de diversos temas, por assim dizer, “de fundo”, para que pudéssemos chegar a um ponto em que é possível tratar da questão do capital portador de juros e de sua relação com o Direito. Nos juros, tem-se uma transação jurídica que opera entre prestamista e mutuário, de modo que, assim como na venda da força de trabalho o contrato é um elo mediador, aqui temos a transação jurídica. Sobre isto, no livro III, diz Marx que o Direito parece dar origem às relações econômicas somente ao passo que nunca poderia fazê-lo: “as formas jurídicas em que essas transações econômicas aparecem como atos de vontade dos participantes, como expressões de sua vontade comum e como contratos cuja execução pode ser imposta à parte individual por meio do Estado não podem, como simples formas, determinar esse conteúdo.” (ibidem, p. 256). Ou seja, nos juros, tendo-se certa irracionalidade colocada em ato, é que o Direito aparece como mais grandioso em termos de sua

importância e efetividade. A autonomização do Direito aparece de modo muito mais forte neste ponto se comparado ao tratamento marxiano (analisado por Pachukanis) presente no segundo capítulo do livro I de *O capital*. A distribuição da propriedade privada, tratada no livro III, tem em seu subterrâneo as metamorfoses do valor (MARX, 1986a, 1986b); ao mesmo tempo, porém, ela aparece com se fosse o resultado de transações jurídicas mais ou menos bem executadas, tendo-se o socialismo vulgar (criticado por Marx na figura de Proudhon) como aquele que, diante de tal cenário, acredita que seja possível, com a regulamentação jurídica, alcançar alguma “justiça das transações”. Tal tipo de ilusão não aparecia em meio ao processo imediato de produção, no qual, no máximo, seria possível procurar estabelecer uma “barreira intransponível” à venda voluntária da força de trabalho por parte dos trabalhadores.

No livro III de *O capital*, ao mesmo tempo em que as figuras jurídicas, e seu papel ativo na distribuição da propriedade, parecem ser centrais, “o movimento real do dinheiro emprestado como capital é uma operação situada além das transações entre prestamistas e mutuários. Nestas, essa mediação é apagada, invisível, não está diretamente implícita.” (MARX, 1986a, p. 262). Com a mediação jurídica, e ao vê-la, na realidade efetiva dos agentes econômicos, como central, a questão é eclipsada em “sua figura medular interna, essencial mas

oculta, e do conceito que lhe corresponde”. Se Marx diz que no cotidiano, na reprodução da sociabilidade capitalista, “o capitalista existe em dois níveis – o jurídico e o econômico. Por isso, o capital como propriedade refluí também para o capitalista jurídico, príncipe de um consórcio morganático” (MARX, 1980, p. 1499), a compreensão do modo de produção capitalista não pode dispensar uma atenta análise do papel ativo do Direito; ao mesmo tempo, porém, isto se dá porque “o retorno não aparece neste caso como resultado e consequência de uma série de processos econômicos, mas por causa de uma transação jurídica especial entre comprador e vendedor, em virtude da circunstância de haver empréstimo e não venda, de haver portanto alienação apenas temporária.” (*idem ibidem*). Ou seja, a inversão de que tratamos acima ao trazer à tona a arquitetura do livro III, bem como a análise marxiana do capital portador de juros, ganha destaque quando, cotidianamente, o Direito parece ser o central. É claro ao autor alemão que “o verdadeiro movimento circulatório do dinheiro como capital é, portanto, pressuposto da transação jurídica, pelo qual o mutuário tem de devolver o dinheiro ao prestamista” (MARX, 1986a, p. 263); ao mesmo tempo, parece ocorrer o inverso.

Tal tipo de ilusão, que, como pretendemos demonstrar, decorre da própria conformação da realidade efetiva do modo de produção capitalista, não estava presente, ao menos não com

intensidade comparável, no livro I de *O capital*, sendo importante compreender as razões disto.

A imediatidade da reprodução capitalista traz uma forma de aparição em que a regulamentação dos juros, tal qual a sua fundamentação, é jurídica, e não colocada tendo por essência “o nexa causal entre juro e sistema de trabalho assalariado.”. Neste sentido, a forma de reconhecimento que é trazida pelo Direito em meio ao livro III (e da própria superfície da sociedade capitalista) é ainda mais fetichista que aquela do livro I²¹: se, neste último, mostra-se a relação íntima entre a compra e venda da força de trabalho, as relações econômicas daí decorrentes e as formas jurídicas (além do papel do Direito em meio ao reconhecimento das lutas dos trabalhadores e das tendências objetivas presentes no momento da “assim chamada acumulação primitiva”), no livro III, na medida mesma em que se tem aquilo de irracional e carente de conceito como efetivo, o Direito aparece como se demiúrgico fosse; e o processo produtivo que tem como núcleo a separação entre trabalhador e meios de produção, na melhor das hipóteses, é somente pressuposto (e tomado como uma espécie de segunda natureza) no cotidiano dos agentes econômicos. Diz Marx:

O primeiro dispêndio, que transfere o capital das mãos do prestamista para as do mutuário, é uma transação jurídica, que nada tem a ver com o processo real de reprodução, mas apenas o encaminha. O reembolso, que transfere novamente o

capital refluído das mãos do mutuário para as do prestamista, é uma segunda transação jurídica, o complemento da primeira; uma encaminha o processo real, a outra é um ato posterior a esse processo. Ponto de partida e ponto de retorno, entrega e restituição do capital emprestado, aparecem assim como movimentos arbitrários, mediados por transações jurídicas e que ocorrem antes e depois do movimento real do capital, e que nada têm a ver com o próprio. Para este, seria indiferente se o capital pertencesse de antemão ao capitalista industrial e, por isso, simplesmente refluísse para ele como sua propriedade. (MARX, 1986a, p. 262)

Tratar do caráter ativo do Direito no caso do capital portador de juros significa, de um lado, compreender como, sem o Direito, as próprias transações econômicas cotidianas (que são encaminhadas por meio de transações jurídicas) não poderiam ocorrer. Doutro lado, a questão se delinea ao passo que “o ponto de partida e ponto de retorno, entrega e restituição do capital emprestado, aparecem”, somente na medida em que não são “movimentos arbitrários, mediados por transações jurídicas e que ocorrem antes e depois do movimento real do capital, e que nada têm a ver com o próprio.”. E mais: em verdade, do ponto de vista daquilo nuclear à reprodução do capital, e, portanto, da relação-capital em que o trabalho encontra-se subordinado,

21 Para Marx, “o Direito nada mais é que o reconhecimento oficial do fato” (MARX, 2004, p. 84). Para uma análise da relação entre Direito, política e reconhecimento em Marx, Cf. SARTORI, 2016.

é indiferente se a propriedade jurídica é do capitalista monetário ou do capitalista industrial. Para que não reste dúvida quanto à questão, o autor alemão é explícito: “se o capitalista é proprietário do capital com que funciona, então embolsa todo o lucro ou a mais-valia inteira; para o trabalhador é inteiramente indiferente que ele faça isso ou tenha de pagar uma parte a uma terceira pessoa, como proprietária jurídica.” (MARX, 1986b, p. 284). Neste sentido, podemos dizer que a compreensão do caráter ativo do Direito implica em trazer à tona o modo pelo qual a mediação jurídica opera em meio ao cotidiano e aos agentes econômicos, parecendo possuir uma espécie de caráter demiúrgico somente na medida em que não pode tê-lo. Esta mediação adquire bastante importância na distribuição intracapitalista do mais-valor, no entanto, não modifica a natureza deste último. Marx, com isso, mostra que uma crítica que – reivindicando uma regulamentação jurídica justa das transações econômicas – volte-se contra os juros sem criticar substancialmente o sistema do trabalho assalariado é vulgar e não atinge o núcleo da questão. As diversas formas jurídicas (e há de se atentar ao plural utilizado por Marx no livro III) têm sua peculiaridade também, ao passo que o capital portador de juros é criticado pela resolução jurídica da “justiça das transações”, para Marx, bastante ilusória. (Cf. SARTORI, 2017). Na medida mesma em que se procura trazer à tona a crítica à figura mais

irracional e absurda de capital, não se leva em conta, em sua “vulgaridade”, o fato segundo o qual, ao fim, “seria indiferente se o capital pertencesse de antemão ao capitalista industrial” e, assim, segundo Marx, o clamor por transações justas encobre a essência da questão.

Tanto os juros quanto as formas jurídicas, não obstante a importância que possuem no cotidiano dos agentes econômicos, aparecem na superfície do modo de produção capitalista. E é por isso mesmo que são vistos como primordiais tanto pelo preconceito popular quanto pelo socialismo vulgar. Marx, assim, não deixou de criticar Lassale e Proudhon pelo acento exagerado que colocaram no Direito. O autor de *O capital*, assim, demonstra que as formas jurídicas aparecem como essenciais somente ao passo que não são. Explicita também que mesmo que as transações jurídicas sejam condição sem a qual não se tem a divisão do mais-valor nas diversas figuras do capital, tais transações “não podem, como simples formas, determinar esse conteúdo.” O autor, assim, é explícito quanto ao capital portador de juros e quanto ao dispêndio de dinheiro a ele relacionado: “o primeiro dispêndio, que transfere o capital das mãos do prestamista para as do mutuário, é uma transação jurídica, que nada tem a ver com o processo real de reprodução, mas apenas o encaminha.” (MARX, 1986a, p. 262). Isto se dá, portanto, tendo em conta um ponto que parece paradoxal (mas que remete à conformação real e efetiva

das formas econômicas da sociedade capitalista): justamente ao passo que o Direito aparece como essencial à distribuição da propriedade – e, portanto, do valor produzido na produção –, ele não o é e nem pode sê-lo.

Mesmo que exista uma retroação do movimento que se dá no campo da circulação e da produção sociais sob a esfera produtiva, tem-se a conformação das determinações objetivas da esfera produtiva e “a influência das leis [da produção] na manutenção das relações de distribuição e, daí, seu efeito sobre a produção devem ser particularmente determinados.” (MARX, 2011, p. 74). Trata-se da determinação da esfera da distribuição, e da distribuição da propriedade privada por meio de títulos jurídicos, diante da produção social e da conformação da relação-capital. Marx trata de tal questão explicitamente ao analisar a conformação da realidade efetiva da sociedade e do cotidiano capitalistas. Por isso, diz sobre a relação entre juros, lucro e título jurídico:

A repartição puramente quantitativa do lucro entre duas pessoas que têm títulos jurídicos diversos sobre ele transformou-se numa repartição qualitativa, que parece provir da natureza do capital e do próprio lucro. Pois, conforme se viu, tão logo parte do lucro assume em geral a forma de juro, a diferença entre o lucro médio e o juro, ou a parte excedente do lucro sobre o juro, transforma-se numa forma antitética ao juro, na do ganho empresarial. Essas duas formas, juro e ganho empresarial, somente existem em sua

antítese. Ambas não estão, pois, relacionadas à mais-valia, da qual são apenas partes fixadas em categorias, rubricas ou nomes diversos, mas estão relacionadas uma a outra. Porque parte do lucro se transforma em juro, parte aparece como ganho empresarial. (MARX, 1986a, p. 283)

A repartição da riqueza, cotidianamente, parece prover da própria natureza do capital, de modo que a oposição central à produção parece não ser aquela entre trabalho e capital, mas entre as distintas figuras do capital, e entre o ganho empresarial e os juros. Ao mesmo tempo em que somente podem consistir em partes (colocadas sob diferentes rubricas jurídicas) do mais-valor, o ganho empresarial e o juro parecem ter vida própria e, nesta medida mesma, o central parece ser os títulos jurídicos, e não o processo produtivo. A reificação e a fetichização do capital portador de juros, portanto, são efetivas – também – por meio de mecanismos jurídicos. Sem eles tais transações econômicas não teriam como ocorrer; ao mesmo tempo, o conteúdo mesmo de tais transações, que possui um importante elemento jurídico, não pode ser determinado pelas formas jurídicas e políticas. Segundo Marx, no caso dos juros, tanto o socialismo vulgar quanto os filantropos da economia política podem se colocar como críticos desta forma irracional, mas somente de modo muito superficial, supondo a produção capitalista, e, portanto, o trabalho assalariado, como eternos. Para eles, ao passo que a forma burguesa de

produção é eterna, na melhor das hipóteses, “na distribuição, em troca, a humanidade deve ter se permitido de fato toda espécie de arbítrio” (MARX, 2011, p. 59), o que pode envolver uma crítica ao capital portador de juros que incorpore, como no caso de Lassale e de seus seguidores, “fraseologia da ‘distribuição justa’” (MARX, 2012, p. 28) e todo um debate que gira em torno da “justiça das transações” e da questão da justiça. (Cf. SARTORI, 2017). No entanto, trata-se de algo que não ultrapassa o imediatismo da reprodução capitalista. Para Marx, por outro lado, somente compreendendo as coisas para além de tal aspecto imediato é que é possível, passando pela aparência, compreender a essência do capital.

Marx, assim, aponta algo importante sobre a relação entre as formas jurídicas, transações jurídicas e o movimento do capital: “ponto de partida e ponto de retorno, entrega e restituição do capital emprestado, aparecem assim como movimentos arbitrários, mediados por transações jurídicas” somente ao passo que não pode nunca sê-los. De acordo com Marx, pois, o capital portador de juros só consegue operar por meio de transações jurídicas. Isso se dá na medida mesma que o Direito parece ser e não é o essencial. Ou seja, as formas jurídicas operam sobre as formas econômicas estranhadas e autonomizadas tomando o caráter reificado das mesmas como uma espécie de segunda natureza e, também por isso, é necessária uma

crítica ao Direito, e não só uma busca por um uso crítico deste. Vê-se, assim, que, também ao analisar o capital portador de juros, deve-se ser claro no sentido de mostrar Marx como um crítico ao Direito. O papel ativo do terreno do Direito é tal que as transações jurídicas conformam-se ao passo que, “sem dúvida, essas transações são efetivamente determinadas pelos reflexos reais. Mas isso não aparece na própria transação.” (MARX, 1986a, p. 262). Assim, também ao se ter em conta as transações jurídicas, “no caso do capital portador de juros, o retorno bem como a entrega são apenas resultados de uma transação jurídica entre o proprietário do capital e uma segunda pessoa. Vemos somente entrega e reembolso. Tudo o que ocorre de per-meio é apagado.” (MARX, 1986a, p. 263). Como mencionamos anteriormente, tal aspecto não decorre de qualquer imprecisão diretamente gnosiológica por parte dos agentes econômicos, mas tem consigo a conformação objetiva do próprio modo de produção capitalista. Se a reificação das relações sociais é pungente nos juros, em que “na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento”, isto se dá ao mesmo tempo em que o elemento de controle social parece poder ser exercido por meio da intervenção jurídica regulatória em meio às transações jurídicas. Ou seja, segundo Marx, a

outra face do fetichismo do capital portador de juros é a busca por uma “justiça das transações”.

6. Conclusão

Tais polos aparecem como indissolúveis, sendo que ambos não conseguem ultrapassar a reificação das relações sociais que se colocam cotidianamente aos agentes econômicos imediatos. Com isso, tem-se que o socialismo vulgar, com sua crítica aos juros, acaba por referendar uma apreensão imediata das relações econômicas que se colocam sob o modo de produção capitalista. Nosso ponto neste texto remete ao fato de que, em Marx, para que se supere o imediatismo cotidiano, é necessária uma crítica ao Direito e à autonomização das transações jurídicas. Sem isso, haveria o perigo de busca da solução para as vicissitudes da sociedade capitalista no próprio Direito, e em distintos arranjos da esfera da distribuição (sem uma crítica contundente às próprias relações de produção). Tratar-se-ia de algo presente tanto na filantropia burguesa da economia política, quanto no socialismo vulgar. Na melhor das hipóteses, ter-se-ia uma crítica àquilo de mais irracional em uma determinada formação social, sem tratar do âmago da questão e, por vezes, trazendo oposições desenvolvidas por meio de figuras reificadas, as quais, como tais, pressupõem de modo acrítico determinada sociabilidade e determinado modo de produção. A oposição entre

“capital produtivo” (industrial) em oposição ao não-produtivo (hoje, remeteríamos à especulação), assim, é parte do próprio cotidiano dos agentes econômicos, em que a questão aparece invertida.

Desenvolve-se, portanto, necessariamente em sua cachola a concepção de que seu ganho empresarial – longe de constituir qualquer antítese ao trabalho assalariado e de ser apenas trabalho alheio não-pago – é muito mais salário mesmo, salário de superintendência, *wages of superintendence off labour*, salário mais alto que o do trabalhador assalariado comum, 1) porque é trabalho mais complicado, e 2) porque ele mesmo se paga o salário. Que sua função como capitalista consista em produzir mais-valia, isto é, trabalho não-pago, e precisamente nas condições mais econômicas, fica completamente esquecido em face da antítese de que o juro cabe ao capitalista, mesmo quando não exerce nenhuma função enquanto capitalista, mas sendo mero proprietário do capital; e que o ganho empresarial, ao contrário, caiba ao capitalista funcionante, mesmo quando é não-proprietário do capital com o qual funciona. Em face da forma antitética das duas partes em que se decompõe o lucro, isto é, a mais-valia, perde-se de vista que ambas são meramente partes da mais-valia e que sua divisão em nada pode alterar sua natureza, sua origem e as condições de sua existência. (MARX, 1986a, p. 284, grifos no original)

Segundo Marx, o essencial é deixado de lado caso se permaneça no imediatismo cotidiano do capital. Ali as coisas aparecem invertidas e – até

mesmo por uma necessidade prática dos agentes econômicos, como mencionamos – as relações de produção são supostas como imutáveis.

Uma crítica ao capital portador de juros que enfoque o elemento jurídico (e a propriedade jurídica) e a possibilidade de uma distribuição menos irracional da riqueza é, segundo Marx, aquela que vem a acreditar que o ganho empresarial passa “longe de constituir qualquer antítese ao trabalho assalariado e de ser apenas trabalho alheio não-pago”, tratando-se somente de uma espécie de salário, um salário de supervisão; ou seja: confunde-se, de modo acrítico propriedade e função do capital. Isto, por mais irracional e carente de conceito que seja, dá-se até mesmo porque, no cotidiano, o capitalista individual (não podemos tratar aqui do modo como Marx diz que há uma tendência já fortemente em curso em sua época à supressão desta figura por meio das sociedades por ações, por exemplo²²) vê-se vilipendiado pelos juros. Ou seja, a oposição entre ganho empresarial e juros é real e efetiva, mas não é por isso que adquire uma figura racional por si só. Em verdade, a compreensão da questão passa pela oposição entre trabalho e capital e, portanto, pela apreensão do processo de produção e realização do mais-valor. E, de acordo com Marx, se no cotidiano o capitalista parece ser o produtor do mais-valor, nada passa mais longe de ser verdadeiro. A oposição entre ganho empresarial e juros “nada pode alterar sua natureza, sua

origem e as condições de sua existência.” Deste modo, com base em Marx, é possível apontar que aqueles que defendem um “capital produtivo” em que, como Proudhon, no limite das possibilidades “igualitárias”, busca-se o preço de custo sem juros (trazendo-se uma equiparação entre o burguês e o trabalhador no campo salarial), não chegariam sequer perto do núcleo

22 A empresa capitalista, nas sociedades por ações, traz à tona uma forma de apropriação que não é mais somente individual e privada, tendo-se por essencial a distinção entre a propriedade jurídica e a função do capital. Marx, ao tratar do tema, diz que, ao mesmo tempo, estas sociedades são um grande avanço, representando a socialização da sociedade, e constituem um entrave, já que, não obstante os indivíduos estarem aí diretamente associados, não estão “livremente associados”, tendo-se uma forma antagônica de apropriação da riqueza social: “formação de sociedades por ações. Com isso: 1) Enorme expansão da escala de produção e das empresas. que era impossível para capitais isolados. Tais empresas, que eram governamentais, tornam-se ao mesmo tempo sociais; 2) O capital, que em si repousa sobre um modo social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e forças de trabalho, recebe aqui diretamente a forma de capital social de indivíduos diretamente associados! Em antítese ao capital privado e suas empresas se apresentam como empresas sociais em antítese às empresas privadas. E a abolição do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista.” (MARX, 1986a, p. 332). Para Marx, é necessária uma verdadeira superação desta condição, já que “nas sociedades por ações, a função [de supervisão e direção] é separada da propriedade de capital, portanto também o trabalho está separado por completo da propriedade dos meios de produção e do mais-trabalho. Esse resultado do máximo desenvolvimento da produção capitalista é um ponto de passagem necessário para a retransformação do capital em propriedade dos produtores, porém não mais como propriedade privada de produtores individuais, mas como propriedade dos produtores associados, como propriedade diretamente social. E, por outro lado, ponto de passagem para a transformação de todas as funções do processo de reprodução até agora ainda vinculadas à propriedade do capital em meras funções dos produtores associados, em funções sociais.” (idem *ibidem*). O tema é essencial e a compreensão da oposição entre função e propriedade envolve a análise do papel ativo do Direito. Aqui, no entanto, tratamos somente da relação entre o capital portador de juros, sua posição no livro III (e na realidade, acreditamos) e o papel ativo do Direito.

da questão. Como dito, na melhor das hipóteses, ter-se-ia uma espécie de imediatismo e de socialismo vulgar.

O que procuramos ter deixado claro neste texto é que isto traz consigo, ao mesmo tempo, certa valorização do papel ativo do Direito e certa cegueira diante das reais possibilidades presentes no campo jurídico. Se é verdade que as transações jurídicas não são um simples reflexo mecânico da realidade econômica, igualmente verdadeiro é que esta última não é, real e efetivamente, no campo da distribuição da propriedade, engendrada pelo Direito. Tal crença errônea, segundo Marx, estaria presente tanto nos representantes filantropos da economia política quanto no que chama de socialismo vulgar. Contra estas posições, o autor de *O capital*, ao mesmo tempo, trata da forma de aparição dos juros e do modo pelo qual esta se conforma, em meio à concorrência, como decorrente dos arranjos complexos das relações de produção. Assim, o nexos entre trabalho assalariado e o capital portador de juros, que aparece como pressuposto e naturalizado em meio às transações jurídicas, é aquilo que vai ser destacado por Marx. Para ele, uma resolução satisfatória deste problema premente do modo de produção capitalista somente é possível com o próprio fim do capitalismo. Qualquer outra “solução” ficaria adstrita à naturalização de figuras fetichistas e reificadas do capital. Neste caso específico, isto vem trazer certa autonomia ao Direito que

este nunca pode ter. Também neste sentido, há de se apontar: justamente por não trazer uma compreensão mecânica e simplista do Direito, e porque apreende o caráter ativo deste, Marx realiza uma decidida crítica ao Direito. A questão talvez seja importante a ser destacada em um momento em que grande parte da esquerda traz um enfoque na crítica ao capital portador de juros e na luta por direitos (Cf. HARVEY, 2014). Ela não pode ser tratada aqui, no entanto. Mas, se Marx ainda é um importante ponto de partida, o posicionamento daqueles que lutam contra a miséria do presente ainda pode ser muito enriquecido com este autor. Ao mesmo tempo em que não se trata de aderir ao autor de *O capital* de modo acrítico, até mesmo porque há muitas questões do presente que apresentam um grande grau de novidade relativa, talvez seja ainda bastante atual buscar escapar da mera filantropia burguesa e do socialismo vulgar, criticados vivamente pelo autor de *O capital*.

Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. *Ler O capital*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ALVES, Antônio José Lopes. *Marx e a analítica do capital*. Saärbruken: Novas edições acadêmicas, 2012.
- CASALINO, Vinícius. “Ideologia jurídica e capital portador de juros: apontamentos iniciais.” In: AKAMINE, Oswaldo; KASHIURA, Celso & MELO, Tarso. *Para uma crítica ao Direito*. São Paulo: Expressão popular, 2015.
- CHASIN, José. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- EDELMAN. *A legalização da classe operária*. Trad. Flávio Roberto Batista. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dübring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- FAUSTO, Ruy. *Sentido da dialética – Marx: lógica e política*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HARVEY, David. *Para entender O capital (livros II, III)*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.
- HEGEL, Georg. *Princípios da filosofia do Direito*. Trad. Orlando Vittorino. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Trad. Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LUKÁCS, György. *Marxismo e teoria da literatura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *História e consciência de classe*. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Para uma ontologia do ser social I*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *Teorias da mais-valia*. Trad. Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *O capital, Livro III, Tomo I*. Trad. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986a.
- _____. *O capital, Livro III, Tomo II*. Trad. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986b.
- _____. *O capital, Livro I, Tomo I*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.
- _____. *O capital, Livro I, Tomo II*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996 b.
- _____. *Miséria da Filosofia*. Trad. José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone, 2004.
- _____. *Grundrisse*. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Crítica ao programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O capital, Livro I*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O capital, Livro III*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MELOSSI, Dario & PAVARINI, Massimo. *Cárcere e Fábrica*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NAVES, Márcio. *A questão do Direito em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- _____. *Marxismo e Direito: um estudo sobre Panchukanis*. Boitempo: São Paulo, 2000.
- PACHUKANIS, E. P. *Teoria geral do direito e o marxismo*. Trad. Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.
- PAÇO CUNHA, E. “Considerações sobre a determinação da forma jurídica a partir da mercadoria.”, *Revista Crítica do Direito*. São Paulo, n. 64, 2014.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. Trad. Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital*. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- RUSCHE, Georg & KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Trad. Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2006.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. “De Hegel a Marx: da inflexão ontológica à antítese direta.”, *Kriterion*, n. 130. Belo Horizonte: 2014.
- _____. “Direito, política e reconhecimento: apontamentos sobre Karl Marx e a crítica ao Direito.”, *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, v. 61. Curitiba, UFPR, 2016.

_____. “Marx e Engels como críticos da justiça.”, *Revista Prima Facie*, v. 16; n. 32. João Pessoa: UFPB, 2007. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/32994>>. Acesso em 11/09/2017.

_____. “Marx e Hegel: três momentos da crítica marxiana ao Direito.”, *Verinotio*. Revista Online de Filosofia e Ciências Humanas, v. 24, n. 1. Rio das Ostras, 2018. (Disponível em www.verinotio.org)

_____. “Teoria geral do Direito e o marxismo como crítica marxista ao Direito.”, *Verinotio*. Revista Online de Filosofia e Ciências Humanas, n. 19. Rio das Ostras, 2015. (Disponível em www.verinotio.org)

VAISMAN, Ester. “A ideologia e sua determinação ontológica.”, *Verinotio*. Revista On Line de Educação e Ciências Humanas, n° 12. Belo Horizonte: 2010. (disponível em www.verinotio.org)

RÉMY HERRERA
ZHIMING LONG

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E OS CICLOS DA ECONOMIA
CHINESA DE 1952 A 2014 - DOIS MÉTODOS DE ANÁLISE
ATRAVÉS DAS TAXAS DE LUCRO DAS INDÚSTRIAS

Recebido em 09/2018
Aprovado em 11/2018

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E OS CICLOS DA ECONOMIA CHINESA DE 1952 A 2014 - DOIS MÉTODOS DE ANÁLISE ATRAVÉS DAS TAXAS DE LUCRO DAS INDÚSTRIAS

Resumo

Com base em uma definição o mais rigorosa possível em relação ao perímetro das indústrias e à construção dos estoques de ativos fixos das empresas e do capital fixo produtivo, calcularemos indicadores das taxas de lucros nos níveis micro e macroeconômicos para a China no período de 1952 a 2014. Os resultados obtidos nestes dois níveis de análise, macro e micro, são bastantes similares e podem ser sintetizados da seguinte forma: i) observa-se, no longo prazo, uma queda tendencial da taxa de lucro, e isto nos dois níveis de análise ; ii) as flutuações de curto prazo da taxa aparecerão, no nível macroeconômico, sob a forma de uma sucessão de ciclos, raramente completos, cuja amplitude se reduz com o tempo; iii) mais de um terço do período analisado está relacionado com os anos recessivos dado o componente cíclico da taxa de lucro. Os recuos mais acentuados registram-se, em ordem decrescente, após a ruptura da China com a União Soviética (1961-1963); por ocasião da Revolução Cultural (1968); ao longo dos anos 1950; durante a transição pós-Mao (1976-1977); na ocasião em que se tentou uma experiência neoliberal (1989-1991); e, enfim, com a difusão das crises da mundialização (que afetaram a China em 1998, 2001, 2009 e novamente a partir de 2012; iv) é essencialmente – mais do que a evolução da parcela dos lucros ou da produtividade por unidade do custo do trabalho – o aumento da composição orgânica do capital que conduz tendencialmente a taxa de lucro macroeconômica para baixo.

RÉMY HERRERA

Pesquisador do CNRS – UMR 8174 Centro de Economia da Sorbonne

LONG ZHIMING

Doutorando – UMR 8174 Centre d'Économie de la Sorbonne

Tradução:

Luís Jorge Vasconcelos Pessoa de Mendonça (UFES)

Palavras chave: China; crescimento; ciclos; taxa de lucro; estoque de capital; análises macro e micro.

Abstract

Based on various originally-constructed statistical series of stocks of productive physical capital and of enterprises' fixed assets, and on a definition – as rigorous as possible – of the scope of the industrial sector, we calculate several indicators of profit rates at the micro and macroeconomic levels for China from 1952 to 2014. The results obtained by these two methods (micro and macro) are quite similar and can be summarized as follows: i) a tendency of the profit rate to fall is observed over the long period, for the two levels of analysis; ii) at the macro level, the short-term fluctuations in the profit rates show a succession of (rarely complete) cycles whose amplitude decreases with time; iii) more than a third of the period is affected by recessive years for the cyclical component of the profit rates. The largest declines are recorded, in descending order, after the rupture between China and the Soviet Union (1961-1963), during the Cultural Revolution (1968), in the course of the 1950s, during the post-Mao transition (1976-1977), when a neoliberal experiment has been tempted (1989-1991), and with the spread of the globalization crises (which affected China in 1998, 2001, 2009, then since 2012); iv) it is mainly the increasing organic composition of capital that tendentially pushes down the macro rate of profit.

Keywords: China; growth; cycles; profit rate; capital stocks; micro and macro analyses

JEL Classification: C13, C22, C52, C82, E22, E31, O53.

I. Introdução

Excepcional tanto por conta de seu vigor quanto por sua relativa estabilidade ao longo dos últimos anos, a trajetória de crescimento suscita diversas interrogações e, ao mesmo tempo, inúmeros estudos acadêmicos sobre sua economia. Essas interrogações dizem respeito tanto às causas de tal dinamismo quanto aos seus mecanismos e propulsores, mas também sobre a sua sustentabilidade e as consequências esperadas por conta da ascensão chinesa junto à hierarquia dos países do sistema mundial capitalista. A maior parte dessas questões remete à natureza *sui generis*, singularmente complexa, desta economia. Esta soube adotar diversas características do capitalismo a partir de sua abertura em 1978, conservando alguns traços do socialismo, principalmente os referentes a sua estrutura fundiária, à propriedade intelectual ou participações massivas e intervenções voluntaristas do Estado – posto sob a autoridade do poderoso Partido Comunista. Nossa interpretação nos leva a falar, no caso da China, de um “capitalismo de Estado”, porém em condições que permanecem sendo aquelas de uma transição para o socialismo¹.

¹ Ver Andreani e Herrera (2013, 2014).

O presente artigo não tem a pretensão de definir a natureza do sistema econômico chinês atual; menos ainda a de abordar todas as facetas que tal procedimento exige. Visamos, modestamente, apenas propor elementos para a reflexão sobre o papel das taxas de lucro para a dinâmica da acumulação de capital na economia chinesa no longo prazo. De fato, nosso postulado é que o funcionamento desse sistema econômico partilha atualmente (e cada vez mais) pontos em comum com o capitalismo. E isto de modo que possamos recorrer metodologicamente ao conceito de “taxa de lucro” para procedermos à análise em questão. Esta será conduzida no marco marxista, inédito nesta perspectiva por conta da abordagem tanto micro quanto macroeconômica. Compreendemos estas formas de abordagem de modo bastante simples: análise micro significa, para nós, partir de dados estatísticos extraídos da contabilidade das empresas, enquanto a análise macro parte das séries da economia nacional; tanto uma quanto a outra se juntam no âmbito do setor industrial, abordados sob dois ângulos bem distintos. Esta abordagem impõe-se a partir de uma série de trabalhos consagrados ao crescimento econômico na China, através dos quais enfatizamos os limites – que consideramos intransponíveis – das ferramentas fornecidas pelo mainstream neoclássico e seus instrumentos².

2 Pode-se ler nossos trabalhos anteriores sobre a China: Long e Herrera (2016, 2018), Herrera e Long (2017, 2018). Para uma crítica teórica sobre o crescimento neoclássico: Herrera (2006, 2011).

De imediato convém insistir no fato de que os diferentes indicadores da taxa de lucro que concebemos, relacionando um excedente ou “lucro” com um estoque de capital ou de ativos, não podem ser interpretados nos mesmos termos dos países capitalistas avançados. No entanto, tais indicadores tornam-se fundamentais se quisermos explicar a dinâmica da reprodução da economia chinesa no longo prazo, inclusive na época em que a economia foi altamente planificada. Além disso, uma vez que tenhamos determinado o centro de nosso objeto de estudo – especificamente a indústria (2ª parte) –, nossos esforços concentrar-se-ão nos cálculos das taxas de lucro das empresas industriais em nível microeconômico (3ª parte) e na taxa de lucro do setor industrial no nível macroeconômico (4ª parte). O mesmo será feito em relação à evolução dessas variáveis e seus componentes, esclarecendo uma sucessão de ciclos rítmicos ao longo dos últimos seis anos (5ª parte).

2. O setor industrial nos sistemas contábeis chineses

Os perfis do “das indústrias” devem ser delimitados com cuidado, já que esse conceito foi apreendido de diferentes formas pelos sistemas contábeis que se sucederam na China (*Quadro 1*). Semelhante ao modelo de planificação soviético, o dispositivo dos balanços em termos de produtos materiais (*Material Product System*, MPS) vigorou de 1952 à 1992. Este reconhecia

as contribuições produtivas da agricultura e da indústria, porém não as dos serviços – cujo valor adicionado não integrava o cálculo da renda nacional. Desse modo, todas as demais atividades além das agrícolas eram consideradas como sendo “industriais”. Após as reformas em fins dos anos setenta, o sistema MPS foi paulatinamente substituído pelo sistema de contas nacionais (*System of National Accounts*, SNA), que introduziu uma distinção trissetorial: primário para a agricultura; secundário para as indústrias e a construção; terciário para o total restante (correio, telecomunicação, transportes, comércio e serviços sociais...).

A passagem completa do MPS para o SNA termina em 1993 e, a partir do ano seguinte, o *National Bureau of Statistics of China* (NBS) publicou uma Classificação das Indústrias da Economia Nacional, denominada “GB/T4754-1994” (国民经济行业分类). O setor secundário dividiu-se em quatro seções. Estas intitularam-se,

respectivamente, “B” em se tratando de indústrias minerais e extrativas; “C” para as indústrias manufatureiras; “D” para a produção e distribuição de eletricidade, gás e água; “E” para a construção. Portanto, a agregação dos setores B, C e D correspondia mais à concepção tradicional de “indústria”. Em 2004 foi instaurada a classificação “GB/T4754-2002”, baseada na tipologia “2003 Three-Sector Classification Rules” (三次产业划分规定)³. As modificações realizadas (redistribuição de subseções, ou divisões no interior do setor secundário, ou entre este e o setor terciário) não colocavam em causa a definição anterior de indústria. O mesmo ocorria com as mudanças introduzidas pela nova “GB/T4754-2011”⁴, implementadas a partir de 2012.

3 http://www.stats.gov.cn/tjgz/tjdt/200305/t20030519_16460.html.

4 http://www.stats.gov.cn/tjsj/tjzb/201301/t20130114_8675.html.

Quadro I. Evolução do perímetro e dos critérios de classificação das atividades industriais

Período	Perímetro	Crítérios	Comentários
1952-1992	Todas as atividades, exceto a agricultura	<i>Balanços em termos de produtos materiais</i> (MPS)	Não reconhecimento da contribuição produtiva das atividades do setor terciário pelo NBS
1993-2003	Seções B + C + D, exceto construção	<i>Sistema de contas nacionais</i> (SCN) “GB/T4754-1994”	Reconhecimento da contribuição produtiva das atividades do setor terciário pelo NBS
2004-2011	Seções B + C + D, exceto a construção	“GB/T4754-2002” e “2003 Regras de classificação do setor terciário”	Reclassificação das divisões do setor secundário, mudanças importantes no setor terciário
2012-presente	Seções B + C + D, exceto a construção	“GB/T4754-2011” et “2012 Three-sector classification rule”	Algumas divisões no setor secundário transferidas para o setor terciário, mais indetificadas com o setor de serviços.

Elas se referiam, em grande medida, às atividades agrícolas (seção “A”) e aos serviços (especificamente àqueles identificados com o setor terciário, e contemplando as divisões adicionais transferidas do setor secundário).

3. Cálculo da taxa de lucro das indústrias no nível microeconômico

Primeiro, procuraremos calcular a taxa de lucro microeconômica a partir dos dados coletados nas empresas industriais, tal como a definimos. Este cálculo necessita dispor de duas variáveis : os lucros das empresas e seus estoques de capital. No que diz respeito a estes últimos, retomaremos o método proposto por Chow (1993), que recorre aos dados acumulados para determinar os estoques de ativos fixos das empresas industriais. O objetivo do autor foi o de avaliar os estoques em escala nacional. Portanto, as séries que ele utiliza não estão à disposição do público na NBS desde a adoção do SNA, de modo que não é possível estendê-las para além de 1993. No entanto, graças à existência dos balanços contábeis padronizados das empresas (*Enterprise Accounting Standards*), a série de dados relativos às depreciações acumuladas nos permitem reconstruir os estoques de ativos fixos das empresas industriais à moda de Chow. As *Enterprise Accounting Standards*, as quais recorreremos, foram elaboradas para o ano de 2006 (会计准则). Desse modo, todas as entidades produtivas são

tomadas conforme esse método, porém, uma parte não negligenciável delas ainda tem seus registros nos documentos do NBS referenciados às normas de 1992, o mesmo ocorrendo com os documentos do Ministério das Finanças.

Os estoques de capital considerados aqui são aqueles dos ativos materiais que têm duração de pelo menos mais de um ano no orçamento anual. Trata-se, dentre outros, de prédios, equipamentos, máquinas, ferramentas e meios de transporte mantidos pelas empresas tendo em vista a produção de bens e serviços, aluguel ou atividades administrativas. As empresas industriais, denominadas K_{AT} , são registradas pelo valor do fim do exercício nos *Assets and Liability Tables of Enterprises*⁵, com a seguinte denominação: $K_{AT} = K_{AO} - A_c - L_A$

Sendo K_{AO} o valor original dos ativos fixos⁶, que corresponde ao seu valor inicial, isto é, às despesas efetuadas pela empresa em compras, construção, instalação, extensão, transformação ou modernização técnica dos ativos. Deste valor subtraem-se as amortizações acumuladas nos anos de funcionamento⁷ e as perdas do valor de ativos registrados contabilmente no período

5 Para a *Enterprise Accounting Standards*, os dados são tomados das *Tables of Assets & Liability of Enterprises*.

6 Este valor, fim de ano, aparece no débito dos balanços de ativos fixos da contabilidade das empresas.

7 Valores, fim de ano, registrados como créditos nos balanços de amortizações acumuladas nesta mesma contabilidade.

em questão. Dado que a NBS não disponibiliza dados sobre as perdas de valor, estas são recalculadas para os anos em que faltam os dados⁸.

Os lucros totais realizados no curso do exercício contábil⁹, P_T , são expressos segundo a seguinte fórmula: $P_T = B_E = R_E - D_E$

onde R_E e D_E representam, respectivamente, as receitas e despesas de exploração, enquanto B_E corresponde aos benefícios da exploração, interpretados como a renda das empresas (inclusive aquelas oriundas dos investimentos), subtraídos o total dos encargos, taxas diversas, outras despesas no exercício e perdas de valor dos ativos.

Estamos longe de calcular, no nível microeconômico, quatro taxas de lucro distintas para as empresas industriais. Dois critérios são aqui adotados (Quadro 2): dado o fato de que as amortizações sejam acumuladas ao capital de ativos fixos (taxa de lucro nominal) ou não (taxa real); e dado o fato que as taxas sejam deduzidas dos lucros (taxa após o lucro nominal) ou não (antes da aplicação da taxa), as quatro taxas de lucro expressam-se como segue:

$$\text{Taxa de lucro em nível micro} \left\{ \begin{array}{l} \text{taxa de lucro nominal das empresas industriais antes dos impostos : } r_1 = \frac{P_T}{K_{AO}} \\ \text{Taxa de lucro nominal das empresas industriais após os impostos : } r_2 = \frac{P_T - T_E}{K_{AO}} \\ \text{Taxa de lucro real das empresas industriais antes dos impostos : } r_3 = \frac{P_T}{K_{AT}} \\ \text{Taxa de lucro real das empresas após os impostos : } r_4 = \frac{P_T - T_E}{K_{AT}} \end{array} \right.$$

Onde T_e representa as taxas que incidem nas rendas das empresas.

A regulamentação fiscal conheceu importantes modificações desde a fundação da República Popular. Estas alterações acompanharam a mesma da estrutura de propriedade de toda a economia. As “Grandes Transformações Socialistas” foram lançadas em 1952 e consistiram, principalmente, em alargar o campo das empresas estatais e coletivas, que se estenderia, desde fins de 1956, à quase totalidade das entidades produtivas no país (mais de 90%). Em 1984 ocorreu uma reforma fiscal mais abrangente, implementada paralelamente à decisão do governo de autorizar novamente a propriedade privada no setor industrial. Utilizaremos como indicador da taxação o componente “industrial” da taxa industrial e comercial entre 1952 e 1984. A partir de 1985 utilizaremos a instauração de taxas sobre as rendas das empresas, extraídas

8 Frequentemente, a NBS fornece os dados de “valor total” e de “valor original” dos ativos fixos.

9 Os montantes dos lucros totais encontram-se no “Profit Tables” da contabilidade das empresas.

Quadro 2. Definições das quatro taxas de lucro microeconômicas das empresas industriais

Critério 2: Taxação	Taxas de lucros não cobertas	Taxas decontando-se os lucros
Critério 1: Amortizações		
Amortizações acumuladas no capital de ativos fixos	Taxa de lucro nominal antes dos impostos : r_1	Taxa de lucro nominal após impostos: r_2
Amortizações acumuladas excluindo-se o capital de ativos fixos	Taxa de lucro real antes dos impostos: r_3	Taxa de lucro real após impostos: r_4

das entidades estatais e coletivas¹⁰. Ademais, a partir de 2001 todas as empresas chinesas ficaram submetidas a esta taxa¹¹.

Na maioria dos casos, as séries estatísticas fornecidas pela NBS são incompletas e só permitem calcular as taxas de lucro a partir de 1978. Portanto, necessitamos completar os dados que faltam. Para aquelas taxas referente ao “valor total dos ativos fixos”, antes de 2000, utilizamos em seu lugar o “valor líquido de ativos fixos”, bastante similar. Este último é registrado como valor do fim do exercício nos anuários do NBS anteriores a 1993 – como “valor total dos ativos fixos”. No entanto, entre 1994 e 1999, o “valor líquido dos ativos fixos” é apresentado sob a forma de um indicador médio anual. Para corrigir o viés que caracteriza esse período e poder então calcular os “valores líquidos dos ativos”, em fins do exercício, suporemos que a taxa de crescimento de um semestre é igual à metade da taxa de crescimento do ano.

Os documentos contabéis disponíveis para construir nossa série micro de estoque de

capital micro (*Quadro 3*) não incluem as empresas com tamanho inferior a um certo patamar de ativos. Dado que o peso dessas pequenas unidades produtivas é limitado, nossos cálculos devem ser analisados enquanto aproximações aceitáveis em termos de taxa de lucro do conjunto de empresas industriais. No entanto, esta omissão possivelmente é suficiente para introduzir um viés na análise. Retomaremos esse aspecto mais à frente.

¹⁰ Ver as “Notas” no China Finance Yearbook 2012 (p. 452).

¹¹ Cf. o China Finance Yearbook 2000 (p. 401).

Tabela 3. Tipos de empresas consideradas para o cálculo das taxas de lucro de acordo com o período

	R_1	r_2	r_3	r_4
1952-1978	Todas as empresas industriais mantidas pelo Estado			
1979-1984	Todas as empresas industriais	Todas as empresas industriais mantidas pelo Estado		
1985-1997	Todas as empresas industriais, qualquer que seja seu sistema de contabilidade			
1998-2006	Todas as empresas do Estado cujas receitas anuais de sua atividade principal ultrapassam 5 milhões de yuans			
2007-2010	Todas as empresas cujas receitas anuais oriundas de sua atividade principal ultrapassam 5 milhões de yuans			
2011-2014	Todas as empresas cujas receitas anuais de sua atividade principal ultrapassam 20 milhões de yuans			

Figura 1. Nível de estoque de capital industrial micro e macroeconômico: China, 1952-2014 (em centenas de milhões de yuans, a preços constantes [base 1952])

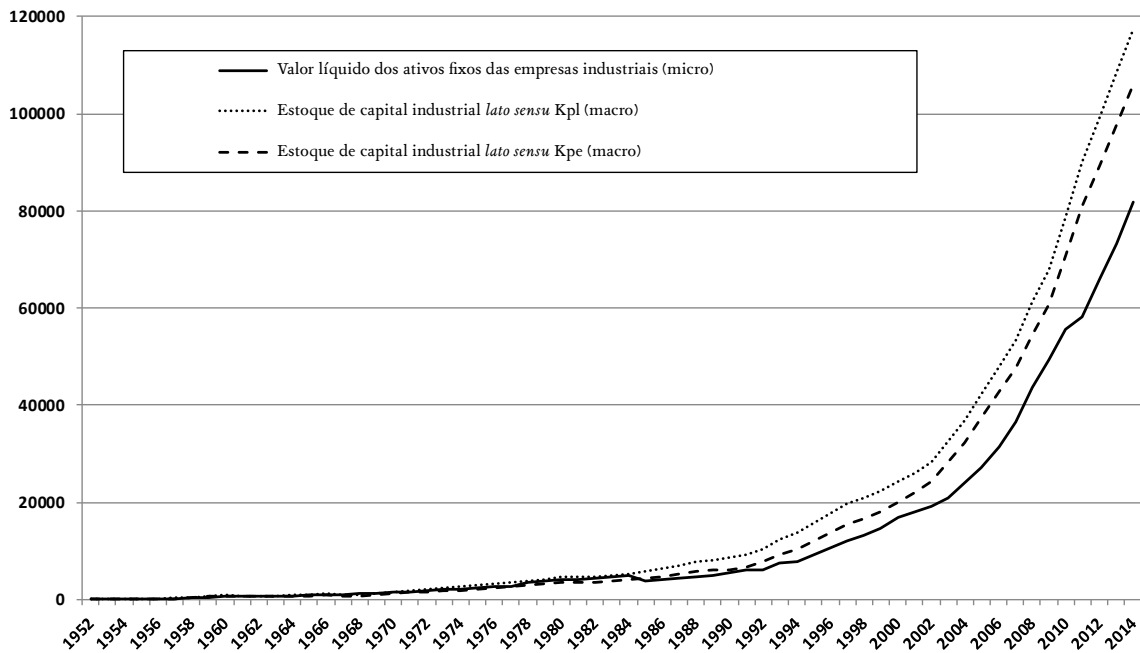
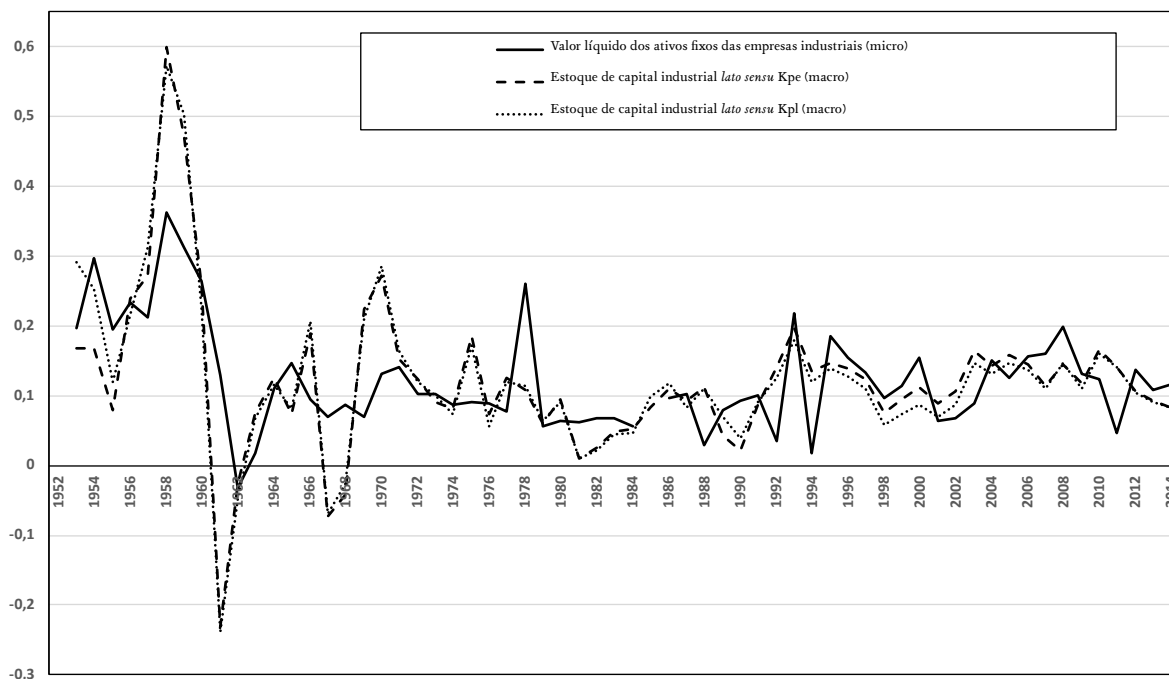


Figura 2. Taxa de crescimento dos estoques de capital industrial em nível micro e macroeconômico: China, 1952-2014 (em percentual [0,1 = 10 %], a preços constantes [base 1952])



4. Cálculo da taxa de lucro industrial no nível macroeconômico

Numa segunda etapa, calcularemos as taxas de lucro macroeconômicas, ainda para o setor industrial, a fim de compará-las com os resultados microeconômicos anteriores. Essas taxas relacionam um numerador que representa o excedente agregado do setor industrial ou “lucro” com um denominador correspondendo ao estoque de capital do mesmo setor. Para analisarmos esse estoque, apoiar-nos-emos em séries estatísticas próprias ao capital físico e reelaboradas por nós para a China em um período

longo: 1952-2014. Elaboradas a partir de dados oficiais (especialmente aqueles no NBS), nossas séries recorrem a métodos complexos de elaboração – principalmente colocando em destaque técnicas modernas de cointegração para a determinação dos índices de preços – métodos que não poderemos expor de forma acabada neste artigo. No entanto, tais métodos encontram-se em detalhes expostos para o leitor num artigo que publicamos recentemente na *China Economic Review* (LONG & HERRERA, 2016). Esta nova base de dados compreende séries longas do estoque do capital físico, dito “produtivo”

isto é, fora construções residenciais e o valor do terreno, são concebidas segundo uma concepção mais ou menos abrangente. Desse modo, dispomos de um capital produtivo *lato sensu* K_{pp} incluindo os estoques (ou *inventários*) e de um capital produtivo *stricto sensu* K_{pe} , que não os incorpora.

Aqui vamos nos contentar com diversos argumentos que permitam sustentar que nossas séries têm uma boa qualidade quando comparadas com aquelas disponíveis na literatura. Em primeiro lugar, nossos estoques de capital inicial foram calculados em função de um processo iterativo, convergindo em direção a um coeficiente *capital-output* mais realista (menos elevado¹²) do que aqueles geralmente utilizados. Além disso, nossos fluxos de investimento são coerentes com as delimitações estatísticas dos estoques iniciais. Ademais, as taxas de depreciação foram estimadas para cada classe de capital, sob as hipóteses compatíveis em termos de tempo-eficiência e término da utilização; e

deduzindo-se do cálculo uma taxa de depreciação total a partir da estrutura global do capital. Centramo-nos sobretudo sobre a construção de índices de preços dos investimentos especificamente adaptados à compreensão desses estoques de capital. Os testes que realizamos de raiz unitária mostraram que, ao contrário do que pensam diversos autores¹³, com poucas exceções¹⁴, o índice de preços do investimento em capital – índice que não aparece nos anuários NBS de modo contínuo e homogêneo de 1952 a 2014 para todo o país frequentemente – não pode ser substituído por outro índice de preços. Esta questão é fundamental na medida em que os índices de preço são componentes que determinam as decisões, o nível e a estrutura dos estoques de capital. O cuidado para construir tais índices foi crucial.

Quatro taxas do lucro industrial foram calculadas em nível macroeconômico da seguinte forma:

$$\text{Taxas de lucro macro} \left\{ \begin{array}{l} \text{Do capital produtivo industrial } \textit{stricto sensu} \text{ antes dos impostos : } r_5 = \frac{Y_{(t)} - R_{(t)}}{K_{pe(t)}} \\ \text{Do capital produtivo industrial } \textit{stricto sensu} \text{ antes dos impostos : } r_6 = \frac{Y_{(t)} - R_{(t)} - T_{(t)}}{K_{pe(t)}} \\ \text{Do capital produtivo industrial } \textit{lato sensu} \text{ antes dos impostos : } r_7 = \frac{Y_{(t)} - R_{(t)}}{K_{pi(t)}} \\ \text{Do capital produtivo industrial } \textit{lato sensu} \text{ após os impostos : } r_8 = \frac{Y_{(t)} - R_{(t)} - T_{(t)}}{K_{pi(t)}} \end{array} \right.$$

12 Ver, por exemplo, Zhang (1991) ou He, Chen e He (2003).

13 Dentre outros, Jefferson, Rawski e Zheng (1996), Wu (1999), Huang, Ren e Liu (2002), Zhang e Zhang (2003), Shan (2008)...

14 Mencionamos He (1992) e Chow (1993).

em que $Y_{(I)}$ representa o produto do setor industrial; R_p , a renda dos trabalhadores industriais; T_p , os impostos incidentes sobre as empresas correspondentes; $K_{pe(I)}$ e $K_{pl(I)}$, os componentes industriais dos estoques de capital físico produtivo, no sentido estrito e amplo respectivamente (Figuras 1 e 2).

Do mesmo modo que definimos, no nível microeconômico, o setor industrial e o conjunto das empresas pertencentes às seções “B + C + D”, retirando (“E”), trata-se logicamente de um estoque de capital que exclui as construções residenciais e seus terrenos. Estes foram utilizados no nível macroeconômico. Supomos que a parte do estoque de capital industrial, $K_{(I)}$ considerado no estoque de capital produtivo, seja aquela correspondente ao produto interno bruto total (PIB), porém diminuído do valor adicionado do setor de construção, determinado por Y^* , assim, seja: $K_{(I)t} = \frac{Y_{(I)t}}{Y_t^*} \cdot K_t = \alpha_t \cdot K_t$

em que K_t é o estoque total do capital produtivo *stricto sensu* K_{pe} ou, respectivamente, K_{pl} é o estoque *lato sensu*. Portanto, disto decorre que, ligada à trajetória de α_t , há a hipótese de rendimentos constantes de escala na produção¹⁵. O cálculo desta variável é possível graças às séries lineares do NBS após 1978 (*NBS online database*) e, antes desta data, graças ao “*Comprehensive Statistical Data and Materials on 50 Years of New China*” (新中国50年五十年统计资料汇编).

O PIB chinês provem de cálculos efetuados pela NBS, segundo a abordagem da produção, agregando os valores adicionados dos três setores. As remunerações totais (ao mesmo tempo diretas e indiretas, incluindo bônus e alocações específicas) recebidas pelos trabalhadores de todos os ramos industriais $R_{(I)}$, expressas sem os impostos, também são extraídas dos dados da NBS. No entanto, apenas os dados posteriores a 2003 estão disponíveis. Para as séries anteriores a esta data, recalculamo-las multiplicando as remunerações dos empregados urbanos (não rurais) através do proporção β_t dos valores industriais $Y_{(I)t}$ nos setores secundário $Y_{(S)}$ e terciário $Y_{(T)}$, de forma que: $\beta_t = Y_{(I)t} / (Y_{(S)t} + Y_{(T)t})$. As fontes foram as mesmas daquela utilizadas em α_t .

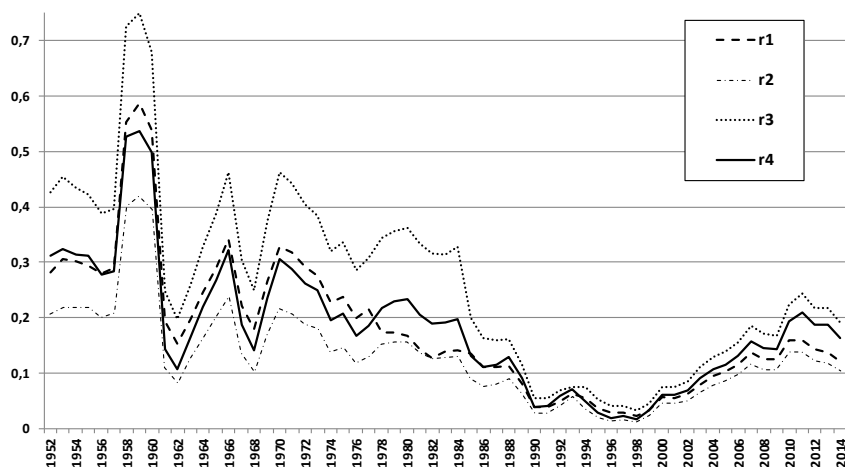
As séries relativas a essas remunerações provêm da base online da NBS após o ano de 2000 e, antes desta data, originam-se do “*Comprehensive Statistical Data and Materials on 50 Years of New China*”. A comparação dos dados reais e estimados das rendas dos trabalhadores industriais no período pós-2003 demonstra uma defasagem da ordem de +35 % entre ambas as fontes. Isto conduziu a uma correção para baixo das remunerações anteriores a esta data. O índice de preços ao consumidor foi utilizado para converter as rendas correntes para rendas constantes (base 1952).

15 Embora realizados segundo metodologias distintas daquelas utilizadas no presente artigo, nossos trabalhos anteriores mostraram que, sob certas condições, tal hipótese de rendimentos constantes dada a escala de produção é justificável. Ver Herrera e Long (2018).

A informação a respeito dos impostos das empresas industriais $T_{(I)}$ foi mais difícil para obter, particularmente porque a NBS não a difunde muito. Publicada pela administração fiscal (*State Administration of Taxation*), o *Tax Yearbook of China* (中国税务年鉴) só fornece dados sobre impostos discriminados por setor após o ano de 2001. Antes da reforma fiscal de 1993, o primeiro anuário disponível (*Tax Yearbook of China 1993*) fornece os dados sobre a “taxa industrial e comercial” dos setores industriais para o período de 1952 até 1993. Por sua vez, o *Tax Yearbook of China 2001* apresenta as taxas sobre a renda das empresas por setor apenas após o ano 2000. Desse modo, as séries de $T_{(I)}$ estão incompletas no período entre 1993 e 1999. Para esses anos,

supomos que há uma relação de proporcionalidade entre a taxa dos setores industriais e a produção total $Y_i = Y_{(I)}/Y_t$. Essa hipótese é aceitável para as taxas sobre as vendas (ou TVA). No entanto, isto não ocorre para as taxas relativas às rendas das empresas, por conta de inúmeros incentivos fiscais adotados pela autoridades chinesas a favor das empresas estrangeiras¹⁶. Portanto, para contemplar esse aspecto, foi necessário distinguir os anos em que estas políticas foram aplicadas, recorrendo à tabela “Taxas sobre as rendas das empresas segundo o setor e a natureza de sua atuação para o conjunto do país.”, de acordo com os anuários correspondentes (全国企业分项目分企业类型所得税情况).

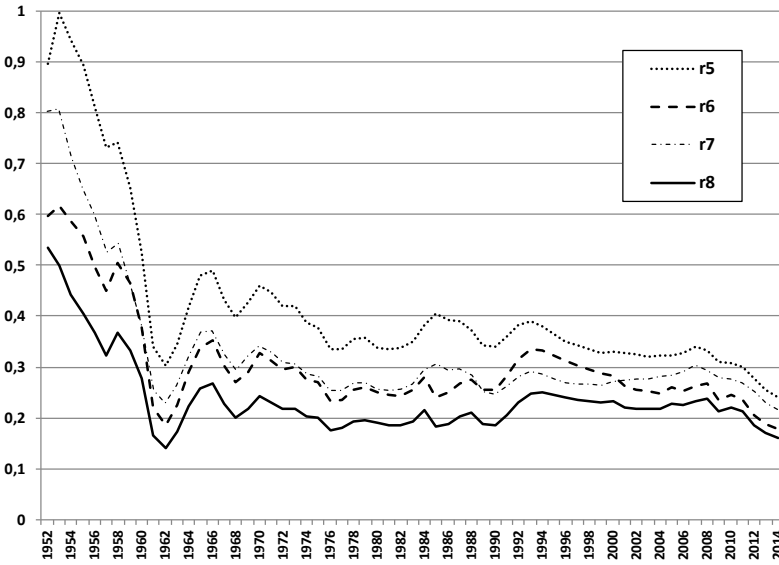
Figura 3. Evolução das taxas de lucro das empresas industriais no nível microeconômico: China, 1952-2014 (em porcentagens [0,1 = 10 %])



Notas: r_1 = taxa de lucro nominal antes dos impostos; r_2 = taxa de lucro nominal após os impostos; r_3 = taxa de lucro real antes dos impostos; r_4 = taxa de lucro real após as taxas das empresas industriais no nível microeconômico.

16 Cf. O artigo 8 da Lei de 1991, relativa às taxas sobre a renda das empresas com investimentos no estrangeiro e sobre as empresas estrangeiras (中华人民共和国外商投资企业和外国企业所得税法1991).

Figura 4. Evolução das taxas de lucro do setor industrial no nível macroeconômico: China, 1952-2014 (em porcentagens [0,1 = 10 %])



Obs: r_5 = taxa de lucro exclusiva do capital antes dos impostos; r_6 = taxa de lucro exclusiva do capital após impostos; r_7 = taxa de lucro ampla do capital antes dos impostos; r_8 = taxa de lucro ampla do capital após os impostos para o setor industrial em nível macroeconômico.

Figura 5. Comparação da evolução das taxas de lucro nos níveis micro e macroeconômicos: China, 1952-2014 (em porcentagens [0,1 = 10 %])

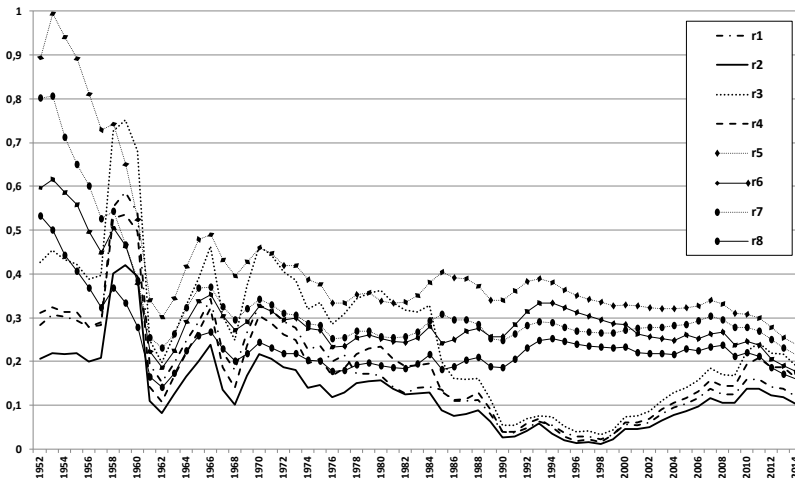
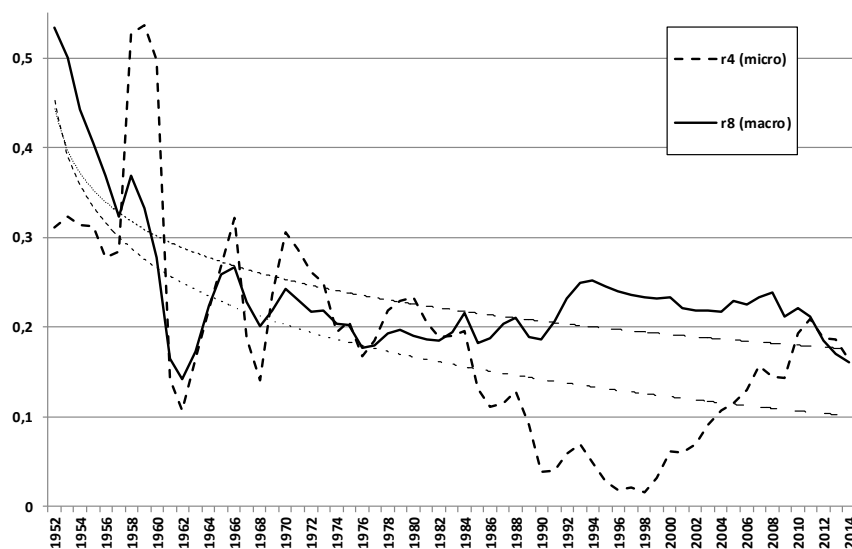


Figure 6. Comparação das tendências das taxas de lucro nos níveis micro e macroeconômico : China, 1952-2014 (em percentual [0,1 = 10 %])



5. Evolução das taxas de lucro micro e macroeconômico - uma comparação

A evolução das taxas de lucro industrial em nível micro e macroeconômico está apresentada nas Figuras 3 e 4. Os resultados obtidos no nível macro são mais altos do que aqueles demonstrados em nível microeconômico. Assim, em média, as taxas de lucro microeconômicas são, respectivamente, 17,9 % para r_1 (taxa nominal antes dos impostos sobre as empresas industriais); 13,0% para r_2 (nominal após impostos); 26,2 % para r_3 (taxa real antes dos impostos) e 18,2 % para r_4 (real após impostos), para o período total de 1952 à 2014. As médias das taxas de lucro macro encontram-se em 42,2 % para r_5 (taxa de lucro estritamente para o capital

industrial antes dos impostos); 30,4 % para r_6 (capital industrial *stricto sensu* após taxas); 32,9% para r_7 (taxa do capital industrial *lato sensu* antes dos impostos); e 23,7 % para r_8 (capital no sentido amplo, após taxas). Esta evolução foi calculada ao longo do mesmo período 1952-2014. Como observamos, as médias das duas taxas que podemos considerar como as mais representativas da atividade efetiva da indústria têm proporções iguais, isto é, r_4 no nível micro (calculado valorizando-se as taxas e excluindo as amortizações acumuladas de ativos fixos das empresas industriais) e r_8 no nível macro (calculado a partir do estoque de capital produtivo do setor industrial, incluindo *inventories*) alcançam a mesma grandeza. No entanto, o

mesmo não ocorre com o valor das instalações residenciais e seus terrenos. Isto é, 18,2 % para o primeiro e 7 % para o segundo. Estes valores permanecem relativamente próximos nas fases posteriores às reformas, seja 1978 ou 2014, com 12,0 % e 21,2 %, respectivamente.

De modo geral, os perfis do conjunto das taxas de lucro micro e macroeconômicas são bem similares, fundamentalmente caracterizadas por uma tendência à baixa no longo prazo (*Figura 5*). As flutuações mais marcantes são observadas nos dois níveis de análise. Na primeira etapa, durante a fundação da República Popular até a ruptura com a União Soviética (1952-1961), as oscilações das taxas permanecem com uma tendência de baixa, embora nitidamente menos bruscas até 1978 e atenuando-se até os anos 1990. A partir daí é que as coisas parecem se alterar um pouco. A trajetória da taxa de juros macro parece orientar-se ligeiramente pela alta, a partir dos anos 1990, enquanto as taxas de juros prosseguem em descenso, antes de retomar vigorosamente a subida no fim da mesma década. As duas curvas, micro e macro, encontram-se novamente nos primeiros anos da década de 2010, e ambas retomam claramente a trajetória descendente. Essa sequência é bastante visível no caso dos indicadores r_4 e r_8 (*Figura 6*). Para além desse resultado confortante, tratando-se de uma economista marxista, que resulta numa baixa da taxa de lucros como tendência (mensurada em termos logarítmicos pelas taxas

r_4 e r_8 da (*Figura 6*), a observação de uma clara retomada da trajetória de r_4 a partir de 1999 até 2007 (ou melhor 2011) e uma relativa e longa estabilidade de r_4 por cinquenta anos (aproximadamente de 1962 à 2011) exigem a introdução de alguma complexidade nas interpretações muito intuitivas.

Para aprofundar a análise, propomos uma decomposição técnica das taxas de lucro para distinguir as tendências de longo prazo e os componentes cíclicos que captam as flutuações de curto prazo. Isto leva a uma redefinição da seguinte forma:

$$r_t = \Psi_t + \Theta_t + \varepsilon_t$$

em que Ψ_t representa a tendência decrescente, podendo assumir uma forma polinomial e Θ_t representa o componente cíclico. Por sua vez, ε_t representa uma variável de erro – trajetória aleatória ou ruído indefinido. Uma formulação simples, dentre outras possíveis, é a seguinte:

$$r_t = [a_1 t + \dots + a_n t^n] + [a_0 + A \sin(\omega t + \varphi)] + [b_1 r_{t-1} + \dots + b_p r_{t-p} + u_t]$$

sendo $a_1 < 0$, e os três componentes (tendência polinomial; ciclo de forma funcional sinusoidal e a variável de erro) estão apresentados entre colchetes.

Esta decomposição técnica, que apresentamos somente para o caso das taxas de lucro macro r_6 et r_8 , é realizada pelo recurso do método

de filtro de Hodrick-Prescott¹⁷ (*Figura 7*), completando os parâmetros próprios por aqueles sugeridos por Ravn-Uhlig (*Figura 8*). Também foram utilizadas¹⁸ outras decomposições da tendência e dos ciclos em séries temporais, com resultados similares que confirmam sua consistência. A *Figura 8* mostra que os ciclos de curto prazo das taxas de lucro consideradas são interrompidos ao longo do tempo, desde o início dos anos 1950 até fins da década de 2000. Contudo, parece que a partir daí voltaram a se elevar novamente. Desse modo, essas flutuações alternam-se regularmente nos períodos ascendentes e descendentes. Para as taxas macro r_c e r_g , com dois parâmetros de filtro (Hodrick-Prescott e Ravn-Uhlig), os anos de recessão comuns reencontram-se 24 vezes, mais precisamente em 1957, 1961-1963, 1968, 1976-1977, 1981-1982, 1985-1986, 1989-1991, 1998-1999, 2001-2004, 2009 e 2012-14. Isso corresponde a mais de um terço dos 63 anos que compõem o período estudado. E isto mesmo quando a taxa de crescimento do PIB atinge, por vezes, um ritmo bem elevado.

Por meio dessas 11 sequências de recessões, reconhe-se facilmente as diminuições do ritmo de crescimento que caracterizaram a história econômica do país desde a fundação da República Popular. Após as dificuldades nos primeiros anos (1949-1952), principalmente em razão das convulsões ocorridas durante os anos que precederam a revolução, encontramos sinais do período recessivo iniciado em 1954, cujo ponto

crítico foi em 1957. A crise do início dos anos 1960, a mais grave da China, resulta da conjugação de diferentes efeitos. Estes são facilmente perceptíveis em 1961-1962: a interrupção da ajuda soviética após a ruptura sino-soviética; o fracasso relativo do “Grande salto para o futuro”; e as catástrofes ocorridas no Rio Amarelo. Outro aspecto negativo é que 1968 coincide com o recrudescimento da Revolução Cultural, iniciada dois anos antes. Os problemas de 1976-1977 revelam-se como aqueles decorrentes da morte de Mao. Os anos de 1981-1982 foram aqueles da implementação das reformas estruturais adotadas pelo XI Congresso do Partido Comunista (“a abertura”), enquanto os anos 1985-1986 foram aqueles correspondentes à aplicação da reforma de 1984, um dos momentos de virada em direção à economia de mercado. Com a queda da URSS, a breve experiência “neoliberal” implicou uma brutal diminuição da economia (1989-1991), acompanhada por escândalos de corrupção. Num contexto de forte dinamismo do PIB chinês, as quedas registradas a partir de 1998 foram atribuídas, em grande parte, aos choques exógenos decorrentes da generalização das crises: a asiática (1998-1999); a da “nova economia”; a de pós-11 de setembro (2001-2004); e a financeira de

18 Para uma interessante análise de tal questão, inclusive em termos mais atuais, Cf. MÉSZÁROS, 2002.

19 Como diz Engels, “o verdadeiro senso comum, personagem bastante respeitável, dentro de portas fechadas, entre as quatro paredes de uma casa, vive peripécias verdadeiramente maravilhosas, quando se arrisca pelos amplos campos da investigação.” (ENGELS, 1990, p. 20).

2008, cujos efeitos são sentidos em dois momentos – em 2009 e de 2012 até os dias atuais.

Enfim, efetuamos uma decomposição econômica da taxa de lucro macroeconômica (r_g) a fim de distinguir os seguintes aspectos: as respectivas evoluções da composição orgânica do capital, (o inverso de $R_{pl(I)}^*/K_{pl(I)}$); a evolução da produtividade por unidade de custo de trabalho, ($Y_{(I)}/R_{(I)}^*$); e a parcela do lucros ($\pi_{(I)}/Y_{(I)}$), de acordo com a seguinte fórmula, semelhante àquela (1979):

$$r = \Pi_{(I)}/Y_{(I)} \cdot Y_{(I)}/R_{(I)}^* \cdot R_{(I)}^*/K_{pl(I)}$$

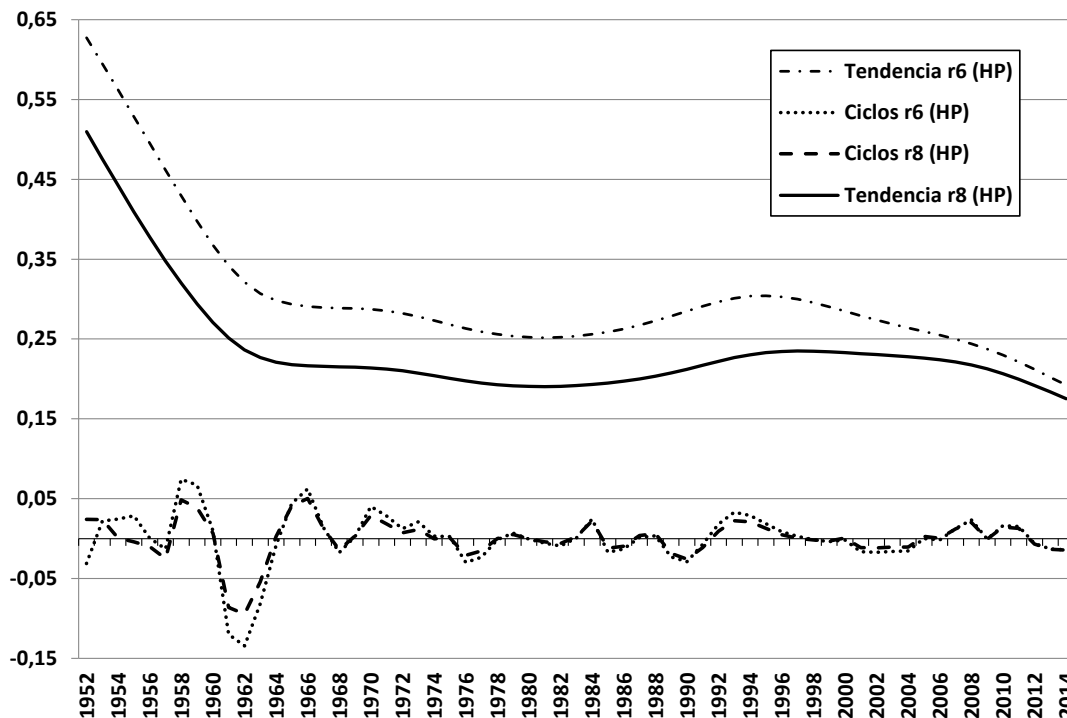
em que $\Pi_{(I)}$ é o lucro, com

$\Pi_{(I)} = Y_{(I)} - R_{(I)} - T_{(I)}$ e $R_{(I)}^*$ é o custo do trabalho no setor industrial (fora os impostos), determinado pelo produto da quantidade de empregados e a remuneração média.

Como indicado na *Figura 10*, é o aumento da composição orgânica que explica, em grande parte, a tendência à baixa da taxa de lucro a longo prazo. Se a parte dos lucros permanecem bem estáveis, é o *trend* ascendente da

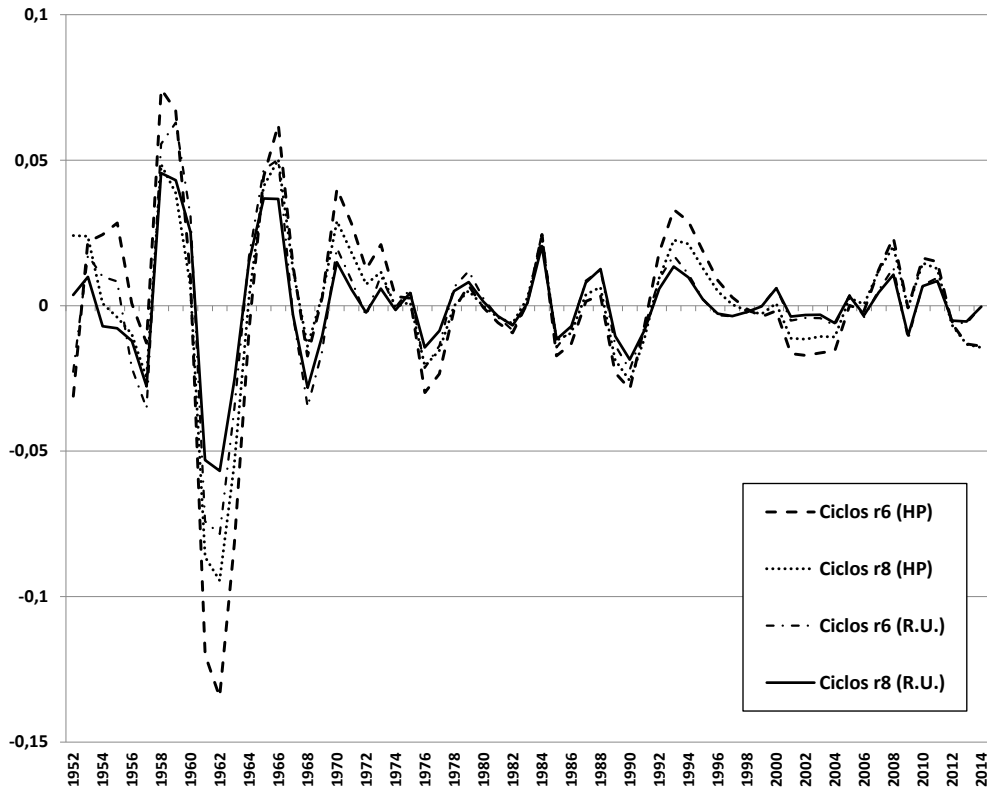
Figura 7. Decomposição técnica das taxas de lucro macro r_6 et r_8 em termos de tendências e ciclos :

China, 1952-2014 (em percentual) [0,1 = 10 %]



Nota: A decomposição técnica foi realizada pelo método do filtro de Hodrick-Prescott (HP).

Figura 8. Evolução dos componentes cíclicos das de lucro macro r_c e r_g , de acordo com diversos métodos de decomposição técnica: China, 1952-2014 (em porcentagem)



Nota: A decomposição técnica é realizada pelo método de filtro de Hodrick-Prescott, com parâmetros próprios (potência = 2, lambda = 100) conforme sugerido por Ravn e Uhlig, R.U. (potência = 4, lambda = 6,25).

Figure 9. Valores negativos dos componentes cíclicos da taxa de lucro macro r_6 e r_8 : China, 1952-2014 (em porcentagem [$I = 1952$])

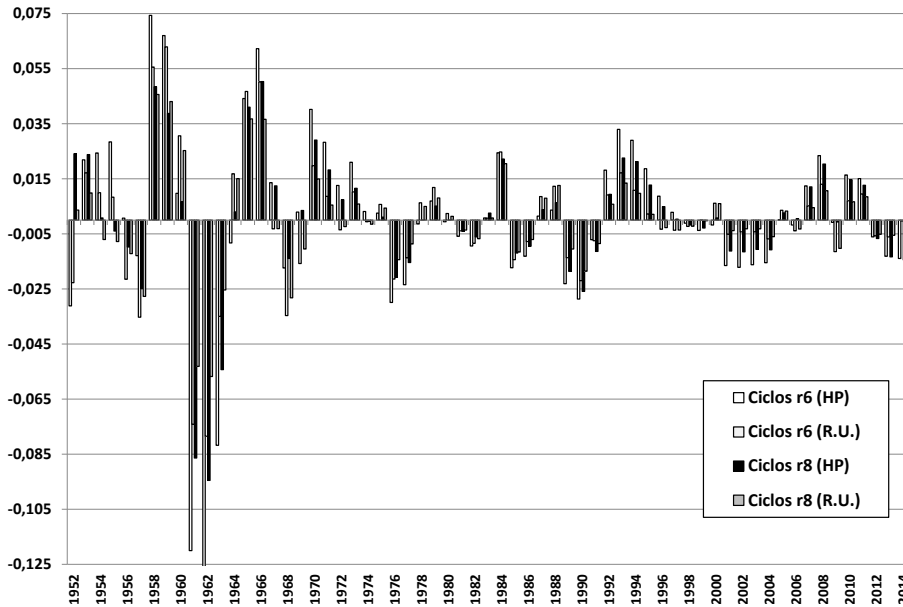


Figura 10. Composição orgânica do capital derivada da decomposição econômica de r_8 : China, 1952-2014 (em índices [$I = 1952$])



Nota: Variável apresentada com a tendência linear.

produtividade do trabalho (a unidade de custo) que se mostra mais pronunciado, porém declinante na última década

6. Conclusão

Com base numa definição tão rigorosa quanto possível do perímetro do setor industrial e da construção de séries originais dos estoques de ativos fixos das empresas e do capital físico produtivo, calculamos os indicadores das taxas de lucros no nível micro e macroeconômico na China, durante o período de 1952 à 2014. Os resultados obtidos por conta dos dois métodos selecionados (micro-macro) são bastante similares, podendo ser sintetizados da seguinte forma:

- a)* Observa-se uma diminuição tendencial da taxa de lucro no longo prazo, nos dois níveis de análise.
- b)* As flutuações de curto prazo das taxas de lucro mostram, no âmbito macro, uma sucessão de ciclos – raramente completados –, cuja amplitude reduz-se ao longo do tempo.
- c)* Mais de um terço do período analisado (1952-2014) refere-se aos anos de recessão em termos do componente cíclico da taxa de lucro. Os recuos mais acentuados estão registrados, em ordem decrescente, após a ruptura da China com a União Soviética (1961-1963); no momento da Revolução Cultural (1968); durante a década de 1950 (principalmente em 1957); por ocasião da transição

pós-Mao (1976-1977), quando foi tentada uma experiência “neoliberal” (1989-1991); e, enfim, com a difusão das crises da mundialização capitalista (que atingiram a China em 1998, 2001 e 2009 e, posteriormente, em 2012).

d) Trata-se essencialmente, mais do que da evolução da parcela de lucros em termos do valor adicionado ou da produtividade do custo de trabalho unitário, do aumento da composição orgânica do capital que diminui tendencialmente a taxa de lucro macroeconômica.

Contudo, algumas dificuldades persistem nesta interpretação. Em primeiro lugar, é a própria baixa da taxa de lucro que apresenta problemas. Isto na medida em que essa tendência de longo prazo encontra parte de sua explicação na escassez aguda de capital fixo, que caracteriza a China desde o início da revolução. Em segundo lugar, soma-se a isto intervalos de estabilidade relativa das taxas de lucro industrial, em períodos de tempo bastante prolongados, ocorrendo até mesmo fases de aumento destas taxas, como foi o caso da primeira metade dos anos da década de 1990. A análise microeconômica também elucida a retomada das taxas de lucro, porém apenas a partir de fins da década de 1990 até os efeitos decorrentes da crise financeira de 2008.

Portanto, nossa conclusão de tendência de baixa da taxa de lucro tem de ser amenizada. Além disso, abstraindo-se as perturbações dos

primeiros anos da revolução, a defasagem mais notável entre a trajetória das taxas de lucro micro e macroeconômicas é observada a partir da adoção das reformas estruturais (1978) e fiscais (1984). As causas desta divergência, que perduraram até fins dos anos 2000 (eclosão da etapa mais recente da crise sistêmica em 2008)¹⁹, têm de ser analisadas a partir de diferentes pontos de observação. Portanto, a partir de fontes estatísticas, deve-se analisar os perfis do setor industrial e também os indicadores representativos dos impostos em questão – por exemplo, o perímetro microeconômico das unidades produtivas de pequeno porte é mutável. Além disso, as unidades de pequeno porte, cuja rentabilidade é frequentemente mais elevada do que a das grandes empresas, não estão incluídas enquanto unidades produtivas.

Se a defasagem, acima mencionada, entre os níveis micro e macro parece desaparecer quando os efeitos da crise sistêmica atingem a China em fins da década de 2000, conduzindo conjuntamente à baixa das taxas de lucro micro e macroeconômica, a questão permanece em pauta. Isto é, como qualificar tais fenômenos recessivos que afetam negativamente as taxas de lucro em contextos econômicos em que se registram taxas de crescimento do PIB muito elevadas? Este é o caso da China atualmente – incluindo 2015. As respostas a estas indagações, e também

àquelas referentes às formas funcionais que deem conta das tendências de longo prazo e das flutuações de curto prazo das taxas de lucro de modo o mais pertinente possível, requerem pesquisas novas e mais aprofundadas.

Bibliografia

ANDREANI, T. & HERRERA, R. “Système financier et socialisme de marché “à la chinoise””, *La Pensée*, n° 373, pp. 65-76, 2013 (publicado em chinês em *Marxism and Reality* [Beijing], n° 2-2013, pp. 22-28).

_____. “Quel Modèle économique pour la Chine ? Analyse critique sur La Voie chinoise de Michel Aglietta et Guo Bai”, *Marché & Organisations*, n° 21, pp. 163-183, 2014.

BAXTER, M. & KING, R. G. “Measuring Business Cycles: Approximate Band-Pass Filters for Economic Time Series”, *NBER Working Paper Series*, n° 5022, Cambridge MA, 1995.

BEVERIDGE, S. & NELSON, C. R. “A New Approach to Decomposition of Economic Time Series into Permanent and Transitory Components with Particular Attention to Measurement of the ‘Business Cycle’”, *Journal of Monetary Economics*, v. 7, n° 2, pp. 151-174, 1981.

CHOW, G. C. “Capital Formation and Economic Growth in China”, *Quarterly Journal of Economics*, v. 108, n° 3, pp. 809-842, 1993.

CHOW, G. C. & LI, K.-W. “China’s Economic Growth: 1952-2010”, *Economic Development and Cultural Change*, v. 51, n° 1, pp. 247-256, 2002.

CHRISTIANO, L. J. & FITZGERALD, T. J. “The Band Pass Filter”, *NBER Working Paper Series*, n° 7257, Cambridge MA, 1999.

CLARK, P. K. “The Cyclical Component of U.S. Economic Activity”, *Quarterly Journal of Economics*, v. 102, n° 4, pp. 797-814, 1987.

DING, S. & KNIGHT, J. “Can the Augmented Solow Model Explain China’s Remarkable Economic Growth? A Cross-Country Panel Data Analysis”, *Journal of Comparative Economics*, v. 37, n° 3, pp. 432-452, 2009.

HARVEY, A. C. *Forecasting, Structural Time Series Models and the Kalman Filter*. Cambridge UK: Cambridge University Press, 1989.

HE, F.; CHEN, R. & HE, L. “The Estimation and Correlation Analysis on Our Country’s Cumulative Amount of Capital”, *Economist*, n° 5, pp. 29-35, 2003 (em chinês).

¹⁹ Para uma interpretação teórica da crise sistêmica atual, a partir do referencial marxista, ver Herrera (2014).

- HE J. H. "Estimation of Assets in China", *Journal of Quantitative and Technical Economics*, n° 8, pp. 24-27, 1992 (em chinês).
- HERRERA, R. "The Hidden Face of Endogenous Growth Theory: Analytical and Ideological Perspectives in the Era of Neoliberal Globalization", *Review of Radical Political Economics*, v. 38, n° 2, pp. 243-257, 2006.
- _____. "A Critique of Mainstream Growth Theory: Ways out of the Neoclassical Science(-Fiction) and Towards Marxism", *Research in Political Economy*, v. 27, n° 1, pp. 3-64, 2011.
- _____. "A Marxist Interpretation of the Current Crisis", *World Review of Political Economy – Journal of the World Association for Political Economy*, v. 5, n° 2, pp. 128-148, 2014.
- HERRERA, R. & LONG, Z. "Sobre o crescimento econômico chinês no longo período: 1952-2014 – Para uma passagem da análise da contribuição dos fatores até a da taxa de lucro", *Argumentum – Revista Brasileira da Universidade Federal de Espírito Santo*, v. 9, n° 1, pp. 180-196, Vitória, janeiro/abril 2017.
- _____. "Una Contribución a la explicación del crecimiento económico en China – Nuevas series temporales y pruebas econométricas de varios modelos", *Spanish Journal of Economics and Finance - Cuadernos de Economía (Elsevier)*, v. 41, n° 115, pp. 1-18, Londres, janeiro/abril 2018.
- HODRICK, R. & PRESCOTT, E. "Postwar U.S. Business Cycles: An Empirical Investigation", *Carnegie Mellon University Discussion Paper*, n° 451, 1981.
- JEFFERSON, G. H., RAWSKI, T. G. & ZHENG, Y. "Chinese Industrial Productivity: Trends, Measurement Issues, and Recent Developments", *Journal of Comparative Economics*, v. 23, n° 2, pp. 146-180, 1996.
- LONG, Z. & HERRERA, R. "Building Original Series of Physical Capital Stocks for China's Economy: Methodological Problems, Proposals of Solutions and a New Database (1952-2014)", *China Economic Review*, v. 40, n° 9, pp. 33-53, Columbus (OH), 2016.
- _____. "Piketty à Pékin : Les Lois du Capital au XXIe Siècle à l'épreuve de la Chine", *Revue d'Économie politique*, v. 128, n° 1, pp. 59-108, Paris, janeiro/fevereiro, 2018.
- MADDISON, A. (1995), *Monitoring the World Economy: 1820-1992*, Development Centre Studies, OECD, Paris, 1995.
- MORLEY, J. « A State-Space Approach to Calculating the Beveridge-Nelson Decomposition », *Economics Letters*, v. 75, n° 1, pp. 123-127, 2002.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. *China Statistical Yearbook*, NBS, Beijing (vários anos).
- QUAH, D. "The Relative Importance of Permanent and Transitory Components: Identifications and Some Theoretical Bounds", *Econometrica*, v. 60, n° 1, pp. 107-118, 1992.
- RAVN, M. O. & UHLIG, H. "On Adjusting the Hodrick-Prescott Filter for the Frequency of Observations", *Review of Economics and Statistics*, v. 84, n° 2, pp. 371-376, 2002.
- SHAN, H. "Re-estimating the Aggregate Capital Stock K of China: 1952-2006", *Journal of Quantitative and Technical Economics*, n° 10, pp. 17-31, 2008 (em chinês).
- WATSON, M. W. "Univariate Detrending Methods and Stochastic Trends", *Journal of Monetary Economics*, v. 18, n° 1, pp. 49-75, 1986.
- WEISSKOPF, T. E. "Marxian Crisis Theory and the Rate of Profit in the Postwar U.S. Economy", *Cambridge Journal of Economics*, v. 3, n° 4, pp. 341-378, 1979.
- WU, F. W. "Estimates of China's Agricultural Capital Stock", *Journal of Agrotechnical*, n° 6, pp. 34-38, 1999 (em chinês).
- ZHANG, Jun & ZHANG, Y. "Recalculating the Capital of China and a Review of Li and Tang's Article", *Economic Research Journal*, n° 7, pp. 35-43, 2003 (em chinês).
- ZHANG, Junk. "Systemic Analysis of Economic Efficiency During the 5th Five Year Plan", *Journal of Economic Research*, n° 4, pp. 8-17, 1991 (em chinês).

KARL MARX: GRANDEZA E ILUSÃO

São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 767 pp.

Recebido em 12/2018
Aprovado em 02/2019

Em 2018 comemorou-se os 200 anos de nascimento de Karl Marx, o mais influente pensador de todos os tempos. E sua história continua a desafiar muitos estudiosos, como Gareth Stedman Jones, que lançou, recentemente, a biografia *Karl Marx: Grandeza e Ilusão*.

A biografia é composta de doze capítulos, além de um prólogo e um epílogo. Absolutamente não é a “biografia definitiva de Marx para os nossos tempos” – frase estampada na capa do livro, extraída de uma crítica do *New York Times* –, mas ela tem seus méritos. Na obra, Jones pretendeu mostrar que a forma como Marx foi representado no discurso político seria bem diferente do verdadeiro Marx. “A figura que emergiu era a de um patriarca e legislador barbudo, severo e ameaçador, um pensador de implacável consistência, com uma imperiosa visão do futuro” (p. 25). Segundo o autor, esta imagem seria bastante equivocada. E para tentar provar isso, Jones buscou “restituir Marx ao seu ambiente no século XIX, antes de qualquer elaboração póstuma de seu caráter e de suas realizações” (*ibidem*).

Os primeiros capítulos tratam do círculo familiar de Marx. O autor recorda que o nascimento de Max esteve marcado pela reconstrução da Europa após trinta anos de destruição em razão da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas, período no qual estima-se a morte de 5 milhões de europeus. Nesse ambiente, Jones narra a conversão do pai de Marx do judaísmo ao protestantismo, não traumática, já que esta não seria assim tão contrária às suas convicções, e tenta dar um ar de maior

MARCELO PEREIRA FERNANDES

Professor doutor em Economia pela UFF e vice-coordenador do curso de Ciências Econômicas da UFRRJ.

importância ao papel da mãe em sua evolução enquanto estudante. No terceiro capítulo, o autor explica o interesse de Marx por filosofia, sobretudo por Hegel.

O surgimento, nos anos 1830, dos jovens hegelianos, na esteira do livro *A vida de Jesus* de David Strauss, com sua crítica devastadora à religião, teria grande impacto em Marx. Bruno Bauer, que ganharia notoriedade com sua crítica à Bíblia, foi amigo e mentor de Marx entre os anos de 1839 e 1841, período em que ele escrevia sua tese de doutorado.

A demissão de Bauer da Universidade de Bonn em março de 1842 teria feito Marx perder as esperanças em seguir a carreira acadêmica. A alternativa seria, então, tentar o jornalismo, profissão que estava em alta na Alemanha. O jornal, *Rheinische Zeitung*, lançado no início de 1842, convidou um editor ilustre, o economista alemão Friedrich List, que não teria aceitado. Marx colaborou com o jornal pela primeira vez em maio de 1842 e, mais tarde, tornaria-se editor. Mas o jornal teve vida curta devido à censura e foi obrigado a encerrar suas atividades em 1º de abril de 1843.

Em fevereiro de 1844 Marx publicou, quase que inteiramente, o único número da revista *Anais Franco-Alemães*, trazendo um ensaio de Engels sobre economia política, o qual se tornou uma de suas primeiras inspirações nesse campo. Foi então, como lembra Jones, que Marx passou a

tomar notas sobre Smith, Sismondi, Ricardo, Buret, James Mill, Say entre outros, e preparou um esboço “daquilo que viria a ser a sua principal preocupação nos 25 anos seguintes, a ‘crítica da economia política” (p. 183), que lhe forneceria a anatomia da sociedade civil. Segundo Jones, a leitura que Marx fazia das obras desses autores teria como objetivo, quase exclusivo, “a busca de provas de pauperização” (p. 200). Feuerbach teria um papel essencial neste momento, pois Marx faria uma estreita ligação entre a crítica da economia política e a crítica da religião de Feuerbach: como a alienação produziria a religião, a alienação produziria, também, a propriedade privada.

Jones considera o período que Marx passou em Bruxelas (1845-1848) como o momento em que ele passaria a ter uma visão própria, mais distante dos jovens hegelianos. Modificaria sua concepção de socialismo e do proletariado a partir de uma nova ideia do significado histórico do trabalho. Na visão do autor, o que teria inspirado Marx não foi um suposto materialismo, como teria feito crer Engels muito tempo depois, mas, sim, uma apropriação particular dos “pressupostos básicos do idealismo alemão” (p. 218) ao aplicar os *insights* do idealismo à compreensão do trabalho.

Em meados dos anos 1840 Marx já estaria dedicado a escrever uma crítica da economia política. A célebre desavença entre Marx e

Proudhon, que resultou no livro *A miséria da Filosofia*, de 1847, foi retratada na biografia como uma ambição menor de Marx. Segundo Jones, “A reputação de Karl em toda a comunidade alemã exilada baseava-se na promessa da crítica da economia política que ele não tardaria a produzir” (p. 241). Sobre o *Manifesto do Partido Comunista*, publicado um ano depois em parceria com Engels, o autor considera que o texto se originou da união dos dois *insights* mais originais de Marx nos anos 1840: o de que o homem não seria apenas produto da natureza, mas um ser que, com sua atividade, transformaria a sua natureza e a do mundo natural; e o segundo, o da emergência do capitalismo e suas relações com o mercado mundial. Com isso, Marx teria sido o primeiro a evocar os poderes do capitalismo e seu alcance internacional.

Em outro ponto que vale ressaltar, Jones sugere que Marx modificou sua crítica à concepção de luta de classes, que, segundo ele, teria recebido pouca atenção crítica. A visão inicial de Marx, exposta nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, em que afirmava a contradição do proletariado com a propriedade privada, mudaria a partir de 1845: ao invés da propriedade privada, agora seria a burguesia que travaria uma luta contra o proletariado, em um novo conceito do significado histórico do trabalho.

A partir do capítulo 10, Jones começa a tratar da crítica da economia política de Marx. Conforme

mostra Jones, a confecção de *O Capital* teve idas e vindas. O autor faz uma razoável descrição do primeiro livro, publicado em 1867. Jones lembra que os “elementos juntados para escorar sua primeira ‘crítica da economia política’” foram o resultado do encontro de Marx com “aqueles que influenciaram mais profundamente a sua formação filosófica: Hegel e Feuerbach”. Marx teria recorrido primeiramente a Hegel, mas corrigindo a forma “idealista de apresentação que faz tudo parecer uma questão de apresentação de conceitos” (p. 416). Em Feuerbach, Marx retomou a ideia de que, na religião, as emoções e os pensamentos humanos eram projetados em Deus ou em outros seres fictícios, “dotados de movimento e atuação independentes” (p. 419). Com o domínio do capital, algo análogo aconteceria com “a atuação humana”. Assim como na religião Deus tinha criado o homem, na vida econômica, os homens já não se enxergavam como os criadores das suas relações sociais, e sim como “criaturas de forças econômicas impessoais dotadas de vontade e poder independentes” (p. 420). O último capítulo do livro traz a visão de que Marx não terminou a obra porque se deparou com questões que não conseguira resolver. Questões como a lei de tendência à queda da taxa de lucro e a pergunta que os primeiros leitores se fizeram quanto ao desenvolvimento do capital, se este afetaria todos os países ou estaria circunscrito à Europa Ocidental.

De fato, a tentativa de detalhar o ambiente em que Marx atuava é um mérito do livro. Mas é justamente na crítica à economia política que a biografia explicita suas maiores falhas. Como, por exemplo, a teoria do valor. Jones acusa Marx de desdenhar dos avanços da economia política, e afirma que ele aceitou a ideia errônea, segundo Jones, de que somente o trabalho cria o valor. Como se a teoria do valor-trabalho tivesse sido superada!

Em algumas passagens, Jones buscou passar a noção de falta de honestidade intelectual de Marx. Como em relação à distinção fundamental entre trabalho e força de trabalho, que o autor afirmou que já estaria em Eugène Buret. Marx realmente estudou a obra de Buret, tendo-o citado diversas vezes nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, mas não é possível tratar como plágio. A diferença entre trabalho e força de trabalho foi uma novidade apresentada no *Capital*. O trabalho é o uso da força de trabalho, que por sua vez é composta pelas aptidões físicas e intelectuais do trabalhador. Esta é vendida ao capitalista e antecede a produção. Marx, portanto, desfez a confusão entre os dois conceitos de que a economia política clássica não conseguiu se desvencilhar: em alguns contextos, o “valor do trabalho” referia-se ao salário; em outros, o valor produzido pelo trabalho. E ao fazê-lo, Marx explicou o mecanismo de criação e apropriação

do mais-valor, chegando aonde nenhum dos seus predecessores imaginou chegar.

Finalmente, um último comentário. Em várias passagens, Jones questiona a influência de Engels sobre a obra de Marx, em uma tentativa de separar aquilo que seria exclusivamente o pensamento de Engels. E que as principais divergências entre Marx e o “marxismo” seriam fruto de divergências com o amigo. Isso não é novo e foi recentemente discutido por José Paulo Netto (2015). No entanto, na biografia, Engels é tratado como um deturpador e bajulador, que conseguiu convencer Marx de sua amizade; e “sempre mostrava seu pior lado quando suspeitava que um rival quisesse dividir as atenções com Karl” (p. 434). O autor chega a insinuar que a dependência financeira para com Engels fez com que Marx convergisse suas ideias com as do amigo. Isso explicaria porque Marx concordou com a publicação do *Anti-Düring*.

Essa é uma visão questionável. Como se sabe, e o próprio Jones mostra isso, durante a vida Marx desfez amizades, criou atritos e inimigos a fim de defender seus pontos de vista. Por sua vez, a obra de Marx foi produto de um esforço conjunto. Antes mesmo de conhecer Engels pessoalmente, ele ficara muito impressionado com *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* e o ensaio *Contribuição à Crítica da Economia Política*, escritos pelo amigo. Assinaram juntamente *A Sagrada Família*, *A Ideologia Alemã* e

O Manifesto do Partido Comunista, clássicos da ciência. Logo, conforme Anderson (1999, p. 15), trata-se de “uma parceria intelectual sem paralelo na história do pensamento até hoje”. Engels continuou após a morte de Marx em contato com o movimento de trabalhadores em todo o mundo, estudando e publicando. É muito trabalho para um simples bajulador.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

NETTO, José Paulo. “Apresentação” In: ENGELS, Friedrich. *Anti-Düring*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E RESENHAS

1. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política aceita apenas submissões *online* pelo sistema:

<<http://revista.sep.org.br>>.

2. Os artigos, comunicações e resenhas encaminhados à REVISTA, que se encontrarem dentro da ORIENTAÇÃO EDITORIAL, serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad hoc*.

3. Os trabalhos submetidos à REVISTA deverão ser originais. Em casos especiais, será aceita a publicação simultânea em outras revistas estrangeiras ou nacionais.

4. A remessa de originais à REVISTA implica a autorização para sua publicação pelo autor. Não serão pagos direitos autorais.

4. Os trabalhos submetidos à REVISTA NÃO devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, acesse <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/about/submissions#onlineSubmissions>>.

5. Transfira também, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação

institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.

6. Se não tem cadastro no sistema da Revista da SEP, por favor, cadastre-se no sistema da revista <<http://revista.sep.org.br>>. Se já está cadastrado, faça login como Autor.

7. No lado direito da tela, sob o menu AUTOR, encontra-se o link Nova submissão. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

8. Utilize a seguinte formatação, em Word for Windows:

– Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

– Fonte: times new roman, 12 pontos e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.

– Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para as comunicações e resenhas o limite é de 4 laudas. Incluir neste limite as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.

– Apresentar as tabelas, gráficos e figuras em preto e branco; numerados, e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. As notas vão para o final do texto e não no rodapé.

9. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (Marx 1982, p. 124). As referências

bibliográficas completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968. p.297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”. *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano I, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT, D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTATET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque Étatet Régulations*. Lyon: PUF, 1980. p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moudjiks*. Tese (Doutorado de 3º ciclo em Ciências Sociais) — École de Hautes Études en Sciences Sociales – Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política tem publicado e continuará publicando artigos científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas sejam em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza. Em suma, ela discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, ademais, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento. Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a Revista da SEP mantém o compromisso de que os artigos recebidos serão julgados isonomicamente, pelo critério da dupla revisão.

Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia
Campus Santa Mônica, bloco J, sala lj254 – Uberlândia, MG - 38400-902
Portal: www.sep.org.br – Correio eletrônico: sep@sep.org.br
CGC 02. 040.272/0001-40

FICHA DE FILIAÇÃO

Nome: _____

Instituição: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

E-mail: _____

Tel: (____) _____ Fax: (____) _____

Endereço Residencial: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

E-mail: _____

Tel: (____) _____ Fax: (____) _____

Áreas de Interesse: (Pesquisa e Ensino)

1 _____

2 _____

3 _____

Palavras Chave:

1 _____

2 _____

3 _____

Concordo com a divulgação das informações acima: () sim () não

Assinatura



XXIV Encontro Nacional de Economia Política

O Brasil nas disputas geopolíticas e econômicas mundiais

Vitória, 4 a 7.junho.2019

ORGANIZAÇÃO



APOIOS E PATROCÍNIOS

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Departamento de Economia

